

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ — UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LUANA APARECIDA DE OLIVEIRA

**O TRABALHO (IM)PRODUTIVO COMO NÃO-IDÊNTICO AO
MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA PERSPECTIVA A
PARTIR DE K. MARX E T. ADORNO**

TOLEDO

2023

LUANA APARECIDA DE OLIVEIRA

O TRABALHO (IM)PRODUTIVO COMO NÃO-IDÊNTICO AO
MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA PERSPECTIVA A
PARTIR DE K. MARX E T. ADORNO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Doutora em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Prof. Dr. Rosalvo Schütz

TOLEDO
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Luana Aparecida de

O trabalho (im)produtivo como não-idêntico ao modo de produção capitalista: uma perspectiva a partir de K. Marx e T. Adorno / Luana Aparecida de Oliveira; orientador Rosalvo Schütz. -- Toledo, 2023.

240 p.

Tese (Doutorado Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2023.

1.. I. Schütz, Rosalvo, orient. II. Título.

LUANA APARECIDA DE OLIVEIRA

O trabalho (im)produtivo como não-idêntico ao modo de produção capitalista: uma perspectiva a partir de K. Marx e T. Adorno

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutora em Filosofia, área de concentração Filosofia Moderna e Contemporânea, linha de pesquisa Ética e Filosofia Política, APROVADA pela seguinte banca examinadora:



Dr. Rosalvo Schütz (Orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo (UNIOESTE)

Documento assinado digitalmente
 ONEIDE PERIUS
Data: 14/08/2023 10:20:53-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Oneide Perius
Universidade Federal de Tocantins (UFT)



Dr.ª. Belkis Souza Bandeira
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)



Dr.ª. Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo (UNIOESTE)



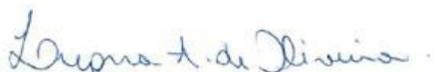
Dr. Jadir Antunes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo (UNIOESTE)

Toledo, 11 de agosto de 2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, LUANA APARECIDA DE OLIVEIRA, pós-graduanda do PPGFil da Unioeste, *Campus* de Toledo, declaro que este texto de tese é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nele contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 11 de agosto de 2023



Assinatura

Parte desta tese foi desenvolvida durante o período mais crítico da maior crise sanitária deste século, a COVID- 19 (Coronavírus), quando quase 7 milhões de pessoas no mundo perderam suas vidas. O inominável presidente do Brasil, em seu mandato 2019 – 2022, promoveu uma verdadeira política de genocídio à classe trabalhadora, em especial ao povo negro e indígena. Dedico esta tese aos trabalhadores e trabalhadoras que tiveram suas vidas ceifadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente o incentivo de meus pais, Norma Schenatz de Oliveira e Manoel Venâncio Antunes de Oliveira, porque, embora possuam pouco estudo escolar, sempre valorizaram meu interesse e esforço nos estudos, me ajudaram com recursos financeiros e com palavras encorajadoras e amorosas. Amo muito vocês!

Agradeço com muito carinho o meu companheiro, Luís Fernando Jacques, pelo apoio nessa trajetória de estudos acadêmicos, mas, principalmente, por compartilhar as alegrias, as angústias e as tristezas dessa vida e por estar sempre presente nas lutas da nossa classe, ombro a ombro, comigo.

Agradeço a todos os professores que contribuíram com minha formação: na graduação em Filosofia, em especial, o professor e amigo Paulo Rudi Schneider (*in memoriam*); no Programa de Pós-graduação em Filosofia, destaco os professores da banca de defesa pelas valiosas contribuições: Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva, Jadir Antunes, Oneide Perius e Belkis Souza Bandeira. Um agradecimento mais que especial a meu orientador e amigo, Rosalvo Schütz, o qual, por seis anos de orientação, contribuiu com meu crescimento intelectual e formação política. Grata por tanta confiança em mim e dedicação neste estudo; quanto aos estudos da Educação Especial, agradeço principalmente às professoras Lucia Zanato Tureck, Jane Peruzo Iacono e Francly R. Nyamien, pessoas que me inspiram profissionalmente pelo alto nível de conhecimento que possuem e pela forma humanizada com que atuam.

Agradeço à Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste, universidade pública e de qualidade, por me proporcionar uma década de tantas experiências formativas: conhecimentos, professores, amigos, alegrias, trabalho e lutas no movimento estudantil e sindical.

Agradeço à minha sobrinha Letícia Strossi de Oliveira, você me orgulha!

Agradeço aos inúmeros camaradas de lutas e amigos que hoje estão espalhados em vários Estados do Brasil.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Portanto, agradeço à CAPES pela bolsa que me foi concedida, ressalto sua grande importância, principalmente durante o período da pandemia.

Agradeço, por fim, aos meus alunos que me possibilitaram e possibilitam experiências formativas extremamente enriquecedoras, realmente genuínas, tanto do ponto de vista do conhecimento, quanto do aspecto humano. Agradeço, em especial, a Jonathan Carlos Herkert.

O mundo não está pronto para nós
(Daniel Lage)

O mundo não está pronto para nós
nossa alegria
não cabe nas horas
que o mundo reservou
para ser alegre

nosso sorriso
faz barulho no meio da rua
enquanto as pessoas passam
de cara fechada
no meio da rua

nossas paixões
não se ajustam
às paredes
que o mundo reservou
às paixões

nossa tristeza
não se fez solitária
como o mundo queria
ganhou outro nome
rebeldia

o mundo não está pronto
para nosso bando
nossos olhares

antes da jornada de trabalho
são estranhos
aos que impõe
a jornada de trabalho

nossas reuniões
nas horas livres
não correspondem
ao que querem
que façamos
nas nossas
horas livres

a canção que cantamos
os poemas que lemos
aquilo que propagamos
para o mundo inteiro
está em desacordo
com o mundo em que vivemos

pois o mundo não está pronto para nós
por isso nos arriscamos
por isso nos intrometemos
por isso nos amamos
por isso guerreamos

o mundo não está pronto
mas nós estamos.
(somos parte do não-idêntico!)

RESUMO

OLIVEIRA, Luana Aparecida de. *O trabalho (im)produtivo como não-idêntico ao modo de produção capitalista: uma perspectiva a partir de K. Marx e T. Adorno*. 2023. 240 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2023.

Esta tese tem, como objetivo, apresentar o conceito de trabalho (im)produtivo enquanto não-idêntico ao modo de produção capitalista, no sentido de ser produtivo para o ser humano, e não ao capital; o intuito é evidenciar a dimensão crítica do trabalho não coadunado com a lógica da valorização do valor. Para tanto, tomamos como referenciais teóricos centrais, as contribuições de Karl Marx e de Theodor W. Adorno. Abordamos, no primeiro capítulo, a estrutura conceitual pressuposta pela concepção capitalista de trabalho (im)produtivo, na forma como é examinada por Marx; e numa perspectiva adorniana, apresentamos tal estrutura por meio de uma constelação conceitual. Iniciamos pela tematização do trabalho como categoria fundante do ser humano, ou seja, sua caracterização independente das limitações sofridas na sociedade capitalista; passamos, então, a enfatizar o significado específico e limitado a que foi reduzido na lógica da produção capitalista, destacando os seguintes aspectos: duplo caráter do trabalho, mercadoria, mercadoria força de trabalho e, por fim, a mais-valia enquanto fim supremo, orientador e identificador de toda a dinâmica produtiva e social regida pela lógica capitalista. No segundo capítulo, expomos o conjunto das particularidades que permite evidenciar e compreender os principais elementos a compor a definição de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo, no âmbito do capital, demonstrando, em suma, que o capitalismo tem seu impulso vital fundado na extração de mais-valia, mantendo-a como parâmetro estruturante permanente ao longo de todo e qualquer processo de produção. No terceiro capítulo, problematizamos o arcabouço teórico e conceitual pressuposto pela concepção capitalista de trabalho produtivo, evidenciando seus limites imanentes para, a partir desse diagnóstico e na forma de uma composição constelacional própria, desenvolvermos uma perspectiva crítica que permita compreender a obtenção de mais-valia como o resultado daquilo que denominamos princípio de identidade do capitalismo. Tratamos, também, das consequências danosas que esse princípio tem sobre o trabalhador. Em síntese, o trabalho, produtivo para o capital, na verdade, é improdutivo para o ser humano, sobretudo para o trabalhador; o trabalho que produz a riqueza na forma de capital, produz, ao mesmo tempo, miséria aos trabalhadores, dado que a riqueza constituída socialmente é apoderada de modo privado; tal é o problema que esta pesquisa diagnóstica. A fim de indicar perspectivas para sua superação, recorreremos ao conceito adorniano de não-idêntico, o qual se refere aos elementos que não se coadunam com o princípio de identidade capitalista, portanto, aponta para a necessidade de superá-la para construir outra forma de organização da produção. É considerando esse pressuposto que concebemos o trabalho, produtivo ao ser humano e improdutivo ao capital, como não-idêntico ao modo de produzir baseado na exploração. Por fim, no quarto capítulo, partindo do entendimento de que o trabalho produtivo como não-idêntico ao capitalismo é carregado de potencial subversivo e crítico, e de que somente poderá ser adequadamente reconhecido e tomar materialidade efetiva quando o trabalho não for determinado pela forma de sociabilidade do capital, apontamos à necessária ruptura com o princípio de identidade dominante, o que requer superar o próprio capitalismo.

Palavras-chave: Trabalho (im)produtivo; Não-idêntico; Modo de produção capitalista.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Luana Aparecida de. (Im)productive work as non-identical to the capitalist mode of production: a perspective based on K. Marx and T. Adorno. 2023. 240 p. Thesis (Doctorate in Philosophy) – State University do Oeste do Paraná, Toledo, 2023.

This thesis has the intent to present the concept of (im)productive work as non-identical to the capitalist mode of production, in the sense of being productive for human being, and not for capital; the purpose is to highlight the critical dimension of work that is not combined with the logic of valuing value. Therefore, we take as central theoretical references the contributions of Karl Marx and Theodor W. Adorno. In the first chapter, we approach the conceptual structure presupposed by the capitalist conception of (un)productive work, in the way it is examined by Marx; and from an Adornian perspective, we present such a structure through a conceptual constellation. We started with the topicalization of work as a founding category of the human being, that is, its characterization independent of the limitations suffered in capitalist society; We proceeded then to emphasize the specific and limited meaning to which it was reduced in the logic of capitalist production, highlighting the following aspects: the dual character of work, merchandise, labor power and, finally, surplus value as a supreme end, guiding and identifier of all productive and social dynamics governed by capitalist logic. In the second chapter, we expose the set of particularities that allow to emphasize and understand the main elements that compose the definition of productive work and unproductive work, in the scope of capital, demonstrating, in short, that capitalism has its vital impulse based on surplus-value extraction, keeping it as a permanent structuring parameter throughout any and all production processes. In the third chapter, we problematize the theoretical and conceptual framework assumed by the capitalist conception of productive work, highlighting its immanent limits so that, based on this diagnosis and in the form of its own constelational composition, we can develop a critical perspective that allows us to understand the achievement of surplus value as the result of what we call the identity principle of capitalism. We also deal with the harmful consequences that this principle has on the worker. In summary, work, which is productive for capital, is actually unproductive for human being, especially for workers; the work that produces wealth in the form of capital, at the same time produces misery for workers, given that socially constituted wealth is privately seized; such is the problem that this research diagnoses. In order to indicate perspectives for its overcoming, we resorted to the Adornian concept of non-identical, which refers to the elements that are not in line with the principle of capitalist identity, therefore, it points to the need to overcome them to build another form of production organization. It is considering this assumption that we conceive work, productive for human being and unproductive to the capital, as non-identical to the mode of production based on exploitation. Finally, in the fourth chapter, based on the understanding that productive work, as it is not identical to capitalism, is loaded with subversive and critical potential, and that can only be properly recognized and assume effective materiality when work is not determined by capital's form of sociability, we point to the necessary rupture with the dominant identity principle, which requires overcoming capitalism itself.

Keywords: (Im)productive work; Non-identical; Production mode Capitalist

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 COMPOSIÇÃO DA CONSTELAÇÃO CONCEITUAL DO TRABALHO (IM)PRODUTIVO SITUADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	33
1.1 Trabalho: categoria fundante do ser humano.....	34
1.2 O duplo caráter do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato.....	47
1.3 Mercadoria.....	52
1.4 Força de trabalho como mercadoria.....	59
1.5 Mais-valia.....	68
2 DEFINIÇÃO CAPITALISTA DE TRABALHO PRODUTIVO E DE TRABALHO IMPRODUTIVO.....	84
2.1 Trabalho produtivo e improdutivo na concepção de Adam Smith.....	85
2.2 Trabalho produtivo do ponto de vista modo de produção capitalista.....	95
2.3 Trabalho improdutivo do ponto de vista do modo de produção capitalista.....	121
3 CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA ADORNIANA PARA A PROBLEMATIZAÇÃO DA CONCEPÇÃO CAPITALISTA DE TRABALHO (IM)PRODUTIVO.....	152
3.1 A constelação conceitual.....	154
3.2 O princípio de identidade do modo de produção capitalista e sua repercussão no trabalhador.....	162
3.3 O não-idêntico no contexto do conceito de trabalho (im)produtivo.....	185
4 UM OUTRO TRABALHO PRODUTIVO É POSSÍVEL!.....	199
4.1 Breves apontamentos sobre a filosofia adorniana.....	199
4.2 Observações de Adorno sobre a análise crítica de Marx acerca do trabalho (im)produtivo.....	204

4.3 A constelação conceitual do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo.....	209
4.3.1 Trabalho somente de caráter concreto.....	209
4.3.2 Reino da liberdade e trabalho associado	211
4.3.3 Tempo livre.....	214
4.3.4 Experiência formativa.....	217
4.4 O não-idêntico presente no modo de produção capitalista	222
4.5 Quem é o sujeito revolucionário?.....	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
REFERÊNCIAS.....	236

INTRODUÇÃO

Na filosofia marxiana, considera-se a categoria trabalho como fundamental para compreender a realidade, tendo em vista seu papel essencial na relação entre os seres humanos e deles com a natureza; é atividade vital pelo fato de que o ser humano, pelo trabalho, produz e reproduz sua existência, de modo que, ao produzir os meios necessários a ela, modifica a natureza por meio do trabalho, modificando também a si próprio. Todavia o trabalho, como categoria fundante do ser humano e somente por ele realizada, é reduzido, pelo modo de produção capitalista, à sua dimensão abstrata. Assim, o seu significado passa a se restringir e a ser concebido apenas como criador de riqueza na forma valor. Nesse sentido, a finalidade última do trabalho, na sociedade capitalista, é a de criar mais-valia, conseqüentemente, diante desse parâmetro limitado, “produtivo” é adjetivo aplicado exclusivamente ao trabalho que gera esse produto específico; no polo oposto, “improdutivo” seria o trabalho que não o gera. Tendo isso em vista, tal é o problema que percorre esta pesquisa: o trabalho produtivo para o capital pode ser considerado, de igual forma, produtivo ao ser humano, em especial, ao trabalhador? De modo geral, o trabalho produtivo, do ponto de vista do capital, apresenta-se como se equivalesse também ao trabalho que é produtivo para o ser humano. Por meio de Marx e Adorno, no entanto, somos levados a concluir que o trabalho que é produtivo para o capital não só é não-produtivo ao ser humano, como é, inclusive, destrutivo para ele e o meio ambiente.

Malgrado o trabalho constitua atividade que funda o ser humano em suas múltiplas expressões, ao ser subsumido pelas determinações do capital, adquire caráter abstrato, o qual predomina sobre seu caráter concreto, de modo que o trabalho se torna meio para suprir as necessidades do capital, não as humanas. Em suma, nos termos do capital, ser produtivo equivale a produzir riqueza na forma do capital, logo, produtivo é apenas o trabalho que cria mais-valia. Conforme Marx afirma (2004), a miséria do trabalhador origina a riqueza do capitalista, isto é, quanto mais riqueza produz, mais pobre, relativamente, o trabalhador fica; dessa forma, estar na condição de produtivo de modo algum representa benefício ao trabalhador, pelo contrário, é para ele um azar (MARX, 2017).

Ademais, considerando que o modo de produção capitalista tem seu impulso vital fundado na extração de mais-valia, entendemos que, em termos adornianos, a mais-valia é o princípio de identidade no qual se baseia o capitalismo e que rege toda a sua dinâmica produtiva. Nesse sentido, na tentativa de resolver o problema posto acerca de como é possível que o trabalho, produtivo para o capital, possa ser improdutivo para o ser humano, levamos em conta o conceito adorniano de não-idêntico enquanto inadequação à identidade que vigora. Portanto, propomos discorrer sobre a defesa do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao modo de produção capitalista a fim de lhe dar visibilidade e indicar seus possíveis potenciais emancipatórios e críticos. Em quais condições isso seria possível? O que pode indicar o trabalho (im)produtivo enquanto não-idêntico à sociedade capitalista? Essas questões ponderam o movimento dialético dos conceitos e, ao mesmo tempo, o não-idêntico, o qual vai de encontro com a identidade estabelecida e, por colocar em questão a própria realidade vigente, denota possuir potencial transformador.

Na medida em que o não-idêntico não se enquadra nos referenciais do princípio da identidade dominante e rompe com ele, o entendimento de que o trabalho (im)produtivo pode ser não-idêntico à sociedade capitalista só tem sentido se for condizente unicamente com o caráter concreto do trabalho, portanto, trabalho produtivo para o ser humano e não para o capital. Em outras palavras, considerando que o princípio da identidade do modo de produção capitalista, isto é, a lógica oficial do capital tem seu firmamento na produção e na obtenção da mais-valia, por conseguinte o conceito de trabalho (im)produtivo, nos limites dessa dinâmica, também tem sua identidade na mais-valia; o que evidencia uma contradição fundamental entre as necessidades humanas e as do capital. Assim, o trabalho (im)produtivo como não-idêntico ao propósito do capitalismo é o trabalho que é produtivo não por gerar produto excedente na forma valor, mas por atender as necessidades humanas; é produtivo não por servir à expansão do capital, mas por beneficiar o próprio gênero humano. Enfim, o trabalho produtivo para o ser humano e improdutivo para o capital, situa-se no contexto de um projeto societário emancipatório capaz de romper com o princípio identificador da sociedade instituída.

Podemos dizer que as respostas à problemática levantada têm, como base, o não-idêntico, por ele conter potencial de se direcionar à ação transformadora, indo além da racionalidade instrumental instituída, justamente porque não adere ao

estabelecido. Por isso, na investigação aqui proposta, mantemos nossa atenção na capacidade crítica do não-idêntico. Uma vez que o trabalho na sociedade capitalista está subsumido ao capital, o não-idêntico revela a hipostasia do conceito de trabalho (im)produtivo, indica uma nova definição conceitual que se livre da determinação capitalista, o que exige um modo de produção qualitativamente diferente do vigente. Nesse modelo diferente, não haveria expropriação de trabalho excedente que resultaria na abundância de riqueza para os exploradores e na escassez para os explorados.

A presente tese indica o desafio filosófico de pensar uma nova concepção de trabalho (im)produtivo, considerando o estreitamento que esse conceito sofre ao ser definido conforme a prioridade intrínseca do capital, a de sua expansão, tendo em vista que o conceito de trabalho (im)produtivo é determinado pela identidade da racionalidade burguesa que lhe impõe restrição por aspectos estritamente econômicos. Contribui, assim, com a pesquisa filosófica acerca da acepção capitalista dos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Dado que, em geral, há um entendimento equivocado sobre o significado desses dois conceitos — algumas vezes até sendo atrelado a uma carga moral, como se fosse atividade depreciativa e encarada como um insulto a afirmação de que determinado trabalho é improdutivo¹ — é de significativa importância esclarecer e compreender tal definição. Propomos, portanto, numa perspectiva adorniana, ressignificar o próprio conceito de trabalho (im)produtivo, a fim de libertá-lo dos enrijecimentos a que foi submetido nos limites da lógica produtiva capitalista.

Em outras palavras, a partir da importância crítica que Adorno confere à ressignificação dos conceitos, devolvendo-lhes a vida, ao retirá-los dos contextos e definições enrijecidos, e por meio da análise crítica sobre o conjunto das determinações que compõem o trabalho produtivo e trabalho improdutivo, esta pesquisa colabora com o desvelamento da absolutização à qual tais conceitos estão submetidos. Nesse sentido, promove, no plano teórico, a superação da absolutização

¹ Para o trabalhador que está na condição de “hospedeiro” da ideologia dominante, ser produtivo consiste numa virtude, pois desconhece a mais-valia como critério da definição capitalista. Se seu trabalho é considerado improdutivo, significa que a atividade do seu “ganha pão”, tão valorosa e digna para si, é desprezada; representa seu fracasso por realizar atividade que é diminuída, inferiorizada perante o trabalhador que realiza trabalho visto como produtivo. Em suma, ser classificado como trabalhador improdutivo é o mesmo que ser alvo de xingamento.

conceitual uma vez que atribui novo sentido ao conceito de trabalho produtivo e, por conseguinte, de trabalho improdutivo.

Ademais, compreender a concepção capitalista de trabalho produtivo e improdutivo é entender o presente modo de produção, posto que é de grande importância o lugar que o trabalho produtivo tem na dinâmica de sua reprodução. Além disso, implica também a desmistificação de um poderoso instrumento de dominação ideológica, uma vez que, justamente por meio do apelo à importância da produtividade a sociedade capitalista sustenta, em grande medida, sua legitimidade. Ao demonstrar que a produtividade capitalista, regida pelo seu princípio de identidade, não coincide com o que é produtivo para os seres humanos, esse instrumento de justificação ideológica pode ser posto em questão. Dessa forma, esta pesquisa também pauta a distinção que há entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, cuja distinção fornece a base para entendermos a própria produção capitalista, e, por conseguinte, proporciona melhores condições para visualizar as possibilidades concretas de sua superação. Nas palavras de Marx:

Uma vez que toda a produção capitalista repousa na compra direta de trabalho, para apropriar-se de parte dele *sem compra*, no processo de produção, parte essa que se *vende* no produto - pois isso constitui a razão de existir o capital, sua própria essência -, **não é a distinção entre trabalho que produz capital e o que não o produz, a base para se compreender o processo de produção capitalista?**² (MARX, 1980, p. 275).

Neste estudo, não temos o propósito de verificar as mais diversas atividades de trabalho produtivas, mas sim de compreender, a partir da análise crítica de Marx, a definição capitalista dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, para, então, problematizar tal significado fundado na produção de mais-valia, de modo a desvelar essa concepção absolutizada. Além disso, a partir da perspectiva adorniana, apresentamos o caráter não-idêntico do trabalho produtivo para o ser humano e improdutivo para o modelo capitalista de produzir, no sentido de evidenciar a dimensão concreta do trabalho não coadunada com a lógica da valorização do valor,

² Grifo nosso.

indicando relações de produção qualitativamente diferentes das que, por ora, predominam, cujas relações podem servir de referências crítico-revolucionárias.

É relevante compreender no que consiste o trabalho produtivo segundo o ângulo capitalista imanente para, em seguida, problematizar essa definição, indicando especialmente os seus limites. Após, é apontada a necessária superação dessa definição, de forma a redefinir o trabalho produtivo como aquele que não esteja vinculado à exploração do ser humano pelo ser humano, portanto, de modo algum comprometido com a produção de mais-valia. Neste sentido, o trabalho é considerado produtivo quando voltado exclusivamente ao benefício do ser humano, e por isso entendido como não-idêntico à produção capitalista.

Acerca do método adotado para esta pesquisa, é o desenvolvido por Marx, o método materialista histórico-dialético, no qual o pensamento se movimenta a partir da materialidade da vida social dos seres humanos, cuja materialidade também é histórica, constitui instrumento teórico de reflexão, de interpretação e de compreensão da realidade, assim como instrumento teórico para a prática. Nessa direção, o materialismo histórico-dialético articula teoria e prática por meio de abstrações do pensamento que partem da realidade concreta sem anular a importância do esforço subjetivo e da ação coletiva. Por isso, esse método consiste em um referencial teórico-prático que impulsiona a práxis, em outras palavras, o fundamento do método adotado é a produção de conhecimento que objetiva e leve à ação transformadora da realidade.

Conceitualmente, tal método tem caráter materialista, pois considera que os seres humanos se organizam na sociedade com o objetivo de produzir e reproduzir a vida, condicionada materialmente. Considera, ainda, que as condições materiais são produtos da atividade humana, assim, mesmo havendo a primazia do objeto, o papel do sujeito não desaparece. O sujeito apropria-se do que é constituído ao longo da história do gênero humano, é fruto de relações objetivas estabelecidas pela sua genericidade e, concomitantemente, atua de forma ativa na realidade, modificando-a e, com isso, modificando-se por intermédio da atividade do trabalho. O método é materialista em razão de que as ideias têm base e força material, sendo que “[...] o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 2017, p. 90). Nesse sentido, a matéria antecede as ideias, o que em Adorno podemos elencar a “primazia do objeto” como sinônimo, sendo que a síntese das

ideias é a síntese das muitas determinações do concreto, inclusive, de suas contradições e possibilidades reais e, numa perspectiva adorniana, reconstruídas em forma de constelação conceitual. Dessa forma, o método é materialista porque o concreto constitui o real ponto de partida e o próprio processo de síntese que surge no pensamento (MARX, 2008a).

Tem caráter histórico, porque compreende que os seres humanos se organizam no transcorrer de um processo histórico, fazendo sua própria história ao mesmo tempo em que a história os produz, por isso são agentes e produtos eminentemente históricos. Por fim, tem caráter dialético devido ao entendimento de que sujeito e objeto não estão acabados, mas sim em processo de constante mudança, em contínuo movimento que se dinamiza por contradições, “[...] cuja superação conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas *contradições* impulsionam a outras superações” (NETTO, 2011, p. 31). Portanto, o método fundamenta-se na realidade que tem dimensão conflitiva, dinâmica e histórica.

O estudo do movimento do real, a partir do seu processo histórico e materialista, que se pauta na abordagem do materialismo histórico-dialético, exige compromisso do pesquisador com um projeto crítico que possibilite a transformação social, uma vez que, ao compreender a lógica imanente do capitalismo e identificar que a voracidade pela mais-valia é deletéria ao ser humano e à natureza em geral, também compreende a necessidade de avançar para além da identificação do problema; em síntese: fomentar o processo de libertação da humanidade e da natureza das garras do capital. Assim, a investigação científica que se desenvolve pelo viés do materialismo histórico-dialético consiste na análise da realidade e de suas múltiplas determinações, de forma que o exame do real não se reduza apenas à reflexão, visto que implica a reflexão que une teoria e prática com a perspectiva da ação transformadora, ou seja, reflexão que só faz sentido se tiver, como finalidade, a função social de contribuir com a transformação da ordem vigente. Para tanto, não é passivo o papel do pesquisador no processo de conhecimento, sua participação é ativa porque na

[...] investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real (MARX, 2017, p. 90).

Em suma, a pesquisa é conduzida pelo método materialista histórico-dialético, não há pretensão de estabelecer verdades absolutas e eternas, a verdade está sempre sujeita à revisão, considerando que, no âmbito da ciência, as conclusões são provisórias, já que podem ser retificadas e também porque o esforço do conceito implica sempre em uma construção conceitual em devir, a fim de melhor entender uma realidade processual e dinâmica. Da mesma forma, não há pretensa postura de neutralidade do pesquisador, visto que o sujeito está imbricado no objeto; contudo tal fato não limita a objetividade do conhecimento, pois a verificação e a confirmação da verdade residem no critério da prática social e histórica (NETTO, 2011). Em outras palavras, a pesquisa, baseada no materialismo histórico-dialético, não aspira a uma possível neutralidade, pois tem, como direção, um projeto societário que contempla a emancipação humana.

Além de ter, como referencial, o método materialista histórico-dialético, a presente tese, com caráter de investigação filosófica, tem, como instrumento de pesquisa, a bibliografia marxiana que, com rigor conceitual, apresenta a análise crítica da definição de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo a partir do ponto de vista do modo capitalista de produção. As principais obras de Marx que abordam de forma mais pontual os conceitos em questão são: *O Capital*/ Livro I (1867), *O Capital: capítulo VI (inédito)* (1933)³ e *Teorias da Mais-valia* (1905).

Esta pesquisa também se ampara nas obras de Theodor Wiesengrund Adorno, sobretudo as que tratam, de forma mais aprofundada, os conceitos de não-idêntico, princípio de identidade e trabalho produtivo, a saber: *Dialética Negativa* (1966) e *Terminología Filosófica I* (1973) e *II* (1973). Importante ressaltar que embora Adorno não tenha teorizado demoradamente sobre o conceito de trabalho produtivo, partimos das suas principais contribuições filosóficas que, de forma direta, se relacionam com a problematização do conceito em questão. Destacamos que uma valiosa contribuição da teoria adorniana reside na chave de leitura que compreende os conceitos de modo constelacional, perspectiva na qual os conceitos se articulam de tal forma que, por não estarem fragmentados, promovem conhecimento mais preciso. O modo de

³ Escrito entre 1863 e 1866, na forma de manuscritos preparatórios de *O Capital*, não foi publicado por escolha de Marx. É constituído por notas que, em muito, se aproximam do texto de *Teorias da Mais-valia*. O conteúdo das notas denota, de certo modo, transição do Livro I para o Livro II.

pensar e analisar, por meio de constelações conceituais, não priva os conceitos de novos sentidos, dado que as constelações são móveis, continuamente, suas configurações se renovam, pois os próprios conceitos que as compõem mudam conforme as dinâmicas sociais se modificam, de maneira que assumem significados diversos em períodos históricos diferentes. Tendo em vista que pensar e analisar, por meio de constelações conceituais, é um modo crítico de examinar o real, adotamos esse método na presente tese, o qual vai ao encontro do método materialista histórico-dialético. Além disso, fazemos uso das contribuições teóricas produzidas por comentadores que se debruçam sobre os conceitos basilares, aqui, estudados sob as perspectivas marxiana e adorniana.

Nossa exposição sobre a temática proposta, organiza-se em quatro capítulos. Antes de abordar a análise crítica de Marx sobre os conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, de acordo com a definição capitalista, apresentamos no capítulo primeiro, intitulado “Composição da constelação conceitual do trabalho (im)produtivo situado no modo de produção capitalista”, os principais conceitos que formam a constelação marxiana acerca de tal análise crítica. Assim, à medida que no primeiro capítulo expomos cada conceito que compõe a constelação conceitual do trabalho que o modo capitalista de produção considera produtivo e, por conseguinte, improdutivo, vemos que essa constelação forma uma unidade compreensiva dos pressupostos teóricos do pensar capitalisticamente acerca dos dois conceitos em questão.

No primeiro capítulo, estudamos o trabalho enquanto categoria que funda o ser humano, modificando-o da condição animal em que se submetia às leis da natureza para a condição de ser humano, na qual, por meio do trabalho, domina e transforma a natureza em seu proveito. O trabalho é atividade consciente, realizada exclusivamente pelo ser humano, que, a partir da interação com a natureza, transforma seus elementos, tendo em vista o propósito de satisfazer determinada necessidade. Consiste, portanto, em atividade originária do ser humano e, ao mesmo tempo, originada por ele.

Após essa análise, abordamos as duas faces do trabalho, isto é, seu duplo aspecto, por um lado, trabalho concreto, produtor de valor de uso e, por outro, trabalho abstrato, criador de valor. Na sociabilidade capitalista, contudo o caráter concreto do trabalho subordina-se ao abstrato, ou seja, o valor de uso é subsumido ao valor de

troca. Abordamos, ainda, que a mercadoria também é composta por um duplo caráter: o valor de uso que se refere à qualidade própria da mercadoria, a qual satisfaz determinada necessidade, e o valor de troca, o valor propriamente dito. O trabalho despendido na produção das mercadorias faz incorporar nelas a substância valor, tornando-as veículos do valor. É o trabalho, em seu aspecto abstrato, que serve como referência para que as mercadorias sejam trocadas umas pelas outras, mesmo contendo cada qual propriedades diferentes. As mercadorias tornam-se equivalentes entre si quando acumulam o mesmo *quantum* de tempo de trabalho despendido na produção, ou seja, quando contêm a mesma grandeza de valor, a qual equivale puramente à média da quantidade de tempo de trabalho socialmente necessária para a sua produção.

Tematizamos acerca da força de trabalho que no modo de produção capitalista se torna mercadoria. Sem a posse dos meios de produção, os trabalhadores colocam suas forças de trabalho à disposição dos capitalistas para poderem sobreviver, usando da “liberdade” de poder vendê-las para não morrerem de fome. O que resulta numa relação de sujeição dos trabalhadores aos capitalistas e do trabalho ao capital. A força de trabalho é vendida pelo valor necessário à subsistência do trabalhador e de sua família, mas com a venda da força de trabalho é o comprador quem usufrui o valor de uso que ela contém em potência, que é de criar mais-valor. Assim, o capitalista é quem se beneficia do produto excedente que resulta da força de trabalho em movimento.

Por fim, ao término do primeiro capítulo, discorreremos sobre o conceito de mais-valia. A força de trabalho constitui mercadoria especial por conter a qualidade única de criar valor excedente em relação ao valor de sua venda, isso quando consumida para a produção de mercadorias. Em outros termos, o valor do salário correspondente à força de trabalho vendida é inferior ao valor que o trabalhador produz durante sua jornada de trabalho, pois esta excede o tempo de trabalho necessário à sua subsistência. O tempo adicional trabalhado não lhe é pago, e o produto excedente criado é apropriado pelo capitalista; assim, a diferença entre o valor total produzido pelo trabalhador e o valor de seu salário é a mais-valia.

No segundo capítulo, intitulado “Definição capitalista de trabalho produtivo e trabalho improdutivo”, apresentamos, primeiramente, a concepção de Adam Smith sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, tendo em vista que foi um dos

principais representantes da Economia Política clássica, o qual em muito contribuiu com a análise crítica de Marx.

Após essa primeira análise, discorreremos acerca do olhar marxiano sobre o trabalho considerado produtivo, do ponto de vista do modo de produção capitalista, sendo definido como aquele que produz mais-valia. Ainda segundo a concepção capitalista, apresentamos os elementos que compõem as particularidades do trabalho produtivo, os quais se referem às condições em que o trabalhador produz mais-valia. Em suma, como já mencionamos, “produtivo”, de acordo com a definição estritamente capitalista, é o trabalho que produz mais-valia, para tanto, precisa ser assalariado, ter seu salário pago com capital e estar situado na esfera da produção, considerando que as mercadorias é que incorporam o valor excedente.

Embora o trabalho improdutivo seja assim entendido porque não produz mais-valia, discutimos, ainda no segundo capítulo, que nem todo trabalho improdutivo é sinônimo de desnecessário ao capitalismo. Para a continuidade do ciclo de reprodução do capital, requisitam-se trabalhos que desempenham outras funções além da produção de mercadorias, como as atividades de compra e venda, realização de pagamentos, contabilidade e supervisão do processo de trabalho, entre outras.

Todo trabalho improdutivo, inserido no ciclo de reprodução do capital, seja na esfera da produção, seja na circulação, é pago com capital variável e necessário ao conjunto do capital por contribuir diretamente com a valorização do capital mercantil, assim, se continua o ciclo de reprodução do capital. Na esfera da circulação, o capital mercantil consome trabalho improdutivo, já, no capital comercial, tal trabalho desempenha funções de compra e venda de mercadorias, as quais, por sua vez, se realizam em capital-dinheiro — D' — quando vendidas, com a mediação do capital bancário que faz a circulação de valor em geral, o comércio de dinheiro.

O trabalho improdutivo, necessário ao ciclo de reprodução do capital, significa custo ao capitalista, porque é trocado por capital variável não repostado, visto que o tempo de trabalho despendido não produz nenhuma mercadoria, por isso não há produto para incorporar valor. Por outro lado, todo trabalho improdutivo, que não compõe o ciclo de reprodução do capital, é trocado por renda e desnecessário ao capital no sentido de sua valorização, posto que não exerce função que contribua com a valorização do valor.

Iniciamos o terceiro capítulo intitulado “Contribuições da filosofia adorniana para a problematização da concepção capitalista de trabalho (im)produtivo”, abordando o modelo de pensamento proposto por Theodor Adorno, no qual os conceitos organizam e se articulam de forma constelacional. Nessa configuração teórica, os dispositivos conceituais aliam-se a vários outros, na tentativa de se aproximar de uma expressão mais fiel sobre o objeto que tentam explicar. Nesse sentido, o pensar constelativo evidencia, ao realizar essa tarefa, que os conceitos não podem abarcar a totalidade do real de modo absoluto e autoritário. Todavia a sociabilidade capitalista torna absoluta a configuração da constelação do conceito de trabalho produtivo; ainda que cada estrutura constelacional seja gestada em determinado contexto histórico-social, portanto, alterável, no caso da lógica da produção capitalista, há a pretensão de torná-la imóvel e, com isso, privar os conceitos de novos sentidos, da possibilidade de serem qualitativamente diferentes do que por ora são.

Como a criação de mais-valia constitui o único parâmetro para designar o trabalho produtivo, e, considerando que essa é a finalidade última do modo capitalista de produção, disso decorre que o princípio de identidade que o caracteriza frente a outros modos de produção, de fato, é a extração de mais-valia. Nesse sentido, também abordamos, no terceiro capítulo, a mais-valia enquanto princípio de identidade do capitalismo e as implicações de tal identidade fundada na exploração do ser humano pelo ser humano.

No penúltimo capítulo, apresentamos o conceito adorniano de não-idêntico, de modo a estabelecer discussão com o trabalho (im)produtivo. O não-idêntico não é apenas o que diverge da identidade dominante, é, sobretudo, o que a faz transcender qualitativamente. A não-identidade deve tomar lugar da identidade, se confrontar com aquilo que se apresenta com totalidade, nesse sentido, o trabalho produtivo como não-idêntico ao modo de produção capitalista é todo e qualquer trabalho que, de acordo com seu caráter concreto, se volta ao benefício do ser humano, para suprir suas necessidades tanto do espírito quanto do estômago, isto é, o trabalho produtivo em geral não subordinado ao capital, que não produz riqueza na forma do capital.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado “Um outro trabalho produtivo é possível!” formulamos uma constelação conceitual própria do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo, isto é, produtivo sem ser deletério ao ser humano, sendo

composta pelos seguintes conceitos: a) trabalho somente de caráter concreto, b) reino da liberdade e trabalho associado, c) tempo livre e, por fim, d) experiência formativa.

Na sequência, abordamos algumas expressões do não-idêntico presentes no modo de produção capitalista, as quais são alvos de fragmentação pelo princípio de identidade. Citamos as lutas travadas pelos sindicatos combativos e movimentos sociais antiopressões que têm, como fim último, a abolição da sociedade de classes. Assim, apontamos para a necessária e urgente ruptura com o princípio de identidade vigente, pois, em síntese, a implicação é que este estabelece uma relação contraditória: o trabalho que é produtivo para o capital é improdutivo para o trabalhador. Ou seja, partindo do entendimento de que o trabalho (im)produtivo pode ser não-idêntico ao capitalismo, indicamos que somente assim será, isto é, tomará materialidade efetiva quando o trabalho não for determinado pela forma de sociabilidade do capital; e, portanto, será preciso romper com o princípio de identidade vigente, o que significa a superação desta própria sociabilidade.

Para encerrar o último capítulo, abordamos a questão do agente revolucionário para tal tarefa. Considerando que a mais-valia é o princípio de identidade do modo capitalista de produção, com efeito, os trabalhadores que nesses termos despendem trabalho produtivo e improdutivo/necessário, podem ser entendidos como agentes que desempenham papel estratégico no processo de ruptura do capitalismo; contudo isso não quer dizer que devem atuar de forma isolada para promover a superação da sociabilidade do capital. Para tanto, defendemos que o sujeito com potencial revolucionário, é a classe trabalhadora como um todo. Nessa direção, compreendemos que é preciso unir o conjunto da classe trabalhadora, através da aliança dos trabalhadores produtivos com os trabalhadores improdutivos/necessários e com os trabalhadores improdutivos/desnecessários ao capital — estes já está numa condição de não-idêntico à sociedade capitalista. Portanto, cabe às manifestações do não-idêntico, em especial, aos movimentos sociais e aos sindicatos combativos, a imprescindível união da classe explorada contra a classe que a explora, tendo em vista o reino da liberdade.

1. COMPOSIÇÃO DA CONSTELAÇÃO CONCEITUAL DO TRABALHO (IM)PRODUTIVO SITUADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Tratar do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo, configurados no contexto das relações de produção que, por ora, dominam, é tratar do trabalho subsumido ao capital. Assim, para melhor compreender o conceito que norteia essa pesquisa, é necessário abordar, primeiramente, os elementos conceituais diretamente articulados à subsunção do trabalho ao capital. Por essa razão, no primeiro capítulo de nosso estudo, tratamos dos seguintes conceitos marxianos: a) o trabalho enquanto categoria fundante do ser humano; b) o duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato; c) mercadoria; d) força de trabalho mercadoria e e) mais-valia. Consideramos tais conceitos como os principais a compor a constelação conceitual⁴ do trabalho (im)produtivo conforme a concepção capitalista, sendo, portanto, fundamentais para, em seguida, adentrarmos a análise crítica de Marx sobre essa concepção.

A constelação conceitual proposta por Adorno, baseada na filosofia benjaminiana, denota a ideia de que um conceito isolado é insuficiente para explicar qualitativamente sobre o movimento do real e suas múltiplas determinações. Para desempenhar tal tarefa, ainda que nunca seja realizada em sua totalidade absoluta, convém estruturar, de forma constelacional, conceitos que contribuem mais para explicar a dinâmica própria das relações objetivas que se busca compreender. Assim, pensar de modo constelatório é fazer com que conceitos que se entrecruzam ao iluminar determinado objeto sejam postos na mesma constelação, para que, juntos, signifiquem algo a mais do que quando fragmentados; por conseguinte, é possível ter um conhecimento mais apurado sobre aquilo que eles iluminam, e a partir disso, apontar os limites e fazer vir à tona as condições para transformar o que, do objeto em questão, for necessário.

É por esse motivo que, neste capítulo, apresentamos, de forma constelacional, os conceitos centrais que compõem a constelação do trabalho (im)produtivo segundo a lógica imanente do capitalismo. Há tempo, ressaltamos que a forma constelacional de apresentar e entender os conceitos não é a requerida pela perspectiva capitalista,

⁴ Aprofundaremos na seção 3.1

o que impera nesta é um sistema fechado, autointitulado de eterno e inalterável. Pensar por meio de constelação conceitual é um modo crítico de examinar o real, é se contrapor a sistemas com pretensão de dominação, sendo explicitadas as contradições e limites que pretendem a todo custo ocultar, já que são elementos pressupostos para justificar a exploração.

1.1 Trabalho: categoria fundante do ser humano

O conceito de trabalho possui grande relevância na teoria marxiana, pois trata-se da categoria fundante do ser humano. Segundo Friedrich Engels (1820-1895), em seu texto intitulado *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem* (2004), por milhares de anos, ocorreu o processo de transição do macaco em ser humano. Uma raça de primatas antropomorfos deu um passo decisivo na transformação do animal irracional em animal racional na forma hominídea⁵, à medida que realizava novas funções com as mãos, as quais foram se aperfeiçoando nas atividades cada vez mais complexas que executavam.

Antes da primeira lasca de sílex ter sido transformada em machado pela mão do homem, deve ter sido transcrito um período de tempo tão longo que, em comparação com ele, o período histórico por nós conhecido torna-se insignificante. Mas já havia sido dado o passo decisivo: a mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração (ENGELS, 2004, p. 13).

Assim, em um largo curso temporal, as mãos foram desenvolvendo destreza e adquirindo diferentes habilidades de acordo com as ações que desempenhavam os primatas em transformação. Concomitante ao aperfeiçoamento das mãos, desenvolveram o andar ereto, o que provocou modificações no corpo e no organismo em geral, como o próprio desenvolvimento do cérebro e da fala. Uma vez que as

⁵ “[...] pesquisas arqueológicas e antropológicas indicam que a primeira forma hominídea (*Australopithecus anamensis*) surgiu sobre a Terra há cerca de 4 milhões de anos e que a evolução que levou ao aparecimento da forma hominídea de que descendemos (*Homo sapiens*) culminou há cerca de 100 mil anos” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 37).

atividades manuais se tornavam conscientes por aquela espécie que as realizava, de modo que instrumentos de caça e de pesca começaram a ser elaborados, essas atividades resultaram no que podemos chamar de forma embrionária de trabalho.

Essas atividades, cada vez mais praticadas, foram ganhando características específicas, configurando o que denominamos trabalho. Dele, portanto, emergiu um novo tipo de ser, a espécie humana. É importante dizer que o desenvolvimento de um ser que culminou numa espécie inédita, com características diferentes de todas as formas vivas presentes na natureza até então, ocorreu por meio do trabalho como atividade que surgiu das exigências colocadas pela própria necessidade de assegurar a sobrevivência e a reprodução,

pois primeiramente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física (MARX, 2004, p. 84).

Desse modo, em um processo de milhares de anos, grupos de primatas homínídeos começaram a realizar atividades manuais cada vez mais complexas e, tendo em vista a necessidade de sobrevivência, começaram a elaborar instrumentos para obter alimentos. Assim: “O trabalho começa com a elaboração de instrumentos” (ENGELS, 2004, p. 22), mediante a atividade que se configurou em trabalho ao criar instrumentos para suprir as carências de ordem física é que desencadearam transformações substantivas nesses seres. Essa transformação por meio do trabalho propiciou, pouco a pouco, o processo de humanização, no qual o ser humano se constitui como tal.

Nesse sentido, a raça humana é fruto do trabalho, por intermédio dele transforma-se, transforma a natureza e sua relação com ela, além de mudar os demais seres humanos, também integrantes da natureza. Enquanto animal irracional, submetia-se às leis da natureza; o racional, na contramão, por meio do trabalho, passa a dominá-las. O que o ser humano é, ou seja, suas características e particularidades próprias que, hoje, lhe são intrínsecas enquanto pertencente ao gênero humano, resultam do que adquiriu no decurso de sua evolução ao realizar a atividade denominada trabalho. O trabalho é, portanto, singularidade humana.

Ao mesmo tempo, a própria atividade de trabalho desenvolve-se junto ao desenvolvimento de seu agente. A forma embrionária de trabalho surge como resposta às necessidades de manutenção da vida, mas essa atividade se desenvolve a ponto de não só satisfazer as demandas da matéria, como também de atender às carências do espírito. Em outras palavras, a evolução da espécie humana vincula-se, fundamentalmente, ao desenvolvimento, à diversificação e à complexificação da atividade trabalho; de início, a caça e a pesca, depois, a agricultura; mais tarde, a tecelagem, a elaboração de metais, entre outros, até, finalmente, a ciência (ENGELS, 2004). Nesse sentido, Marx assevera:

Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. Nas mais antigas cavernas, encontramos ferramentas e armas de pedra. Além de pedra, madeira, ossos e conchas trabalhados, também os animais domesticados desempenharam um papel fundamental como meios de trabalho nos primeiros estágios da história humana (MARX, 2017, p. 257).

Assim, a formação do gênero humano propriamente dito resulta do trabalho e, de forma dialética, o trabalho é produto próprio do ser humano, é uma atividade especificamente humana que exprime as faculdades desse gênero, as quais advêm do próprio trabalho, tendo em vista que essa atividade vital expressa as aquisições de todo percurso que o ser humano traçou na sua história. Suas faculdades são objetivadas pela atividade trabalho, ao mesmo tempo em que ele revela o desenvolvimento das faculdades humanas, pois, como assinalamos, ao criar e operar os instrumentos de trabalho, o primata em transição foi desenvolvendo suas capacidades e, paulatinamente, configurando-se em ser humano.

Dito de outro modo, a atividade trabalho desencadeou modificações fisiológicas e anatômicas naqueles que a executavam, as quais conduziram, por sua vez, à transformação do próprio organismo, assim como os órgãos dos sentidos adquiriram novas qualidades conforme a elaboração e o uso de instrumentos de trabalho, ainda que rudimentares. Portanto, podemos afirmar, a partir de Marx, que o processo de hominização que culminou na espécie humana, diferenciando-a dos

demais animais, decorreu do trabalho como atividade vital realizada de forma consciente.

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal (MARX, 2004, p. 84).

Nesses termos, o trabalho é a atividade consciente voltada ao objetivo de suprir necessidades, é por meio do trabalho que o ser humano se apropria das matérias que são próprias da natureza e as aprimora, de modo que, dialeticamente, ao desenvolver as forças da natureza e suas potências até então ocultas, também se desenvolve; ao modificar o conjunto dos objetos naturais pela atividade de trabalho, submetendo as forças da natureza à satisfação de suas demandas, o ser humano transforma a si mesmo, assim como a natureza sobre a qual atua.

No que se refere à transformação da natureza por meio do trabalho, é importante destacar que Marx denomina “objeto de trabalho” os meios de subsistência do ser humano, os quais preexistem na natureza, ou seja, independem de sua intervenção. Já o objeto de trabalho transformado pelo ser humano, via atividade de trabalho, é denominada “matéria-prima”:

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem a fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, que é seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado dos seus veios. Quando, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado (MARX, 2017, p. 256).

Com base nesse percurso reflexivo, perguntamos: do que se trata, exatamente, essa atividade que origina a espécie humana, que a transforma e modifica, constantemente, a natureza, ao retirar dela os meios de produção e de subsistência, denominada trabalho? É sabido que, para Marx (2017), o ser humano é o único capaz de transformar a natureza por meio de ação previamente orientada, isto é, ação consciente, que tem, como finalidade, a resolução de uma necessidade concreta. Em outras palavras, o trabalho, a atividade conscientemente subordinada à vontade humana, pressupõe atividade mentalmente antecipada, primeiro, construída no âmbito das ideias, no sentido de que determinada ação e seu resultado projetam na consciência antes mesmo de se efetivar na prática.

Trata-se de uma objetivação própria do ser humano, da qual decorrem outras objetivações ideadas na consciência e orientadas a um fim. Como vimos, pelo trabalho, o ser humano transforma a natureza e se transforma, de tal modo que o trabalho promove o intercâmbio entre o gênero humano e a natureza. Conforme o Capítulo V de *O Capital*, o processo de trabalho é composto por três momentos: “[...] a atividade adequada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2017, p. 256). Chagas, com referência a esta passagem, afirma que o trabalho não é “apenas” a condição necessária do intercâmbio material entre homem e natureza, e aprofunda o entendimento acerca dos elementos que envolvem tal categoria:

[...] ele [o trabalho] não deve ser entendido, como alguns pensam, apenas como condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, pois Marx fala, em *O Capital*, que o trabalho envolve: 1. o próprio trabalho, que é também intercâmbio entre trabalho e trabalho (os diversos ramos de trabalho), ou seja, uma atividade social, coletiva, com vistas a um fim; 2. uma atividade que se aplica à natureza, o objeto universal do trabalho humano; e 3. os seus meios, ferramentas, instrumentos, com os quais o homem transforma a natureza (CHAGAS, 2012, p. 5).

Todavia, para que haja maior precisão conceitual sobre a categoria trabalho, é preciso definir melhor o significado de intercâmbio entre ser humano e natureza por meio do trabalho. Para tanto, temos, como pressuposto, que o ser humano faz parte da natureza e, concomitantemente, é natureza transformada:

Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p. 84).

Disto decorre que, malgrado existam atividades em que os objetos de trabalho, preexistentes na natureza, não sejam transformados em matéria-prima, ainda assim, podemos considerá-las como trabalho, tendo em vista que transformam o próprio ser humano, o qual também é natureza. Em síntese, não são apenas aqueles que modificam diretamente as matérias da natureza, que realizam o intercâmbio com ela, que adquirem novos conhecimentos, habilidades e que se transformam. Por isso, o conceito de trabalho pode referir-se a todas as atividades que não transformam diretamente as matérias da natureza, mas que transformam a natureza de modo indireto ao modificar o próprio ser humano. Em outras palavras, o intercâmbio com a natureza também ocorre ao transformar o gênero humano e não apenas quando este transforma as matérias da natureza.

Soma-se à perspectiva de que o trabalho, no que se refere ao intercâmbio entre ser humano e natureza, não é apenas a transformação da matéria natural, ao fato de que tal mudança também a que ocorre na relação do ser humano com outro ser humano, a qual é igualmente uma relação com a natureza, considerando, ainda, que o ser humano é natureza que se autotransforma. Nesse sentido, Marx assevera que o trabalho só possui relação com a natureza na medida em que, na produção, os seres humanos desenvolvem vínculos, inclusive, só produzem se houver certa colaboração entre eles.

Na produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando entre si de um modo determinado e trocando entre si suas atividades. Para produzirem, contraem determinadas ligações e relações mútuas, e é somente no interior desses vínculos e relações sociais que se efetua a sua ação sobre a natureza, isto é, que se realiza a produção (MARX, 2010, p. 45).

Já que a ação do trabalho sobre a natureza só se efetiva pelas relações sociais que decorrem do próprio trabalho, ao construírem uma ferramenta, como um machado, os envolvidos em tais relações adquiriram um novo conhecimento e uma nova habilidade, logo, os que construíram a ferramenta já não são mais os mesmos. Além disso, quando construírem outro machado, haverá, como referência, a experiência acumulada da construção anterior, podendo, dessa maneira, aperfeiçoar cada vez mais os próximos machados a produzir. Portanto, as ferramentas de trabalho resultam de certo grau de desenvolvimento de processos de trabalho anteriores, são meios de trabalho que atuam como mediação das atividades executadas pelo ser humano sobre as matérias da natureza.

Ou seja, o homem sempre trabalha utilizando instrumentos; e faz parte do próprio caráter racional do seu trabalho o fato de que a produção não seja produção mediata; a relação entre homem e a natureza é mediatizada por um instrumento produzido, que não se encontra já pronto e acabado na natureza (NAPOLEONI, 1981, p. 113).

Suprem-se as necessidades do ser humano por meio do trabalho, o qual condensa todo o desenvolvimento de processos, antecede tais necessidades, e contribui para aperfeiçoar os instrumentos de trabalho. Podemos afirmar que o trabalho se objetiva nos instrumentos; na medida em que se incorporam ao trabalho, ao mesmo tempo, resultam de trabalho passado, ou seja, de trabalho morto. Concomitantemente, ao aperfeiçoar novas formas de instrumentos de trabalho, também surgem novas necessidades ao ser humano, as quais o impulsionarão a novas objetivações. Assim, o trabalho pode ser concebido como atividade intencional na qual o ser humano age sobre a natureza, e nela interage, satisfaz necessidades e cria novas.

Afirmar que, no ato de trabalho, a natureza se transforma, implica dizer, por conseguinte, que a realidade, como um todo, também se transforma. Isso inclui não somente o agente do trabalho que projetou, na consciência, o resultado provável de determinada ação. Da transformação da natureza decorre a transformação da própria sociedade, pois além de mudar a si próprio, o outro também se transforma, de modo que há uma articulação mútua entre a modificação da natureza e a do ser humano, o qual não deixa de ser parte integrante da natureza, conforme vimos. Em suma, ao

transformar a natureza, por meio do trabalho, as relações sociais também se transformam, assim como, de modo geral, a própria realidade modifica-se.

No que se trata do conhecimento produzido no processo de trabalho, embora de início singular, aos poucos, torna-se abrangente e genérico até transformar-se em patrimônio da sociedade, no sentido de que passa a ser de domínio da humanidade. No que tange à transformação da natureza pelo trabalho e, em consequência, a transformação do ser humano, a das relações sociais e a da realidade como um todo, considerando o conhecimento generalizado, Lessa e Tonet mencionam a organização social dos seres humanos ainda na condição de primitivos:

[...] o trabalho e seus efeitos já se faziam presentes mesmo nesse ambiente primitivo, ao coletarem seus alimentos, os homens iam conhecendo a realidade, e esse conhecimento era generalizado por todos os membros do grupo. Com o tempo, esses bandos foram capazes de produzir ferramentas cada vez mais desenvolvidas e foram conhecendo cada vez melhor o ambiente que viviam. Com o desenvolvimento das forças produtivas, os bandos puderam aumentar de tamanho e se complexificaram. Indivíduos e sociedade já naquele momento estavam em permanente evolução (LESSA; TONET, 2008, p. 54-55).

Nesses termos, podemos presumir que o trabalho tem caráter social tanto porque resulta de acúmulo social de inúmeros conhecimentos produzidos ao longo da história, como porque o ato de trabalhar promove a transformação da realidade concreta de toda a sociedade ao inaugurar novas possibilidades e necessidades à vida coletiva. Por conseguinte, podemos afirmar que o trabalho funda a sociabilidade humana, que a interação do ser humano com a natureza e a recíproca transformação por meio do trabalho representa o marco da sociedade, a sua constituição. Ademais, o trabalho não é uma atividade isolada, ele realiza-se de forma coletiva e, por isso, possui dimensão social na medida em que, para a produção de sua existência, o ser humano estabelece relações de produção.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade

dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade [...] (MARX, 2008a, p. 47).

As relações sociais de produção fundam-se na propriedade econômica das forças produtivas e correspondem ao seu nível de desenvolvimento. Elas compreendem os meios de produção (os objetos, os instrumentais de trabalho) e a força de trabalho, atributo dos seres humanos. Isso significa que as relações de produção mudam conforme as forças produtivas, bem como a sociedade se constitui e se altera com características próprias a partir do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Seja a sociedade escravista, seja a feudal, seja a burguesa, elas expressam um conjunto de relações sociais de produção de uma forma específica e um determinado desenvolvimento das forças produtivas. Sobre tais questões, Marx afirma:

As relações sociais em que os indivíduos produzem, as relações sociais de produção alteram-se, portanto, transformam-se com a alteração e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças de produção. As relações de produção, na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e, na verdade, uma sociedade num estágio histórico e determinado de desenvolvimento, uma sociedade com caráter próprio, diferenciado (MARX, 2010, p. 46).

No que se refere às forças produtivas, alguns animais domesticados são usados como meios de trabalho e, devido à domesticação⁶, também são considerados produtos do trabalho, tendo em vista que a transformação gradual por que passaram

⁶ De acordo com Netto e Braz (2008), a comunidade primitiva perdurou cerca de 30 mil anos, período quando o ser humano desenvolveu a domesticação de animais e a agricultura, o que acarretou transformações significativas na sua relação com a natureza. Podemos considerar que a principal transformação decorrente da ação do ser humano sobre a natureza consistiu em um progresso no processo de trabalho, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e a formação de novas habilidades. Isso representou maior produtividade na atividade do trabalho e, por conseguinte, acréscimo de produção de alimentos, de modo que se produzia quantidade superior em relação à demanda de sobrevivência dos membros da comunidade. Surgiu, dessa forma, o excedente econômico e, com ele, a possibilidade de acumular os produtos do trabalho por meio da exploração do trabalho. Posta esta possibilidade, a comunidade é dividida de maneira antagônica, de um lado os produtores diretos e, de outro, os que se apropriam dos produtos resultantes do trabalho alheio, ou seja, do trabalho dos produtores diretos. “Quando essa possibilidade (de acumulação) e alternativa (de exploração) se tornam efetivas, a comunidade primitiva – com a propriedade e a apropriação coletivas que lhe eram inerentes – entra em dissolução, sendo substituída pelo escravismo” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 57).

foi realizada pelo ser humano mediante o trabalho. Entretanto convém ressaltar que, segundo Marx (2017), os animais não trabalham, haja vista que não possuem a capacidade de idear conscientemente uma ação e seu resultado, os quais respondam a uma demanda específica; eles não conseguem elaborar o projeto de um machado, por exemplo, muito menos construí-lo. Para abrir um coco, o macaco pode utilizar pedra ou madeira, elementos fornecidos pela natureza, mas não será capaz de agrupar a madeira e a pedra, transformando-as em um machado.

A atividade que os animais realizam para preservar sua vida, a atividade vital, determinada por herança genética, não transforma a natureza de forma consciente e proposital, apenas a modifica involuntariamente pelo instinto, de modo acidental; assim como eles não se transformam ao executar atividades próprias de suas espécies. Nas palavras de Engels:

Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, 2004, p. 23).

Logo, o surgimento da espécie humana, isto é, a ruptura e o afastamento da condição de primata ocorriam à medida que esse novo ser planejava conscientemente uma ação antes de executá-la, de acordo com o caráter intencional que esse ser inédito adquiria e projetava nas suas ações sobre a natureza. Em razão disso, considera-se o trabalho a base na qual se estruturou a origem do ser humano, a atividade fundante de todo o processo histórico de constituição do ser hominal⁷; sendo, como discutimos anteriormente, uma atividade específica do gênero humano, que transforma a natureza segundo uma ação planejada previamente, que responde a determinada necessidade.

Para ser mais exato, os animais transformam a natureza de modo involuntário, pelo instinto fixado biologicamente; já o ser humano transforma-a de forma única,

⁷ Embora o trabalho proporcione o desenvolvimento da espécie humana, isso não significa que o ser humano se reduz à atividade de trabalho. Ademais, outro elemento importante, já após o ser humano constituído como tal, é a luta de classes que permeia a história das sociedades.

consciente. Assim, o trabalho não existe em outra esfera que não seja a do trabalho humano. Diferente dos demais animais que, submetidos às determinações do código genético, se apropriam instintivamente dos elementos da natureza para se alimentar, o ser humano realiza a atividade de trabalho sem este estar atrelado a alguma determinação genética; pelo contrário, antes elabora, no plano da consciência, como vai interferir, dominar, controlar e modificar a natureza a seu favor, para, então, executar a ação de que necessita.

Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. Os animais destroçam a vegetação do lugar sem se dar conta do que fazem. Os homens, em troca, quando destroem a vegetação o fazem com o fim de utilizar a superfície que fica livre para semear trigo, plantar árvores ou cultivar a videira, conscientes de que a colheita que irão obter superará várias vezes o semeado por eles (ENGELS, 2004, p. 22).

Exemplos frequentemente usados para ilustrar tal concepção são as abelhas e as aranhas, animais que executam atividades determinadas geneticamente, sendo, portanto, meramente instintivas, visto que antes de esses animais construírem uma teia ou um favo de mel, eles não projetam, na consciência, a ação e o resultado da ação, tanto é que essas atividades serão executadas sempre da mesma forma. Nesse sentido, Marx explica da seguinte forma essa atividade livre e própria do ser humano, em um trecho de *O Capital* (2017) considerado célebre quando se trata da distinção entre o ser humano e os demais animais:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei, à qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2017, p. 256).

O trabalho enquanto atividade consciente diferencia o ser humano dos demais animais que apenas executam atividades mecânicas. Dado que a gênese do ser humano se funda no trabalho, ele é, por isso, sua atividade primária e central, pois, por meio dele, ocorre a produção e reprodução da vida humana. Assim sendo, é a condição da existência do ser humano, já que, sem ele, a vida humana não se reproduziria.

Em suma, o trabalho é uma necessidade natural e eterna do ser humano, nasce simultaneamente com ele e somente existe enquanto o ser humano existir, independente, porém, do modo de produção. Nesse sentido, de acordo com Marx, o ser humano cria e produz a partir da natureza, então, é nela que o trabalho se realiza: “O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível (sinnlich)*. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz” (MARX, 2004, p. 81). Por conseguinte, a importância da natureza reside em ela proporcionar a vida para o ser humano, tendo em vista que fornece seus elementos naturais à atividade vital produzir o que é útil às necessidades humanas. Nas palavras do autor:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2017, p. 255).

Outro elemento que diferencia a atividade executada pelo animal daquela que o ser humano realiza, o trabalho, é o fato de o animal produzir unicamente para si, ou, no máximo, para sua cria, apenas com a finalidade de não passar carência de ordem física. A produção dos animais é unilateral, já, a do ser humano, universal, sem que haja a necessidade de suprir uma carência imediata, seja de ordem física, seja

espiritual. Nessa perspectiva, a atividade produtiva realizada pelos animais é completamente distinta do produzir humano.

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, o castor, formiga, etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou para sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física e imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela (MARX, 2004, p. 85).

Tal produção, caracterizada como atividade consciente e livre, atrela-se à vida genérica do ser humano, pois na produção consciente do mundo objetivo, ele afirma-se enquanto ser genérico na medida em que também se relaciona de forma consciente com os demais da sua espécie e, desse modo, se reconhece como gênero humano, como ser universal (MARX, 2004). Por isso, é um equívoco determinar o ser humano como individual, já que ele se afirma e se realiza nas relações próprias da vida do seu gênero. Chagas sintetiza a reflexão:

[...] trabalho é, para Marx, uma atividade complexa, que envolve: 1. a relação do homem com o objeto, o produto, o resultado da objetivação de seu trabalho; 2. a relação do homem com o próprio trabalho, com a sua própria atividade produtiva; 3. a relação do homem com a sua vida genérica (a sua genericidade, o seu ser genérico) e, por fim, 4. a relação do homem com outros homens (CHAGAS, 2012, p. 5-6).

Assim, o trabalho, consoante ao que discutimos, é mais do que um simples conceito pertencente a uma teoria: “Trata-se, na verdade, de uma categoria – um elemento conceitual a partir do qual se estabelece a ordem de uma ciência” (RANIERI, 2011, p. 131). Em última instância, não haveria vida humana não fosse o trabalho que em sua forma originária ocorre por meio da materialização da ideia, ou seja, a objetividade posta.

1.2 O duplo caráter do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato

Tratamos, inicialmente, do conceito marxiano de trabalho, a atividade livre e consciente que elevou o ser do estado de animalidade primitiva à categoria de humano, sendo o trabalho, portanto, fundante do ser humano. Esse trabalho é compreendido como trabalho concreto, isto é, útil enquanto condição de existência do ser humano, todavia o trabalho deixa de ser exclusivamente útil-concreto uma vez que produz mercadorias. Ganha, então, uma dupla forma: por um lado é trabalho concreto, por outro, trabalho abstrato. Cabe ressaltarmos, antes de especificar cada qual, que o duplo caráter do trabalho não significa que se trata de atividades diferentes, é uma mesma atividade analisada sob dois ângulos diferentes.

O aspecto concreto e positivo do trabalho refere-se àquele criador de valores de uso, o trabalho que produz algo útil, que satisfaz uma necessidade sem ser posto numa relação de troca. Também possui uma dimensão qualitativa, pois o valor de uso, como produto do trabalho em seu caráter concreto, determina-se, qualitativamente, de acordo com seus atributos, conforme suas características particulares, suas propriedades específicas, as quais distinguem um valor de uso de outro; bem como os trabalhos que produzem os valores de uso também são qualitativamente diferentes: “Assim como o casaco e o linho são valores de uso qualitativamente distintos, também o são os trabalhos que os produzem – Alfaiataria e tecelagem” (MARX, 2017, p. 119).

Dessa forma, tendo em vista que os valores de uso são qualitativamente diferentes, a qualidade de determinado produto não está relacionada ao tempo que levou para ser produzido, pois: “o trabalho concreto é o aspecto do trabalho que não pode ser avaliado e medido em termos quantitativos enquanto gasto de trabalho medido em tempo” (ANTUNES, 2018a, p. 90). Assim, a medida qualitativa de um produto diz respeito à qualidade da matéria e dos instrumentos utilizados para sua produção, além das habilidades dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo.

A boa ou a má qualidade de um produto não possuem qualquer relação com *chronos* e a demora no tempo para se fabricar, mas apenas com a qualidade sensível da matéria e dos instrumentos empregados e das habilidades produtivas e sensíveis do trabalhador (ANTUNES, 2018a, p. 90).

Dizer que o trabalho concreto cria valor de uso significa que o produto do trabalho possui, em sua forma “natural”, um valor socialmente útil, ou seja, produz valores de uso necessários à produção e à reprodução humanas. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 2017, p. 114). Em outras palavras, o trabalho concreto é a atividade útil que cria valor de uso para satisfazer as necessidades físicas e espirituais do ser humano. Os meios de subsistência indispensáveis ao ser humano, a saber, os valores de uso, são produzidos pelo seu próprio trabalho no que tange ao aspecto concreto, por isso denomina-se trabalho útil: “O trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamaremos aqui, resumidamente, de trabalho útil” (MARX, 2017, p. 119).

O trabalho concreto é a atividade dirigida, na qual o ser humano se apropria da matéria fornecida pela natureza, transforma e a adequa ao seu uso, com a finalidade da produção e da reprodução social. Em suma, o produto do trabalho, sob o seu caráter concreto, o valor de uso, é a objetivação da resposta da consciência à determinada demanda, isto é, à necessidade humana, bem como o que possibilita a base material na esfera das necessidades. Nesse sentido, o trabalho concreto pode ser compreendido como necessidade natural do ser humano para preservar sua existência. Por isso, assinala Marx, o trabalho concreto como gerador de valor de uso está presente em todas as formas de sociabilidade humana:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e a natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 2017, p. 120).

O trabalho concreto independe de qual seja a forma de sociabilidade humana, apesar de situado no modo de produção capitalista: “a produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle [...]” (MARX, 2017, p. 255). Independente da forma de sociabilidade humana, o casaco satisfaz a necessidade da vestimenta para a proteção

do frio, portanto, nisto reside seu valor de uso, ou em outras palavras: “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo (MARX, 2017, p. 114). No mais, para que seja produzido, é preciso que diversos trabalhos úteis, qualitativamente diferentes, adequem certos elementos da natureza para tal finalidade.

Assim, como afirmamos anteriormente, as matérias da natureza convertem-se em valores de uso consoante às necessidades do ser humano, por meio do trabalho, sob seu aspecto concreto. No que se refere aos valores de uso, Marx aponta que: “Os valores de uso formam o conteúdo material [*stofflichen Inhalt*] da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2017, p. 114). Entretanto é importante destacar que o trabalho não pode ser considerado a única fonte a produzir valores de uso, haja vista que a própria natureza produz o substrato material para o valor de uso: “A natureza é a fonte dos valores de uso (os valores de uso são, de fato, a riqueza real!) tanto quanto o trabalho, trabalho que é a expressão de uma força natural, a força de trabalho do homem” (MARX, 2004a, p. 101).

O trabalho e a natureza são fontes de riqueza material; a soma de diversos trabalhos socialmente úteis e qualitativamente diferentes produz a riqueza material, ou seja, valores de uso, alterando as formas da matéria a partir do substrato material existente na natureza. Um casaco, portanto, resulta do intercâmbio da ação intencional do ser humano sobre a natureza; é a soma de inúmeros trabalhos concretos que operaram sobre as matérias da natureza. Todavia, embora a natureza também produza valores de uso, suas forças são diferentes da força de trabalho humana, conforme já abordamos.

A força de trabalho humana se diferencia das outras forças da natureza – como as forças animal e mecânica – por seu caráter teleológico e consciente. Enquanto as forças espontâneas da Natureza, animal ou mecânica, agem sem consciência sobre ela, o homem age com uma força racional e diligente (ANTUNES, 2018a, p. 86-87).

Um ponto que merece atenção é o fato de que, embora o trabalho possua, por um lado, o caráter concreto, o qual é produtor de valor de uso, ele não se resume a uma mera atividade que cria produtos. O trabalho concreto incorpora as necessidades que surgem na vida humana, objetivando-as, indo além da mera criação de produtos.

Podemos entender, a partir de Marx, que é impossível eliminar da vida humana o caráter concreto do trabalho, haja vista que, somente por meio dele, se satisfazem as necessidades humanas, por isso, tem lugar fundamental na reprodução da vida humana. Nesses termos, podemos considerar que, além de o trabalho concreto ser inseparável dos seres humanos, ele possui dimensão primária, no sentido de que, a partir dele, se origina o ser humano e, ao mesmo tempo, o trabalho concreto constitui o ponto de partida para as respostas às necessidades humanas.

O trabalho, apreendido em seu aspecto duplo, é mais bem compreendido quando se empregam dois termos distintos, cada um para se referir a um aspecto do trabalho. Um deles, *work*, caracteriza o trabalho na sua dimensão concreta e qualitativa, voltada à produção de valores socialmente úteis, elemento fundante do ser humano e seu intermediário deste com a natureza, por isso, o seu estatuto central na vida humana. O outro termo é *labour*, que expressa o caráter abstrato do trabalho, criador de valor, e é avaliado quantitativamente, calculado como trabalho socialmente necessário enquanto medida para o valor de troca. Em uma nota de *O Capital*, Engels explica que:

A língua inglesa tem a vantagem de ter duas palavras para esses dois diferentes aspectos do trabalho. O trabalho que cria valores de uso e é determinado qualitativamente é chamado de *work*, em oposição, a *labour*; o trabalho que cria valor e só é medido quantitativamente se chama *labour*, em oposição a *work* (ENGELS apud MARX, 2017, p. 124).

Transformar a natureza, tanto suas matérias quanto o próprio ser humano — é parte integrante da natureza — demanda dispêndio de energia, de ordem física ou psíquica, dos agentes do trabalho, os que detêm a força de trabalho: os trabalhadores. Em outras palavras, para que a ação humana sobre a natureza alcance seus fins planejados previamente, será despendida energia física e intelectual, e independente do ramo de trabalho, todos têm em comum tal gasto. Ocorre que a atividade de trabalho, considerada separadamente das suas características específicas, de suas qualidades — isto é, considerada na produção de mercadorias somente como mero dispêndio — adquire caráter abstrato.

O trabalho, em seu caráter abstrato, trata-se do *quantum* de trabalho gasto na produção de determinada mercadoria, isto é, o desgaste fisiológico, o esgotamento físico muscular e o dispêndio de esforço intelectual do trabalhador ao operar na produção de mercadorias, medida pelo tempo demandado, igualmente gasto. Na sociedade do modo de produção capitalista, as qualidades úteis e concretas do trabalho são abstraídas com a finalidade de permitir a troca de mercadorias qualitativamente diferentes. Nessa direção, o caráter abstrato do trabalho é o trabalho apartado da sua forma útil e concreta, é o aspecto do trabalho onde ocorre o processo de abstração das suas determinações socialmente úteis e, sob esse aspecto, é o trabalho que cria valor:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera valor das mercadorias (MARX, 2017, p. 124).

Uma vez que o caráter abstrato do trabalho representa apenas o quantitativo — a homogeneidade das diversas variedades de trabalho que se cristalizam nas mercadorias produzidas — o predomínio dele sobre o caráter concreto possui dimensão negativa, a criação da substância valor está à frente da satisfação das necessidades humanas: “[...] o trabalho, quando se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso” (MARX, 2017, p. 119). Nesse aspecto do trabalho, ele é medido quantitativamente e considerado como simples gasto de força fisiológica, no sentido do tempo médio de trabalho socialmente necessário para produzir de determinada mercadoria. Nesse panorama, a quantidade média de tempo de trabalho despendido na produção definirá o valor da mercadoria produzida.

Portanto, se em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale tão somente qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá, trata-se do “como” e do “quê” do trabalho; aqui, trata-se do seu “quanto”, de sua duração (MARX, 2017, p.123).

Dito de outro modo, o trabalho, do ponto de vista de seu caráter abstrato, vale em termos quantitativos, de acordo com o *quantum* médio de tempo de trabalho socialmente necessário a dada mercadoria — de acordo com uma média de tempo de trabalho socialmente necessária para produzir uma mercadoria. Sob tal perspectiva, o trabalho abstrato mede-se pelo tempo cronológico gasto para produzir determinada mercadoria, por isso uma mercadoria vale mais que outra, dependendo de quanto tempo de trabalho foi socialmente necessário à sua produção:

Assim, uma mercadoria pode valer mais ou menos que outra porque em seu corpo está contido mais ou menos dispêndio dessa substância valor, e porque gastou mais ou menos tempo de trabalho para ser fabricada (ANTUNES, 2018a, p. 89).

Agora que compreendemos em que consiste o duplo aspecto do trabalho, podemos partir para o estudo de um dos pilares fundamentais do modo de produção capitalista, a mercadoria.

1.3 Mercadoria

Marx inicia a primeira seção de *O Capital* com a análise crítica da mercadoria justamente porque, na sociedade capitalista, ela é considerada a própria riqueza: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma “enorme coleção de mercadorias” [...]” (MARX, 2017, p. 113). Em sua análise crítica, compreende-se a mercadoria como objeto externo, no sentido de estar separada daquele que a consome e, concomitantemente, por ser externa, é imprescindível ser possuída para que satisfaça uma necessidade. “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2017, p. 113).

Não importa a natureza das necessidades humanas que os valores de uso das mercadorias satisfazem, se provêm do estômago ou da fantasia, tampouco importa

como as mercadorias satisfazem tais necessidades. O que todas as riquezas, na forma de mercadoria, têm em comum é que são produtos do trabalho, além disso, assim como o trabalho, possuem um duplo caráter: são valores de uso e, ao mesmo tempo, de troca. Como valores de uso as mercadorias têm utilidades, satisfazem necessidades e possuem diferentes qualidades, e como valores de troca elas se diferem apenas quantitativamente: “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo [...]” (MARX, 2017, p. 114).

Marx assevera que a mercadoria constitui produto da duplicidade do trabalho, é objeto útil, tem valor de uso e é veículo material de valor, o qual se incorpora nela por meio do trabalho e é determinado pelo *quantum* de tempo médio de trabalho socialmente necessário à sua produção, conforme vimos há pouco. Portanto, a mercadoria, necessariamente, tem embutida em si essa dupla forma, é unidade de valor de uso e de valor, ao contrário de um artigo qualquer que pode ser somente valor de uso, ser útil sem ser valor, ou seja, sem ser mercadoria. “Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria” (MARX, 2017, p. 118-119).

Um produto pode satisfazer a necessidade de outra pessoa sem ser mercadoria, sendo valor de uso sem ser posto numa relação de troca: “O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias” (MARX, 2017, p. 119). Todavia, para um produto ser mercadoria, é imprescindível que além de ser valor de uso para outrem também esteja situado numa relação de troca⁸, para tanto, o produto não pode ser recurso instantâneo de sustento daquele que o produz:

Na existência do produto como mercadoria estão presentes determinadas condições históricas, pois, para se tornar mercadoria, o produto não pode ser produzido como meio imediato de subsistência do próprio produtor (MARX, 2017, p. 244).

⁸ Embora possam existir produtos que têm valor de uso, sem que tenham valor de troca, uma vez que só existe valor de troca “encarnado” em um valor de uso, isso indica a possibilidade de um conceito de produtividade para além da concepção capitalista. É o que estudaremos mais à frente no capítulo 3.

Acerca do valor contido na mercadoria, Marx aponta que expressa a substância social denominada trabalho, porém em seu aspecto abstrato, tal como vimos anteriormente. “Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2017, p. 116). Dito de outro modo, é o dispêndio do trabalho necessário à produção de dada mercadoria, cujo dispêndio é mensurado em tempo, que determina o seu valor: “Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado” (MARX, 2017, p. 117).

Há uma média do dispêndio de trabalho que constitui a substância formadora de valor, uma média de inúmeros trabalhos de propriedades diferentes que resultam em produtos qualitativamente diferentes, isto é, com valores de uso distintos materialmente, mas uniformizados a fim de que seja realizada a troca de mercadorias com qualidades diversas umas das outras, tendo como parâmetro de equivalência o trabalho nelas solidificado. Contudo convém entender adequadamente que não é o tempo de dispêndio físico e mental de um trabalhador isolado que definirá o valor de determinada mercadoria, ou a mensuração do tempo de trabalho de cada trabalhador individual, mas sim uma média de trabalho coletivo socialmente necessário para produzi-la. É a média do trabalho conjunto, trabalho como um todo no sentido social que determina o valor da mercadoria, e não o trabalhador tomado individualmente (CHAGAS, 2012). No mais, Marx explica no que consiste o entendimento sobre o tempo de trabalho socialmente necessário:

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (MARX, 2017, p.117).

Desse modo, o valor de determinada mercadoria continua o mesmo se o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção permanecer o mesmo. Todavia o tempo de trabalho muda conforme a força produtiva, a qual é determinada por inúmeros fatores, tais como a agilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e do emprego da tecnologia, a quantidade e a eficácia dos meios de produção, além das condições naturais (MARX, 2017).

Assim, quanto mais desenvolvida a força produtiva, menos tempo de trabalho executado para a produção, maior quantidade de valores de uso produzidos e menor o valor unitário da mercadoria. Também podemos dizer de outro modo: o valor de uma mercadoria aumenta quando é reduzida a quantidade de tempo de trabalho para a sua produção. No mais, “como valores, as mercadorias não são mais do que massas amorfas de trabalho humano” (MARX, 2017, p. 127).

No que se refere ao processo de produção de mercadoria, ele é realizado pelo trabalho sob o ponto de vista de seu caráter concreto, como produtor de valor de uso, o qual se difere qualitativamente de outros: “Ora, a alfaiataria que faz o casaco é um tipo de trabalho concreto diferente da tecelagem que faz o linho (MARX, 2017, p. 127). Já o trabalho, sob seu aspecto abstrato, encontra-se presente na mercadoria, uma vez que, para ela se realizar enquanto tal, é necessário que se estabeleça uma relação de troca, para tanto, um trabalho é equiparado a outro trabalho; de forma que as características que os diferenciam, entre suas formas úteis, não são consideradas. Os diversos trabalhos concretos necessários à produção das mercadorias são reduzidos à única semelhança que têm em comum: o fato de constituírem trabalho humano.

[...] A equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria, de fato, àquilo que é realmente igual nos dois trabalhos, a seu caráter comum de trabalho humano. Por esse desvio, diz-se, então, que também a tecelagem, na medida em que tece valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, trabalho humano abstrato (MARX, 2017, p. 128).

Considerando que as mercadorias somente se realizam no momento da troca (esse é seu destino!), a troca entre mercadorias exige o elemento da comparação, isto é, para que haja a troca entre casaco e linho, o trabalho do alfaiate é comparado ao do trabalho do tecelão; nessa comparação, eliminam-se as particularidades das formas desses trabalhos. “Não se trata mais, aqui, da qualidade, do conteúdo específico do trabalho, mas apenas de sua quantidade, do dispêndio da força de trabalho (*Arbeitskraft*), do trabalho abstrato” (CHAGAS, 2012, p.7). Portanto, o conteúdo comum a todas as mercadorias, é o trabalho em sua forma abstrata. Os diferentes trabalhos na forma concreta que se diferenciam qualitativamente são

reduzidos a uma forma genérica. No processo de abstração do trabalho contido nas mercadorias, as qualidades são anuladas, o próprio valor de uso é abstraído:

[...] a abstração dos valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada (MARX, 2017, p. 115).

Considerando-se, meramente, o que os diversos trabalhos contidos nas mercadorias têm em comum — o dispêndio de energia física e mental do trabalhador — o trabalho concreto reduz-se à condição de trabalho em geral, no qual os diferentes trabalhos são homogeneizados e, suas determinações concretas, abstraídas, restando apenas o trabalho a partir do ponto de vista de seu caráter abstrato, mecânico e simples. Nesse sentido, segundo Marx, quando as qualidades particulares do casaco e do linho, como artigos socialmente úteis, são postas de lado, o que resta é o trabalho em termos de quantidade de tempo gasto para a produção, resta o trabalho abstrato, o valor da substância mercadoria:

A alfaiataria e a tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, precisamente devido a suas diferentes qualidades; constituem substâncias do valor do casaco e do valor do linho somente na medida em que, abstraídas de suas qualidades específicas, ambas revelam possuir a mesma qualidade: o trabalho humano (MARX, 2017, p.122).

Acerca do valor de uma mercadoria, produto do trabalho abstrato na forma de dispêndio de trabalho, ele manifesta-se na relação de uma mercadoria com as demais, posto que toda mercadoria se destina a mudar de mãos. Dito de outro modo, o valor de troca expressa o valor num nível abstrato, é valor da mercadoria no ato da troca. Também é importante dizer que o trabalho abstrato somente se valida no ato da troca, fato que o torna uma categoria social, assim como o processo de troca de mercadorias possui objetividade social, tendo em vista que o valor contido na mercadoria só existe numa dada realidade social onde as próprias mercadorias estabelecem relação social entre elas. Um casaco, a título de exemplo, somente é suporte de valor por ter em si

trabalho acumulado, mas o valor nele contido tem apenas objetividade social, não natural:

Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos-mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural [*Naturstoff*]. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor [*Wertding*] (MARX, 2017, p. 125).

Quando se abstrai o valor de uso de um produto do trabalho, uma mesa, por exemplo, suas qualidades desaparecem, bem como o trabalho do carpinteiro também é abstraído. Portanto: “abstraindo o valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho” (MARX, 2017, p. 116). Em suma, o que se revela em comum nas relações de troca de mercadorias é o valor. “O elemento comum, que se apresenta na relação de troca — ou no valor de troca — das mercadorias, é, portanto, seu valor” (MARX, 2017, p. 116). O valor, substância abstrata, é um conteúdo invisível presente no valor de troca de toda mercadoria. O valor ampara a troca de mercadorias enquanto troca entre coisas equivalentes. Os valores de troca das mercadorias devem ser permutáveis entre si, ou ainda, possuir a mesma grandeza de valor; o valor de troca é, por isso, a forma de manifestação do valor.

Do ponto de vista do proprietário da mercadoria que a coloca para troca, ela não tem valor de uso para ele, pois, se tivesse, não a trocaria; o valor de uso contido na mercadoria é sempre valor de uso para o outro. “Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores” (MARX, 2017, p.160). De tal modo que o proprietário de uma mercadoria só a troca por outra que contiver valor de uso que satisfaça sua necessidade e que, além disso, possua valor equivalente à sua mercadoria, a mesma média de *quantum* de tempo de trabalho nela incorporado.

Na verdade, o único valor de uso que o proprietário da mercadoria vê nela é o seu valor, podendo, por isso, ser meio de troca: “Para ele, o único valor de uso que ela possui diretamente é o de ser suporte de valor de troca e, portanto, meio de troca” (MARX, 2017, p.160). Em uma nota de rodapé de *O Capital*, Marx esclarece que as

coisas têm duplo uso, como a sandália, por exemplo, cuja finalidade própria é calçar, enquanto valor de uso, mas também pode ser permutada por outro produto. No que concerne à troca, ela é quem relaciona uma mercadoria a outra na forma de valor e é nela que as mercadorias se realizam como valor, antes mesmo de se realizarem como valor de uso.

Por outro lado, elas têm de se conservar como valores de uso antes que possam se realizar como valores, pois o trabalho humano que nelas é despendido só conta na medida em que seja despendido numa forma útil para outrem. Mas se o trabalho é útil para outrem, ou seja, se seu produto satisfaz necessidades alheias é algo que somente a troca pode demonstrar (MARX, 2017, p.160).

A mercadoria só é mercadoria enquanto se situar em uma relação de troca, ou, em outras palavras, a mercadoria somente existe como tal quando posta numa relação de troca. Um produto que não está em uma relação de troca, ou seja, que não foi posto na esfera da circulação para ser trocado por outro, não é mercadoria. O produto casaco em sua forma natural é somente valor de uso.

A mercadoria, *a priori*, precisa do valor de uso a fim de estabelecer uma relação de troca com outra mercadoria, isto é, a condição para que uma mercadoria seja trocada por outra é a de que ela precisa agregar valor de uso; porém, ainda assim, seu valor de uso desempenha papel secundário, pois ele se realiza somente no consumo; já o valor de troca realiza-se antes do consumo, no ato da troca. Assim, os valores de uso das mercadorias, riquezas separadas dos agentes consumidores, só ingressam na esfera do consumo após o processo de troca. Nesse panorama, se o valor de troca não se realizar, o valor de uso também não se realizará. Logo:

O valor-de-troca é uma determinação estranha ao valor-de-uso, porque sob esta nova condição as necessidades humanas só serão satisfeitas na medida em que primeiro se realizar o valor-de-troca do produto (ANTUNES, 2018a, p. 29).

Isso posto, significa, portanto, que o duplo caráter do trabalho não representa uma combinação harmoniosa entre a sua forma abstrata e a concreta, o valor de troca

advindo do caráter abstrato do trabalho sobrepõe-se ao valor de uso. O conteúdo material da riqueza em sua forma original, quer dizer, o caráter útil de certo produto que é assim denominado por suprir as necessidades humanas, sejam da matéria, sejam do espírito, é condicionado a se tornar mero suporte do valor de troca; o valor de uso, contido na mercadoria, constitui apenas um meio para o valor de troca se realizar. Por isso, a mercadoria, como riqueza na forma social do capital, é a inversão da forma original da riqueza enquanto valor de uso, e igualmente, inversão da principal função dessa riqueza, a de satisfazer as carências da vida humana.

1.4 Força de trabalho como mercadoria

O trabalho, na sua forma concreta, cria valores de uso, produtos úteis que satisfazem necessidades; já em sua forma abstrata, cria valor a esses produtos, o qual se calcula com base no tempo médio socialmente gasto de forças físicas e mentais para a produção. Por isso a mercadoria tem incorporada em si trabalho concreto e trabalho abstrato. Os agentes do trabalho são aqueles que só têm a força de trabalho. Nesta seção, estudamos o trabalho em potência, isto é, a força de trabalho, dado ser imprescindível para a existência do modo de produção capitalista, o qual a reduz à forma mercadoria.

A força de trabalho como mercadoria é produto específico do modo de produção capitalista, ademais, é importante destacar que a estrutura econômica capitalista surge da estrutura econômica feudal (MARX, 2017). Na Europa, o acúmulo de riqueza monetária, resultante do desenvolvimento do comércio, proporcionou aos representantes do capital mercantil, como classe em ascensão, adquirir uma mercadoria inédita, fruto do roubo dos meios de produção dos produtores diretos, a força de trabalho.

Em meio à falência do modo de produção feudal, os grandes comerciantes constituíram a nascente burguesia, e no outro polo, esta classe minoritária produziu uma classe remanescente do feudalismo e liberta da servidão, a classe dos trabalhadores convertidos em assalariados que só sobrevive se vender a própria força de trabalho como qualquer outra mercadoria. Mais à frente estudaremos, de forma mais minuciosa, o movimento histórico em que os produtores diretos foram

transformados em trabalhadores assalariados, livres vendedores de força de trabalho; primeiramente, é preciso expor a utilização da força de trabalho. Diz Marx que ela é o próprio ato efetivo de trabalho:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era em *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador (MARX, 2017, p. 255).

Antes de nos aprofundar na mercadoria força de trabalho, que envolve seu comprador e seu vendedor, retornaremos a algumas questões importantes da seção anterior. Vimos que a dimensão abstrata do trabalho se trata do trabalho social médio, enquanto dispêndio de força de trabalho em certo tempo necessário à produção de mercadorias, já que o valor de uma mercadoria representa a quantidade de trabalho contida nela. Sobre esse assunto, Marx reflete:

Mas como medir a grandeza do seu valor? Por meio da quantidade de trabalho nela contida, a própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc. (MARX, 2017, p. 116).

Os trabalhos do alfaiate e do tecelão, por exemplo, embora possuam diferenças qualitativas, ambos demandam dispêndio de força de trabalho para produzir mercadorias. E, mesmo havendo avanço elevado das forças produtivas com capacidade de transformar, com maior rapidez, as matérias da natureza, ainda assim, há dispêndio de energia da força de trabalho, para operar as forças produtivas com vistas à ação transformadora sobre a natureza, tendo sempre a finalidade de modificar as matérias dela, a fim de constituir algo útil para os seres humanos.

A respeito do grau de desenvolvimento das forças produtivas de trabalho, desenvolvem-se, por exemplo, a ciência e a tecnologia, visando à eficiência quantitativa dos trabalhadores em seu conjunto, para o aumento da capacidade de produção. A prioridade, portanto, não é aperfeiçoar técnicas para aprimorar o caráter

qualitativo de um produto, muito menos para benefício do trabalhador, no sentido de reduzir esforço e fadiga para a conservação de sua saúde.

O aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho não pretende aperfeiçoar as qualidades prestáveis e boas dos produtos do trabalho, as qualidades sensíveis, utilizáveis e visíveis da riqueza. Este aperfeiçoamento pretende aperfeiçoar apenas o trabalhador para que ele seja mais produtivo e rentável quantitativamente no tempo e em vista da acumulação do patrão e jamais o aperfeiçoamento qualitativo da riqueza em sua forma útil, natural e sensível e em vista do bem-estar da sociedade (ANTUNES, 2018a, p. 90).

No modo de produção capitalista, as forças produtivas não se desenvolvem em benefício da vida humana, já que se negam as determinações qualitativas do trabalho concreto em função do aspecto abstrato do trabalho, produtor da substância valor. “Para essa sociedade, o trabalhador nunca passará de um mero instrumento vivo de produção, jamais será visto como um fim em si mesmo, e toda tentativa de humanizá-la será uma tentativa vã e inútil para esse trabalhador” (ANTUNES, 2018a, p. 92).

Os trabalhadores constituem instrumentos vivos de produção exatamente porque, segundo Marx (2017), contêm força de trabalho em sua corporeidade viva, a qual, apesar de assumir a forma mercadoria, no modo de produção capitalista, se difere das demais mercadorias. A força de trabalho não se trata de qualquer mercadoria, ela é específica, possui capacidade singular incrível, pois é a única mercadoria, que quando em movimento, é capaz de produzir outras mercadorias e, com isso, criar valor. Assim, o valor de uso da mercadoria força de trabalho tem a característica de ser fonte de valor. Desse modo, o comprador da força de trabalho visa colocá-la em ação para extrair valor⁹.

Nesse sentido, a força de trabalho, enquanto capacidade física e mental — que todo ser humano possui e coloca em movimento sempre que produz valores de uso — se torna mercadoria na medida em que o seu possuidor a dispõe no mundo das mercadorias, participa do processo de troca defrontando a sua mercadoria força de trabalho com as demais. Não pelo simples fato de que deseja, mas porque é obrigado

⁹ Logo à frente, veremos que também objetiva extrair mais-valor dessa mercadoria, por meio do excedente quantitativo de trabalho expropriado.

a assim fazer, quando não for proprietário de outra mercadoria para vender, considerando que, para isso, é necessário a posse dos materiais indispensáveis à produção dos valores de uso, para que, então, a sua força de trabalho se realize: “Para que alguém possa vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho, ele tem de possuir, evidentemente, meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc.” (MARX, 2017, p. 243).

Se o trabalhador não tiver uma mercadoria em que seu trabalho tenha se objetivado, isto é, produzida por ele mesmo, e se quiser manter sua existência, terá de, em troca disso, oferecer a própria força de trabalho enquanto mercadoria. Portanto, a venda da força de trabalho objetiva assegurar as condições necessárias para a manutenção e a reprodução de sua vida e de sua família. “A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. Por que ele a vende? Para viver” (MARX, 2010, p. 36). Como a força de trabalho é a única propriedade que lhe pertence, logo, a única alternativa que lhe resta para ter acesso aos meios de vida, para continuar existindo, é necessário colocá-la à disposição de algum comprador por um tempo estipulado, por determinada jornada de trabalho¹⁰ ou, então, durante certa tarefa.

A venda da força de trabalho constitui meio indispensável para a existência do trabalhador, por isso, diz Marx (2010), a vida do trabalhador resume-se ao trabalho: trabalha para viver. Ao contrário do escravo que era vendido por inteiro e não apenas sua força de trabalho, ou seja, a mercadoria não era sua força de trabalho, mas ele próprio; o trabalhador não pertence a um proprietário, mas sim, certas horas de sua vida são daqueles que compraram sua força de trabalho. Portanto, sendo a venda da força de trabalho a única forma de manter sua existência, a fonte para que continue vivendo, o trabalhador pode até escolher para qual comprador venderá sua força de trabalho, quando existir a possibilidade de escolha; porém, é impossível que não a venda para um ou para outro, se quiser seguir vivo.

¹⁰ Acerca da jornada de trabalho, diz Marx (2017) no capítulo VIII de *O Capital* - Livro I, que há uma variação, ela se move conforme limites físicos e sociais e que esses, por sua vez, são flexíveis, permitindo, assim, inúmeras variações de tempo de trabalho. No contexto de sua época, por exemplo, durações desde 8 horas até 18 horas de trabalho. Por fim, a regulamentação pela jornada de trabalho consiste numa luta sobre seus limites, entre os capitalistas e os trabalhadores.

O operário não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas 8, 10, 12, 15 horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da força de trabalho, não pode deixar *toda a classe dos compradores*, isto é, a *classe dos capitalistas*, sem renunciar à existência. *Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas*, e compete a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador nessa classe dos capitalistas (MARX, 2010, p. 37).

A força de trabalho, como vimos, quando em ação, é atividade formadora de valor, convertida e reduzida à forma mercadoria, porém, obviamente, não de modo natural ou espontâneo. A possibilidade de mercantilizar a força de trabalho, de introduzi-la numa lógica de compra e venda, deu-se somente após se dissolverem a escravidão e a servidão, quando a força de trabalho aparece livre para ser comprada por período limitado. Somando-se a isso a cisão entre os produtores diretos e seus meios de produção, tornou-se a força de trabalho a única mercadoria que lhes resta vender. É, portanto, a força de trabalho transformada em mercadoria que marca o surgimento do modo de produção capitalista, conforme assevera Marx:

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma-mercadoria dos produtos do trabalho (MARX, 2017, p. 245).

A partir do momento quando a força de trabalho — único bem dos trabalhadores desprovidos dos meios de produção — assume a forma mercadoria, passível de compra e venda, os produtos do trabalho, na forma mercadoria, tornam-se dominantes com a consolidação do modo de produção capitalista, isto é, a forma mercadoria generaliza-se em tal modo de produção. Nesse sentido, ainda que em outras formas de sociabilidade já houvesse a produção e a circulação de mercadorias, no modo de produção capitalista, de maneira hegemônica, os produtos do trabalho assumem a forma mercadoria, dado que nos modos de produção anteriores ao

capitalismo a forma mercadoria e as relações mercantis eram simples, não se expandiram na mesma proporção e complexidade que no capitalismo.

Na produção mercantil capitalista, as suas classes fundamentais e antagônicas determinam-se pela propriedade, ou não, dos meios de produção. Ao longo de um processo histórico entre o final do século XV até meados do século XVIII, os meios de produção foram sendo expropriados dos produtores diretos. Assim, constituiu-se a chamada acumulação primitiva, em que o produtor foi violentamente separado dos meios de produção: “E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2017, p. 787).

As relações de produção, anteriores ao capitalismo, eram predominantemente agrícolas, dessa forma, a terra, da qual os camponeses dispunham, era o principal meio de produção. Portanto, o panorama da expulsão brutal dos camponeses das terras onde viviam proporcionou a condição fundamental para originar o modo de produção capitalista, pois, como consequência de tal processo de expropriação dos meios de subsistência, os camponeses foram impossibilitados de trabalhar por conta própria e de se beneficiar dos frutos de seu trabalho. Nesse sentido, foram jogados no mercado de trabalho, livres para vender a própria força de trabalho. Por isso, a acumulação primitiva é considerada o ponto de partida do modo de produção capitalista, a sua pré-história.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2017, p.787).

Marx aponta que, uma vez realizada tal cisão, o produtor direto é subjugado à condição de trabalhador assalariado e a propriedade de meios de produção transformada em capital. Por conseguinte, o capitalista é quem dispõe de capital para comprar a mercadoria força de trabalho, quem efetiva a condição de assalariado do trabalhador ao empregá-lo. Em suma, são precisamente o trabalho assalariado e as

condições que o possibilitam os pressupostos à existência da produção capitalista, logo, a sua manutenção depende da contínua reprodução dessas relações sociais, em si, antagônicas. Por fim, a produção capitalista tende a aprofundar cada vez mais o monopólio dos meios de produção à classe minoritária dos capitalistas:

A relação capitalista pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior (MARX, 2017, p. 786).

A força de trabalho é trocada pelo equivalente de mercadorias denominado dinheiro¹¹, representação monetária do valor, numa troca na qual o trabalho se converte em trabalho assalariado. O capitalista é o agente que detém os meios de produção, bem como o comprador da força de trabalho; tanto o comprador quanto o vendedor da força de trabalho, diz Marx, são possuidores de mercadorias e pessoas juridicamente iguais. A diferença que existe nesta relação é de que:

O escravo romano estava preso por grilhões a seu proprietário; o assalariado está por fios invisíveis. Sua aparência de independência é mantida pela mudança constante dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato (MARX, 2071, p. 648).

Diferente do escravo, cuja venda era dele por inteiro, o trabalhador assalariado vende apenas a sua mercadoria força de trabalho e de modo não definitivo. De fato, para que ambos, trabalhador assalariado e capitalista, continuem participando do processo de troca, a venda dessa preciosa mercadoria dá-se somente por determinado tempo, assim, a força de trabalho continua sendo propriedade do trabalhador sem haver renúncia de seus direitos.

¹¹ “[...] o dinheiro, ainda que apareça como um laço externo e metálico entre as mercadorias e seus portadores, é apenas uma forma desenvolvida da mercadoria e, como ela, possui sua origem no trabalho humano, sendo, por isso, representação geral do trabalho humano. Enquanto a mercadoria representa o trabalho humano em seu sentido concreto, sensível, pessoal, finito, produtivo e útil, o dinheiro representa o trabalho humano em seu sentido abstrato, suprassensível, impessoal, infinito, genérico e fisiológico” (ANTUNES, 2018a, p. 118).

Como toda mercadoria, a força de trabalho também tem um preço pela venda, um valor de troca pago com a forma simbólica do valor ou, em outros termos, um valor expresso monetariamente. Dito de outro modo, o trabalhador troca sua força de trabalho por determinado salário, o qual proverá a manutenção de sua existência e de sua família. O salário, enquanto preço da mercadoria força de trabalho, é pago em dinheiro, mercadoria que só o comprador possui.

O valor de troca de uma mercadoria, avaliado em *dinheiro*, é o que se chama precisamente o seu *preço*. Portanto, *salário* é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar *preço do trabalho*; é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria peculiar que só existe na carne e no sangue do homem (MARX, 2010, p. 34).

O acesso à mercadoria dinheiro, por meio da venda da mercadoria força de trabalho, possibilita a sobrevivência do proprietário da força de trabalho, pois ele permite o acesso às demais mercadorias. De fato, o salário expressa o valor da mercadoria força de trabalho, mas qual a medida para o preço da mercadoria força de trabalho? Qual o critério para pagar certa quantia referente a tantas horas de força de trabalho em ação? O valor dessa mercadoria especial, que, quando em movimento, é capaz de criar valor, se determina tal qual as demais mercadorias: pelo tempo de trabalho necessário à produção, e, nesse caso, à sua reprodução e de sua família. Nesse sentido, o salário representa o valor do conjunto do que o trabalhador precisa consumir, a fim de manter sua vida e a de sua família.

A produção da força de trabalho refere-se à própria existência do proprietário da força de trabalho, consiste também, após a sua existência, na sua manutenção e reprodução. Para tanto, são imprescindíveis os meios de subsistência, os quais se produzem em certo tempo de trabalho por quem que vendeu sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção. Portanto, explica Marx, o valor da mercadoria força de trabalho dá-se conforme o valor dos meios de subsistência necessários à existência, à manutenção e à reprodução do possuidor dessa mercadoria:

Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à

produção força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor (MARX, 2017, p. 245).

Isso significa que o salário expressa o custo dos meios de subsistência, ou seja, o valor mínimo que fornecerá acesso à quantidade suficiente de roupa, comida, habitação, entre outras necessidades básicas para manter os trabalhadores numa condição de vida que permita o retorno com saúde para a atividade de trabalho. Considerando, todavia, a ressalva de que a extensão e a satisfação dos meios de subsistência variam segundo as especificidades de cada país, como o clima, por exemplo. Além disso, pontua Marx (2017), a extensão e a satisfação dos meios de subsistência estão relacionadas a fatores culturais que constituem a vida da classe trabalhadora no local onde ela vive. Trata-se, então, de uma quantidade média de meios de subsistência necessários à existência, manutenção e reprodução da força de trabalho, relativa conforme cada local; e, variando o valor dos meios de subsistência, de acordo com o tempo de trabalho despendido para produzi-los, varia também o salário.

No que diz respeito à reprodução da força de trabalho, ela é fundamental para a continuidade do modo de produção capitalista, tendo em vista que é a única mercadoria que, em ação, cria valor. Porém os possuidores de força de trabalho não são eternos, então, para que a mercadoria força de trabalho permaneça disponível à compra, a classe dos trabalhadores deve se perpetuar, desse modo, os trabalhadores precisam procriar. Por isso, o salário, pago em troca da mercadoria força de trabalho, também inclui os meios de subsistência dos filhos dos trabalhadores. O salário dos possuidores de força de trabalho também serve para a existência e a manutenção de sua prole, garantindo-se que, mais tarde, substitua os genitores.

As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas têm de ser constantemente substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho. A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa descendência [*Race*] de peculiares possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado (MARX, 2017, p. 246).

Na esfera de compra e de venda da mercadoria força de trabalho, antes mesmo da morte dos seus possuidores, as forças de trabalho, gravemente adoecidas, já não participam mais do processo de troca dessa mercadoria valiosa, elas são descartadas pelos possíveis compradores e substituídas pela mesma quantidade de forças de trabalho em melhores condições para a atividade de trabalho.

Em síntese, ao proprietário da mercadoria peculiar força de trabalho, resta a “liberdade” de colocar à venda tal mercadoria, liberdade imposta, tendo em vista que não há outra forma de ter acesso aos meios de subsistência, já que lhe foram tirados os meios de produção necessários para produzir sua subsistência. Assim, nasce o trabalho assalariado, no qual o salário, o valor da força de trabalho, se reduz ao valor das mercadorias imprescindíveis à vida do trabalhador e de sua família. Por fim, estabelece-se relação de subordinação entre quem detém apenas a força de trabalho e quem possui os meios de produção, os quais lhe fornecem o passaporte para todas as outras mercadorias: o dinheiro transformado em capital.

O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da ... esfola (MARX, 2017, p. 251).

Não obstante, qual é o teor exato dessa esfola do trabalhador promovida pelo capitalista? É o que estudamos na seção seguinte.

1.5 Mais-valia

Estudamos, na seção anterior, que a bárbara expropriação de meios de produção dos produtores diretos, principalmente a expulsão dos camponeses das terras em que viviam, os impossibilitou de produzirem para si, já que a produção passa a se destinar aos novos detentores dos meios de produção. Assim, a força de trabalho, preciosa força produtiva, transforma-se em mercadoria, condição essencial para o

modo de produção capitalista, ademais, os possuidores da mercadoria força de trabalho são subordinados ao trabalho assalariado.

Ao dono dos meios de produção pertence o valor de uso da mercadoria força de trabalho, comprada por tempo determinado. Decorre, desse fato, que o produto do trabalho também pertence ao proprietário, portanto, o que foi produzido pelo trabalhador, em tal período, não lhe pertence mais. Para o comprador dessa mercadoria, o processo de trabalho consiste no consumo da própria mercadoria, colocando-a em ação, isto é, fazendo o seu possuidor trabalhar e, já que esse trabalho foi comprado, seu fruto torna-se, automaticamente, sua propriedade. Desta forma, aponta Marx:

O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 2017, p. 263).

Quando o possuidor da força de trabalho a vende durante um período, vende seu trabalho por meios de subsistência, de modo que renuncia sua participação na divisão daquilo que ele mesmo produziu. Dito de outra forma, quem produz não se apropria do que produziu, o que se produz pertence somente ao comprador da força de trabalho, quem detém as matérias-primas, os meios de trabalho e toda riqueza por ele não produzida: o capitalista. No trabalho assalariado, o capitalista, comprador da mercadoria força de trabalho, torna-se, pelo período que comprou, o proprietário do produto comprado e, simultaneamente, proprietário do resultado da produção. É evidente que o capitalista quer tirar maior proveito possível do valor de uso da força de trabalho por ele comprada. Ressaltamos que este é um elemento importante, pois nele reside algo muito rentável ao capitalista.

Ao adquirir a força de trabalho, o comprador não deseja apenas produzir produtos com valor de uso, mas também produtos destinados à venda, mercadorias. Ainda assim, não basta produzir mercadorias, o valor delas deve ser maior que o valor de tudo que foi preciso para a sua produção, ou seja, o valor da mercadoria precisa ser maior que a soma do valor dos meios de produção e do valor da força de trabalho comprada. “Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só

valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2017, p. 263).

Isso significa que, sendo o trabalho a única fonte que cria valor, o processo de produção de mercadorias trata-se do processo de trabalho, o qual é processo de formação e de valorização do valor, quando sob relações de produção capitalista. Uma vez que a forma capitalista de produzir mercadorias visa à formação de valor e à sua valorização, é necessário reproduzir continuamente a relação capitalista de confronto entre aqueles que assumem os papéis de comprador e de vendedor de mercadoria. De um lado, o trabalhador como fonte de produção de riqueza que foi despojado dos meios de produzi-la para si e, por essa razão, é forçado a vender sua força de trabalho para viver, tornando-se trabalhador assalariado. De outro, o possuidor de meios de produção, o capitalista:

Assim, o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadoria, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado (MARX, 2017, p. 653).

O trabalhador assalariado é crucial no modo de produção capitalista, tendo em vista que sua mercadoria força de trabalho é a força produtiva mais importante, porque, quando em movimento, no ato de trabalho, forma valor. Ocorre que a compra da mercadoria força de trabalho tem, como objetivo, não só a produção de valor, mas também e, principalmente, de mais-valor. Para a devida compreensão desse conceito que é central na teoria marxiana, é preciso diferenciar os custos diários para existência, manutenção e reprodução do trabalhador e de sua família, já que determinam o valor de troca da sua mercadoria força de trabalho, do dispêndio diário que o trabalhador terá, que constitui seu valor de uso. Em outras palavras, para a manutenção da vida, há dispêndio de trabalho, mas nem toda parte do dispêndio de trabalho visa a manter a vida do próprio trabalhador e de sua família.

Embora a venda do trabalho seja imprescindível para a autoconservação do possuidor da força de trabalho, para o sustento do trabalhador e de sua família, apenas uma parte da jornada de trabalho trata de tal finalidade, sendo o trabalho

socialmente necessário o qual o trabalhador despenderá em determinado tempo. O trabalho necessário é somente uma parcela da jornada de trabalho que o trabalhador realiza; para além dele, há uma porção adicional de trabalho que não lhe é paga. A parte da jornada de trabalho em que não ocorre o trabalho necessário, isto é, que o extrapola, é denominada de tempo de trabalho excedente; e o trabalho que nela foi gasto é o mais-trabalho. Disso decorre que: “O mais-valor resulta apenas de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho” [...] (MARX, 2017, p. 274). Assim, o trabalhador sustenta o dono dos meios de produção para quem vendeu sua força de trabalho. Nesse sentido, é importante compreender que, no modo de produção capitalista, a jornada de trabalho nunca se reduz ou se limita apenas ao trabalho necessário, pois:

[...] o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais trabalho (MARX, 2017, p. 307).

Nesse contexto, Marx pontua: “O possuidor do dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força de trabalho durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada” (MARX, 2017, p. 270). Todavia a questão é que não é necessário o trabalhador realizar a jornada de trabalho na íntegra para ter acesso aos meios de subsistência, ou seja, uma pequena parcela de tempo de trabalho realizado já é o suficiente para pagar tais custos. O valor que o trabalhador produz no processo de trabalho é maior do que o valor que o capitalista paga na compra de sua força de trabalho, daí surge a extração da mais-valia. Esta é, portanto, contradição essencial que dá vida ao modo de produção capitalista, ainda que o trabalho excedente já existisse antes dele:

Onde quer que uma parte da sociedade detenha o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário a sua autoconservação um tempo de trabalho excedente a fim de produzir os meios de subsistência para o possuidor dos meios de produção [...] (MARX, 2017, p. 309).

Antes do modo de produção capitalista, excetuando-se a sociedade primitiva, a maioria das pessoas já trabalhava exaustivamente para que uma minoria se apropriasse do excedente produzido e o controlasse. A exploração do trabalho excedente configurava-se em formas visíveis e somente a parte necessária para a subsistência do produtor ficava com ele; a outra parte, a excedente, era separada do produtor; o qual a entregava ao proprietário da terra onde produziu o produto excedente, condição exigida pelo proprietário para que outros cultivassem em suas terras (OLIVEIRA, 1986). Portanto, em sociedades pré-capitalistas, a relação de exploração aparecia de modo mais evidente, o servo da gleba, por exemplo, sabia que era destinado ao senhor feudal os dias em que não estivesse trabalhando nas terras próprias para seu sustento.

Já a exploração capitalista não é tão perceptível assim por ser mediada pelo valor, a relação de exploração é ocultada por situar-se no interior de uma relação de troca de força de trabalho por salário. Ademais, a exploração do trabalho excedente também se torna mais imperceptível no capitalismo por ser assegurada juridicamente, pois há uma igualdade jurídica entre explorador e explorado, ainda que não sejam reconhecidos como tais (NAPOLEONI, 1981).

Assim, o que distingue o modo capitalista de produção das outras formações econômicas pré-capitalistas não é o trabalho excedente, porque já havia luta de classes entre a classe dominante e classe dominada, explorador e explorado (em que o primeiro vivia do trabalho excedente do segundo, e este vivia apenas do trabalho necessário); mas sim, a forma pela qual o mais-trabalho é extraído do trabalhador. No capitalismo, o trabalho assalariado é o mecanismo específico de exploração do trabalhador, é a forma de exploração que dá marca ao capitalismo. Conforme Marx: “*O capital pressupõe, portanto, o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles determinam-se reciprocamente; eles engendram-se reciprocamente*” (MARX, 2010, p. 49).

É importante ressaltar que, embora o capital seja anterior ao modo de produção capitalista, é neste que prevalece sua produção, devendo, por isso, ser entendido de maneira a considerar o interior das relações capitalistas de produção. E, mesmo havendo capital, trabalho excedente e produto excedente antes do modo de produção capitalista, o produto excedente correspondente ao trabalho excedente, no capitalismo, possui uma roupagem particular, ele tem a forma de um valor excedente.

Portanto, é apenas no capitalismo que o produto excedente se torna mais-valia. Nesse sentido, Marx pontua que o processo capitalista não se limita apenas à produção de mercadorias, ele é, sobretudo, processo que, na esfera produtiva, absorve uma parte do trabalho que não é pago:

O processo capitalista de produção, portanto, não consiste em mera produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, faz das matérias-primas e dos meios de trabalho – os meios de produção – meios de absorver trabalho não pago (MARX, 1980, p. 395).

A força de trabalho consiste em mercadoria que se distingue das demais, porque, em ação, é única mercadoria que cria valor e: “Ela não só produz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias” (MARX, 2017, p. 286). O comprador da força de trabalho consome essa mercadoria durante uma jornada de trabalho, na qual se forma o valor, cuja grandeza se determina de acordo com a grandeza do trabalho que tem, como medida, o tempo despendido na produção. Em contrapartida, pela venda da força de trabalho, o trabalhador recebe determinado salário que representa o valor necessário para manter-se vivo, assim como sua família. Todavia, o valor contido no salário não representa o valor que o trabalhador cria na produção de mercadorias em uma jornada de trabalho.

Como a força de trabalho possui uma propriedade única, a de render mais do que o custo de sua venda, o período do trabalho realizado é sempre maior do que o necessário para extrair valor suficiente para manter-se vivo e procriar, considerando alimentos, habitação, roupas e educação dos filhos. Assim, para o capitalista que comprou a força de trabalho, “[...] o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui” (MARX, 2017, p. 270). Portanto, o restante do trabalho, isto é, o trabalho excedente aos custos de meios de subsistência, caracteriza-se como componente do processo de valorização. Dito de outro modo, é no tempo de trabalho excedente que se cria a mais-valia, incrementando o valor criado no tempo de trabalho necessário, ou seja, serve como ampliação sistemática do valor.

Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização (MARX, 2017, p. 271).

Em suma, além de o trabalhador produzir valor, trabalhando o período necessário para produzir determinada mercadoria (e para a reprodução da sua própria mercadoria, a força de trabalho), também produz mais-valor no tempo de trabalho excedente que realiza, o qual, por sua vez, não lhe é remunerado. Trata-se de trabalho roubado e, de forma assertiva, é tempo de vida roubado do trabalhador. Marx exemplifica da seguinte forma:

Em vez de 6 horas que aqui seriam suficientes para essa reprodução, o processo dura, digamos, 12 horas. Assim, por meio da ação da força de trabalho, não apenas seu próprio valor é reproduzido, mas também um valor excedente (MARX, 2017, p. 286).

Portanto, o enriquecimento privado do capitalista origina-se na exploração do trabalhador assalariado, forma específica que esse modo de produção encontra para se apropriar da mais-valia. Embora tal relação se apresente mascarada, na concepção do capitalista, ela baseia-se numa troca pretensamente justa, pois o comprador da força de trabalho a consome no período em que a comprou, respeitando a lei das trocas, isto é, uma mercadoria é trocada por outra de igual valor, que contém a mesma grandeza de trabalho requerido para a sua produção. Nesse ponto de vista, é uma relação honesta, porque a força de trabalho comprada é paga conforme o valor do que lhe é necessário para a existência do trabalhador e de sua família, mesmo porque ele é livre para vendê-la ou não. Por fim, o capitalista quer tirar o maior benefício possível do valor de uso da mercadoria comprada, não tendo ele responsabilidade sobre o fato de esta mercadoria específica ter, como valor de uso, a capacidade de produzir mais-valor.

A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, conseqüentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário – tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para o vendedor (MARX, 2017, p. 270).

Conforme discutimos, o uso da mercadoria força de trabalho cria valor maior do que o custo de sua compra, o que torna o papel do trabalho fundamental na criação de riqueza capitalista, pois somente ele expande o valor por ele criado, ele é quem gera capital: “O capital é um trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção do trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga” (MARX, 2017, p. 307). O trabalho cria capital e este, por sua vez, entra em confronto com o trabalho, tendo em vista que, para permanecer como capital, precisa continuamente ser expandido, ou seja, o processo de expansão do valor não pode ser interrompido; esse processo ocorre por meio de uma relação coercitiva do capital sobre o trabalho, uma relação, em si, antagônica.

Tal como um sanguessuga, o capitalista parasita o trabalhador, vive do seu trabalho excedente e, quanto mais amplia o tempo de trabalho excedente, tanto maior é a extração de mais-valia. O capitalista tem, por objetivo, o aumento ilimitado do seu capital, forma geral da riqueza no modo de produção capitalista; deseja que o crescimento do seu dinheiro tornado capital nunca se estanque. Nesse sentido, o processo de trabalho, que, no capitalismo, é processo de valorização, se baseia numa relação de coisas compradas pelo capitalista. Se o dono dos meios de produção compra a força de trabalho, a ele pertence o produto resultante do trabalho.

O trabalhador não se apropria do produto que ele mesmo produz, muito menos do valor a mais que ele também produz: “Três dias de mais-trabalho na semana continuam a ser três dias de trabalho que não cria equivalente algum para o próprio trabalhador [...]” (MARX, 2017, p. 311). Como expusemos, o equivalente que o trabalhador cria, mas do qual não se apropria, é o mais-valor derivado do tempo de trabalho prolongado para além do necessário à produção de sua força de trabalho, todavia a origem do mais-valor não é reconhecida pelo capitalista:

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada (MARX, 2017, p. 293).

Conforme analisamos, a jornada de trabalho divide-se entre duas partes não visíveis que se confundem: o tempo de trabalho necessário, período no qual o trabalhador produz o valor para repor sua força de trabalho, convertido em forma de salário, e o tempo de trabalho que excede o primeiro, o mais-trabalho ou sobretrabalho, cujo produtor cria mais-valor não remunerado. Como somente a força de trabalho em ação possui a capacidade de criar valor, e considerando que o valor das mercadorias é determinado pela quantidade total de trabalho despendido para sua produção, o capitalista obtém mais-valia vendendo a mercadoria pelo seu verdadeiro valor. A mercadoria cristaliza a quantidade total de trabalho nela contida, isto é, condensa tanto o trabalho pago como não pago, por isso Marx afirma que necessariamente o capitalista a vende obtendo mais-valia e, ainda assim, se trata do seu verdadeiro valor (MARX, 2010). Ademais, outra capacidade da força de trabalho em movimento, e extremamente relevante para que o capitalista mantenha seu capital, é que, ao mesmo tempo em que o trabalhador produz novo valor, ele também conserva os valores antigos:

[...] pois ele tem sempre de adicionar trabalho numa forma útil determinada, e não tem como adicioná-lo numa forma útil sem transformar os produtos em meios de produção de um novo produto e, desse modo, transferir ao novo produto o valor desses meios de produção (MARX, 2017, p. 284).

O trabalho conserva o valor dos meios de produção transferindo-o aos produtos, isto é, quando os meios de produção perdem seus valores de uso, o seu valor reaparece no produto. Assim, além de a força de trabalho em ação criar valor a partir do trabalho em seu aspecto abstrato, quantitativo, medido em tempo de trabalho despendido na produção, ela cria mais-valor, também por meio do trabalho em sua

forma abstrata, conservando o valor. É em tamanha capacidade da força de trabalho que reside sua importância para o modo de produção capitalista, pois ambos, criação de valor e conservação, ao mesmo tempo em que adicionam valor, são essenciais para a manutenção e a reprodução capitalistas.

A capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, um dom que não custa nada ao trabalhador, mas é muito rentável para o capitalista, na medida em que conserva o valor existente do capital (MARX, 2017, p. 284).

Diferente da formação de valor e do processo de valorização, os quais agem por meio da qualidade abstrata do trabalho, é no trabalho concreto e útil, enquanto atividade orientada a um fim, que ocorre a transferência do valor dos meios de produção ao produto. Assim, em tal processo de criação, de conservação e, ao mesmo tempo, de criação de valor adicional, também podemos notar a manifestação da duplicidade do trabalho:

Por meio da adição meramente quantitativa de trabalho, um valor novo é adicionado; por meio da qualidade do trabalho adicionado, os valores antigos dos meios de produção são conservados no produto (MARX, 2017, p. 278).

A transferência do valor dos meios de produção aos produtos acontece na medida em que eles perdem seu valor de uso, tendo em vista que os valores de uso dos meios de produção são consumidos no processo de trabalho. Podemos dizer, a partir de Marx, que os trabalhadores consomem os meios de produção por meio de seu trabalho e, ao mesmo tempo, os meios de produção consomem os trabalhadores para que o valor seja valorizado. Com a transferência do valor dos meios de produção para o produto, o valor do primeiro é conservado no segundo e, neste sentido, para o proprietário dos meios de produção, o consumo deles consiste em um consumo produtivo.

Diferentemente da força de trabalho, fator subjetivo do processo de trabalho, os meios de produção, fatores objetivos, as matérias-primas e os meios de trabalho — parte do capital — não alteram a grandeza de valor no processo de produção. Independente da qualidade útil dos meios de produção, eles não adicionam, ao produto, valor que exceda o seu próprio valor enquanto tais. Seu valor, por sua vez, também resulta de uma média de tempo de trabalho despendido para sua produção. Nesse contexto, a partir da perspectiva do processo valorização, ambos os componentes do capital, a força de trabalho e os meios de trabalho, agregam os seguintes significados: o primeiro, capital variável e, o segundo, capital constante.

Considerando que os meios de produção compõem o capital, se não tiverem seus valores transferidos aos produtos, eles se desvalorizarão na mesma proporção em que, no processo de trabalho, perderem seu valor de uso e, por conseguinte, deixarão de ser capital. Dessa forma, o capital constante, valor convertido em meios de produção, continua sendo capital enquanto preserva o seu valor nas mercadorias produzidas. Acerca do capital variável, valor despendido para a compra da força de trabalho, é assim denominado porque sua quantidade varia no processo de produção, visto que, inicialmente, é valor da força de trabalho e, ao final, é valor cuja força de trabalho em movimento produziu (MARX, 2017).

A mais-valia consiste, portanto, na diferença entre o valor final da mercadoria e a soma do valor que o capitalista paga pela força de trabalho e dos meios de produção. Dito de outra forma, o que excede o valor do produto somado ao valor do capital constante e do capital variável, os quais se envolvem no processo de produção; é o excedente do capital valorizado que ultrapassa o valor do capital gasto inicialmente pelo capitalista. “O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos formadores é o excedente do capital valorizado sobre o valor total do capital desembolsado” (MARX, 2017, p. 286).

O valor do capital variável corresponde ao da mercadoria força de trabalho que o capitalista comprou, cujo valor definirá a parte necessária da jornada de trabalho, destinada à subsistência do trabalhador e de sua família. Todavia o trabalhador repõe o valor adiantado do capital variável ao criar novo valor durante o tempo de trabalho que excede a parte necessária da jornada de trabalho. Assim, há uma diferença proporcional entre o valor que o trabalhador gera na produção de mercadorias e o

valor que ele recebe em forma de salário, sendo que o trabalhador produz valor maior do que o valor pago na venda de sua força de trabalho.

No processo de produção, somente o tempo de trabalho socialmente necessário será considerado na formação do valor. Já o período de trabalho excedente, realizado no processo de produção, diz respeito ao processo de valorização, cujo mais-valor, criado nesse período se incorpora à mercadoria produzida. Nesse sentido, podemos afirmar a partir de Marx, que a força de trabalho transformada em mercadoria, tal como o produto do trabalho, é condição para extrair a mais-valia.

Por fim, faz-se mister distinguir a mais-valia absoluta da relativa. Conforme afirma Marx (2017), o capitalista tem afeição pelo resultado do mais-trabalho, o mais-valor. Nesse panorama, a fim de que consiga extrair maior quantidade de mais-valor, isto é, para que possa converter para si uma quantidade maior do resultado do trabalho excedente, mais do que até então, o capitalista prolongará o tempo de mais-trabalho e encurtará o tempo de trabalho necessário. Tal prolongamento não ocorre por meio da ampliação da jornada de trabalho, mas da mudança da divisão de tempo entre trabalho necessário e mais-trabalho, de modo que o tempo de mais-trabalho aumentará concomitantemente à diminuição do tempo de trabalho necessário. Nesse processo, o capitalista amplia, com êxito, a grandeza do resultado do mais-trabalho, constituindo, assim, a mais-valia relativa.

Para tanto, é preciso haver queda no valor da força de trabalho, só então se reduzirá o tempo de trabalho necessário, referente à reprodução da força de trabalho, e prolongará o tempo de mais-trabalho. Entretanto tal queda exige que os meios de subsistência da classe trabalhadora produzam em tempo menor, o que depende do aperfeiçoamento das forças produtivas de trabalho: “É preciso, portanto, que ocorra uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção e, assim, no próprio processo de trabalho” (MARX, 2017, p. 389). O desenvolvimento das forças produtivas possibilita produzir um número maior de mercadorias:

Por exemplo, suponhamos que um sapateiro, com dados meios, fabrique um par de botas numa jornada de trabalho de 12 horas. Para fabricar dois pares de botas no mesmo tempo, a força produtiva de

seu trabalho tem de ser duplicada, e ela não pode ser duplicada sem que se alterem seus meios de trabalho, ou seu método de trabalho, ou ambos (MARX, 2017, p.389).

Ao elevar as forças produtivas do trabalho, haverá uma alteração na divisão de tempo de trabalho, entre o tempo socialmente necessário e o excedente, de tal modo que será produzida quantidade maior de mercadorias¹² no mesmo período de jornada de trabalho, mas com redução do tempo de trabalho socialmente necessário e ampliação do tempo de trabalho excedente: “[...] quanto maior a força produtiva do trabalho menor o valor por unidade de mercadoria e, quanto menor esta força, maior o valor por unidade produzida” (ANTUNES, 2018a, p. 106-107).

O acréscimo quantitativo dos produtos resultantes do trabalho representa redução no seu valor unitário, o que, por fim, reflete em redução do valor de manutenção da força de trabalho¹³. Em suma, desse processo de aumento da produtividade, por meio do desenvolvimento das forças produtivas e expansão do trabalho morto sobre o trabalho vivo, o capitalista extrai a mais-valia relativa.

Na análise de Marx, é insuficiente que o modo de produção capitalista se limite ao aumento intensivo e extensivo da jornada de trabalho para conseguir, cada vez mais, ampliar a margem de extração de mais-valia. Essa exploração com horas excessivas de trabalho ou a alta intensificação de seu ritmo prejudicam a saúde do trabalhador, mais pragmaticamente, afetam a qualidade da mercadoria força de trabalho. Justamente por sua frieza, essa forma de extração de mais-valia, a absoluta, acaba limitada, porque, quanto mais prolonga a jornada de trabalho, mais exaure as forças de trabalho e, ao deteriorar a saúde dos trabalhadores, o capitalista encontra resistência dessa classe. Do mesmo modo, enfrenta a interferência do Estado na medida em que este regula as relações capital X trabalho, isto é, estabelece limites legais para a jornada de trabalho. Desse modo, a produção de mais-valia absoluta

¹² Antunes, com referência em Marx, aponta a contradição presente na crescente produtividade de mercadorias, cuja velocidade desenfreada leva o capital a frequentes crises: “[...] com o aumento da produtividade do trabalho os diferentes produtores individuais precisarão necessariamente ampliar o número de compradores na mesma escala. E como a relação entre produção e consumo numa sociedade fundamentada na produção de mercadorias é uma relação acidental, não necessária como vimos, abre-se com essa contradição uma explosiva possibilidade da sociedade ser lançada numa crise por carência de compradores [...]” (ANTUNES, 2018a, p. 103).

¹³ Desde que esses produtos sejam de consumo da classe trabalhadora, se forem apenas bens de luxo consumidos pela classe dos capitalistas em nada altera o valor da força de trabalho.

logo chega a seu ápice e a outra estratégia para ampliar a mais-valia a ser apropriada pelo capitalista é, conforme vimos, manter a duração da jornada de trabalho e mudar a proporção das suas duas partes constitutivas.

Então, para que diminua a parte necessária da jornada de trabalho — cuja finalidade é reproduzir a força de trabalho — para que a produtividade aumente e com isso o valor da força de trabalho se reduza; é fundamental que o modo de produção capitalista eleve as forças produtivas, de forma a revolucionar constantemente as condições do processo de trabalho, sejam elas sociais, sejam técnicas. “Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio dos métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário” (MARX, 2017, p. 578).

Marx diferencia de modo preciso o mais-valor relativo e o mais-valor absoluto: “A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos de trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 2017, p. 578). Portanto, o mais-valor absoluto adquire-se por meio do aumento extensivo da jornada de trabalho, em que se conserva a mesma duração de trabalho necessário, somando-se o tempo de trabalho excedente, sem, no entanto, alterar o salário. Há também outra forma de extração de mais-valor absoluto, a qual consiste na intensificação do ritmo de trabalho, em que, pela coerção,¹⁴ o capitalista força o trabalhador a atuar mais rápido. Em linhas gerais, a sua extração forma a base do modo de produção capitalista:

A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital — nisso consiste a produção do mais-valor absoluto (MARX, 2017, p.578).

O mais-valor relativo consiste no mais-valor que se origina da diminuição de tempo de trabalho necessário, ou seja, da consequente mudança proporcional entre

¹⁴ “Por menos que nos agrada, não há como negar que o chicote do feitor aumenta a produtividade do escravo ou, para dar um exemplo mais próximo da realidade hodierna, tudo indica que o sistema de incentivos e punições administrado pelo especialista em relações humanas influi na produtividade do trabalhador fabril” (SINGER, 1981, p. 106).

a parte da jornada de trabalho necessária e a parte de mais-trabalho. O mais-valor relativo liga-se proporcionalmente às forças produtivas do trabalho, isto é, conforme elas aumentam, o mais-valor relativo também aumenta, e do mesmo modo, ele sofre redução se reduzem-se as forças produtivas.

O mais-valor relativo envolve, portanto, a expansão de forças produtivas cada vez mais desenvolvidas no processo de trabalho, o intuito é de aumentar a produção sem, contudo, aumentar a jornada de trabalho. Quanto maior a produção de mercadorias, menor o valor unitário da mercadoria produzida. Logo, com os meios de subsistência mais baratos, há um decréscimo no valor da força de trabalho. Por isso, o mais-valor relativo representa a diminuição do tempo de trabalho necessário para reproduzir o valor da força de trabalho, significa, em suma, que mais horas de trabalho serão destinadas a parte do mais-trabalho. “Vê-se, assim, o impulso imanente e a tendência constante do capital a aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, com ela, o próprio trabalhador” (MARX, 2017, p. 394).

De acordo com essa linha reflexiva, o fato de o capitalista diminuir o tempo de trabalho necessário, recorrendo ao desenvolvimento das forças produtivas, não é, de modo algum, com a intenção de reduzir a jornada de trabalho para que o trabalhador tenha maior tempo de descanso com a sua família ou para que desenvolva atividades intelectuais e culturais, as quais são de ordem das necessidades do espírito. Pelo contrário, o que realmente importa é que, com a elevação das forças produtivas, o trabalhador produza uma quantidade maior de mercadorias, trabalhando menos para si e mais para o capitalista em dada parte da jornada de trabalho que não requer pagamento:

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista (MARX, 2017, p. 395-396).

Uma vez que o capitalismo tem, como tendência irreversível, o aumento de produtividade, através do desenvolvimento das forças produtivas que instrumentalizam os elementos da natureza, e, como seu único objetivo, o incremento

do valor excedente, disso resulta um agravamento da exploração da força de trabalho. No capitalismo, o aperfeiçoamento das forças produtivas jamais coincide com efeitos benéficos para a classe trabalhadora, visto que o que efetivamente proporciona é o desemprego¹⁵, além de dar fim a postos de trabalho. Enfim, a produção de mais-valia relativa torna-se, entre os capitalistas, o mecanismo prioritário de exploração do trabalho alheio, pois, nessa forma de extração, a exploração é menos perceptível aos trabalhadores, se comparada à extensão da jornada de trabalho sem aumento do salário e à exaustão física resultante do intenso ritmo de trabalho, formas de extração da mais-valia absoluta.

¹⁵ Contudo o permanente desemprego, no modo de produção capitalista, não resulta simplesmente do desenvolvimento das forças produtivas em si, seria um equívoco pensar que é o preço a pagar, por exemplo, pelo progresso tecnológico que potencializa a produtividade do trabalho. O desemprego é, na verdade, produto do desenvolvimento das forças produtivas que se encontra no interior das relações sociais de produção capitalista; o contingente de trabalhadores desempregados é componente próprio da dinâmica capitalista, e varia conforme o nível de desenvolvimento das forças produtivas sob seu domínio.

2. DEFINIÇÃO CAPITALISTA DE TRABALHO PRODUTIVO E DE TRABALHO IMPRODUTIVO

Percorremos um trajeto que contemplou os principais conceitos marxianos, os quais, em nossa compreensão, compõem a constelação conceitual da concepção capitalista de trabalho (im)produtivo. Neste capítulo, discutimos a definição do conceito de trabalho produtivo e do conceito de trabalho improdutivo, em especial no que tange à aceção de Adam Smith, pois, dentre os pensadores da Economia Política clássica, foi o que mais se aprofundou no debate em torno dos conceitos em questão, além de ser um dos principais representantes do período clássico da Economia Política¹⁶. Ademais, Smith teve grande influência teórica nas obras marxianas, sobretudo no que diz respeito à conceituação de trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Assim, na seção inicial desse capítulo, tratamos tanto dos elementos smithianos que Marx considerou corretos, quanto daqueles vistos como equivocados em relação a esses dois conceitos.

Estudamos ainda, na segunda, seção deste capítulo, o trabalho produtivo a partir do interior da forma capitalista de produção¹⁷, conforme análise crítica de Marx. Nessa perspectiva, produtivo trata-se de uma característica inerente ao trabalho que serve, de modo direto, aos interesses do capital, o que significa dizer especificamente: trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia. E, uma vez que a mais-valia constitui o fator decisivo a determinar o que, de fato, é trabalho produtivo, podemos afirmar que, em linhas gerais, tal conceito é restringido a uma categoria estritamente econômica. Nesse sentido, dada a importância central do trabalho produtivo para a existência do modo de produção capitalista, discorreremos os pormenores, as particularidades que o compõem, além da produção da substância necessária para a expansão do capital.

¹⁶ É importante destacar que, em relação aos representantes da Economia Política clássica, dois deles foram de grande importância para que Marx evidenciasse, de forma imanente, a lógica do valor: “Foi a partir de uma intencionalidade crítica, mas completamente erigida sobre a economia clássica, de alguém como Adam Smith e David Ricardo, que Marx desvendou os segredos da lógica capitalista do valor e mostrou como ela extrai toda a sua força da exploração do trabalho [embora busque ocultar isso perante si mesma e perante o mundo]” (SCHMIED-KOWARZIK, 2021, p. 396).

¹⁷ Contudo não iremos nos ater ao exame específico dos muitos gêneros de trabalhos e suas particularidades, os quais são realizados, por exemplo, em empresas estatais de economia mista, escolas e universidades comunitárias, cooperativas, serviços estatais (como Correios), entre outros.

Por fim, abordamos, na terceira seção, o trabalho improdutivo, segundo o horizonte compreensivo do capitalismo: o que é trocado por renda e desnecessário ao ciclo de reprodução do capital, e o que é trocado por capital variável, as funções por ele exercidas, de que forma valoriza cada capital individual em que está empregado e o porquê da sua relevância para o conjunto do capital. Explicamos que o trabalho improdutivo, empregado pela esfera da circulação, contribui diretamente para a valorização do capital mercantil e, por conseguinte, indiretamente para o ciclo de reprodução do conjunto do capital. Todavia, para o capital em geral, não é considerado produtivo uma vez que não cria mais-valia, apenas favorece que o capitalista individual subtraia da esfera produtiva fração da mais-valia nela gerada pelo trabalhador produtivo.

2.1 Trabalho produtivo e improdutivo na concepção de Adam Smith

Em *Teorias da Mais-valia* (1905), Livro IV de *O Capital* — mais especificamente no capítulo IV do primeiro volume e nos *Aditamentos* — Marx faz um levantamento crítico da história do pensamento econômico, ao tratar detalhadamente sobre a definição de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, segundo teóricos que o precederam. Inicialmente, discute a concepção dos fisiocratas e dos mercantilistas; em seguida, apresenta as ideias do principal representante da Economia Política clássica, Adam Smith (1723-1790), autor de *A Riqueza das Nações* (1776). Marx também aborda o posicionamento de alguns autores de menor importância da economia que polemizaram contra a teoria smithiana, como, German Garnier, Destutt de Tracy, Nassau Senior, Henri Storch.

Trabalho produtivo e trabalho improdutivo não são, portanto, conceitos originários do pensamento marxiano, antes mesmo da Economia Política clássica os fisiocratas já haviam se debruçado a seu respeito, sendo François Quesnay (1694-1774) o autor mais significativo dentre eles. E, anteriores à fisiocracia, os mercantilistas, ora representados por Jean Baptiste Colbert (1619-1683). Contudo Marx é o primeiro a fazer a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, situando tais conceitos no interior das relações do modo de produção capitalista, ou seja, considerando o trabalho assalariado pelo capital; isso, porque “[...] nos tempos

de Smith e Ricardo, o trabalho improdutivo existia sobretudo fora do âmbito do capital” (BRAVERMAN, 1981, p. 351).

Segundo Napoleoni (1981), não há controvérsias no âmbito da Economia Política clássica em relação à definição de trabalho produtivo e, por conseguinte, de trabalho improdutivo, já que se apresenta nos mesmos termos em Smith, David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834). Dessa forma, considerando Smith um dos teóricos mais importantes dentre os economistas clássicos, além de ser o que mais abordou os conceitos em questão, vamos nos ater à análise crítica de suas ideias a partir do estudo de *Teorias da Mais-valia*. Antes, porém, cabe tratar brevemente do período clássico da Economia Política:

[...] o que se pode denominar de *período clássico* da Economia Política (ou, ainda, *Economia Política clássica*) vai de meados do século XVIII aos inícios do século XIX; mais precisamente a Economia Política clássica começa na Inglaterra, com Petty, e na França, com Boisguillebert e termina com David Ricardo [1772-1823] na Inglaterra e Jean-Charles-Léonard Simonde [1773-1842] na França (NETTO; BRAZ 2008, p. 16).

Tendo como perspectiva a totalidade da vida social fundada na produção econômica, isto é, na produção dos bens materiais, os pensadores da Economia Política clássica buscavam compreender como funcionava a sociedade que nascia dos restos do feudalismo. Para eles, eram naturais as principais categorias econômicas, como dinheiro, salário e capital, visto que a razão humana as introduziu na vida social, permanecendo eternas.

Também entendiam que o valor é produto do trabalho, concepção que foi proveitosa para a burguesia enquanto se confrontava com a nobreza fundiária e a igreja, tanto é que, nesse período, os economistas políticos clássicos eram considerados representantes científicos da burguesia. Porém a teoria de que o valor resulta exclusivamente do trabalho deixou de ser útil à burguesia a partir do momento em que pensadores vinculados à classe trabalhadora perceberam que essa teoria servia para desvelar o caráter explorador do capital em relação ao trabalho; assim, extraíram consequências socialistas dela. As obras de Marx, por exemplo, foram possíveis, em grande medida, devido à apropriação que fez de elementos presentes

na Economia Política clássica, os quais, quando situados em um contexto historicizante, ou seja, em outros horizontes e constelações conceituais, que rompem com a naturalização das categorias econômicas e analisados a partir de um novo método, o materialista histórico-dialético, indicam o movimento do capital e o seu comando na sociedade burguesa (NETTO; BRAZ, 2008).

A teoria marxiana parte das contribuições da Economia Política clássica, além da filosofia clássica alemã, mas Marx não só incorpora seus principais aportes conceituais como também os supera, realizando a crítica de modo a mostrar as limitações e equívocos teóricos. Dito isso, retornamos à concepção smithiana de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, como pensamento representante da Economia Política clássica. Em linhas gerais, produtivo é o trabalho que produz o próprio salário, assim como o lucro para o capitalista; se este ampliar sua riqueza é porque empregou trabalho produtivo. Improdutivo, portanto, é o trabalho que não produz lucro, que empobrece o capitalista.

Adam Smith define o trabalho produtivo como sendo o trabalho que, ao produzir, além de reconstituir sua própria subsistência, produz também algo mais, que é apropriado – na situação dada, na situação capitalista que, aliás, constitui para A. Smith uma situação natural – por outra classe (NAPOLEONI, 1981, p. 96).

Nas palavras de Smith, o trabalho produtivo agrega valor e acresce o valor do produto no qual se despendeu trabalho, com o qual o patrão tem o retorno do valor que desembolsou em forma de salário para o sustento do trabalhador, além de um lucro que deve ser entendido, alerta Marx (1980), enquanto mais-valia. Diferente do trabalho improdutivo, por exemplo, de um criado, conforme termo usado pelo economista, já que não produziria valor e por isso o patrão não teria retorno do que foi gasto para mantê-lo.

Existe uma espécie de trabalho que aumenta o valor do objeto em que se aplica; há outra que não tem esse efeito. A primeira, uma vez que *produz valor*, pode ser chamada *trabalho produtivo*, a segunda, *trabalho improdutivo*. Assim, o trabalho de um operário da manufatura geralmente acrescenta ao valor do material por ele trabalhado o valor *de seu próprio sustento e o lucro do patrão*. O trabalho de um criado,

ao contrário, não adiciona valor. O operário, embora receba o salário *adiantado*, nada custa realmente ao patrão, uma vez que o valor desse salário é restituído *junto com um lucro*, em virtude do valor aumentado do objeto em que se aplicou seu trabalho. Nunca se recupera, porém, o que se despence para manter um criado. Um homem enriquece empregando grande número de operários; empobrece sustentando grande número de criados (SMITH apud MARX, 1980, p.135-136).

A conceituação smithiana e dos demais economistas clássicos de que só é produtivo o trabalho que produz valor maior que o seu próprio custo, consiste, segundo Marx (1980), numa definição correta a partir do ponto de vista do modo de produção capitalista e deriva, em partes, dos fisiocratas. Em partes, porque, segundo os fisiocratas, somente o trabalho agrícola é considerado produtivo, por gerar valor que equivale a produtos agrícolas, o qual é superior ao custo de produção. Embora trate-se de uma concepção errônea, por limitar o trabalho produtivo exclusivamente ao trabalho agrícola, é verdadeira no sentido de que o produto resultante do trabalho excedente é apropriado pelo dono das terras, isto é, pelo proprietário dos meios de produção agrícola, não pelo trabalhador que o produz. O equívoco em relação ao trabalho produtivo, contudo, não foi exclusividade dos fisiocratas. Marx (1980) aponta que os mercantilistas também haviam errado ao afirmar que produtivo se limitaria ao trabalho da esfera do comércio, cujos ramos de trabalho exportam produtos e rendem valor maior do que seu custo de produção.

Smith acrescenta outras diferenças entre trabalho produtivo e improdutivo, uma das quais consiste no trabalho em forma de mercadoria vendável, de modo que o trabalho precisa ter, como resultado, um objeto durável, a fim de que o objeto possa armazenar o preço correspondente, caso seja necessário empregá-lo mais tarde. Segundo Smith, os trabalhos que não se fixam em objetos duráveis e vendáveis não produzem valor, portanto, são improdutivos:

O trabalho do operário se fixa e se realiza num objeto particular ou mercadoria vendável, que dura pelo menos algum tempo após concluir-se o trabalho. É como se certa quantidade de trabalho fosse recolhida e armazenada, para ser empregada mais tarde, se necessário. Esse objeto ou, o que é o mesmo, o preço desse objeto, pode pôr em movimento mais tarde, se necessário, quantidade de trabalho igual à que na origem o produziu. [...] O trabalho de algumas categorias sociais respeitáveis, do mesmo modo que o dos criados,

não produz valor, não se fixa nem se realiza em objeto durável ou mercadoria vendável (SMITH apud MARX, 1980, p. 140).

Se, do ponto de vista da análise do economista, o trabalho que não resulta em objeto durável não produz valor, o que se gasta para o manter não é recuperado. Marx, entretanto, vê uma contradição nessa ideia de Smith. Inicialmente, na perspectiva de Smith, o trabalhador acrescenta no produto de seu trabalho, além do valor do seu sustento, um lucro para o patrão; mas, segundo Marx, em alguns momentos, o pensador perde esse elemento determinante e comete o absurdo de afirmar que basta o trabalhador fornecer ao patrão o mesmo *quantum* de valor que recebe em forma de salário para sua manutenção e de sua família, indicando para a lei da simples equivalência de valor. Smith perde de vista o critério de trabalho produtivo a partir do ângulo capitalista, haja vista que:

Segundo esta nova concepção, chama-se produtivo o trabalho de um trabalhador, quando este põe um equivalente no lugar do valor consumido, quando, com seu trabalho, acrescenta ao material quantidade de valor igual à contida no salário (MARX, 1980, p. 141).

A produção capitalista exige, a fim de se manter e de se expandir, um excedente de valor, portanto, não é suficiente que o trabalhador apenas reponha o valor proporcional ao seu salário; fosse assim, o dinheiro não se transformaria em capital: “Um trabalhador, se anualmente só repõe o equivalente ao salário, não é trabalhador produtivo para o capitalista” (MARX, 1980, p. 141). Além disso, Smith muda o elemento determinante, considerado correto por Marx, ao retroceder sua concepção inicial à dos fisiocratas de que o trabalho agrícola é mais produtivo que o trabalho na manufatura, no comércio e o trabalho dos artesãos, ainda que não sejam improdutivos na teoria smithiana. Assim, na medida em que, em partes, retrocede às influências dos fisiocratas, Smith também entra em contradição ao ampliar a concepção de trabalho produtivo por eles adotada, pois, como vimos, para os fisiocratas, somente são produtivos os trabalhos agrícolas.

Smith abandona sua própria concepção de mais-valia e aceita a dos fisiocratas. Ao mesmo tempo sustenta contra eles que o trabalho da manufatura (e, segundo ele, também o comercial) também é produtivo, embora não o seja no sentido eminente da palavra. Abandona a definição pela forma social, a determinação do que é "trabalhador produtivo", do ângulo da produção capitalista (MARX, 1980, p. 142).

De acordo com Marx, Smith também se afasta da definição de trabalho produtivo, conforme o ponto de vista do modo de produção capitalista, a partir do momento quando elenca o artesão e o trabalhador empregado pelo comércio como produtivos, apenas porque tais trabalhos se fixam em mercadorias vendáveis e duráveis; embora, a rigor, o trabalhador do comércio não produza mercadorias.

O trabalho dos artesãos, comerciantes e trabalhadores da manufatura, ao contrário, *por natureza fixa-se e realiza-se em tal mercadoria vendável*. Por esse motivo, no capítulo que trata do trabalho *produtivo e improdutivo*, classifiquei os artesãos, trabalhadores da manufatura e comerciantes entre os trabalhadores *produtivos* e os criados entre os *estéreis* ou *improdutivos* (SMITH apud MARX, p. 143).

Com base na teoria marxiana, afirmamos que é insuficiente estabelecer somente o critério de se fixar mercadoria vendável e durável como decisivo para definir trabalho produtivo, uma vez que não é a forma do produto em que o trabalho vivo se objetiva que o torna produtivo ou improdutivo. Se não está posta a relação antagônica entre capitalista e trabalhador, capital X trabalho, o trabalhador que, embora, produza mercadoria, é improdutivo por não ter alguém que dele extraia mais-valia, como no caso do artesão, trabalhador não assalariado. A respeito da mercadoria durável, como um dos parâmetros para estabelecer se um trabalho é produtivo ou não, não condiz com o caso do trabalhador que produz uma mercadoria imaterial que perece se não for consumida no mesmo instante de sua produção. Esse trabalhador está situado numa relação em que é extraído produto excedente de seu trabalho, como, por exemplo, o professor de uma escola da rede privada de ensino. Nesse sentido, Smith afirma:

[...] contaminado com a forma exuberante do capitalismo em produzir mercadorias, concebe trabalho produtivo regressivamente aos fisiocratas, mas inaugurando uma retórica que dura até hoje entre os economistas, ao separar a produção de bens físicos (o produto tangível) da de serviços (o produto intangível) em correspondência, respectivamente, com trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Deixando de vincular o termo à geração de mais-valia (SANTOS, 2020, p. 2).

Para Smith, conforme tratamos, não são somente os trabalhadores da manufatura que aumentam a riqueza da sociedade, mas também os da atividade comercial, os artesãos e, principalmente, os da agricultura, cujo aumento de riqueza consiste no trabalho que produz mercadoria, sinônimo de trabalho produtivo. Tendo como referência os fisiocratas — que entendiam a substância valor representada pela renda fundiária, baseada na terra como o único princípio que constitui valor devido a seu valor de uso — e os mercantilistas — para os quais o valor é representado na forma dinheiro —, Smith formula uma combinação de ambas as concepções, articulando o valor de uso ao valor de troca. Desse modo, aponta o trabalho produtivo como aquele que produz mercadorias (NETO, 2012). Com isso, podemos dizer que Smith tem sua concepção atrelada aos fisiocratas e aos mercantilistas, ao mesmo tempo em que consegue os ultrapassar.

Smith considera o valor do produto a essência da riqueza material da sociedade, para tanto, classifica em quatro tipos os capitais que movimentam trabalhos produtivos que aumentam o valor do produto: em primeiro lugar, a agricultura, em segundo, a manufatura, seguida pelo comércio atacadista e, por último, o comércio varejista. É nessa sequência que Smith define o grau de produtividade do trabalho (MARX, 1980), porém não preserva sua concepção inicial de que, para ser produtivo, o trabalho teria de acrescentar valor ao produto vendável para além do valor de sua manutenção, considerando a finalidade de fornecer lucro ao patrão; ou seja, seria insuficiente apenas repor valor equivalente ao seu consumo pessoal:

As pessoas cujos capitais se aplicam num desses quatro setores são elas mesmas *trabalhadores produtivos*. Seu trabalho, adequadamente dirigido, fixa-se e realiza-se no objeto ou na coisa vendável em que se aplicou, e em regra acrescenta ao preço dessa coisa pelo menos o

valor da própria manutenção e consumo pessoal (SMITH apud MARX, 1980, p. 245).

Não obstante, essa perspectiva nos leva à seguinte problematização: se o trabalhador não restituir ao patrão o valor que recebeu em forma de salário e, principalmente, para além disso, se não fornecer valor maior do que aquele, de que forma será economicamente produtivo senão aumentando seu capital? Outro ponto controverso é que, para Smith, o setor agrícola, no que consiste ao arrendatário de propriedades rurais, é o que mais coloca trabalho produtivo em movimento, porque até o boi e o cavalo se tornam trabalhadores produtivos: “Tanto seus trabalhadores braçais quanto os animais de carga e de tiro são trabalhadores produtivos” (SMITH apud MARX, 1980, p. 245). O que, na teoria marxiana, é inconcebível, pois o trabalho é atributo que apenas o ser humano possui, conforme vimos na abertura do capítulo anterior. Na verdade, o uso de animais trata-se da instrumentalização da natureza para aumentar o rendimento do trabalho humano.

Ademais, Smith não leva em conta a produção intelectual como riqueza, esta seria somente material. Por conseguinte, o trabalho despendido na produção intelectual não é produtivo. A diferenciação que faz de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo é relevante para sua análise sobre a produção da riqueza material na forma capitalista de produzi-la, mas não examina a relação que há entre trabalho manual do operário e trabalho intelectual. Segundo Marx:

Na produção intelectual, outra espécie de trabalho se revela produtivo. Mas Smith não a considera. Por fim, a interação e a conexão interna de ambas as produções tampouco entram no âmbito de sua análise [...] (MARX, 1980, p. 266).

No entanto Smith entende, como produtivo, o trabalho não manual requerido na produção material, como o do supervisor, o do engenheiro, o do trabalhador de escritório, entre outros, pois compreende a necessidade do trabalho conjunto para produzir mercadorias, no sentido do trabalho coletivo considerado em sua totalidade e organizado na forma de cooperação¹⁸ (MARX, 1980). Porém, ainda que muitos

¹⁸ Abordaremos, de modo mais pormenorizado, na próxima seção.

trabalhos improdutivos sejam de categorias com certo *status* social, permanecem improdutivos por não fazerem parte da produção cooperada e, por conseguinte, não se fixarem em mercadorias vendáveis e duráveis. Vejamos:

O trabalho de algumas das mais respeitáveis categorias sociais, como a dos criados, não produz valor... Assim, por exemplo, o soberano com todos os magistrados e militares que o servem, exército e a armada inteiros são trabalhadores improdutivos. São os servidores da sociedade, sustentados por parte do produto anual da atividade de outras pessoas... A essa classe pertencem... clérigos, advogados, médicos, homens de letras de toda espécie, atores, bufões, músicos, cantores de ópera, dançarinos etc. (SMITH apud MARX, 1980, p. 139).

Além de esses trabalhadores serem considerados improdutivos, foram tachados de pertencer a um segmento parasitário, pois viveriam às custas dos trabalhadores produtivos. Tanto é que Smith propõe a redução de custos com esses serviços, que eles sejam reduzidos ao mínimo indispensável. Nesse cenário, aqueles que Marx denomina bajuladores da Economia Política, atribuem importância a todas as atividades de trabalho em função do capital, que servem o propósito da reprodução do capital, já que, para eles, de um modo ou de outro, têm alguma conexão com a produção da riqueza material. De tal forma que: “num passe de mágica, os parasitas da sociedade foram promovidos à condição de trabalhadores produtivos e indispensáveis à reprodução do capital” (NETO, 2012, p. 12). Isso porque era necessário dar uma posição de destaque a tais categorias que, de certa maneira, tiveram sua relevância prejudicada pela teoria smithiana.

No novo contexto social, os anõesinhos da economia política precisam empenhar-se ferrenhamente na tentativa de derrubar as teses de Adam Smith acerca do caráter improdutivo de suas atividades, e assim justificarem o recebimento de seus elevados soldos emanados da mais-valia que brota do trabalho produtivo (NETO, 2012, p. 14).

Não só os teóricos de menor importância da Economia Política se empenharam para justificar alguma produtividade das atividades que realizavam, como também os próprios trabalhadores considerados improdutivos por Smith, sacerdotes, professores,

entre outros que desejavam defender seus salários. Outrossim, a defesa, para incluir os trabalhadores ditos improdutivos na condição de produtivos, tornou-se questão de honra para os possuidores de diploma de nível superior, afinal, poderia ser constrangedor pertencer, no âmbito econômico, ao mesmo grupo em que, por exemplo, os criados se inseriam; poderiam, dessa forma, ser vistos como meros consumidores que vivem às custas dos trabalhadores que realmente são produtivos. Nas palavras de Marx:

Para a grande massa dos chamados trabalhadores "de nível superior", como funcionários públicos, maestros, médicos, clérigos, juízes, advogados- etc. [...] não era nada agradável serem banidos, na esfera econômica, para a mesma classe dos palhaços e dos criados, e aparecerem apenas como co-participantes do consumo, parasitas dos verdadeiros produtores (ou melhor, dos agentes de produção) (MARX, 1980, p. 154).

Por fim, mais do que apresentar de forma crítica a posição smithiana acerca do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo, sua herança da concepção fisiocrata e mercantilista, além das polêmicas teóricas envolvidas com esses dois conceitos; Marx também expõe sua própria posição no sentido de analisar como eles se configuram na sociedade do modo de produção capitalista. Faz isso ao longo do capítulo IV de *Teorias da Mais-valia* e, sobretudo, nos *Aditamentos*, em *Produtividade do Capital: trabalho produtivo e improdutivo*. Em suma, a definição dos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo adotada por Smith e demais pensadores clássicos da Economia Política refletiram na análise crítica realizada por Marx, sendo importante ressaltar que o exame marxiano dos conceitos em questão se baseia, especificamente, a partir do ângulo do modo capitalista de produção, portanto, a definição não parte do caráter concreto do trabalho, tampouco do trabalho em geral.

Qual é o princípio sobre o qual Marx baseia sua retomada a posição smithiana e ricardiana e – é preciso dizer neste caso – também malthusiana? O argumento de Marx é um argumento de certo modo definitivo. Ou seja: de que estamos discutindo? Não estamos discutindo sobre o trabalho em geral; estamos discutindo sobre o trabalho que se dá no interior de uma formação-histórica social determinada. Estamos discutindo sobre o trabalho que se acha numa situação capitalista, não do trabalho humano em geral; e, por isso,

quando definimos esse trabalho como produtivo, devemos defini-lo em função do âmbito no qual esse trabalho se encontra inserido na realidade; esse trabalho é subordinado ao capital – aqui não importa se através da subsunção formal ou real – e, portanto, conta somente enquanto opera em função do capital (NAPOLEONI, 1981, p. 98).

Tendo em vista a relação social de subordinação do trabalho ao capital, isto é, do trabalhador ao capitalista, discorreremos, na próxima seção, sobre como se concebe o trabalho produtivo no modo capitalista de produção, bem como suas nuances.

2.2 Trabalho produtivo do ponto de vista do modo de produção capitalista

Estudamos, na seção 1.1, o trabalho enquanto categoria que funda o ser humano, pois pelo trabalho, em um processo que compreende milhares de anos, o ser primitivo supera suas condições de animalidade e se torna humano. Na seção 1.2, tratamos sobre como o trabalho se desdobra ao mesmo tempo em um duplo caráter: concreto e abstrato: o primeiro cria valores de uso, já, o segundo, valor.

Na seção 1.3, discorreremos sobre o produto resultado do trabalho (que se realiza sob as relações do modo de produção capitalista), o qual assume a forma mercadoria, também composta por um duplo aspecto: o valor de uso e o valor de troca (cujo fundamento é o valor). A mercadoria só se realiza na troca, na qual, para que se efetive, o caráter útil é abstraído, sendo considerado apenas o que a torna compatível, no sentido de intercambiáveis. É o trabalho em seu aspecto abstrato a propriedade em comum entre as mercadorias, que por sua vez é medido pelo tempo médio e socialmente necessário à produção, e é o *quantum* de tempo de trabalho cristalizado na mercadoria que determinará o seu valor.

Na seção 1.4, tratamos da força de trabalho que se torna mercadoria, haja vista que os meios de produção foram retirados dos trabalhadores, em um processo histórico e violento, portanto, não há alternativa além da venda da força de trabalho em troca de um salário, para, então, manter e produzir sua existência e de sua família.

Após esta breve retomada dos conceitos tratados no capítulo anterior, chegamos, enfim, ao conceito fundamental para adentrar no estudo sobre o trabalho produtivo, a mais-valia. O trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, que

tem a propriedade única de, no ato de trabalho, criar valor, sendo este o seu valor de uso para o capitalista. Todavia o possuidor da força de trabalho fornece, a seu comprador, uma extensão de jornada que excede o tempo de trabalho necessário à sua subsistência, tempo adicional que não lhe é pago. Logo, o capitalista se apropria do resultado do trabalho excedente, a mais-valia. Assim, o mais-trabalho, realizado pelo trabalhador, transforma-se na condição de existência do capitalista, o qual visa “[...] dispensar a si mesmo do trabalho necessário a sua própria existência e jogá-lo sobre os ombros de outrem” (MARX, 2017, p. 580).

Além dos conceitos há pouco revistos, dissemos que a mais-valia é fundamental para estudar o trabalho (im)produtivo, assim o é, porque a sociedade capitalista é fundada na extração de mais-valia, é sua finalidade última; constitui-se como produto específico do modo de produção capitalista, nele, reside residindo sua essência. Nesse sentido, a definição de trabalho produtivo, a partir da acepção capitalista de produção, está diretamente atrelada à mais-valia.

Expusemos, na seção dois do primeiro capítulo, que, segundo Marx, o valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza e o trabalho, fonte da riqueza material, todavia não é o trabalho concreto a forma de riqueza que interessa ao capital, considerando que o valor de uso é apenas um suporte do valor de troca. E, ainda que o trabalho inserido na forma capitalista de produção tenha de gerar produtos com valor de troca, mesmo assim, não basta produzir mercadorias; o trabalho precisa resultar numa riqueza específica, na forma de riqueza mais desejada pelo capital, isto é, a riqueza sob a forma de capital: a mais-valia. Tal riqueza, por essa ordem, é destinada àqueles que não são seus produtores:

O resultado do processo de produção capitalista não é mero produto (valor de uso) nem *mercadoria*, isto é, valor de uso que tem determinado valor de troca. Seu resultado, seu produto, é criação de *mais-valia* para o capital e, por isso, *conversão* real de dinheiro ou mercadoria em capital (MARX, 1980, p. 394).

O caráter útil e concreto do trabalho subordina-se ao modo de produção capitalista, dirigido para a satisfação do próprio capital. Significa, portanto, que o valor de uso da força de trabalho satisfaz a necessidade do capitalista na medida em que

ela serve para a acumulação privada da riqueza. Para o capitalista, o valor de uso da mercadoria força de trabalho consiste na propriedade de concretizar valor, em objetivar uma quantidade de trabalho que exceda o necessário para sua reprodução; e não na propriedade de criar produtos socialmente úteis.

[...] não é esse caráter concreto do trabalho, seu valor de uso como tal – a circunstância de ser, por exemplo, trabalho do alfaiate, sapateiro, fiandeira, tecelão etc. – que constitui seu valor de uso específico para o capital e por isso o qualifica de trabalho produtivo no sistema de produção capitalista. O que constitui seu valor de uso específico para o capital não é seu caráter útil particular, tampouco as propriedades especiais úteis do produto em que se materializou, e sim seu caráter como o elemento criador do valor de troca, como trabalho abstrato; mais precisamente, não é a circunstância de representar, em suma, dada quantidade desse trabalho geral, mas de representar quantidade maior que a contida em seu preço, isto é, no valor da força de trabalho (MARX, 1980, p. 395).

Assim, no modo capitalista de produção, o valor de uso é subordinado ao de troca, o trabalho concreto é subsumido ao aspecto abstrato do trabalho. Como analisamos, não se trata de dois tipos de trabalho, mas de duas determinações diferentes, da dupla dimensão que a atividade de trabalho possui, a abstrata e a concreta, as quais não combinam de forma harmônica. Tal ausência de harmonia entre ambas se dá “[...] a fim de que a diminuição do esforço e da fadiga não implicasse em diminuição da riqueza disponível para o consumo da sociedade” (ANTUNES, 2018a, p. 108). No modo de produção que se funda na expropriação do tempo de trabalho excedente, o aspecto do trabalho que se estabelece como concreto e as qualidades úteis de seus produtos não são relevantes para os interesses do capital. Há uma inversão na qual o valor de uso do trabalho produtivo, conforme concepção capitalista, se torna o próprio caráter abstrato que corresponde à criação de valor, ao valor de troca. Nas palavras de Marx:

O que constitui o valor de uso específico [do trabalho produtivo] não é o seu caráter útil determinado, como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia) (MARX, 1978, p. 75).

Portanto, o trabalho que o capital considera produtivo não é aquele sob o aspecto concreto, embora seja condição para criar valor de uso, sem o qual não há substrato material para o valor de troca, não há mercadoria enquanto unidade de valor de uso e valor de troca. Na análise de Marx sobre o trabalho produtivo na concepção capitalista, o qual não tem vínculo algum com o valor de uso que gera, ressalta-se que: “Trabalho produtivo é uma determinação daquele trabalho que em si mesmo nada tem a ver com o conteúdo determinado do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso peculiar no qual se manifesta” (MARX, 1978, p. 75).

O caráter concreto do trabalho é secundário para o modo de produção capitalista, uma vez que é o trabalho, sob o aspecto abstrato, que valoriza o valor, logo, o trabalho produtivo é uma subcategoria daquele. Chagas aponta a contradição existente na sociedade capitalista articulada pelo trabalho abstrato, a saber: ao mesmo tempo em que o trabalho concreto não pode ser totalmente descartado, ela nega-o e a determinação do trabalho que predomina é a abstrata:

Particularmente, no capitalismo, a sociedade material que havia entre os trabalhos úteis-concretos, ligados externamente, passa a ser uma sociedade formal, articulada pelo trabalho abstrato, mas contra o trabalho útil-concreto. Então, a sociedade do capital, articulada pelo trabalho abstrato, é uma sociedade formal que não é uma sociabilidade efetiva, já que ela, embora precise do trabalho útil-concreto e o conserve, está em oposição a ele, negando-o, excluindo-o (CHAGAS, 2012, p. 6-7).

Na forma capitalista de produção, a primazia é sempre do trabalho em seu caráter abstrato, de modo que o fim a que se destina o trabalho concreto, quando posto na dinâmica dessa produção específica e, por conseguinte, determinado pela sociabilidade do capital, é o de ser coadjuvante do caráter abstrato do trabalho. Assim, a concepção de trabalho produtivo para o capital, como subcategoria do trabalho abstrato, diz respeito ao trabalho que é útil a ele à medida que serve como instrumento direto de sua autovalorização, mediante a produção de mais-valia.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em

geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (MARX, 2017, p. 578).

É o aspecto abstrato do trabalho que interessa ao capitalista, por produzir, conservar e valorizar o valor. O capitalista compra a força de trabalho visando o valor que ela, em ação, produzirá, mas de modo que este supere o valor nela pago; vimos que isto ocorre por meio da expropriação do tempo de trabalho excedente, o que resulta no valor excedente. O processo capitalista de produção, de acordo com Marx, “é processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de sucção de trabalho não pago” (MARX, 1978, p. 75). Nesse sentido, produtivo é o trabalho que está a serviço do capital:

Mas, em função do capital, qual é o trabalho produtivo? Evidentemente, o que produz capital. E que significa produzir capital? Produzir capital significa: valorizar valores existentes. Mas valorizar valores existentes significa, precisamente, produzir uma mais-valia (NAPOLEONI, 1981, p. 98).

É, portanto, no processo produtivo, ou seja, na esfera da produção de mercadorias que surge o mais-valor; por isso, para o modo de produção capitalista independe se o trabalho transforma diretamente a natureza ao transformar suas matérias, ou se transforma o gênero humano que também é parte da natureza; se o produto do trabalho, no caso a mercadoria produzida, se configura como material, ou ainda, conforme o exemplo de Marx, imaterial. A esfera da produção material não é critério que define o trabalho produtivo, mas sim, a produção de mais-valor, se o trabalhador estiver atuando como meio direto de valorização do capital, em outras palavras, se estiver enriquecendo o patrão na medida em que produz mais-valor.

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar as cabeças das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de uma fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de

modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital (MARX, 2017, p. 578).

Nessa passagem, Marx esclarece o critério do termo produtivo no contexto capitalista, demonstrando ser irrelevante se a esfera da produção é, ou não, material, se o produto que resulta do trabalho é material, como uma salsicha, ou imaterial, como uma aula, enquanto mediação do processo de ensino e aprendizagem. Como dissemos, a atividade que não transforma diretamente as matérias da natureza, mas a modifica indiretamente ao transformar o ser humano, pois este também participa enquanto membro da natureza, continua sendo trabalho. Nesse caso, o trabalhador cria, na esfera da produção não material, uma mercadoria imaterial, o conhecimento, o qual transforma o ser humano enquanto natureza que é, e que, por sua vez, transformará a natureza enquanto ela mesma.

O capitalismo tende a ampliar o leque de mercantilização das mais diversas atividades de trabalho e seus respectivos produtos, submetendo-os à lógica do capital; assim, além da educação, há outros produtos que tomam a forma de mercadoria imaterial, dentre eles, a cultura, a segurança, a saúde, o esporte e o lazer. Em outra passagem, Marx também aponta o trabalho produtivo que não possui vínculo algum com a natureza de seu produto e, sim, com as relações sociais de produção nas quais é consumido:

As definições consideradas, portanto, não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza. Desse modo, um ator por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário [...] (MARX, 1980, p. 137).

Ainda que se trate de mercadorias imateriais, há um processo produtivo no qual o trabalhador atua para criá-las e que está a serviço de um capitalista, que, por sua vez, extrai mais-valia desse trabalho. Portanto, é produtivo o trabalho não pela

materialidade de seu produto, mas por fornecer valor excedente ao capitalista que o emprega: “Um escritor é trabalhador produtivo não por produzir idéias, mas enquanto enriquecer o editor que publica suas obras [...]” (MARX, 1980, p. 137). Outrossim, o valor de uso de uma mercadoria pode ser frívolo e, mesmo assim, em nada afeta o caráter produtivo do trabalho que a produziu, pois a definição desse trabalho não resulta da natureza de seu resultado, como bem explica Marx:

O valor de uso da mercadoria onde se corporifica o trabalho de um trabalhador produtivo pode ser da espécie mais fútil. Esta diferenciação material nada tem a ver com a natureza desse trabalho. É uma definição do trabalho, a qual não deriva de seu conteúdo ou resultado, mas de sua forma social específica (MARX, 1980, p. 138).

Marx menciona, como exemplos, a cantora e o professor, ambos situados numa relação de subordinação ao capitalista, isto é, uma relação entre comprador e vendedor de força de trabalho, sendo eles trabalhadores assalariados pelo capital. A cantora produz a música como mercadoria imaterial do campo da cultura, já o professor, a mercadoria imaterial conhecimento, do domínio da educação. Tanto da cantora, quanto do professor, o capitalista extrai mais-valia de suas forças de trabalho em ação, compradas e submetidas ao mais-trabalho durante o processo produtivo, ainda que este não seja material. Assim, a:

[...] cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz a cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário (*entrepreneur*) da instituição que trafica com o conhecimento (*knowledge mongering institution*), é trabalhador produtivo (MARX, 1978, p. 76).

No modo de produção capitalista, todo trabalhador só pode ser produtivo, se for assalariado pelo capital, pois se, produz mais-valia, significa que vendeu sua força de trabalho ao capitalista e está subordinado a ele, a ponto de realizar trabalho excedente. Assim, ser assalariado pelo capital faz parte da condição de trabalhador produtivo, ainda que seja uma determinação de caráter secundário da qual decorre a

extração de mais-valia; esta, sim, a determinação fundamental que caracteriza o trabalho produtivo do ponto de vista do capital. Nesse sentido, Marx concorda com Smith que a intenção do capitalista, ao comprar a força de trabalho é expandir o capital variável investido no salário, à medida que a força de trabalho for consumida, ao passo que o valor produzido deve ser suficiente para pagar o salário e, para além disso, gerar valor excedente. Nessa dinâmica, reside o trabalho produtivo e, somente por meio dele, a mercadoria e o dinheiro se transformam em capital.

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital (isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma do valor nele empregada ou que restitui mais trabalho do que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio) (MARX, 1980, p. 132-133).

Outra particularidade que compõe o conceito de trabalho produtivo é sobre o salário desse trabalhador. Como o comprador de sua força de trabalho é um capitalista que não a consumirá como valor de uso (mas incorporá-la no processo de produção), o salário do trabalhador forma-se pelo capital variável, não por renda¹⁹, é pago com dinheiro que é capital: “O trabalho produtivo troca-se diretamente por *dinheiro enquanto capital*, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital, e que como capital se contrapõe à força de trabalho” (MARX, 1978, p. 75). O capitalista paga com capital a mercadoria força de trabalho que comprou, caso em que o trabalho se converte em fator do capital; assim, o consumo do trabalho, no processo produtivo equivale à fórmula: $D - M - D'$ ²⁰. Marx explica que o trabalho produtivo, sendo aquele que é trocado por capital, envolve três elementos:

A proposição envolve: 1) a relação recíproca entre dinheiro e força de trabalho como mercadoria, compra e venda entre o dono do dinheiro

¹⁹ Todo trabalho produtivo é assalariado, pago com capital variável, mas, conforme estudamos na terceira seção deste capítulo, nem todo trabalho pago com capital variável, se caracteriza como trabalho produtivo.

²⁰ Discorreremos mais especificamente na próxima seção.

e o dono da força de trabalho; 2) a subsunção direta do trabalho ao capital; 3) a transformação direta do trabalho em capital no processo de produção ou, o que dá no mesmo, a criação da mais-valia para o capital (MARX, 1980, p. 394).

Se a definição capitalista de trabalho produtivo diz respeito àquele que produz mais-valia, o consumo produtivo do trabalho corresponde ao realizado pelo capitalista, cujo consumo tem por objetivo o trabalho funcionar como forma de crescer valor. Já o consumo improdutivo volta-se a fins individuais, apenas satisfaz necessidades fazendo uso do caráter concreto do trabalho, salienta Marx: “[...] Este último consome os produtos como meios de subsistência do indivíduo vivo, ao passo que o primeiro os consome como meios de subsistência do trabalho, da força ativa de trabalho do indivíduo” (MARX, 2017, p. 261).

É o capitalista quem consome produtivamente a força de trabalho em movimento, faz dela um consumo produtivo conforme a lógica capitalista. É o representante do capital que, pelo ponto de vista do próprio capital, consome produtivamente essa mercadoria, a qual será consumida no processo de trabalho ao ser adicionado meios de produção. Assim, o processo de produção é processo de consumo produtivo de trabalho pelo capitalista, cujo trabalho é produtivo porque seu produto transforma-se em mercadoria que incorpora mais-valia, ou seja, transforma-se em capital.

Contudo ressaltamos que o consumo não é considerado produtivo somente por envolver um capitalista como agente consumidor, se este consumir as mercadorias e o trabalho como meros valores de uso, como dispêndio de renda, então não serão consumidos produtivamente. Para o consumo ser produtivo, a mercadoria comprada deve servir como meio de produção e, por conseguinte, de valorização, assim como o trabalho comprado deve produzir mais-valor:

Assim como as mercadorias que o capitalista compra com uma parte do mais-valor para seu próprio consumo não lhe servem como meios de produção e valorização, tampouco o trabalho que ele compra para a satisfação de suas necessidades naturais e sociais é trabalho produtivo. Por meio da compra dessas mercadorias e desse trabalho, em vez de transformar o mais-valor em capital, ele o consome ou gasta como renda (MARX, 2017, p. 663).

O trabalhador consome com o seu trabalho os valores de uso dos meios de produção e cria produtos através desse consumo; por conseguinte, ao criar, agrega valor. Do ponto de vista do capitalista, esta é a única forma de consumo considerado produtivo realizado pelo trabalhador. Tal consumo se dá na esfera da produção, mas o trabalhador consome algo que não lhe pertence, posto que os meios de produção não são suas propriedades. Assim, mesmo para o trabalhador produtivo, são improdutivo as atividades que realiza para si próprio, bem como é improdutivo o consumo de produtos com vistas apenas aos seus valores de uso: “Para a própria classe dos trabalhadores produtivos patenteia-se portanto “trabalho improdutivo” o que eles executam para si mesmos” (MARX, 1980, p. 145). Segundo a análise crítica de Marx, na concepção capitalista em que o “produtivo” é, em termos econômicos, o consumo não produtivo realizado pelo trabalhador é aquele em que ele consome individualmente, apenas para manter sua existência e reproduzir a prole:

[...] o trabalhador gasta em meios de subsistência o dinheiro pago na compra da força de trabalho: esse é seu consumo individual. O consumo produtivo e o individual do trabalhador diferem, portanto, inteiramente. No primeiro, o trabalhador atua como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, ele pertence a si mesmo e executa funções vitais à margem do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, o do outro é a vida do próprio trabalhador (MARX, 2017, p. 646).

Todavia, se não considerarmos o capitalista isolado, mas a classe dos capitalistas (o processo de produção capitalista a partir do aspecto social), mesmo o consumo individual do trabalhador²¹, dito economicamente improdutivo, é elemento

²¹ De acordo com Marx, o tradutor da obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, Germain Garnier (1754-1821), considera o consumo, realizado pelos trabalhadores improdutivo, fonte de produção, uma vez que a fortuna da sociedade é acrescida por meio do aumento do consumo. Assim, na medida em que os trabalhadores improdutivo satisfazem suas necessidades consumindo produtos, são úteis para a produção da riqueza social. Além de Garnier: “Dos autores que contestaram a idéia smithiana de trabalho produtivo e improdutivo, a maioria considera o consumo estímulo necessário à produção, e *por isso* os que vivem *assalariados* por renda – os trabalhadores improdutivo cuja compra não produz riqueza, mas constitui novo consumo de riqueza - são para essa maioria tão produtivos quanto os trabalhadores produtivos, pois, ao expandirem o domínio do consumo material, crescem o da produção” (MARX, 1980, p. 263). A partir da análise crítica de Marx sobre como o modo de produção capitalista compreende o trabalho produtivo, podemos dizer que a concepção está equivocada, pois, mesmo havendo uma conexão entre produção e consumo, este não se torna uma atividade produtiva quando apenas se limita ao consumo dos valores de uso. Há também o problema de que, tais autores,

constitutivo do processo de reprodução do capital, pois tal consumo é necessário para perpetuar a classe trabalhadora. Em suma, o consumo individual do trabalhador, ainda que seja improdutivo por visar apenas a autoconservação e a procriação, representa condição básica para o capital explorar uma força de trabalho minimamente saudável para produzir, além da possibilidade de o capital explorar nova força de trabalho.

Conforme analisamos na seção 1.4 e 1.5 deste capítulo, a produção e a reprodução da mercadoria força de trabalho é imprescindível para manter o capital, isto é, para a apropriação da substância que só ela cria quando em ação, a mais-valia. Isso, porque “a manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser a condição constante para a reprodução do capital” (MARX, 2017, p. 647). Nesse sentido, mesmo quando o trabalhador não é produtivo, ou seja, não é consumido produtivamente, ainda assim, é um “acessório” importante ao capital. O consumo individual do trabalhador consiste na reprodução do principal meio de produção indispensável ao capitalista, o próprio trabalhador (MARX, 2017).

Em termos sucintos, Marx explicita que o consumo improdutivo do trabalhador — mesmo dada a importância da manutenção da sua força de trabalho, tendo em vista que somente ela, quando em ação, é capaz de agregar valor ao objeto produzido — não é o consumo que interessa ao capitalista, esse consumo que se destina a reproduzir a existência do trabalhador pouco importa a ele e a seu bolso. O seu consumo individual é apenas relativo ao custo de sua própria produção e de sua prole, não ao que produz. Assim, o consumo produtivo da força de trabalho pelo capitalista tem, como finalidade última, a produção que excede a manutenção do trabalhador, a qual, mesmo que gerada pelo trabalhador, como bem ressalta Marx, nunca é por si apropriada:

Em *média* o consumo do trabalhador é igual a seu custo de produção e não a sua produção. O excedente todo, portanto, produz ele para os outros, e assim essa parte toda de sua *produção é produção para os outros*. Ademais, o capitalista industrial que impele o trabalhador para essa *superprodução* (isto é, além das próprias necessidades de subsistência) e utiliza todos os meios para acrescê-la o mais possível, para expandir essa *superprodução* relativa em contraste com a

atribuem ao consumo um *status* soberano indevido, de forma que ocultam as reais distinções entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

produção necessária, de imediato se apodera do produto excedente (MARX, 1980, p. 264).

Além dessa particularidade do trabalho produtivo, a saber, de o trabalhador consumir produtivamente somente quando consome os meios de produção na atividade de trabalho, mencionamos, anteriormente, a força de trabalho comprada pelo capitalista, a qual é paga com capital; em síntese, o trabalhador assalariado está na condição de trabalhador produtivo quando:

[...] sua força de trabalho e seu trabalho incorporam-se diretamente como *fatores vivos* no processo de produção do capital; convertem-se em um de seus *componentes*, e precisamente, no componente *variável* que não só em parte conserva e em parte reproduz os valores de capital adiantados, mas que ao mesmo tempo *aumenta-os*, e, em consequência graças tão-somente à criação de mais-valia, transforma-os em valores que se valorizam a si mesmos, em capital (MARX, 1978, p. 72).

Embora, no modo de produção capitalista, todo trabalhador produtivo seja assalariado, é importante destacar que o contrário não é verdadeiro. Nem todo trabalhador assalariado é produtivo, pois nem sempre a venda da sua força de trabalho resulta na extração de mais-valia. Além disso, alerta Marx, a mesma atividade de trabalho pode ser produtiva ou improdutiva, a depender da relação que estabelece com o comprador de sua força de trabalho, portanto, não tem relação com a utilidade do trabalho empregado. Se a força de trabalho for vendida na forma de serviço não assalariado a um consumidor direto, este apenas consumirá tal trabalho, ou seja, consumirá somente enquanto valor de uso que supre sua necessidade. Nesse caso, o comprador direto não extrai mais-valia, logo, na concepção capitalista, ele não é produtivo.

O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaiataria (*gardening, tailoring*) etc, pode ser realizado pelo mesmo trabalhador (*workingman*) a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador *produtivo*, e noutro de *improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz

capital e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital, e no outro não (MARX, 1978, p. 76).

Marx explica que o mesmo trabalho pode ser produtivo ou não, a depender para quem a força de trabalho é vendida e de que forma é consumida. Se a força de trabalho do jardineiro, do alfaiate, entre outros, for vendida a um capitalista que não deseja consumir individualmente apenas enquanto valor de uso, mas também produtivamente, irá, então, usar tais trabalhos para valorizar seu capital. Nesse caso, o capitalista pode abrir uma empresa especializada em jardinagem e revender a consumidores diretos as forças de trabalho de inúmeros jardineiros, seus assalariados; esses trabalhos que se configuram em serviços²² ganham forma de mercadoria imaterial. Para os consumidores diretos, correspondem a trabalhos improdutivos por apenas fornecerem valores de uso que visam a suprir certa necessidade; porém, para o capitalista, constituem produtivos para fins de acumulação de capital, por possibilitarem extração de mais-valia. Nesse sentido, Singer aponta que a determinação material da mercadoria em nada interfere na diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo:

Para que o capital possa assumir a forma mercadoria não há necessidade de que esta se materialize num objeto. O capital pode assumir a forma mercadoria sendo esta um serviço. Neste caso, a força de trabalho adquirida pelo capitalista, ao ser exercitada, transforma-se em uma mercadoria que imediatamente é realizada (isto é, usufruída pelo consumidor, que por ela paga), de modo que o capital passa diretamente da forma força de trabalho à forma dinheiro. O fato da metamorfose do capital assim ser encurtada, longe de ser um defeito, é na realidade uma vantagem para o capital, pois seus ciclos são assim mais curtos, aumentando sua valorização no tempo. Basta observar-se o funcionamento de empresas capitalistas que se dedicam ao ensino, à promoção de espetáculos ou à prestação de serviços de controle [...] para se verificar que a ausência de um objeto material, onde se “fixa” o valor produzido pelo trabalho, de modo algum constitui obstáculo ao seu pleno funcionamento capitalista (Singer, 1981, p. 114).

²² Conforme estudamos de modo mais minucioso na seção seguinte.

O capitalista que adquire forças de trabalho e que valoriza seu capital comercializando as atividades de trabalho em forma de serviços que tais forças de trabalho realizam quando em ação, torna o próprio trabalho em formato de serviço uma espécie de mercadoria imaterial. Tal dinâmica é possível porque a determinação da mercadoria não deriva da forma material ou imaterial que ela assume, mas trata-se de uma determinação social, logo, a mercadoria imaterial também é materialização do trabalho; trabalho nela objetivado que reflete em seu valor de troca, não sendo materialização no sentido corpóreo da mercadoria. Portanto, nada impede o valor e a mais-valia, produzidos pelo trabalho, de se incorporarem à mercadoria imaterial sob a forma de serviço. Neto ressalta que é a mediação do capitalista no processo de trabalho que distingue o serviço como trabalho improdutivo, do serviço que se torna mercadoria por se subordinar ao capital, por isso, trabalho produtivo:

Nota-se então que uma parte desses serviços pode estar subordinada à lógica capitalista da produção de mais-valia e outra parte desses serviços pode escapar ao processo capitalista de produção de mais-valia. O produtivo e o improdutivo carecem da mediação social do capitalista que subordina toda a produção ao processo de constituição do capital (NETO, 2012, p. 10).

Em relação ao exemplo do alfaiate, mencionado anteriormente por Marx, o capitalista pode extrair mais-valia da mercadoria material que ele produz, pois acumula tempo de trabalho excedente, isto é, um valor maior do que custou a compra dessa força de trabalho. Assim, além de serem mercadorias, as forças de trabalho envolvidas em atividades como a jardinagem e a alfaiataria, as próprias atividades realizadas tornam-se mercadorias quando postas numa relação de trabalho terceirizado sob comando de um capitalista. Do contrário, enquanto trabalhos autônomos não assalariados, são improdutivos e mercadorias em potencial.

Tanto a força de trabalho do trabalhador produtivo, quanto a do trabalhador improdutivo são mercadorias, o que os distingue não reside nesse aspecto. Outra particularidade do trabalho considerado produtivo, pelo ângulo do modo capitalista de produção, é, além do trabalhador ser assalariado e sua força de trabalho não ser vendida a um comprador direto, mas a um capitalista que a consome produtivamente; é de ser produtor de mercadorias, tendo em vista que ela incorpora mais-valia. Para

o comprador da força de trabalho que realiza trabalho improdutivo, o produto resultante dele não é mercadoria, é apenas valor de uso que serve para satisfazer uma necessidade do corpo ou do espírito:

A força de trabalho do trabalhador produtivo é, para ele mesmo, mercadoria. O mesmo se estende ao trabalhador improdutivo. Mas, o trabalhador produtivo produz mercadoria para o comprador da força de trabalho. Para este, o trabalhador improdutivo produz mero valor de uso e não mercadoria; valor de uso imaginário ou real. O trabalhador improdutivo, e isto o caracteriza, não produz mercadoria para seu comprador (MARX, 1980, p. 139).

Ao mesmo tempo, é por meio da produção de mais-valia, incorporada na mercadoria, que o valor se acresce, resultando no capital. Isso significa que o trabalho excedente faz com que a produção de mercadorias seja produção de capital e, justamente por esse motivo, ele é produtivo. O trabalho produtivo cria produto excedente que assume a forma valor excedente. Acerca disso, é importante ressaltar que, conforme vimos, o trabalho excedente foi comum em outras formas sociais de produção, no entanto o produto excedente que resultava dele não assumia a forma de valor excedente. Somente nas relações sociais de produção capitalista que o produto excedente ganha a forma de mais-valia:

[...] para que os trabalhadores criem produto excedente na forma de mais-valia, são necessárias relações sociais de produção especificamente capitalistas, ou em outras palavras, a coação social específica do capital (COTRIM, 2012, p. 51).

Assim, na concepção capitalista, o trabalho produtivo é uma categoria econômica que representa o processo de trabalho especificamente como processo de produção de mais-valia, substância imprescindível ao modo de produção capitalista, o qual se organiza em torno da acumulação do capital. Dito de outro modo, o trabalho produtivo volta-se ao processo de valorização do capital, no sentido da produção de mais-valia, e tal entendimento sobre essa categoria corresponde exclusivamente à

forma social de produção capitalista, pois é somente essa que origina o produto excedente na forma de valor excedente.

Trabalho produtivo, portanto, é o que – no sistema de produção capitalista – produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital (MARX, 1980, p. 391).

No que se refere à transformação das condições materiais de trabalho em capital, acima mencionada por Marx, conforme expusemos, é também o trabalho que torna capital os meios de produção; um capital que não se amplia, mantendo-se constante, e cujo valor se incorpora no produto do trabalho, durante o processo de produção. Além do mais, o capital constante é um meio necessário ao consumo da força de trabalho, já que, sem ele, não há produção. Embora seja o aspecto concreto do trabalho que transporta capital constante para as mercadorias, é devido ao trabalho produtivo que o valor investido nos meios de produção se torna capital, isso porque o trabalho possui duplo caráter:

O trabalho produtivo acarreta, no processo de produção, um efeito duplo que se explica por seu duplo caráter: como simples incorporação quantitativa, isto é, abstrata, o trabalho agrega valor, mas é a qualidade específica ou concreta do trabalho incorporado no produto que conserva nele os valores previamente constituídos nos meios de produção. A magnitude total investida na produção se faz capital pela efetivação de sua autovalorização através do consumo da força de trabalho pelo capitalista, que a utiliza segundo seu desígnio, e do consumo dos meios de produção pela atividade do trabalho, no processo produtivo (COTRIM, 2012, p. 56).

Outro aspecto pertinente a analisar, sob a perspectiva de Marx, é que, se, por um lado a definição capitalista de trabalho produtivo se estreita ao ser considerada como critério, apenas a criação de mais-valia, por outro, o conceito se amplia quando também se alarga o caráter cooperativo do processo de trabalho, cuja cooperação emerge da Revolução Industrial e que, em seu conjunto, há múltiplas atividades de trabalho que a compõem. Em outras palavras, o processo de trabalho individual torna-

se um processo coletivo²³ de trabalho, na medida em que as forças produtivas de trabalho se desenvolvem e, com isso, o processo de produção se torna mais complexo.

O modo capitalista estabelece a produção enquanto processo de trabalho coletivo ao combinar diversas funções, as quais são realizadas por diferentes trabalhadores das mais variadas áreas, uns atuam com trabalho manual, outros com trabalho intelectual; de forma que produtivo não é somente o trabalhador que transforma os elementos da natureza em matérias-primas por meio do manuseio de objetos de trabalho. Em termos sucintos, o capitalismo une mãos e cérebros no processo de trabalho da esfera produtiva. Assim, o produto que resulta do processo coletivo de trabalho, de trabalhos socialmente combinados, é um produto social. Já não corresponde a produto particular resultante de um trabalhador individual, tendo em vista que as condições objetivas de trabalho mudaram, os meios de produção não são mais individuais, são monopolizados por uma classe minoritária, por isso, só podem ser usados na forma de trabalho coletivo determinado pela produção capitalista.

O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho (MARX, 2017, p. 577).

Para o trabalhador ser produtivo, ele deve produzir mais-valor, independe se produzirá por meio do trabalho intelectual ou do trabalho manual, seus membros podem operar a produção de uma mercadoria numa distância maior. Isso se dá, não porque se trata da soma das partes, de um agregado de forças de trabalho, é mais que isso; no capitalismo, o trabalhador é tido como um órgão do trabalho coletivo, de modo que não é tomado individualmente. As várias forças de trabalho individuais não possuem a mesma capacidade produtiva como quando integram parte do trabalho

²³ Fazemos a ressalva de que o sentido do termo “trabalhador coletivo”, tradução muito utilizada para *Gesamtarbeiter*, não remete à solidariedade ou ao compartilhamento cooperativo, pois, conforme ressalta Lessa, “[...] para Marx o trabalhador coletivo é expressão de uma alienação particular, aquela de uma sociabilidade cuja forma elementar é a mercadoria. Talvez trabalhador conjunto, combinado ou trabalhador global fossem traduções mais próximas ao conceito marxiano” (LESSA, 2007, p. 49).

socialmente combinado, o qual constitui a esfera da produção capitalista. Marx aponta que o trabalhador será considerado produtivo quando seu trabalho compuser parte do trabalho coletivo:

Com o desenvolvimento [...] do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário individual, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente (Funktionär) real* do processo de trabalho total (MARX, 1978, p. 71).

No processo produtivo, tal combinação de capacidade de trabalho impõe-se pelo ordenamento do capital, com o objetivo da extração de mais-valia, isso significa que as forças produtivas sociais do trabalho se tornam forças produtivas do capital, por isso é indiferente a função que cada trabalhador exerce na totalidade do processo de trabalho da esfera produtiva. No interior da esfera produtiva, os agentes que nela operam possuem diversas atribuições nas suas funções de trabalho, participando de maneiras diferentes do processo de produção de mercadorias. Independente da função que cada um realiza — se está mais próxima ou mais distante da produção manual — todos se subordinam ao capital, ao passo que participam do processo de valorização ao criarem mais-valia. Nesse sentido, Marx afirma que:

Este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (*manager*), engenheiro (*engineer*), técnico etc, outro, como capataz (*overlooker*), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante [...] (MARX, 1978, p. 71).

Cada trabalhador, enquanto força produtiva, atua de modo diverso no processo produtivo, com funções distintas, mas para o capitalista não importa a especificidade, a natureza de cada função, pois a produção não é vista de forma individual. Assim, a produtividade do trabalhador não é tomada de forma isolada, equivale ao trabalho social médio, o qual também não é tomado individualmente na formação do valor que se transfere para a mercadoria. A produtividade é sempre considerada na totalidade do trabalho coletivo, o todo das forças de trabalho combinadas que aparece como força produtiva imanente do capital, desvinculada dos trabalhadores. De tal modo que

o trabalho individual desaparece, torna-se uma massa homogênea de trabalho ainda que o coletivo seja composto por um conjunto de diversas atividades de trabalho.

[...] o processo de trabalho produtivo tornou-se, mais do que nunca, um processo coletivo. É apenas o corpo de trabalhadores produtivos que dá forma ao produto acabado; cada trabalhador já não mais pode ser considerado produtivo no sentido individual, e a definição de trabalho produtivo aplica-se apenas a todo o conjunto de trabalhadores (BRAVERMAN, 1981, p. 353).

Na esfera produtiva, os trabalhadores operam de forma conjunta na produção de uma mesma mercadoria e, ainda que varie a relação que mantêm com a mercadoria produzida, podendo ser direta ou indireta, o conjunto desses trabalhadores produz um resultado que se expressa na forma mercadoria, por isso, são produtivos. Mesmo que o modo de produção capitalista provoque uma cisão entre o trabalho manual e o intelectual, colocando-os em oposição como se fossem inimigos, a mercadoria é produzida em comum e se objetiva em riqueza para o capitalista. Assim, o conjunto dos trabalhadores da esfera produtiva são: “[...] todos juntos, como órgão operante, são a máquina viva de produção desses *produtos*” (MARX, 1980, p. 404-405). Em outros termos, são produtivos porque na esfera da produção “[...] trocam o trabalho por capital e reproduzem o dinheiro do capitalista como capital, isto é, como valor que produz mais-valia, como valor que cresce” (MARX, 1980, p. 405).

Conforme estudamos, produtivo é o trabalho que cumpre o papel principal de gerar mais-valor à medida que realiza trabalho excedente, ou seja, que opera em função do capital. Possui, como particularidade, estar situado na esfera da produção, onde é absorvido mais trabalho do que foi comprado; possui caráter cooperativo, independe da natureza da mercadoria, materializada por ele, se seu valor de uso é material ou imaterial; independe também se produz por meio do trabalho manual ou intelectual. Para o capitalista que comprou a força de trabalho, o seu interesse exclusivo é que o trabalhador forneça a única substância que pode expandir o seu capital. Somente alcançada tal finalidade última, o trabalho e o seu agente, o trabalhador, serão considerados produtivos aos olhos dos que detêm os meios de produção.

Seu objetivo é o enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia. E o capital só alcança esse produto específico do processo de produção capitalista, na troca pelo trabalho, que se chama por isso de trabalho produtivo (MARX, 1980, p. 394-395).

Portanto, o trabalho produtivo é indispensável para a existência e a manutenção do sistema capitalista de produção, ao qual o processo de trabalho só tem sentido se for processo direto de valorização. Dessa forma, o conceito de trabalho produtivo está subsumido ao conjunto de relações sociais capitalistas de produção, de modo que se reduz à produção de capital. Em outras palavras, do ângulo do capitalista, o trabalho produtivo diz respeito unicamente a uma atividade de trabalho assalariado situada na esfera de produção, a qual se volta, exclusivamente, para a produção de mais-valia. O produto do trabalho considerado produtivo é, portanto, a mais-valia.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, malgrado o trabalho produtivo não seja um conceito próprio do sistema capitalista, pois é histórico, por isso, transitório, é por ele determinado, por situar-se na sociabilidade capitalista, desse modo, expressa suas relações de produção, refletindo a forma de ser dessa sociedade em específico. Assim, a determinação conceitual do trabalho produtivo, no que se refere à sua significação estritamente capitalista, é, obviamente, válida somente a partir da perspectiva do próprio modo de produção capitalista²⁴.

Dito isso, podemos entender os elementos estudados até aqui como particularidades do trabalho que o capitalismo avalia como produtivo, são determinações secundárias no sentido de condições que culminam na principal determinação do trabalho produtivo, ser produtor de mais-valia. Uma particularidade do trabalho produtivo, já apontada em nossa pesquisa, mas não aprofundada, é que ele se limita à esfera da produção. “Como categoria econômica própria do modo de produção do capital, o trabalho produtivo é sobretudo coletivo e limita-se à esfera da produção” (COTRIM, 2012, p. 62). O trabalho é produtivo se produzir mais-valia, e

²⁴ Adiante, nos capítulos 3 e 4, discorreremos sobre outra concepção de trabalho produtivo, livre dessa forma absolutizada que lhe é atribuída pelo capitalismo. Nesses termos, um trabalho produtivo para o ser humano e improdutivo para sociabilidade do capital, por isso, não-idêntico a ela.

esta, por sua vez, é gerada no tempo de trabalho excedente, durante o processo de produção de mercadorias. Nas palavras de Marx:

Como o fim imediato e [o] *produto por excelência* da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que só é *produtivo aquele trabalho* – e só é *trabalhador produtivo* aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente *produza mais-valia*; portanto, só o trabalho que seja *consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital (MARX, 1978, p. 70).

É importante destacar que, quando Marx afirma que só é produtivo o trabalhador que produz “diretamente” mais-valia, é no sentido do conjunto de trabalhos combinados inseridos na esfera produtiva. Nesses termos, produzir “diretamente” mais-valia significa que se trata do trabalho consumido diretamente no processo de produção, mas não tomado de forma isolada. Independente da função que cada trabalhador executa na esfera da produção, a questão é que de alguma forma participa do processo de produção de mais-valia enquanto trabalho coletivo. Napoleoni, a partir de Marx, explica que:

[...] todos os que, a qualquer título, intervêm num processo produtivo que tenha como meta a criação de mais-valia, todos eles – independentemente do fato de se tratar de um simples operário manual ou de um diretor – são considerados por Marx como trabalhadores produtivos (NAPOLEONI, 1981, p. 105).

Para ser produtivo, o trabalhador deve inserir-se em um quadro de produção de caráter especificamente capitalista, de modo a ser determinado por essas relações sociais de produção, prioritariamente, voltadas à apropriação do resultado do trabalho alheio, do produto excedente na forma valor. Assim, o trabalho produtivo é aquele que se situa na esfera produtiva, a qual assume a forma capitalista de processo de criação de capital ao mesmo tempo em que é processo de valorização; pois é nela que o trabalhador produz mercadorias, as quais, sendo materialização do trabalho vivo, incorporam mais-valia.

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadoria (MARX, 2017, p. 273).

Logo, todo trabalho que participa do processo de produção cria mercadoria e, à vista disso, incorpora nela seu tempo de trabalho despendido na forma valor, portanto, entra no rol do produtivo. Nesse sentido, como expusemos anteriormente, a fim de que o trabalho seja produtivo, basta fazer parte do processo de trabalho coletivo que produz mercadoria, não importa se produz por meio de trabalho intelectual ou manual. O produto específico da produção capitalista que realmente a interessa é aquele que somente o trabalho pode fornecer, ou seja, agregar mais-valor à mercadoria, de acordo com o tempo de trabalho que excede o tempo gasto para a sua produção. Em outras palavras, o objetivo de todo capitalista é consumir o trabalho à medida que enriquece, consumi-lo de maneira produtiva, para tanto, só é possível na esfera da produção:

No processo de produção absorve-se mais trabalho do que foi comprado, e essa absorção, *apropriação* de trabalho alheio não pago, consumada no processo de produção, é o *objetivo direto* do processo de produção capitalista; pois, o que o capital quer produzir como capital (portanto, o capitalista como capitalista) não é valor de uso imediato para o próprio consumo pessoal, nem mercadoria para transformar primeiro em dinheiro e depois em valor de uso (MARX, 1980, p. 394).

O trabalho produtivo, como categoria econômica do capitalismo, está diretamente subordinado às relações capitalistas de produção, e limita-se à esfera da produção, visto que a mais-valia, extraída no período de mais-trabalho, ocorre na produção de mercadorias, as quais a incorporam, sendo vendidas por um valor superior ao pago pela força de trabalho. É, portanto, no processo de produção que, além da reprodução do salário, o trabalhador produz valor que se converte em capital. É no processo de produção que o trabalho é consumido pelo capital, tratando-se de um consumo produtivo haja vista que o trabalho vivo se torna capital:

No processo de produção efetivo, o trabalho vivo se transforma em capital, ao reproduzir o salário – portanto, o valor do capital variável – e ainda gerar mais-valia; e por meio desse processo de transformação, a soma toda em dinheiro se converte em capital [...] (MARX, 1980, p. 390).

Todavia há certos trabalhos, encarados como produtivos que se ampliam à esfera da circulação, a qual não cria valor, apenas realiza a modificação da forma de valor. É o caso dos trabalhos de estocagem e de transporte de mercadorias, ambos se estendem à circulação e constituem ramos produtivos por incorporarem tempo de trabalho às mercadorias estocadas e transportadas.

É claro que algumas atividades obrigatoriamente ligadas à compra e venda das mercadorias não se limitam a modificar a forma de valor, mas se associam à produção na medida em que interferem no conteúdo do produto, seja para conservá-lo até a hora do consumo, seja para transportá-lo até o consumidor. Mas boa parte das atividades do setor – a que o define, aliás, como setor mercantil propriamente dito – não contribui para tanto, permanecendo no nível da simples mudança da forma de valor (GRESPLAN, 2011, p. 21).

Assim sendo, essas atividades de trabalho são produtivas porque adicionam valor nas mercadorias, as fazendo valer mais; em outras palavras, aumentam o capital como qualquer outro trabalho produtivo sob as relações capitalistas (COTRIM, 2012). O trabalho de estocagem exerce função de retardar o processo de deterioração, isto é, de prolongar o máximo possível a vida útil das mercadorias até elas serem vendidas. Porém apenas a forma de estoque de capital produtivo, aplicado no processo de produção, e a forma de fundo de consumo individual, ou seja, a reserva de meios de consumos, é que empregam trabalho produtivo. Somente essas configurações de estoque mantêm o valor de uso das mercadorias e, exatamente por isso, são necessárias ao processo de produção; ademais adicionam tempo de trabalho. Aqui, manter os valores de uso das mercadorias significa adiar que elas estraguem, de modo a preservar a qualidade e a quantidade.

Os estoques de capital produtivo, que do ponto de vista concreto consistem em meios de produção, e os de objetos de consumo

individual são necessários para que esses valores de uso alcancem a possibilidade de serem consumidos, já que em toda forma social de produção não se produz apenas o que será consumido imediatamente (COTRIM, 2012, p. 70).

Já o trabalho de transporte de produtos incide na locomoção, que nada mais é do que uma transformação espacial, processo que permite o consumo de diferentes mercadorias nas mais diversas localidades. Nessa situação, o valor de uso da mercadoria só se realiza quando chega no local onde será consumido:

O valor de uso das coisas só se realiza com seu consumo, e esse consumo pode tornar necessário o deslocamento delas, o processo adicional de produção da indústria de transporte (MARX, 1991, p. 153).

Tal transporte pode ser entendido como uma fase da produção da mercadoria, ao mesmo tempo em que se estende à esfera da circulação. “Singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação” (MARX, 1991, p. 155). No caso do transporte que opera não com produtos, mas com pessoas, o deslocamento pode ser entendido como o próprio processo de produção, tendo em vista que, nesse contexto, a mercadoria da indústria do transporte consiste justamente no transporte de pessoas:

O que a indústria do transporte vende é a própria mudança de lugar. O efeito útil produzido está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transporte. Homens e mercadorias viajam com o meio de transporte, e seu deslocamento, seu movimento no espaço, é precisamente o processo de produção que ele realiza (MARX, 1991, p. 56).

O trabalho de transporte de pessoas é produtivo, insere-se no processo de produção e, ao mesmo tempo, no processo de circulação. O serviço que a indústria do transporte vende ganha forma de mercadoria imaterial, a qual é consumida, isto é, se usufrui de seu efeito útil durante o próprio processo de produção; diferente, portanto, das demais mercadorias produzidas, as quais circulam como quaisquer

artigos de comércio para só então serem consumidas. Contudo quem compra esse serviço em forma de mercadoria e o consome não possui relação alguma com o trabalho produtivo e o capital. Nas palavras de Marx:

[...] a relação entre comprador e vendedor desse *serviço* nada tem a ver com a relação entre os trabalhadores produtivos e o capital, como tampouco o tem a relação entre vendedor e comprador de fio (MARX, 1980, p. 405).

Nesse momento da análise, faz-se necessário destacar um elemento contraditório a mais pontuado por Marx na análise da concepção capitalista do trabalho produtivo. Do ponto de vista do capital, a produtividade do trabalho dá-se no sentido estrito da produção de mais-valia, embora os capitalistas não admitam a sua existência. No capitalismo, a noção de produtividade do trabalho atrela-se a termos econômicos, porém a economia capitalista nega que há uma especificidade em sua produção, considerando-a como uma produção genérica. Em outras palavras, os capitalistas não reconhecem que o produto específico criado em tal modo de produção, baseado na expropriação do tempo de trabalho excedente, consiste na mais-valia.

Somente a estreiteza mental burguesa, que toma a forma capitalista de produção pela forma absoluta, e, em consequência, pela única forma natural de produção, pode confundir a questão do que seja *trabalho produtivo* e *trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital com a questão sobre o que seja trabalho *produtivo* em geral, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo trabalho que produz, todo o que redunde em um produto ou em algum valor de uso qualquer; resumindo: em um resultado (MARX, 1978, 71).

A mais-valia é a base do lucro, o qual expressa parte da mais-valia, a divisão entre os diferentes capitais da mais-valia expropriada no momento da produção; todavia a economia burguesa não admite a existência da mais-valia, apenas do lucro que é considerado o seu prêmio em forma de retorno pelo investimento aplicado nas forças produtivas. A explicação dada à origem dele afirma que certo valor a mais do

que o custo de produção é lançado na mercadoria vendida, como se não fosse o trabalhador que tivesse produzido esse custo a mais incorporado na mercadoria, o qual o capitalista lhe expropria. Em resumo, para o capitalista, a fonte do lucro não possui relação alguma com o trabalho excedente, uma vez que, para ele, não há esse tipo de trabalho. O capitalista, dessa forma, legitima o lucro, encobrendo a sua procedência, isto é, vela todo o processo de trabalho alheio do qual se apodera gratuitamente.

Finalizamos este capítulo reiterando que a concepção capitalista de trabalho produtivo não é no sentido da produtividade em geral, do trabalho que produz valores de uso de qualquer natureza tendo como única finalidade suprir as necessidades humanas. Mesmo o trabalho que satisfaz as necessidades humanas não é produtivo se não “[...] produz o seu próprio valor sob a forma de capital variável, o valor dos elementos produtivos sob a forma de capital constante, além de um excedente de valor sob a forma de mais-valia” (SINGER, 1981, p. 104).

Ainda que todo trabalho tenha como propriedade suprir necessidades humanas, devido seu caráter concreto; quando se trata da produção capitalista a satisfação dessas necessidades não é sua finalidade última, é apenas reflexo da dupla natureza do trabalho que constitui a mercadoria, a qual incorpora a verdadeira finalidade última, a mais-valia. Com isso, podemos dizer que as necessidades do âmbito econômico que o sistema vigente visa a suprir são antagônicas às necessidades dos seres humanos, de tal modo que se impõem sobre elas.

Enfim, também não é a natureza das mercadorias produzidas que define o conceito de trabalho produtivo, e sim, as relações às quais os trabalhadores estão submetidos e organizados, relações de trabalho que se efetivam na esfera produtiva onde há um capitalista que extrai mais-valia. Uma vez que o trabalho é socialmente determinado, podemos afirmar que, no tempo presente, a conotação do adjetivo “produtivo”, atribuído ao trabalho, é própria da sociedade dominada pelo ordenamento capitalista, ou seja, tal definição está subsumida ao modo capitalista de produção, como aponta Dussel: “Ser um trabalho “socialmente determinado (gesellschaftlich)” significa que é um trabalho subsumido pelo capital” (1988, p. 139, tradução nossa)²⁵.

²⁵ “Ser un trabajo “socialmente determinado (gesellschaftlich)” significa que es un trabajo subsumido por el capital” (DUSSEL, 1988, p. 139)

Assim, a produtividade, na concepção capitalista, de acordo com o que estudamos até aqui, se refere à produção da essência desse modo de produção: a mais-valia. Em suma, produtivo é o trabalho que serve como meio de acúmulo privado de riqueza, sendo a riqueza apropriada por aqueles que não são seus produtores.

2.3 Trabalho improdutivo do ponto de vista do modo de produção capitalista

Tratamos, na seção anterior, da análise crítica realizada por Marx sobre o conceito de trabalho produtivo no prisma específico do modo de produção capitalista, cuja lógica impõe que somente é produtivo o trabalho que gera produto excedente na forma valor para fins de acumulação de capital. Em suma, trabalho produtivo é o alicerce da sociedade capitalista (BRAVERMAN, 1981).

Nesta seção, estudamos a definição de trabalho improdutivo ainda estritamente segundo a concepção capitalista. Dado que o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia, improdutivo é o trabalho que não a produz: “o trabalho improdutivo não reproduz sequer o valor pelo qual foi trocado, não reproduz sequer a parte da renda com a qual foi comprado” (NAPOLEONI, 1981, p. 107). A definição capitalista determina como critério da caracterização do trabalho produtivo a produção de mais-valia, mas tal definição também é composta por especificidades de segunda ordem, por outros elementos que constituem o conceito em questão e que culminam na mais-valia; tais especificidades elencamos há pouco. Da mesma forma, o trabalho considerado improdutivo também possui especificidades e componentes importantes que se ligam a não produção da mais-valia. No decorrer desta seção, apresentamos quais.

Assim como a compreensão sobre o conceito de trabalho produtivo tem sua relevância para uma análise crítica mais apurada do processo de acumulação capitalista e seus efeitos nocivos à classe trabalhadora, entender o conceito de trabalho improdutivo também possui igual relevância. Compreendê-lo é decisivo para conhecer, de forma mais precisa, as relações de produção e a própria estrutura de classe da sociedade capitalista.

Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista produção. É da maior importância, porém, distingui-lo de *outras* espécies de trabalho, pois essa distinção exprime a especificidade da forma do trabalho sobre que repousam o modo capitalista de produção inteiro e o próprio capital (MARX, 1980, p. 390-391).

Dito isso, convém distinguir duas formas de trabalho improdutivo. Há uma categoria de trabalho improdutivo suscetível a tornar-se produtivo e há outra categoria à qual pertencem os trabalhos improdutivos considerados como tais de forma inevitável. Na primeira, os trabalhadores improdutivos inserem-se em um processo produtivo que não é o capitalista, mas cuja forma de produzir pode vir a ser absorvido pelo modo capitalista. Na segunda, são inevitavelmente improdutivos, porque não fazem parte da esfera produtiva, por isso, não produzem mais-valia. Inicialmente, analisaremos a primeira categoria de trabalho improdutivo, nas palavras de Napoleoni:

À primeira categoria pertence uma série de produtores de mercadorias, que produzem tais mercadorias de modo não capitalista; todavia, se poderia pensar sem dificuldade que essa produção de mercadorias se incluía numa relação capitalista, caso em que tais trabalhadores, de improdutivos, tornar-se-iam produtivos. Portanto, são improdutivos, por assim dizer, de fato, mas não em princípio (NAPOLEONI, 1981, p. 105-106).

Por um lado, trata-se de um trabalho improdutivo no qual o trabalhador se situa na esfera produtiva, mas não na esfera produtiva do capital, como os pequenos produtores de mercadorias que têm seus próprios meios de produção, e, por isso, não vendem sua força de trabalho, assim, não se configuram trabalhadores assalariados. Por outro lado, também não compram força de trabalho, as mercadorias são produzidas por eles mesmos, logo, esses pequenos produtores não correspondem a capitalistas. Em outras palavras, embora a conversão do trabalho em capital ocorra no processo de produção, não é em qualquer processo de produção que ocorre essa conversão, ela somente se concretiza mediante a permuta de dinheiro por força de trabalho, contexto no qual o resultado da força de trabalho em ação, o trabalho materializado, se torna propriedade daquele que comprou a força de trabalho.

No processo de produção efetivo, o trabalho se converte realmente em capital, mas essa conversão depende da troca originária entre dinheiro e força de trabalho. Só em virtude dessa conversão *direta* de trabalho em trabalho *materializado* pertencente não ao trabalhador e sim ao capitalista é que o dinheiro se converte em capital [...] (MARX, 1980, p. 390).

Por isso, ainda que esses pequenos produtores que possuem seus próprios meios de produção realizem atividades de trabalho num contexto de dinâmica de sociabilidade dominada pelas relações capitalistas, tais atividades não estão diretamente subsumidas à produção capitalista que compra força de trabalho para se apropriar de parte não paga do trabalho e, dessa forma, transforma dinheiro em capital. Tal dado não se efetiva na produção capitalista em que especificamente há relação entre comprador e vendedor de força de trabalho, na qual, dadas as condições de produção, exige determinado comportamento do trabalhador no processo produtivo para que o resultado da produção se converta em capital. Recordando, assim, que:

[...] é *trabalho produtivo* o trabalho que, por meio dessa relação que mantém com as condições de produção e a que corresponde determinado comportamento no processo de produção efetivo - transforma dinheiro ou mercadoria em capital, isto é, conserva e acresce o valor do trabalho materializado, que se tornou independente em relação à força de trabalho (MARX, 1980, p. 390).

Tal é o caso do pequeno proprietário de terra, do artesão ou de qualquer trabalhador autônomo, os quais possuem os meios de produção, porém são entendidos enquanto improdutivos para o modo de produção capitalista, por não acrescentarem capital, haja vista que, se não empregam força de trabalho, não há trabalho excedente e, por fim, não há produto excedente na forma valor (COTRIM, 2012). Além disso, esse trabalho é improdutivo por ser pago com renda, por exemplo, se:

[...] compro todo o material necessário para fabricar um piano (ou digamos o próprio trabalhador o possui) e, ao invés de comprar o

piano na loja, mando fazê-lo em casa, nesse caso, quem faz o piano é trabalhador improdutivo, pois seu trabalho se troca diretamente por minha renda (MARX, 1980, p. 139).

Considerando que a definição capitalista de trabalho produtivo exige não somente a atividade de trabalho situada na esfera produtiva, mas também que esta seja a esfera centrada na produtividade do capital, e que, para tanto, pressupõe o trabalho assalariado como meio de crescer o capital, o trabalho dos pequenos produtores classifica-se como improdutivo. Todavia Marx aponta que tais trabalhos são passíveis de tornar-se produtivos na medida em que o capital comece a determinar as relações de produção, caso esses trabalhadores detentores dos meios de produção passem a comprar forças de trabalho e delas extrair mais-valia — sendo justamente essa a relação estabelecida entre capital e trabalho assalariado. Do contrário, de acordo com a lei da economia capitalista, se não se tornarem pequenos capitalistas, poderão perder os meios de produção e se transformar em trabalhadores assalariados, haja vista que, na lógica capitalista, as funções de cada classe são bem definidas e tendem a se generalizar a todas as atividades produtivas que até então não se subordinam, diretamente, ao capital:

Sobressai aí de maneira contundente a circunstância de o capitalista como tal ser apenas a função do capital, e o trabalhador, função da força de trabalho. É pois lei que o desenvolvimento econômico reparta essas funções por pessoas diferentes; e o artesão ou camponês, que produz com os próprios meios de produção, ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou perderá seus meios de produção [...] e se converterá em trabalhador assalariado (MARX, 1980, p. 402-403).

Ainda que esse caso de trabalho improdutivo seja suscetível a se tornar produtivo, tal trabalhador autônomo, que tem seus próprios meios de produção, está mais próximo de ser um trabalhador de si mesmo do que da condição de ser capitalista de si próprio. Para Marx, seria uma aberração entender esse trabalhador no sentido de ser seu próprio capitalista: “Semelhantes anomalias oferecem campo propício às leviandades sobre o trabalho produtivo e improdutivo” (MARX, 1978, p. 74). Os trabalhadores autônomos vendem o resultado de seu trabalho, porém as mercadorias

por eles produzidas não estão inseridas na esfera produtiva capitalista, possuem valor, mas não valor excedente.

Outra situação é a do trabalho na forma de serviço que é trocado por renda e desnecessário ao capital por não compor seu ciclo de reprodução, o qual também é suscetível a se tornar produtivo, na medida em que esse trabalho for terceirizado²⁶, mediado por um capitalista que dele extraia mais-valia, ou seja, sendo estabelecida uma relação de exploração entre capital e trabalho, conforme vimos na seção anterior. Marx aponta que, dado o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a maioria dos trabalhos improdutivos, em forma de serviço, produzem valor de uso imaterial, sendo poucos que produzem produto material.

Se o trabalho, na forma de serviço, não for consumido produtivamente por um capitalista, como elemento criador de valor, não reporá nem mesmo o valor despendido em seu salário. Em outras palavras, consumir improdutivamente esse trabalho significa consumi-lo somente enquanto trabalho em seu aspecto concreto, e o produto resultante dele tem apenas valor de uso para aquele que o consome.

[...] se compro trabalho de uma cozinheira para cozinhar carne etc., não para empregá-lo como trabalho em geral, mas para fruí-lo, utilizá-lo como determinado trabalho concreto, o trabalho então é

²⁶ No livro *O Privilégio da Servidão* (2018), Ricardo Antunes destaca a expansão significativa do trabalho na forma de serviço que se subordina à forma mercadoria, lógica que faz “surrupiar”, mais ainda, os direitos da classe trabalhadora, de modo a aprofundar a “praga da precariedade”. Para o sociólogo, um exemplo emblemático é a empresa Uber: “[...] trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018b, p. 35). Grande parte dos trabalhos na forma de serviços eram improdutivos até o século XX, mas o capitalismo, aliado à era do advento informacional-digital, os converte, gradualmente, em trabalho produtivo de maneira exponencial. O expressivo processo de mercadorização desse tipo de trabalho, que o torna assalariado, faz com que ele tenha papel na acumulação do capital. Assim, podemos entender que o capitalismo tende a ampliar o leque de trabalho produtivo, suprimindo o trabalho improdutivo/desnecessário. Outro exemplo de trabalho improdutivo/desnecessário, que é suprimido e transformado em trabalho produtivo, consiste no serviço público, isso na medida em que é privatizado ou terceirizado. Não podemos ignorar que, cada vez mais, o mecanismo da terceirização ganha espaço nos serviços públicos, os quais têm, como finalidade, a produção de valores socialmente úteis. Segundo Antunes: “A terceirização acelerada dentro da atividade estatal, nos mais distintos setores [...] começa a corroer por dentro a *res publica*, uma vez que as empresas de terceirização passam a extrair mais-valor de seus trabalhadores terceirizados que substituem os assalariados públicos” (ANTUNES, 2018b, p. 53). Em outras palavras, pela terceirização, como nova forma que o capital encontrou de extrair mais-valia, o serviço público vai se encolhendo; além de ser impelido a seguir a lógica do capital produtivo, como a aplicação de metas.

improdutivo; [...] a cozinheira não repõe para mim (particular) o fundo com que a pago, porque não compro o trabalho na qualidade de elemento que gera valor, mas apenas por causa de seu valor de uso (MARX, 1980, p. 145).

Ainda que o trabalho, na forma de serviço, seja improdutivo, quando não inserido na relação antagônica entre capitalista X trabalhador e por ela determinado, o valor dos serviços correspondentes a esse trabalho, ou da mercadoria fornecida na forma de serviço, também pode ser semelhante, ou igual ao valor pago pela força de trabalho do trabalhador produtivo, segundo Marx e, anteriormente, Smith:

É claro que os trabalhadores improdutivos - cujos serviços se trocam diretamente por renda – na maior parte só realizarão ainda serviços *pessoais* e só parte ínfima deles (cozinheiro, costureira, alfaiate etc.) produzirá valores de uso materiais [...]. Isso não impede, como observa A. Smith, que o valor dos serviços desses trabalhadores improdutivos seja determinado ou determinável de modo igual (ou análogo) ao dos trabalhadores produtivos: isto é, pelos custos de produção necessários para sustentá-los ou produzi-los (MARX, 1980, p. 139).

Nesse caso de trabalho improdutivo pago com renda, a compra da força de trabalho não tem o objetivo de extrair mais-valia, a finalidade é o consumo individual do produto, consumo do valor de uso que ela produz. O que está em questão na compra dessa força é o trabalho concreto e a utilidade específica do valor de uso produzido. A título de exemplificação, Marx cita o trabalho do alfaiate, o qual produz uma calça que será consumida individualmente, seu trabalho é trocado por renda, na forma de dinheiro enquanto meio de troca (D – M), e o valor pago também é consumido.

Compro o trabalho do alfaiate em virtude do serviço que presta como trabalho de alfaiate, para satisfazer minha necessidade de vestuário, ou seja, uma das minhas necessidades. O dono da alfaiataria compra-o para fazer 2 táleres com 1. Compro-o por produzir determinado valor-de-uso, por prestar determinado serviço. Ele o compra por fornecer mais valor-de-troca do que custa, como simples meio de permutar menos trabalho por mais trabalho (MARX, 1980, p.397-398).

Portanto, o mesmo exemplo de trabalho pode deixar de ser improdutivo, tornando-se produtivo, caso o alfaiate se torne assalariado, tenha sua força de trabalho comprada por um capitalista, paga com capital variável, com a finalidade de produzir calças em sua fábrica, de modo que extrairá tempo e produto de trabalho excedentes na forma valor incorporado nas mercadorias calças. Por fim, o capitalista venderá as calças por um valor acima do investido em salário e em meios de produção. Ainda no sentido da citação acima, Marx analisa duas relações de produção postas em dois contextos produtivos diferentes, cujo objeto é a mesma atividade de trabalho. De um lado, o capitalista alfaiate, comerciante, dono dos meios de produção, de outro, o trabalhador alfaiate proprietário apenas da sua força de trabalho; de outro lado, ainda, o consumidor do serviço do alfaiate e o trabalhador alfaiate:

Exemplo: quer eu compre uma calça ou compre tecido e ponha a trabalhar em minha casa um oficial alfaiate, e lhe pague seu *serviço* (*id est*, trabalho de alfaiataria), isto me é totalmente indiferente. Se compro ao comerciante, na alfaiataria (*merchant tailor*), é porque assim sai mais barato [...] O oficial alfaiate presta-me o mesmo *serviço* quer trabalhe para mim na *alfaiataria* ou em minha casa. Mas, ao contrário, o serviço que o mesmo oficial alfaiate empregado por um *alfaiate-comerciante* presta a este capitalista consiste em que trabalha 12 horas, e só percebe o pagamento de 6. O serviço que lhe presta, pois, consiste em trabalhar 6 horas de graça (MARX, 1978, p. 78).

A mesma situação é a que abordamos na seção anterior acerca do trabalho do professor em escola particular, o qual, pela concepção do capitalista proprietário da escola, consiste em um trabalho produtivo. Porém trata-se de trabalho improdutivo, do ponto de vista dos alunos que compraram, por meio do proprietário da escola, a mercadoria mediação de ensino e aprendizagem, isto é, a necessária mediação do professor para a apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. “É, pois, apenas sob o critério de trabalho produtivo para o capital, que para os alunos, o trabalho do professor pode ser definido como improdutivo” (COTRIM, 2012, p.79). Os alunos são consumidores diretos de tal mercadoria que para eles somente tem valor de uso, além de que, os alunos a pagam com renda. Isto significa que o mesmo trabalho pode ser produtivo ou improdutivo, conforme se

estabelecem as relações de compra e venda de força de trabalho. Nas palavras de Marx:

Os próprios trabalhadores produtivos podem ser para mim trabalhadores improdutivos. Por exemplo, mando forrar de papel as paredes de minha casa, e os forradores são assalariados de um patrão que me vende essa atividade: para mim, trata-se de uma compra como seria a da casa com as paredes forradas, trata-se de um dispêndio de dinheiro em mercadoria para meu consumo; mas, para o patrão que manda esses trabalhadores forrar as paredes, são eles trabalhadores produtivos, pois lhe fornecem mais-valia (MARX, 1980, p. 400).

Pode-se analisar o mesmo trabalho sob duas perspectivas diferentes, cujo critério de análise constitui a relação de compra e venda de força de trabalho, se, nela, se extrai mais-valia. Assim, em tal relação, a perspectiva que prevalece é sempre a do capitalista: “Trabalho produtivo e improdutivo são sempre olhados aí do *ângulo* do dono do dinheiro, do capitalista e não do *trabalhador*” (MARX, 1980, p. 137). Ainda sobre os professores de escola particular, são produtivos para o proprietário da escola que compra tais forças de trabalho com a parte variável do seu capital, com vistas ao caráter abstrato do trabalho; as consome no processo de formação e de valorização do valor, ou seja, os professores incorporam-se na produção da fábrica do ensino. Diferente do que acontece na relação que se estabelece entre os professores e os alunos; para estes, os professores não são produtivos, pois a relação posta de compra e venda é enquanto serviço. Os alunos não compram diretamente as forças de trabalho dos professores, o capitalista proprietário da escola é quem as compra e, por fim, vende o serviço aos alunos. Ademais, o produto que resulta desse serviço tem, para os alunos, apenas caráter útil, sendo consumido individualmente.

Um ponto que aqui merece atenção se refere ao serviço: “Um serviço nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho” (MARX, 2017, p. 269). Esse efeito útil, concreto do trabalho, é trocado por renda e não circula como as demais mercadorias, até mesmo porque, na maioria dos casos, como vimos, é produto imaterial e inseparável do trabalhador. O produto que resulta do trabalho na forma de serviço não é considerado mercadoria por aquele que o consome apenas pelo seu valor de uso, mas é para o trabalhador que o vende:

Os serviços prestados, para seu produtor, são mercadorias. Têm determinado valor de uso (imaginário ou real) e determinado valor de troca. Para o comprador, porém, esses serviços são meros valores de uso, objetos em que consome a renda (MARX, 1980, p. 138).

De modo geral, consiste numa atividade de trabalho comprada na forma de serviço, na qual, quem a compra, objetiva obter somente o efeito útil e, por não ser comprada visando ao caráter abstrato, produtor de valor de troca, por não ser inserida nos moldes das relações de produção capitalista, tal trabalho é consumido improdutivamente, portanto, considerado improdutivo. Marx explica-o da seguinte forma:

Quando se compra o trabalho para consumi-lo como *valor de uso*, como *serviço*, — e não para colocá-lo como *fator vivo* em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção —, o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu *valor de uso*, não como trabalho que gera *valores de troca*; consome-se-o improdutivo, não produtivamente (MARX, 1978, p. 72).

O serviço comprado para consumo privado, mesmo que por um capitalista que deseja apenas consumi-lo improdutivamente, não se transforma em um fator do capital. Marx afirma que o dinheiro envolvido na compra da atividade de trabalho improdutivo, na forma de serviço, não serve como capital, mas como meio de circulação. Por conseguinte, considera-se trabalho improdutivo ao consumidor que compra o serviço apenas com o intuito de adquirir o seu efeito útil e concreto. O dinheiro, nesse caso, é gasto em valor de uso, a fim de satisfazer uma necessidade individual, ou seja, o dinheiro desembolsado não se transforma em capital. “O operário também compra *serviços* com dinheiro, o que constitui uma maneira de gastar dinheiro, mas não de transformá-lo em capital” (MARX, 1978, p. 79).

Na compra de serviços, não há relação específica entre trabalho e capital, nem uma relação sob a qual a atividade produtiva seja a do capital. É nesta relação que consiste o critério capitalista para o trabalho ser considerado improdutivo ou não; isto

é, na relação entre capital e trabalho, na qual o capital expropria do trabalhador, por meio da compra de sua força de trabalho, que se estabelece o produto excedente na forma de mais-valia. Nas palavras de Marx:

Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de *trabalho produtivo*, falamos, pois de *trabalho socialmente determinado*, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho (MARX, 1978, p. 75).

Outro aspecto do serviço constitui o consumo do seu produto imaterial, o qual é simultâneo à atividade de produção; nessa categoria, seu produto desaparece no exato momento em que termina a produção. Em outras palavras, a duração da vida do produto, resultante dessa forma de trabalho, não vai além do próprio tempo de produção e, por isso, o consumidor precisa ter contato direto com o produtor para poder consumir (COTRIM, 2012). No entanto retornamos a dizer que o fato de certa atividade de trabalho se corporificar em um produto imaterial e seu consumo ocorrer no mesmo momento da produção não determina se o trabalho é produtivo ou improdutivo:

[...] não é a especialidade do trabalho nem a forma externa de seu produto que necessariamente o tornam "produtivo" ou "improdutivo". O mesmo trabalho pode ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, ou improdutivo, se o compro na função de consumidor, de quem despense renda, para consumir seu valor de uso, não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa (MARX, 1980, p. 144).

Isso posto, podemos avançar para a outra classificação de trabalho improdutivo, a que é inevitavelmente improdutivo, a qual pode ser considerada a forma mais notória de improdutividade do trabalho²⁷, no sentido de que a sua improdutividade é evidente por não ter, de modo algum, como extrair mais-valia de tal

²⁷ Porém isso não significa que não há divergência entre os estudiosos marxistas sobre a definição capitalista dos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

trabalho. Dentre os trabalhos inevitavelmente improdutivos estão os realizados por sacerdotes, soldados e demais trabalhadores de várias categorias de funcionários públicos (MARX, 1978). Estes têm seus salários pagos com renda que advém de impostos, o que constitui dispêndio de custos para o poder público. Outrossim, são atividades desnecessárias ao capital, do ponto de vista da sua valorização porque não compõem o ciclo de reprodução do capital²⁸, são estéreis no âmbito econômico.

Além do trabalho inevitavelmente improdutivo, desnecessário ao funcionamento econômico do capital, há também o trabalho inevitavelmente improdutivo necessário ao capital do ponto de vista econômico. Essas duas formas de trabalho improdutivo contrastam-se entre si, contudo, antes de abordar a segunda, é preciso lembrar que a condição para reproduzir o capital é o trabalho assalariado, o qual reflete a separação do trabalhador dos meios de produção. Desse modo, o capitalista como detentor dos meios de produção (Mp), compra a força de trabalho (F) por determinado valor, aí “[...] o dinheiro tem a função de meio de pagamento” (MARX, 1980, p. 300). O objetivo da compra da força de trabalho é consumi-la produtivamente, portanto, na esfera da produção (P) composta por Mp e F. Na P, produzem-se mercadorias, as quais incorporam valor excedente originado do trabalho excedente, por isso, capital-mercadoria (M’).

M’ é posto na esfera da circulação para a troca, na qual o capital comercial o transforma, o realiza em capital-dinheiro acrescido de mais-valia - D’²⁹. Tendo em vista que o trabalhador produz as mercadorias, mas é o capitalista quem se apropria do resultado do trabalho, para suprir as necessidades de sua subsistência, o trabalhador

²⁸ Ainda que em outros aspectos sejam trabalhos necessários para o modo de produção capitalista. Sem dúvida, são úteis para dar continuidade à formação de força de trabalho qualificada e especializada, assim como para manter a saúde da força de trabalho, para garantir que as leis que refletem a luta de classes se efetivem em detrimento da continuidade da ordem burguesa, enfim, há também inúmeros trabalhos considerados improdutivos no âmbito estritamente econômico do capital, mas ideologicamente necessários para sua continuidade.

²⁹ “[...] dinheiro se torna capital, isto é, dado valor de troca se converte em valor de troca que acresce a si mesmo, em valor adicionado de mais-valia, em virtude de parte dele transformar-se em mercadorias que servem de meios de trabalho para o trabalho (matérias-primas, instrumentos, em suma, as condições materiais de trabalho), e parte aplicar-se na compra de força de trabalho. Entretanto, não é essa primeira troca entre o dinheiro e a força de trabalho, ou à mera compra desta, que transforma o dinheiro em capital. Essa compra incorpora ao capital o uso da força de trabalho por determinado tempo ou torna determinada quantidade de trabalho vivo um dos modos de existência, a entelúquia, por assim dizer, do próprio capital” (MARX, 1980, p. 389).

precisa comprá-las; em troca da venda de sua força de trabalho recebe, determinado salário³⁰.

Nesse sentido, o papel do capital bancário, na reprodução do capital, é mediar a mudança de forma de valor, de M' para D' , e disponibilizar o empréstimo deste. Por fim, a apropriação pelo capital produtivo de parte do D' , sob a forma de lucro, efetiva-se quando M' é vendida. No entanto a apropriação do D' também é repartida entre o capital comercial e o capital a juros, capitais específicos que se separam para que seja possível a realização da M' , pois, sozinho, o capital produtivo não daria conta das atividades necessárias para a rotação do capital (MARX, 1980).

Dessa forma, ocorre o ciclo de reprodução do capital, isto é, o circuito de produção, consumo, distribuição e circulação/troca de mercadoria, o qual não se deve interromper para não colocar em risco a dinâmica do capital e gerar crise; sendo, portanto, necessária a continuidade da expansão do capital para assegurar a manutenção do modo capitalista de produção.

Posto isso, a classificação de trabalho considerado inevitavelmente improdutivo e necessário ao funcionamento do capital também se refere aos trabalhos da esfera da circulação que, conforme discutimos, assumem papéis diversos para que M' se realize em D' . Justamente por isso são trabalhos necessários ao ciclo de reprodução do capital, no qual seus agentes, os trabalhadores, têm seus salários pagos com capital variável que advém do lucro, parte da mais-valia originada no processo produtivo. Não obstante, podemos nos perguntar: como podem ser improdutivos se

³⁰ “Com o capitalista dá-se o movimento D-M-D. Com dinheiro compra mercadoria (força de trabalho); com o produto dessa força de trabalho (mercadoria) compra dinheiro, ou seja, vende por sua vez o produto a quem era antes vendedor, o trabalhador. Este, ao contrário, representa a circulação M-D-M. Vende sua mercadoria (força de trabalho) e com o dinheiro porque a vendeu resgata parte do próprio produto (mercadoria). [...] Patenteia-se aí - como em todos os movimentos onde D-M-D é a forma da circulação de uma parte, e M-D-M é a da outra - que o objetivo do processo de troca é, de um lado, valor de troca, dinheiro, seu acréscimo portanto, e, do outro, valor de uso, consumo” (MARX, 1980, p. 306) Todavia, não é por meio de tal refluxo de dinheiro que o capitalista enriquece cada vez mais, D-M-D é apenas o retorno do dinheiro que ele gasta em salário. Como já vimos, seu enriquecimento se dá porque no processo produtivo se apropria de mais trabalho do que o despendido em salário: “Não é por meio desse refluxo que o capitalista se enriquece. Pagou, por exemplo, 10 xelins de salário. Com esses 10 xelins o trabalhador lhe compra mercadoria. Deu ao trabalhador, pela força de trabalho, 10 xelins em mercadoria. Se lhe tivesse dado em produtos, meios de subsistência no montante de 10 xelins, não teria havido circulação de dinheiro, nem retorno do dinheiro, portanto. Assim, o fenômeno do retorno nada tem a ver com o enriquecimento do capitalista, que decorre unicamente de este, no processo de produção mesmo, apropriar-se de mais trabalho do que dele despendeu em salário, e de seu produto ser por isso maior que os custos de produzi-lo, enquanto o dinheiro que paga ao trabalhador em nenhum caso pode ser menor que o dinheiro com que o trabalhador lhe compra mercadoria” (MARX, 1980, p. 307).

são necessários? Embora sejam fundamentais ao capital, são improdutivos porque não produzem a principal finalidade capitalista: a riqueza na forma de valor excedente. Então, por um lado, esses trabalhos não multiplicam o capital, por outro, porém, são dentes da engrenagem que multiplica o capital (BRAVERMAN, 1981).

Por não produzirem mais-valia, não tornam a magnitude do capital variável efetivamente variável, por isso representam custo ao capital produtivo. Convém ressaltar que o trabalho produtivo é trocado diretamente por capital, se convertendo em capital na medida em que ocorre a troca de certa quantidade de trabalho materializado por trabalho vivo adicionado de excedente.

A troca direta de trabalho por capital: significa aí: 1) a conversão imediata do trabalho em capital, em elemento objetivo componente no capital do processo de produção; 2) a troca de determinada quantidade de trabalho materializado pela mesma quantidade de trabalho vivo acrescida de quantidade excedente de trabalho vivo, da qual se assume a propriedade *sem troca* (MARX, 1980, p. 393-394).

Como o trabalho da esfera da circulação não abrange essa forma de troca por capital, ou seja, a que no processo de produção transforma diretamente trabalho em capital, é, por isso, improdutivo. Porém, ao contrário do trabalho improdutivo de um autônomo, na forma de prestação de serviço, que não compõe o ciclo de reprodução do capital e é pago com renda, o trabalho improdutivo, efetivado no ciclo de reprodução do capital, se configura como necessário à esfera produtiva. Mesmo compondo tal ciclo, não produz mais-valia, ou seja, o tempo de trabalho despendido na atividade de trabalho não é objetivado em mercadorias, portanto, não há no que incorporar valor. (COTRIM, 2012). Ademais, é um trabalho indiferente à particularidade do valor de uso do produto que resulta do processo de produção do capital:

É indiferente à contabilidade o objeto a que se referem as grandezas trabalhadas, assim como para a gerência é inessencial a ocupação particular dos trabalhadores que devem ser supervisionados: um contador ou um gerente pode mudar de emprego, transferindo-se de uma fábrica de calças para uma siderúrgica, e ainda assim realizar a

mesma função de contabilidade ou gerência, mas um costureiro não pode efetivar a atividade de um químico (COTRIM, 2012, p. 63).

Essa forma de trabalho improdutivo abrange o trabalho assalariado que não participa do trabalho coletivo da esfera produtiva. Dentre os trabalhos improdutivos, está o que é ao mesmo tempo necessário ao capital, por ser imprescindível à realização das mercadorias — tendo em vista que as mercadorias se realizam na esfera da circulação — assim como, por ser indispensável à circulação de valor em geral. Exemplos são a contabilidade e a supervisão, ou a gerência, necessárias à esfera da produção e da circulação, apesar de não se realizarem na esfera da circulação e não participarem do processo de trabalho que produz mercadorias.

No que diz respeito à esfera da circulação, o trabalho improdutivo e necessário ao capital limita-se à função da circulação pura, circulação específica de valor, ou seja, faz o valor circular porque muda a forma de valor, porém não transforma os valores de uso. Essa circulação não abarca a circulação de produtos por meio de transportes e nem a estocagem de produtos, conforme discutimos na seção anterior, as quais são consideradas trabalho produtivo.

Considerando que a reprodução do valor exige sua contínua mudança de forma, é o processo de circulação de valor, isto é, o comércio, quem dá continuidade ao processo produtivo capitalista; não por produzir valor, mas por converter a forma do valor. Essa circulação pura de capital transmuta o valor de modo ininterrupto de mercadoria para dinheiro e de dinheiro para meios de produção (COTRIM, 2012). Assim, o trabalho realizado no comércio tem função extremamente relevante para a reprodução do capital, ainda que seja improdutivo por não produzir capital.

A circulação de valor consiste no comércio ou na operação de troca propriamente dita, na compra e na venda, que transmuta a forma do valor de capital-dinheiro para capital-mercadoria ($D' - M'$) – como na compra de meios de produção e força de trabalho – ou de capital-mercadoria para capital-dinheiro ($M' - D'$), como na venda de mercadorias (COTRIM, 2012, p. 82).

A mais-valia, advinda do trabalho não pago, incorpora-se na mercadoria e realiza-se quando vendida ao consumidor final, após ser lançada na esfera da circulação, ou seja, quando ocorre a transmutação de mercadoria para dinheiro. Por isso, a transmutação para a forma dinheiro, enquanto forma mais desenvolvida da mercadoria³¹, é fundamental para o capital reiniciar seu ciclo reprodução, com novas aquisições de meios de trabalho e forças de trabalho para consumi-los produtivamente. A realização da mercadoria na venda é a realização do valor nela contido e significa o retorno do capital ao capitalista, apropriação da mais-valia originada na esfera produtiva. O dinheiro, nesse sentido, é o meio da circulação de mercadorias, faz a mediação das mercadorias produzidas que portam mais-valia, e, também, das mercadorias força de trabalho que geram valor excedente ao serem consumidas produtivamente pelo capitalista. Assim:

O dinheiro, como mostra Marx, é uma mercadoria, como todas as demais, contudo, o dinheiro é a mercadoria de todas as mercadorias, a mercadoria pela qual todas as demais mercadorias comuns desejam ser trocadas. O dinheiro, por isso, é o grande, o maior de todos os objetos da paixão, o objeto do desejo amoroso, universal e absoluto da mercadoria e de todo homem envolvido no processo de troca (ANTUNES, 2018a, p. 16).

Os trabalhos que fazem a circulação do valor, trabalhos no comércio, são indiferentes ao valor de uso das mercadorias, a relação desses ocorre somente com a forma do valor das mercadorias. É importante destacar que as atividades de trabalho, necessárias à circulação pura, na qual o valor se realiza passando de uma forma a outra, são próprias da produção especificamente capitalista, isto é, que gera produto na forma de valor. As atividades comerciais, a supervisão e a contabilidade, por um lado, são necessárias ao capital, uma vez que cumprem a função de realizá-lo de forma privada. São trabalhos necessários à realização capitalista, posto que contribuem para o funcionamento do processo produtivo e para o processo geral de reprodução do capital.

³¹ “[...] a forma superior da mercadoria, a forma da qual todas as mercadorias desejam loucamente participar, a forma dinheiro” (ANTUNES, 2018a, p. 70).

Por outro lado, constituem trabalhos improdutivos por não fazerem parte do trabalho coletivo da esfera produtiva, logo, por não gerarem mais-valia. São improdutivos porque o capitalista gasta a parte variável do seu capital em salário para tais atividades de trabalho que não interferem na transformação do valor de uso. Nesse sentido, o capital variável age como um capital constante, quer dizer, faz com que o capital conclua seu ciclo de reprodução, para, então, começar outro, porém não aumenta a sua magnitude. Dito de outro modo, o trabalho no comércio, a supervisão e a contabilidade³² são trabalhos que não geram mais-valia e, ainda, têm seu valor repostos pelo capital variável por meio do valor excedente gerado por trabalhadores produtivos.

No processo de circulação, tem de ser gasta, para a mera conversão de forma, certa quantidade de força de trabalho, de tempo de trabalho [...]; parte do capital variável tem agora de ser empregada na compra dessas forças de trabalho que funcionam na circulação (MARX, 1991, p. 136).

O valor é substância imaterial, ele se corporifica em objetos que servem como seu veículo: mercadorias em geral, meios de produção que consistem em mercadorias consumidas no processo de produção, e dinheiro, a mercadoria das mercadorias, por se tratar da forma mais desenvolvida da mercadoria. Dito isso, é preciso considerar o capital na forma mercantil, o qual corresponde à esfera da circulação, fase quando ocorre a realização do valor, fazendo parte do ciclo de reprodução do capital. O capital mercantil, enquanto forma especializada de capital, se desdobra em capital a juro e capital comercial. Cada uma dessas formas possui atividade específica que se distingue pelo modo como os valorizam e, também, pela relação que estabelecem com o capital como um todo. O capital comercial é autônomo no sentido de sua valorização, já o capital investido consegue expandir-se:

³² Exceto quando uma empresa contrata forças de trabalho especializadas na área contábil e, a partir de tal trabalho, extraia mais-valia, contexto no qual, o serviço de contabilidade ganha forma de mercadoria imaterial, que incorpora tempo de trabalho não remunerado. Embora, para aquele que consome esse serviço em forma de mercadoria, a qual somente possui valor de uso, trata-se de trabalho improdutivo.

[...] por adiantar o comerciante capital-dinheiro que só se valoriza e funciona como capital, ocupando-se exclusivamente em propiciar a metamorfose do capital-mercadoria, a função do capital-mercadoria, sua transformação em dinheiro, o que faz por meio da compra e venda contínuas de mercadorias (MARX, 2008b, p. 368).

É na esfera da circulação que o capital comercial se valoriza, comprando e revendendo mercadorias. Contudo a valorização desse capital não envolve criação de valor, a parte de mais-valia, sob a forma de lucro de que o comerciante se apropria, se origina na mais-valia produzida no âmbito da esfera produtiva: “[...] é claro que a mais-valia que lhe cabe, na forma de lucro médio, constitui parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo” (MARX, 2008b, p. 380). O capital comercial apropria-se de parcela dessa mais-valia, comprando mercadorias abaixo do valor e revendendo pelo seu valor. Como a mercadoria somente realiza seu valor na íntegra quando é vendida ao consumidor, com isso, o comerciante retém parte que não é paga ao capital produtivo. Portanto, o lucro que constitui a retirada de parcela de mais-valia, a qual nasce no capital produtivo, é atingido pelo capital comercial graças às transações que realiza.

O capital que se desdobra em produtivo refere-se aos meios de produção e força de trabalho, compõe a esfera da produção e é o único capital que, de fato, consome o trabalho produtivo. Por isso, apropria-se diretamente da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Assim, a função que o capital produtivo desempenha no ciclo de reprodução do capital é a de explorar o trabalhador produtivo e, da força de trabalho constituída como mercadoria, cuja dinâmica resulta na criação de mais-valia incorporada na mercadoria resultante do trabalho; depois, ela é lançada na esfera da troca na forma de capital-mercadoria — M' .

Ambos os capitais, produtivo e mercantil, que, em unidade, formam o ciclo de reprodução do capital, se relacionam no mercado por meio de uma intensa concorrência, componente importante da dinâmica do modo capitalista de produção. Disputam, entre si e entre os próprios capitais individuais, a maior parcela da mais-valia sob a forma de lucro.

A atividade do capital comercial realiza a venda de mercadorias que gera lucro na circulação, tendo em vista a diferença entre o valor que paga na compra da mercadoria, abaixo do valor de sua produção, e o valor pelo qual a vende, que é o seu

valor total. A parte não paga ao capital produtivo é o lucro que fica com o capital comercial e que o valoriza. (COTRIM, 2012). Devido ao modo autônomo com que o capital comercial opera no processo de circulação, é possível que ele participe da concorrência capitalista. Na medida em que o comerciante compra mercadorias para revendê-las, ele não faz apenas isso, já que, no processo de circulação, o capital comercial entra em confronto com outros capitais comerciais pela concorrência à expansão, o que contribui, de modo indireto, para a produtividade do capital:

[...] uma vez que a redução dos custos e do tempo de circulação aumenta a proporção do capital aplicado na produção, e a ampliação dos mercados a expande. Contribui, desse modo, para aumentar a escala em que o capital produz, expandindo e aprofundando o modo capitalista de produção (COTRIM, 2012, p.131-132).

Ao reduzir os custos de circulação das mercadorias, o capital comercial favorece indiretamente uma produção em maior escala, mas, ainda assim, as atividades que o envolvem se referem a trabalho improdutivo, dado que, como vimos, a fração da mais-valia por ele apropriada provém da mais-valia criada pelo capital produtivo.

Por outro lado, embora o capital comercial não produza mais-valia, possui a importante função de fazer transações de mercadorias que, na venda, se realizam em capital-dinheiro acrescido de mais-valia — D' , cuja transformação é mediada pelo capital bancário. Nisso consiste a relevância que o capital mercantil tem no ciclo de reprodução do capital, ademais, o D' resultante da metamorfose realizada na esfera da troca, permite a compra de novos meios de produção e de outras forças de trabalho, os quais compõem o capital produtivo. Por esse motivo, quando se diz que a mercadoria se realiza na venda significa a realização do capital para o capitalista, a apropriação pelo capitalista da mais-valia gerada na esfera produtiva.

Assim, a acumulação do capital depende desse movimento permanente, isto é, do circuito das duas esferas que vai da produção das mercadorias à sua realização (MARX, 2008b). Além de que, a dinâmica do modo capitalista de produção também impõe que parte da mais-valia seja continuamente transformada em novo capital, como forma de assegurar sua reprodução nas mãos da classe dos capitalistas. Posto

o movimento do capital em processos periódicos e o papel do capital comercial nele exercido, Marx afirma o seguinte:

O capital comercial, portanto, nada mais é do que o capital-mercadoria que o produtor fornece e tem de passar por processo de transformação em dinheiro, de efetuar a função de capital-mercadoria no mercado, com a diferença apenas de que essa função, em vez de ser operação acessória do produtor, surge como operação exclusiva de variedade especial de capitalistas, os comerciantes, e adquire autonomia como negócio correspondente a investimento específico (MARX, 2008b, p. 364-365).

A outra forma particular do capital mercantil, o capital a juro, é considerada a mais desenvolvida do capital, porque expressa, de modo mais puro, sua natureza, o produto do trabalho que assume a forma de riqueza abstrata com finalidade de expansão. O capital a juro também não produz mais-valia, apenas se apropria de uma parcela da mais-valia gerada na esfera produtiva e lançada por ela no mercado em forma de mercadoria. Em outros termos, a mais-valia, de modo geral, divide-se em três, sendo uma fatia para o capital que a cria, o produtivo; outra para os banqueiros que emprestam dinheiro a juro e do qual seus lucros são extraídos; já a terceira fatia da mais-valia pertence ao capital comercial, também constituindo seu lucro. A divisão da mais-valia acelera o processo produtivo e faz com que os capitais individuais operem, de modo simultâneo, suas funções.

O capital a juro, cuja função específica é valorizar o capital bancário — o qual pratica operações técnicas com dinheiro, como pagamentos e recebimentos — é fundamental para o processo de reprodução do capital. A valorização desse capital dá-se na forma de juro, por meio de empréstimo ou aluguel de dinheiro. Trata-se de comércio de dinheiro com objetivo de fazer capital, do valor expresso no dinheiro se expandir. Considerando que o valor de uso do dinheiro é ser valor, o dinheiro contém potencial para tornar-se capital e, para manter-se como capital, precisa, continuamente, se expandir. A dinâmica consiste em: o capitalista emprega dinheiro como capital a juro e lucra com valor acrescido na forma de juros, obtidos da restituição do empréstimo financeiro que faz a outros, usando tal valor acrescido para explorar seus trabalhadores:

O proprietário que pretende alcançar a valorização de seu capital na forma de juro aliena-o para um terceiro por prazo determinado, em cujo termo deve ser reembolsado da mesma magnitude de valor acrescida de juro (COTRIM, 2012, p. 138).

Assim, a forma de capital a juro se valoriza com a atividade de empréstimo dinheiro, é a valorização própria do dinheiro enquanto capital emprestado, entretanto o dinheiro não gera juros de modo espontâneo, por ser mercadoria com função socialmente determinada pelo modo de produção capitalista de ser capital a juro. Ou seja, devido ao próprio processo capitalista de produção, dinheiro, assim como mercadoria, é um capital latente: quando vendido como capital, se torna capital e é empregado na compra de força de trabalho para extração de mais-valia. Em tal contexto, quem detém capital detém o controle do trabalho alheio, e, principalmente, a propriedade do produto do trabalho alheio. Por fim:

[...] revela-se na circunstância de o dinheiro e a mercadoria serem em si mesmos capital latente, potencial, de poderem ser vendidos como capital e nessa forma comandarem trabalho alheio, darem direito ao ato apropriarem-se de trabalho alheio, sendo, portanto, valor que se expande. Está claro que esses elementos é que constituem o título e o meio de apropriar-se de trabalho alheio, e não trabalho algum efetuado pelo capitalista (MARX, 2008b, p. 472).

O valor traz em si a possibilidade de ele mesmo incorporar o excedente do trabalho não remunerado e, ao se tornar propriedade privada, faz com que a condição de trabalho assalariado seja continuamente necessária, porque os trabalhadores não têm acesso aos meios de manutenção e de reprodução da vida senão pela venda de sua força de trabalho. Concomitantemente é o trabalho assalariado, enquanto forma específica de comando capitalista sobre o trabalho alheio, que é capaz de tornar dinheiro em capital. No que se refere ao capital a juro, assim como os outros capitais, também expressa a contradição capital X trabalho uma vez que, se trata de um produto social que foi apropriado privadamente, e sendo capital é meio de apropriação do produto do trabalho alheio. Assim, o capital produz a exploração do trabalho alheio e simultaneamente também é resultado dessa mesma exploração.

Por fim, acerca do capital a juro, é importante ressaltar que, desde que o juro seja pago, não importa qual a finalidade do dinheiro emprestado, seja para expandir capital, consumindo produtivamente enquanto capital para gerar mais-valia, seja apenas para consumi-lo como renda, na forma de pagamento de um serviço. Em relação ao trabalho que a forma de capital bancário utiliza, refere-se às operações de movimentação com dinheiro alheio, e o capital a juro, às operações de crédito. Neste sentido, assim como o capital comercial, as atividades de trabalho, relacionadas ao capital bancário e ao capital a juro, são improdutivas, dado que, além de não produzirem mais-valia, o salário dos trabalhadores é pago com capital, representando custo. Não obstante, apesar de considerados trabalhos improdutivos, são necessários para garantir a realização da mais-valia:

As atividades requeridas pela esfera da circulação são complemento necessário para que o trabalhador produtivo, na acepção geral, se constitua efetivamente como produtivo de capital. Se os capitais mercantis dependem da mediação do capital produtivo, que explora diretamente o trabalho produtivo e lança no mercado a mais-valia social na forma de mercadoria, também o capital produtivo depende da mediação dos capitais que realizam a mais-valia (COTRIM, 2012, p. 149).

Dessa forma, a partir do ponto de vista individual do capital mercantil, seja o capital comercial, seja o capital bancário que se valoriza pelo capital a juro, e que são atividades de circulação pura, ao lançar as mercadorias na esfera da circulação, com o objetivo da venda, ou realizar funções técnicas de operação de dinheiro, executa sua função de dar continuidade ao ciclo de reprodução do capital; por essa razão os trabalhos que desempenham tais atividades são compreendidos como produtivos. Isto porque eles permitem a apropriação de parcela da mais-valia na forma de lucro, embora não a criem. Segundo Marx:

Em virtude apenas de sua função de realizar os valores, opera o capital mercantil no processo de reprodução como capital e, por isso, como capital que funciona, retira algo da mais-valia produzida pelo capital (MARX, 2008b, p. 392).

Ressaltamos, entretanto, que somente na perspectiva individual do capital mercantil que o trabalho no comércio e o trabalho que realiza operações com dinheiro são considerados produtivos. Como a análise crítica de Marx acerca do trabalho produtivo na concepção capitalista é tomada a partir do capital como um todo e não somente em suas formas singulares, o trabalho em questão continua sendo concebido como improdutivo pelo capital em sentido amplo por não ser fonte de criação de valor, ele apenas modifica a forma de valor:

As dimensões que o comércio assume nas mãos dos capitalistas não podem evidentemente transformar em fonte de valor esse trabalho que não cria valor mas apenas possibilita mudança de forma de valor (MARX, 1991, p. 134).

Em outras palavras, por mais que o capital mercantil se faça rentável, enquanto capital singular que é, o que se toma como trabalho produtivo não é o fato de cada capital individual se fazer rentável. O critério para delimitar o trabalho produtivo, ou não, no modo de produção capitalista, é a produção de mais-valia como forma específica de tornar o capital rentável. O trabalho, na esfera da circulação, desempenha função de realização da mais-valia e, ainda que seja necessário ao conjunto do capital, não é contemplado pela definição capitalista de trabalho produtivo. Marx aponta que o trabalhador empregado pelo capital mercantil:

Gasta sua força de trabalho e seu tempo de trabalho nas operações $M — D$ e $D — M$. Vive disso como outros que vivem de fiar ou de fazer pílulas. Realiza função necessária, pois o processo de reprodução também abrange funções improdutivas. Trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto (MARX, 1991, p. 135).

Para que o conjunto do capital continue se expandindo e se mantendo capital, os capitais individuais precisam continuamente se desenvolver. Assim, o trabalho improdutivo, realizado no capital mercantil, tem um importante lugar econômico ao levar à valorização dos capitais individuais, de acordo com as formas que assumem, e, indiretamente do capital produtivo. Porém o fato de o trabalho desempenhar

funções que fazem com que o capital mercantil pegue, para si, parte da mais-valia gerada na esfera da produção não o torna produtivo.

A determinação do *trabalho produtivo* (e por conseguinte, também, a do *improdutivo*, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção do capital é produção de mais-valia, e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia (MARX, 1978, p. 80).

Entendemos que ampliar o conceito de trabalho produtivo para uma quantidade maior de atividades, as quais são consideradas improdutivoas, sob ângulo do modo de produção capitalista, é violentar a análise crítica marxiana sobre como se configura a concepção estabelecida por esse modo de produção, uma vez que significaria abandonar a coerência com a teoria do valor³³. Consideramos, a partir de Marx, que é necessário a compreender a totalidade do movimento que compõe as esferas de produção e de circulação do capital, a saber, a produção, a distribuição, a troca, o consumo e reprodução. Prevalece, nesse panorama, a compreensão da totalidade do capital, não apenas a análise dos capitais individuais no que se refere à conceituação do trabalho produtivo.

Para o capitalista, que faz outros trabalhar por ele, compra e venda constituem função fundamental [...] como sempre, o tempo empregado na compra e venda não-cria valor. O funcionamento do capital mercantil dá origem a uma ilusão. Mas, sem entrar em pormenores, fica desde já evidente: se uma função, em si mesma improdutivoas, embora necessária à reprodução, se transforma, com a divisão do

³³ Podemos presumir que é polêmico o debate marxista sobre a definição capitalista dos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Em geral, a maior parte dos estudiosos de Marx entende que o trabalho produtivo se restringe à esfera produtiva, todavia há aqueles que defendem que o trabalho empregado no comércio é produtivo, dentre eles os brasileiros Reinaldo Carcanholo (2007) e Ruy Mauro Marini (2005). No âmbito desse debate, há também divergência acerca dos pormenores que determinam o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. Para Ernest Mandel (1998), por exemplo, embora entenda que a produção de valor e de mais-valia só ocorre na produção de mercadorias e, portanto, a esfera da circulação não agrega valor novo, o produto resultante do trabalho só incorpora valor se não for imaterial, ou seja, para ser produtivo é imprescindível a determinação material do produto que resulta do trabalho. Por outro lado, Paul Singer (1981) também está de acordo com que, pela ótica do capital como um todo, as atividades da esfera de circulação não se caracterizam produtivas porque não aumentam a massa global de valor, porém Singer considera que o trabalho é produtivo ainda que resulte em produto imaterial, assim como o trabalho na forma de serviço é produtivo quando situado na relação capital X trabalho.

trabalho, de uma tarefa acessória de muitos em uma tarefa exclusiva, especializada de poucos, não muda ela, com isso, de caráter (MARX, 1991, p. 134).

Não seria conceitualmente adequado, portanto, estender o conceito de trabalho produtivo aos trabalhos que não geram mais-valia, pois, do ponto de vista do capital, a mais-valia consiste no parâmetro para definir o conceito em questão; mesmo que o trabalho improdutivo, empregado pela esfera da circulação, seja necessário à reprodução do capital, por proporcionar as condições para ela, cujas condições se dão pelas atividades que desempenham no âmbito do capital mercantil.

Nesse sentido, com referência em Marx, Singer diferencia, de forma clara, o trabalho produtivo do trabalho improdutivo/necessário, além de expor que a distinção entre um e outro não implica apenas a existência do capital produtivo, mas também do capital improdutivo, de modo que é improdutivo o trabalho explorado pelo capital improdutivo, e produtivo o trabalho explorado pelo capital produtivo. Logo, a concepção que se aplica ao modo de produção capitalista, ao capital global e não só aos capitais individuais, é a de que os trabalhadores explorados pelos capitais da esfera da circulação são tão improdutivos quanto esses capitais.

É preciso deixar explícita a distinção entre trabalhos que “produzem” mais-valia apenas para quem os emprega e trabalhos que produzem uma alíquota da mais-valia total. O primeiro tipo de trabalho é executado por assalariados que, sem contribuir para o volume global de mais-valia, permitem a quem os explora apodera-se de uma parte dessa mais-valia. O segundo tipo é o que produz mais-valia para o *capital em geral* [...]. A distinção de Marx pressupõe não somente que haja trabalho produtivo e improdutivo mas também que haja *capital produtivo* e *capital improdutivo*. Quando se trata de trabalho assalariado, o seu caráter produtivo ou não pode ser dado pelo caráter produtivo ou não do capital que o explora. Como vimos acima, os capitais que atuam exclusivamente na esfera da circulação, dedicados apenas a “operações de intermediação”, são, segundo Marx, improdutivos, e o mesmo se dá com os trabalhadores que eles exploram (SINGER, 1981, p. 126).

Em relação à atividade de estoque de mercadorias propriamente dita, é uma forma de trabalho improdutivo, pois se estabelece pela circulação pura, pela circulação de valor; diferente, como vimos, da estocagem de capital produtivo e de

reserva para consumo individual, consideradas trabalho produtivo. O modo de estoque improdutivo dá-se quando interrompe a circulação: a interrupção involuntária origina-se em circunstâncias do mercado, uma queda na procura por certa mercadoria, por exemplo. Já a interrupção voluntária: “[...] quando o proprietário subtrai as mercadorias do mercado para aguardar momento mais vantajoso para a venda” (COTRIM, 2012, p. 84).

O trabalho, demandado pelo estoque de mercadorias propriamente dito, é necessitado e criado pela forma capitalista de produção, não por uma demanda material de intercâmbio de produtos. Tal como os demais trabalhos da esfera da circulação, é necessário para realizar a metamorfose formal da forma do valor, convertendo a mercadoria em dinheiro e este em meio de produção. No entanto muda apenas a forma valor, sem acrescentar valor, por isso, é para o capital, trabalho improdutivo.

No que se refere ao trabalho de contabilidade, também é improdutivo por não contribuir com a expansão do capital, mas diferente do trabalho de estoque de mercadorias, é estabelecido pelo modo de produção capitalista, porém dispensável a outra organização social que não se pautar na produção de produtos na forma de valor. A contabilidade é necessária a qualquer organização do trabalho, independente das relações sociais de produção. Ainda assim, é mais necessária na produção capitalista do que na realizada pelos artesãos e camponeses:

A contabilidade, por controlar e resumir idealmente o processo torna-se tanto mais necessária quanto mais o processo se desenrola em escala social e perde o caráter puramente individual; é portanto, mais necessária na produção capitalista do que na pequena produção dispersa dos artesãos e camponeses [...] (MARX, 1991, p. 138).

O mesmo caso ocorre com o trabalho de supervisão dos demais trabalhos, o qual se caracteriza como improdutivo e necessário ao capitalismo, sem que uma condição interfira na outra. No sentido de que a supervisão na forma capitalista de produção, é atividade de trabalho necessária para controlar os trabalhadores durante o processo de produção capitalista. Essa produção demanda controle dos trabalhadores numa forma própria, a de subordinação do trabalho ao capital, assim, o

trabalho de supervisão é indispensável na medida em que contribui para dar continuidade ao ciclo de reprodução do capital. Nas palavras de Marx:

Do mesmo modo que um exército necessita de oficiais militares, uma massa de trabalhadores que coopera sob o comando do mesmo capital necessita de oficiais (dirigentes, gerentes) e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contre-maîtres*) industriais, que exerçam o comando durante o processo de trabalho em nome do capital (MARX, 2017, p. 407).

O trabalho da supervisão é necessário para administrar e regular o processo de produção capitalista para que o conjunto dos trabalhadores sejam controlados com vistas a cumprir a finalidade de criar produto excedente na forma valor; e além da esfera da produção, do capital produtivo, a esfera da circulação, o capital comercial, também precisa do trabalho de supervisão. Ou seja, o modo de produção capitalista requer, para sua continuidade, que o conjunto do trabalho produtivo e improdutivo seja submetido à sua gerência conforme a necessidade imposta pelo ciclo de reprodução do capital.

Isso inclui a gerência financeira do capital produzido, o trabalho de contabilidade, sendo necessário para contabilizar os salários, os impostos, os juros, entre outras operações relacionadas. Portanto, supervisão e contabilidade caracterizam-se como trabalhos improdutivos porque não acrescem capital, e representam custo por serem pagos com capital variável. Entretanto são necessários ao empreendimento capitalista, pois são requisitados na esfera da produção e da circulação, para o funcionamento dos capitais individuais, embora não se realizem na esfera da circulação.

Para além do modo de produção capitalista, o controle da atividade de trabalho também é necessário aos outros modos de produção que, assim como o capitalismo, tenham como base a relação antagônica entre trabalhadores, produtores diretos, e proprietários dos meios de produção. Marx cita o escravismo como o ápice dessa oposição:

[...] esse trabalho de direção é necessário em todos os modos de produção baseados sobre a oposição entre o trabalhador – o produtor imediato – e o proprietário dos meios de produção. Quanto maior essa oposição, tanto mais importante o papel que esse trabalho de supervisão desempenha. Atinge por isso o máximo na escravidão (MARX, 2008b, p. 508).

Da mesma forma, o trabalho de contabilidade também é anterior ao modo de produção capitalista, e se torna indispensável a ele, conforme vimos. Por último, convém abordar o salário do trabalhador improdutivo que se situa na esfera da circulação, primeiramente sobre o salário do trabalhador empregado pelo capital comercial:

Sob certo aspecto o trabalhador comercial é um assalariado como qualquer outro. Primeiro, o comerciante compra o trabalho utilizando capital variável e não dinheiro que despende como renda; assim, não o adquire para serviço pessoal e sim para valorizar o capital adiantado nessa compra. Segundo, determina-se então o valor da força de trabalho e, por conseguinte, o salário, como acontece com todos os demais assalariados, pelos custos de produção e reprodução dessa força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho (MARX, 2008b, p. 391).

O salário do trabalhador improdutivo do capital comercial é constituído por parte da substância resultante do trabalho produtivo contida na mercadoria. Em outros termos, a origem do capital variável que consiste no salário pago ao trabalhador improdutivo, empregado pelo capital comercial, advém de parcela da mais-valia produzida pelo trabalhador produtivo, já que, como improdutivo não produz valor sequer para repor sua força de trabalho. Entretanto, mesmo que seu salário seja formado por uma fração de valor excedente, não podemos ter a compreensão equivocada de que o trabalhador se apropria de parte dessa mais-valia na forma de capital; enquanto trabalhador, ele é despossuído de capital. A parte de mais-valia a que o trabalhador tem acesso ganha forma de salário, pois é o valor de troca de sua força de trabalho, de tal modo que é trocada por um valor suficiente apenas para manter sua subsistência e de sua família. Assim, o valor envolvido nessa troca não se expande, não se transforma em capital, ele ganha forma de renda, e sua magnitude serve somente para o próprio consumo.

Por outro lado, a força de trabalho que executa trabalho improdutivo na esfera da circulação tem seu salário deduzido do lucro do capital mercantil, que, para ele, significa custos. Por outro, o capital comercial lucra com o trabalho improdutivo na medida em que este efetiva funções de compra e venda de mercadorias e, com isso, permite que parte da mais-valia, gerada no capital produtivo, se transfira ao capital comercial, ou seja, torna possível a incorporação de lucro. De tal forma que os custos referentes ao capital constante, destinado aos meios de trabalho e ao capital variável despendido em salário, são necessários para converter os valores: “É o custo necessário para convertê-los da forma mercadoria à forma dinheiro” (MARX, 1991, p. 134). São, portanto, entendidos como investimento:

Para o comerciante revelam-se fonte de lucro, que – suposta a taxa geral de lucro – está na proporção da magnitude deles. O desembolso a fazer nesses custos de circulação é, portanto, investimento produtivo para o capital mercantil. Pela mesma razão, o trabalho comercial que compra é para ele diretamente produtivo (MARX, 2008b, p. 401).

Nesse sentido, conforme abordamos, o trabalho exercido no comércio é considerado produtivo pelo capital correspondente, tendo em vista que sua valorização se dá por meio das atividades que têm como função a realização da mais-valia, fazendo a metamorfose da mercadoria em dinheiro, cujas atividades possibilitam àquele capital apropriar-se de parte da mais-valia extraída no capital produtivo. A forma específica de valorização do capital comercial se distingue, portanto, da forma de valorização do capital produtivo, o qual se valoriza por meio da criação de mais-valia; contudo o que há em comum é que, para ambas as valorizações dos capitais individuais, faz-se necessário explorar a força de trabalho. Por conseguinte, o que define cada capital individual enquanto capital é a exploração do trabalhador assalariado e a consequente expropriação do tempo de trabalho excedente. São capitais, porque são parasitas dos trabalhadores, mesmo que nem sempre a exploração resulte na extração de mais-valia.

O capital comercial explora o trabalhador assalariado, assim como todos os capitais individuais, o que os diferencia, no entanto, é que a exploração do trabalhador produtivo resulta na extração de mais-valia, e o trabalhador improdutivo, embora não produza valor, possibilita a valorização do capital comercial mediante a apropriação

do lucro. Ademais, a exploração do trabalhador improdutivo empregado no capital comercial se dá porque ele também realiza trabalho excedente não remunerado. Nas palavras de Marx: “O trabalho não-pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais-valia, o que para esse capital é a mesma coisa; esse trabalho não-pago é, portanto, fonte de lucro” (MARX, 2008b, p. 392).

Na esfera produtiva, o trabalho excedente representa criação de mais-valia, já, na circulação, especificamente para o capital comercial, representa apropriação de parte dessa mais-valia criada. Marx afirma: “Se o trabalho não-pago do trabalhador cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não-pago dos trabalhadores comerciais proporciona ao capital mercantil participação nessa mais-valia” (MARX, 2008b, p. 393). O valor do salário que o trabalhador recebe em troca da venda de sua força de trabalho não tem relação com a magnitude de mais-valia que cria, no caso do produtivo, ou com o lucro que fornece ao capitalista, como na condição de trabalhador improdutivo; refere-se, apenas, ao valor necessário à produção e à reprodução da força de trabalho. Dessa forma, a venda da força de trabalho custa um determinado valor, porém o valor que produz é superior a seu custo; no que se refere ao trabalhador improdutivo, é preciso considerar que, embora não produza valor, o trabalho não pago a ele significa redução de custo de capital variável para o capitalista, ou seja, parte desse custo é compensada pelo trabalho não pago.

O trabalhador comercial não produz mais-valia diretamente. Mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, pelo que custa produzi-la, portanto, enquanto o exercício dessa força, expresso em esforço, dispêndio de energia e em desgaste, conforme acontece com os demais assalariados, não está limitado pelo valor dela. Por conseguinte, não há relação necessária entre o salário e o montante de lucro que esse trabalhador ajuda o capitalista a realizar. São magnitudes diversas o que custa e o que proporciona ao capitalista. É produtivo, para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando em parte trabalho não-pago (MARX, 2008b, p. 399-400).

Em outra passagem, Marx também explica o trabalho excedente realizado pelo trabalhador improdutivo enquanto agente comercial. O trabalhador que gasta sua força de trabalho nas atividades de circulação, tanto o trabalho necessário quanto o

excedente por ele executados não produzem valor, mas uma parte da mais-valia que se realiza nessa esfera se destina à manutenção de sua força de trabalho. Ainda que isso represente um custo, as horas não pagas, referentes ao trabalho excedente, contribuem para a diminuir os custos do capitalista, de modo que minimiza a improdutividade desse trabalho e se torna um ganho para a valorização de seu capital.

Como assalariado, qualquer que seja seu pagamento, trabalha gratuitamente parte do tempo. Recebe por dia digamos, o valor que corresponde a um produto de oito horas de trabalho e funciona durante dez. As duas horas de trabalho excedente que ele executa não produzem valor, nem tampouco as oito horas de trabalho necessário, embora, em virtude destas, a ele se transfira uma parte do produto social. Nas dez horas dessa função de mera circulação, gasta-se sempre, do ponto de vista social, uma força de trabalho. Ela não pode ser plicada em outra tarefa, em trabalho produtivo [...]. Se é o capitalista quem paga ao agente, diminuem, por não serem pagas as duas horas, os custos de circulação de seu capital, os quais constituem redução de sua receita. Para ele é um ganho positivo, pois decresce um elemento negativo para valorização de seu capital (MARX, 1991, p. 135-136).

Em relação ao salário do trabalhador improdutivo que desempenha função técnica de movimentação de dinheiro, ou seja, é empregado pelo capital bancário, o seu valor é inferior ao montante do que é cobrado pelos serviços financeiros que realiza, valor expresso nas taxas bancárias (COTRIM, 2012). Assim, o capital variável, despendido para o salário desse trabalhador, advém dos serviços financeiros. No que diz respeito à origem da remuneração do trabalhador improdutivo do capital a juro, isto é, que realiza funções de crédito, cumpre destacar que ela é parte do juro com o qual esse capital individual se valoriza. E, além de explorar a força de trabalho que emprega, tendo em vista que uma parte do trabalho que realiza não é remunerada, explora também o conjunto dos trabalhadores assalariados:

O capital a juro explora, pois, de forma mediada pelo capital social ativo, o conjunto do trabalho assalariado social cuja atividade compõe o ciclo de reprodução do capital social, na medida em que incorpora, como substância de sua valorização, parte do lucro social efetivamente realizado (COTRIM, 2012, p. 173).

Após analisar as especificidades do salário do trabalhador improdutivo empregado pelo capital mercantil, ressaltamos que, ainda que tal trabalho represente custo, pois é pago com capital e não produz sequer o valor de sua força de trabalho, exerce, mesmo assim, papel importante no modo de produção capitalista. Tal fato se deve à dinâmica de as mercadorias se realizarem nas atividades próprias desse capital, pertencente à esfera da circulação, por isso, trabalho necessário ao ciclo de reprodução do capital.

À vista disso, podemos apontar a dualidade do trabalho improdutivo situado na esfera da circulação: por um lado, é improdutivo de valor, não produz a riqueza na forma capitalista, logo, por si só, é insuficiente para assegurar a reprodução do modo capitalista de produção — considerando que a continuidade do capitalismo depende da constante produção de mais-valia. Por outro lado, é fundamental por exercer a função de realizar a mais-valia, aí sim, mediante essa realização contribui para reproduzir o ciclo da produção especificamente capitalista.

Portanto, sem o trabalho improdutivo/necessário, o trabalho produtivo não teria como se efetivar como tal. Em suma, o conjunto do capital precisa da unidade de ambas as esferas para se realizar, para se expandir enquanto capital, o seu ciclo de reprodução precisa ter continuidade. Assim, compreendemos que, embora considerado improdutivo de valor, o trabalho empregado pela esfera da circulação não deve ser entendido como desnecessário. Nessa direção, Cotrim argumenta sobre a divisão, determinada pelo capital, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, condição necessária para sua reprodução:

Em outras palavras, essa configuração funcional do trabalho social, em que parcelas determinadas são alocadas para a produção e para a circulação, é necessária para o processo global de reprodução do capital no estágio de desenvolvimento em que ela ocorre. [...] É também condição para sua reprodução a partir do momento em que a expansão produtiva o impõe. Em outros termos, o modo de produção capitalista não seria possível se o conjunto do trabalho social fosse empregado na produção de mercadorias (COTRIM, 2012, p. 169-170).

Isso significa que a valorização dos capitais individuais e, por conseguinte, a valorização do conjunto do capital, precisa de certa proporção entre trabalho produtivo

e trabalho improdutivo, o qual, quando empregado na esfera da circulação, se pode denominar improdutivo/necessário. Por fim, é importante ponderar, em relação ao trabalho que valoriza o capital, que, segundo análise crítica de Marx, para o modo de produção capitalista produtivo é o trabalho que valoriza diretamente o capital. Nesse contexto, o termo “diretamente” possui o sentido daquele que serve ao capital especificamente como produtor de mais-valia. Dito de outro modo, o trabalho improdutivo/necessário da esfera da circulação contribui para a valorização do conjunto do capital, contudo, de forma indireta, pois não produz mais-valia. É, portanto, um instrumento que serve indiretamente à valorização do capital como um todo e, diretamente, ao capital mercantil.

Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia (*surplusvalue*), representada por um sobreproduto (*surplusproduce*), ou seja, um *incremento excedente de mercadoria* para o monopolizador dos meios de trabalho (*monopoliser dos means of labour*), para o capitalista. [...] Trata-se, pois, de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento de sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia (MARX, 1978, p. 70).

Ainda que valorize indiretamente o capital, o trabalho improdutivo/necessário tem sua importância: para que haja produção, já que apenas parte dos trabalhadores deve desempenhar atividades produtivas, pois, a fim de que a esfera produtiva se mantenha ativa, é preciso que as mercadorias se realizem, assim, parte dos trabalhadores deve desempenhar atividades improdutivas. Do mesmo modo, para a continuidade da esfera da circulação, é essencial que parcela dos trabalhadores se mantenha em atividades produtivas. Em nome do capital, as esferas da produção e da circulação dependem uma da outra.

3. CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA ADORNIANA PARA A PROBLEMATIZAÇÃO DA CONCEPÇÃO CAPITALISTA DE TRABALHO (IM)PRODUTIVO

“Como a disciplina do pensamento filosófico se realiza, antes de mais nada, na formulação do problema, na filosofia, a exposição é um momento imprescindível da coisa” (ADORNO, 1995b, p. 23). Tendo em vista essa assertiva, apresentamos, no primeiro capítulo, os principais conceitos marxianos que compõem a constelação conceitual do trabalho considerado produtivo no âmbito do modo de produção capitalista. No segundo capítulo, a partir da constelação conceitual na qual se situa o trabalho produtivo, especificamos os conceitos de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo conforme o ponto de vista do modo de produção vigente. E, tendo em vista que, por mais importante que seja a compreensão imanente de sua lógica, não haveria sentido nos restringir apenas à descrição do que é considerado trabalho produtivo e trabalho improdutivo segundo o ângulo do capitalismo, pois em nada avançaríamos em termos de indicações para a ação transformadora, neste terceiro capítulo, contando com o arcabouço teórico de Theodor Adorno, nos atemos à problematização dessa constelação do trabalho produtivo.

Estabelecemos um diálogo com os elementos conceituais proporcionados por Marx e Adorno, pois a riqueza teórica de ambas as filosofias colabora, para tornar fecunda, a problematização da composição constelacional da concepção capitalista de trabalho produtivo. E, ainda que Adorno não tenha teorizado demoradamente sobre esse conceito, partimos de suas principais contribuições filosóficas que, de forma direta, têm relação com o debate proposto. Assim, neste capítulo, também abordamos o princípio de identidade da sociabilidade do capital, isto é, desenvolvemos nossa perspectiva sobre o que exatamente ele consiste e a repercussão que esse princípio tem sob o trabalhador. Por fim, tratamos do conceito adorniano de não-idêntico, de modo a estabelecer uma discussão com o trabalho (im)produtivo.

3.1 A constelação conceitual

No primeiro capítulo, expomos os conceitos marxianos considerados fundamentais à compreensão acerca do trabalho (im)produtivo segundo o modo capitalista de produção. Trabalho, o duplo aspecto do trabalho, mercadoria, mercadoria força de trabalho e mais-valia não são conceitos isolados, eles compõem a constelação conceitual nos limites da qual a compreensão de trabalho produtivo se inscreve na sociabilidade do capital. Nesse sentido, é importante ressaltar que, para Adorno, “[...] não se progride a partir de conceitos e por etapas até o conceito superior mais universal, mas esses conceitos entram em uma constelação” (ADORNO, 2009, p. 140).

Adorno, inspirado em Walter Benjamin (1892-1940), adota a categoria constelação com o intuito de contrastar com a tendência de cristalização dos conceitos e, por conseguinte, da noção de verdade. Segundo Benjamin: “as idéias se relacionam aos fenômenos, como as constelações às estrelas” (BENJAMIN, 1985, p. 231). No entanto a forma como as ideias e os fenômenos se relacionam não torna as ideias universais em relação aos fenômenos que buscam interpretar, por isso se trata de constelação em devir. Ainda em conformidade com Benjamin, os conceitos desempenham o papel central de mediação na dinâmica entre as ideias e os fenômenos. Destarte, com a categoria constelação, Adorno realiza a crítica à concepção que pretende que os conceitos se afirmem de modo absoluto e autoritário, como se pudessem abarcar a totalidade do real e traduzir verdades eternas e imutáveis.

A constelação pode ser entendida como um modelo de pensamento em que os conceitos se ordenam de tal maneira que tornam mais nítidas as compreensões em relação aos objetos aos quais se voltam, porque a constelação conceitual contempla as inter-relações com a realidade social e suas contradições, nas quais os objetos e conceitos se inserem (BANDEIRA; OLIVEIRA, 2014). Logo, os conceitos articulados na forma de constelação proporcionam, ao sujeito, pela atividade do pensamento, conhecimento mais profundo sobre a realidade que veio a ser o que, por ora, é: “perceber a constelação na qual a coisa se encontra significa o mesmo que decifrar aquilo que ele porta em si enquanto algo que veio a ser” (ADORNO, 2009, p. 141). E,

se pensar os conceitos pelo viés da dinâmica constelatória contribui para conhecer a realidade de modo mais apurado, então, essa dinâmica do pensamento também colabora para conceber possíveis formas de transformação, partindo do pressuposto de que a realidade pode ser qualitativamente diferente do que se apresenta no momento.

Em relação à definição dos próprios conceitos, nessa perspectiva constelacional, e sobre a expressão mais apropriada acerca dos objetos aos quais os conceitos se empenham em explicar, Adorno levanta uma questão relevante: “já que se um conceito é definido por outros conceitos, pode-se perguntar se tais conceitos designam adequadamente o objeto que está no conceito a ser definido” (ADORNO, 1976, p. 11, tradução nossa)³⁴. Primeiramente, deve-se ter o entendimento de que a organização constelacional dos conceitos rompe com a ideia de que é possível, de forma satisfatória, explicar o objeto com conceitos fragmentados. Tendo em vista que os conceitos medeiam a compreensão dos objetos, e considerando que um único conceito é incapaz de apreender o que o objeto é, pois um conceito não se autoexplica, é, portanto, necessário que se recorra e se alie a outros conceitos na tentativa de se aproximar de uma expressão mais fiel sobre o objeto.

O pensar constelativo evidencia que, para realizar essa tarefa, é insuficiente apenas um conceito isolado, por isso é preciso haver vários conceitos para fazerem a tentativa de chegar próximo àquilo que o objeto contém em si. Ainda assim, a busca pelo saber sobre o objeto é atividade que não se esgota. Para melhor compreender determinado conceito em sua completude e inteireza, segundo Adorno, são necessários diversos conceitos, tal como uma combinação numérica para abrir um cofre; ou podemos dizer, uma combinação conceitual que, em seu conjunto, forma uma constelação de conceitos, os quais darão acesso ao conceito/objeto que se deseja conhecer:

Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir, esperando que ele salte, mais ou menos, como os cadeados de cofres-fortes bem guardados: não apenas por meio de uma única chave ou de um único número, mas de uma combinação numérica (ADORNO, 2009, p. 142).

³⁴ “Puesto que si se define un concepto por otros conceptos, se puede preguntar si tales conceptos designan adecuadamente el objeto que mienta el concepto a definir tradução” (ADORNO, 1976, p. 11).

Assim, podemos entender, a partir de Adorno, que os conceitos constituintes de uma mesma constelação percorrem direções que se cruzam, dialogam um com o outro em sentido uníssono, contudo isso não impede que sejam postos em outras constelações. A chave da leitura que compreende os conceitos de modo constelatório, isto é, que pensa os conceitos articulados de forma constelativa, permite que eles não sejam privados de novos sentidos, da possibilidade de serem qualitativamente diferentes na medida em que se inserem em outras constelações. Os conceitos, na perspectiva que organiza o campo teórico de forma constelar, contribuem para obter um conhecimento mais preciso acerca do objeto ao qual se voltam. Porém esse raciocínio não significa que o objeto investigado terá uma definição completa e definitiva, pois o conhecimento, até então sobre determinado objeto, não está inteiramente pronto e acabado, e sim, em constante construção.

Constelação conceitual alguma pode, no entanto, se autoatribuir a pretensão de ter iluminado por completo o objeto, mesmo porque as constelações não são algo estático, mas estão em constante transformação (SCHÜTZ, 2012, p. 39).

Uma vez que a realidade material está em movimento, as perspectivas sobre ela também devem se dar de modo não fixo, isto é, tentando conhecê-la, via conceitos, mas respeitando as circunstâncias contextuais de quando ela se apresenta, sem a tornar unívoca. Deve-se levar em conta a insuficiência do conceito e até mesmo da constelação, no sentido da sua impossibilidade de estabelecer uma harmonia plena com a realidade. A capacidade de os conceitos expressar não é onipotente perante a materialidade móvel, razão pela qual a constelação apenas obtém o conhecimento do objeto se prezar pelos elementos que o formam e que nele se acumulam.

Dito isso, do ponto de vista adorniano, as constelações conceituais não são imóveis, continuamente sua configuração se renova dado que os próprios conceitos que as compõem mudam conforme as dinâmicas sociais se modificam, de modo que assumem significados diversos em períodos históricos diferentes. “A constelação altera-se na dinâmica histórica” (ADORNO, 2009, p. 255). Em outras palavras, as constelações conceituais não são inalteráveis, pois os conceitos que as constituem se gestam em determinado contexto histórico, social, político, econômico e cultural,

alterando-se à medida que os contextos se alteram, ou seja, esses processos passam a influir nas constelações conceituais que pretendem compreendê-los. Nesse sentido, Adorno faz uma importante afirmação: "O conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si." (ADORNO, 2009, p. 142).

Em busca do conhecimento sobre o objeto, a constelação dinamiza-se de acordo com o movimento processual dos objetos, assim, os próprios conceitos variam de sentido. Isso também inclui a alteração dos conceitos no transcurso da história da filosofia, fato que confirma que os conceitos não estão separados da realidade por um abismo. Posto que a filosofia reflete sobre elementos da realidade via conceitos, estes se modificam conforme aqueles mudam, no que reside o vínculo dos conceitos com o aspecto social.

[...] deve ser dito que os conceitos não permanecem idênticos ao longo da história da filosofia, mas são usados de uma forma mutável. [...] pode ser mostrado em detalhes como tais mudanças de termos são condicionadas pelas mudanças nas construções da filosofia na qual eles aparecem. Aí reside uma espécie de legalidade histórica que tem seu aspecto social (ADORNO, 1976, p. 11, tradução nossa)³⁵.

Em relação à atividade filosófica que tem como tradição valorizar o rigor conceitual na explanação das ideias e na elaboração de problemas, ela não se esgota justamente, porque, por mais que se pretenda detalhar, com exatidão, os conceitos que cada uma de sua área de estudo se debruça — metafísica, hermenêutica, epistemologia, política, ética, estética e lógica —, os conceitos não são rígidos e, por isso, o não endurecimento dos conceitos proporciona vida à atividade filosófica. "As definições são, portanto, na filosofia um momento, um momento de trânsito" (ADORNO, 1976, p. 23, tradução nossa)³⁶. Neste tocante, Schütz comenta que:

A clareza e a precisão dos conceitos é uma exigência que assola a filosofia. Essa exigência é legítima e a filosofia não pode abrir mão do zelo constante pela precisão e clareza conceitual. Esta, no entanto, é uma tarefa ingrata: uma definição absoluta dos conceitos e do seu uso

³⁵ "[...] hay que decir que los conceptos no se mantienen idénticos a lo largo de la historia de la filosofía, sino que se usan de modo cambiante. [...] se puede mostrar en detalle cómo tales cambios de los términos están condicionados por las cambiantes construcciones de la filosofía en la que aparecen. Ahí radica una especie de legalidad histórica que tiene su aspcto social" (ADORNO, 1976, p. 11).

³⁶ "Las definiciones son, por tanto, en filosofía un momento, un momento de tránsito" (ADORNO, 1976, p. 23).

linguístico seria, de certo modo, o fim da própria condição de possibilidade do filosofar (SCHÜTZ, 2012, p. 37).

Da mesma forma que os conceitos são mutáveis no transcorrer do tempo, ou seja, a definição e o uso que se faz de cada conceito não permanecem eternamente os mesmos, os conceitos também se carregam da intencionalidade com a qual foram construídos. Portanto, desproveem-se de neutralidade, no caso, por exemplo, da definição do conceito de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo, ela concebe-se dentro das atuais relações sociais, logo, tal definição herda os elementos, princípios e valores que constituem essa sociabilidade; o conceito em questão é por ela determinado, pela própria sociedade regida pelos interesses da classe dominante.

Schütz, por meio do esclarecimento de um paralelo entre os conceitos e a aquisição de uma nova língua, reforça a importância de compreender os contextos em que os conceitos se inserem para, então, compreender adequadamente o seu significado:

A compreensão do significado de um conceito passaria por um processo parecido com o qual se passa quando se está apreendendo uma nova língua, em que não basta decorar significados isolados de palavras, uma vez que a sua compreensão requer a compreensão dos contextos em que são usadas (SCHÜTZ, 2020, p. 517).

Os conceitos não constituem puras abstrações, nem resultam de um processo espontâneo, eles têm materialidade, posto que estão imersos na realidade concreta: são frutos de seu meio, da realidade na qual se situam, têm, portanto, natureza sócio-histórica. Assim, considerando que: “Cada elemento da realidade, cada conceito, só pode ser compreendido se for levado em conta onde está inserido” (PERIUS, 2006, p. 24), na sociedade da expropriação de tempo de trabalho não remunerado, cujo produto excedente é a mais-valia, o trabalho considerado produtivo é aquele que, estando na esfera da produção, fornece tal produto. Todavia, em um modo produtivo distinto, certamente, o conceito de trabalho produtivo terá outro caráter.

Estando os conceitos em movimento, as constelações conceituais se reformulam, porém o modo de produção capitalista assenta o trabalho produtivo na sua constelação que se apregoa imutável, isto é, como se sua lógica de

funcionamento e todos seus elementos basilares fossem inabaláveis, impossíveis de sofrerem ruptura. O já dado é concebido como permanente, eternamente enraizado na sua forma de ser, como se sempre tivesse sido assim e sempre será tal como é, impossível de conceber de um modo diferente do que, por enquanto, se apresenta.

O já estabelecido é visto como inalterável, seu caráter de transitoriedade é encoberto, nesses termos, o conceito de trabalho produtivo, bem como o de improdutivo, estão postos numa constelação que *a priori* é concebida como inviável de se modificar. Se tornam, portanto, engessados, aprisionados na constelação conceitual própria do capitalismo, cuja razão que o guia é instrumentalizada pela *ratio* burguesa³⁷ que aspira perpetuar o presente formato organizativo de reproduzir a vida.

[...] ocorre uma absolutização de conceitos como se eles não estivessem sempre mediados social e historicamente e constituídos por sujeitos. Essa pretensão de verdade, segundo Adorno, não passa de sofisticada ideologia que também se serve do fetiche dos conceitos, agourando-se de uma suposta profundidade e autenticidade primordial para se justificar (SCHÜTZ, 2012, p. 43).

Assim, como os conceitos se petrificam na constelação sob domínio da *ratio* burguesa e seu caráter histórico e social é velado, a noção de verdade também é afetada. A ideia de verdade que decorre da razão instrumentalizada pela sociabilidade capitalista é de uma verdade última e a-histórica, a única possível e, por isso, definitiva. A verdade, desse ponto de vista, é tomada como algo que abarca a totalidade por inteiro e que desconsidera realidades outras que não a que vigora. Tal noção de verdade condiciona-se à identidade da lógica de funcionamento da sociedade dividida por classes de interesses antagônicos, ao passo que se considera verdade o que está em conformidade com os interesses da classe dominante, servindo como seu artifício legitimador e, em últimos casos, à legitimidade da

³⁷ “Ela treme ante o que, sob seu âmbito de dominação, perdura de maneira ameaçadora e se fortalece de modo proporcional ao seu próprio poder. Tal temor cunhou em seus primórdios o modo de procedimento constitutivo do pensamento burguês em seu conjunto, que consiste em neutralizar rapidamente todo passo em direção à emancipação por meio do fortalecimento da ordem” (ADORNO, 2009, p. 26). Logo mais, estudaremos que, aquilo que persiste frente à dominação da *ratio* burguesa, é o não-idêntico, por perdurar sob o domínio da *ratio*, ele representa possível potencial emancipatório, logo, é ameaça a ela. É exatamente por isso que o não-idêntico é temido, tal temor explica a típica forma de procedimento da *ratio* burguesa que corresponde à anulação do não-idêntico, à eliminação do que se encontra fora dela, do que ainda não foi homogeneizado e tornado idêntico via mecanismos de coerção e de instrumentalidade ideológica própria dessa *ratio*.

exploração humana desde o princípio da autovalorização do valor, ou seja, da mais-valia. Em suma, o que se estabelece como verdade é somente aquela difundida pela perspectiva dos dominadores. Todavia, sendo a configuração constelativa dos conceitos uma combinação dinâmica, a verdade deve ser concebida como efêmera: “Verdade é constelação em devir, não algo que se percorre automaticamente [...]” (ADORNO, 1995b, p. 21). É transitiva, porém não no sentido de um relativismo vulgar, Adorno assevera:

[...] os relativistas seriam os verdadeiros - os maus absolutistas, além dos burgueses, que querem certificar-se do seu conhecimento como de uma propriedade, para logo mais completamente a perderem (ADORNO, 2001, p.83).

Há de se ponderar que o risco do erro é elemento presente na busca pela verdade: “Sem risco, sem a possibilidade presente de erro, não há objetivamente qualquer verdade” (ADORNO, 1995b, p. 21-22). Desse modo, concerne à verdade caráter provisório, tanto quanto os conceitos em sucessivo processo de mudança de significados e sentidos. “A verdade não é algo firme que temos em mãos e que podemos levar para casa com confiança” (ADORNO, 1976, p. 64, tradução nossa)³⁸. Em relação aos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, ambos aparecem na constelação, ordenada pela forma de ser do capitalismo, como naturais, ocorre aí o efeito contrário, se tornam engessados na mesma medida que a petrificação e, assim, se afastam cada vez mais da noção de verdade.

Um conceito pressupõe a mediação de outros conceitos, não indeterminados, que têm vínculo com conteúdo da realidade onde se situam; quer dizer que estão em constelações que dialogam com a realidade dada, mas tal fato não significa que se fixam às constelações, por ora, vigentes. E, tendo em vista que a própria realidade é dinâmica, a mudança não ocorre apenas no campo dos conceitos e das constelações nas quais se localizam, a própria noção de verdade também se modifica. “A verdade é sempre e sem exceção algo extraordinariamente frágil” (ADORNO, 1976, p. 64, tradução nossa)³⁹; logo, verdades consagradas, definidas de antemão em sistemas fechados e a-históricos, podem conter o perigoso potencial de aprisionamento dos

³⁸ “La verdad no es algo firme que tenemos en la mano y que podemos llevar confiados a casa” (ADORNO, 1976, p. 64).

³⁹ “La verdad es siempre y sin excepción algo extraordinariamente frágil” (ADORNO, 1976, p. 64).

conceitos e a conseqüente perspectiva determinista da realidade, compreendendo-a como subordinada a leis inalteráveis.

Sobre o movimento dos conceitos, Adorno afirma que, embora possuam em sua parte central uma dada solidez, isso não indica que os elementos que o compõem sejam imóveis. Pelo contrário, já que em ação contínua, o que caracteriza seu dinamismo:

De fato, os conceitos não são algo arbitrário, eles já contêm um núcleo firme quando nós os recebemos e, num certo sentido, a sua modificação então também acontece com relação a este núcleo firme, mas simultaneamente eles não têm um conteúdo estático e sim constituem em si mesmo um processo. Cada conceito de fato já é dinâmico em si mesmo, e a tarefa própria que nos cabe consiste em que, de alguma forma, sejamos justos com esta dinâmica (ADORNO, 2010, p. 194 apud SCHÜTZ, 2020, p. 514).

Talvez, possamos refletir que, para ser justos com a dinâmica dos conceitos, além de reconhecer a sua posição de dinamicidade e que estão interligados uns aos outros, compreende-se que se deve ir além dos elementos que provisoriamente constituem os conceitos, de modo a não os reduzir ao que momentaneamente são. No sentido de empreender certo “[...] esforço de ir além do conceito por meio do conceito.” (ADORNO, 2009, p. 22), visualizando possibilidades de constelações inéditas, não numa perspectiva idealista descolada da materialidade, mas partindo da compreensão e da crítica da realidade concreta, desde a primazia do objeto, com vistas à sua superação.

Assim, por mais que haja a pretensão de uma verdade última a abarcar e descrever a totalidade, cuja noção de verdade dificulta perceber as possibilidades para transcender a realidade que se apresenta como imutável e, por mais que o conceito seja absorvido pelo contexto em que se situa, seria equivocada a concepção de que tudo está completamente dominado e que não há mais saída do modo pelo qual a sociedade vigente se organiza e se reproduz.

A tentativa de compreender a gênese social dos conceitos representa, ao mesmo tempo, a busca por um entendimento mais apurado acerca da realidade posta. É claro que o conseqüente desvelamento da contradição que permeia a estrutura dessa sociedade, isto é, entre trabalho e capital, não deve resultar na eliminação da

crítica a ela, muito menos servir de desestímulo para visualizar as possibilidades concretas de sua superação. Pelo contrário, compreender adequadamente as contradições geradas pela expropriação do tempo de trabalho excedente capacita a problematização e fortalece a ruptura com o modo de produzir vigente que sobrepõe suas necessidades às necessidades humanas.

Ademais, é preciso ter a clareza de que uma plena compreensão da realidade é propósito que se efetiva de forma insuficiente, isso porque a realidade que se busca compreender está em movimento. Assim, captar a sua dinamicidade seria um exercício contínuo na tentativa de se chegar o mais próximo possível a um entendimento mais apurado acerca do movimento histórico do real. Nesse sentido, mesmo havendo a pretensão de apreender a realidade por inteiro, o não-idêntico⁴⁰ aponta a insuficiência do conceito para expressar a realidade na íntegra. Evidencia e denuncia a insuficiência da própria sociedade capitalista e sua aspiração de dominação absoluta. Antes, porém, de abordar o não-idêntico, na perspectiva específica aqui proposta, expomos e problematizamos o princípio de identidade, no que se refere ao modo de produção capitalista.

3.2 O princípio de identidade do modo de produção capitalista e sua repercussão no trabalhador

Ainda que a teoria de Georg W. Friedrich Hegel (1770-1831) tenha exercido significativa influência na filosofia de Adorno, este se contrapõe ao idealismo hegeliano pelo fato de, segundo nosso autor, atribuir primazia ao sujeito. A filosofia adorniana considera que o objeto tem primado na relação que estabelece com o sujeito, inclusive, é característica que a insere na tradição materialista: “Por meio da passagem para o primado do objeto, a dialética torna-se materialista” (ADORNO, 2009, p. 165).

Importante ressaltar que, ainda que o concreto possua hegemonia sobre o pensar, isso não torna inválido o papel do sujeito, o qual continua tendo função ativa, até porque: “Não se pode pensar sem o momento do sujeito, mas tampouco sem o momento que o opõe, pois os dois estão reunidos” (ADORNO, 1976, p. 65, tradução

⁴⁰ Estudaremos o não-idêntico na seção 3.3 deste capítulo.

nossa)⁴¹. Tal primazia significa apenas que o objeto tem predominância na relação articulada de modo dialético: “Por isso, nem o sujeito simplesmente desaparece no objeto, [...] nem pode ser hipostasiado” (ADORNO, 1995d, p. 197).

Adorno também se contrapõe ao pressuposto hegeliano de que há identidade entre ser e pensar, de que a teoria, na forma de um sistema esquematizado, possui a capacidade de apreender a realidade em seu todo, de explicá-la por completo. Para Adorno, não há nada que garanta essa suposta identidade, no fundo não passa de “[...] ilusão de uma identidade total” (Adorno, 2009, p. 13). Além disso, na ideia de identidade, reside o perigo da pretensa dominação absoluta, por isso, diz o frankfurtiano: “É preciso se opor à totalidade, imputando-lhe a não-identidade consigo mesma que ela recusa segundo o seu próprio conceito” (ADORNO, 2009, p. 128-129). Logo mais, nos deteremos no conceito de não-idêntico, por ora, nos atemos à sua antítese, o princípio de identidade.

Cabe destacar que o conceito é impedido de ser instância independente, isto é, não pode desprezar o que o constitui, ele precisa de sua referência material, aquilo exterior a si, o além do conceito, o não conceitual. E, ao mesmo tempo em que o não conceitual constitui o conceito, há um abismo entre um e outro, uma não-identidade entre o objeto e seu conceito. Nessa direção, certa insuficiência ocorre por parte do conceito na medida em que ele tenta apreender o não conceitual na íntegra, pois sempre escapa algo ainda não tematizado. Todavia há um elemento importante que deriva da insuficiência do conceito: “O erro determinável de todo conceito obriga a que se evoque outros; é daí que emergem aquelas constelações para as quais unicamente passa alguma coisa da esperança [...]” (ADORNO, 2009, p. 53). Portanto, é justamente essa insuficiência do conceito, enquanto instrumento do pensamento, que contribui para a continuidade do pensar, prosseguindo ao ser impelido a se apoiar em outros conceitos e a agrupá-los em formato de constelação para, então, por meio de conceitos, se aproximar do além do conceito: “Somente os conceitos podem realizar aquilo que o conceito impede” (ADORNO, 2009, p. 53).

Por outro lado, a atividade do pensar fica suspensa quando é atribuída identidade plena entre conceito e conceituado, de forma a hipostasiar o conceito, enrijecendo-o a ponto de suspender o seu devir junto ao movimento do conceituado.

⁴¹ “No se puede pensar sin el momento del sujeto, pero tampoco sin el momento que se le opone, ya que ambos se ensamblan conjuntamente” (ADORNO, 1976, p. 65).

Esse é o caso do capitalismo em relação à concepção de trabalho produtivo, a qual tem completa identidade com um determinado conceito. Podemos entender que tal identidade é arbitrária, unilateral, uma vez que conceito e conceituado somente são correspondentes se estiverem a serviço da própria lógica da valorização do valor; o trabalho só é produtivo se, e somente se, sujeitar-se ao interesse supremo do capitalismo: a mais-valia. É por isso que o primeiro e segundo capítulo deste estudo objetivam proporcionar uma visualização mais acurada desse processo dinâmico capitalista, por trás do idêntico, que determina fixidez ao conceito, logo, à realidade. O idêntico expressa a ideia de que conceito e conceituado estão prontos e acabados, de modo que o conceito seja capaz de explicar a totalidade da realidade; quando, na verdade, limita-se ao viés do modo de produção capitalista que venera o resultado do trabalho excedente e que torna a realidade dada uma síntese fechada à sua transformação qualitativa.

“Aquilo que dilacera a sociedade de maneira antagônica, o princípio da dominação [...]” (ADORNO, 2009, p. 49), pode ser entendido como o princípio de identidade. No capitalismo, tudo é definido de forma prévia e reduzido à identidade com o intento de abarcar o todo, de modo que nega o diverso não ajustado ao sistema, o qual é concebido como transgressão ao instituído pela identidade da produção capitalista: “[...] tudo aquilo que não se submete à unidade do princípio de dominação, segundo a medida desse princípio, não aparece como algo diverso que lhe é indiferente, mas como violação da lógica (ADORNO, 2009, p. 49). O pensamento, instrumentalizado pela aspiração totalizante do capitalismo, não reconhece como válido o que não é ou o que ainda não foi por ele capturado, aquilo que o ultrapassa na medida em que não se reduz a tal enquadramento.

Adorno é claro em dizer que: “[...] a humanidade deve se libertar da compulsão que realmente se abate sobre ela sob a forma da identificação” (ADORNO, 2009, p. 128). A crítica adorniana volta-se à ideia de que há identidade entre pensamento e realidade, conceito e objeto, e a sustentação dessa crítica parte da própria realidade material que se sobressai ao pensamento, assim como porque o objeto possui diferenças em relação ao seu conceito. A identidade é colocada sob suspeita, pois não mantém as diferenças existentes entre pensamento e realidade, como se os sentidos dos conceitos fossem universais e houvesse completa identidade entre um conceito e outro.

O modelo teórico de identificação procura explicar a realidade com base numa espécie de espelho: se reconhece nela, ou seja, possui certa identidade com ela. Tanto é que se limita à insuficiente descrição, não progredindo para a crítica, muito menos, para a visualização das condições objetivas de superação da realidade constituída, o que é imprescindível. Por isso, mais se aproxima da justificação e da legitimação da realidade dada do que de uma denúncia sobre seus elementos antagônicos.

Nessa perspectiva, Adorno atenta para a distinção entre a primazia do objeto, como concepção elaborada de forma crítica, e o primado do objeto, o qual se deforma devido ao aspecto mercadológico que adquire na sociedade capitalista; diferença que Marx já havia pautado em sua filosofia. A troca de mercadorias, segundo Adorno, possui objetividade real, porque, de fato, os produtos do trabalho se tornam meras mercadorias, assim como a própria força de trabalho. Como o trabalho se cristaliza nas mercadorias, a troca precisa acontecer para que a mais-valia se realize, contudo há objetividade que não é verdadeira, uma vez que, no seu cerne, está o princípio da igualdade que não se realiza efetivamente, embora a falsa consciência acredite que sim:

Em Marx já se exprime a diferença entre o primado do objeto enquanto algo que é produzido criticamente e sua caricatura no interior daquilo que está estabelecido, sua distorção provocada pelo caráter de mercadoria. A troca tem, enquanto antecedente, uma objetividade real, e é ao mesmo tempo objetivamente não-verdadeira, ela enfrenta seu princípio, o princípio da igualdade; por isso, ela cria necessariamente uma consciência falsa, o ídolo do mercado (ADORNO, 2009, p. 163)

Para Horkheimer e Adorno, a lógica do mesmo, isto é, o princípio que identifica a dinâmica interna da sociedade burguesa gira em torno da troca por equivalentes: “A sociedade burguesa está dominada pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstractas” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 23). Nesse panorama, o trabalho, como atividade constituinte do ser humano, é rebaixado à abstração do tempo médio socialmente necessário à produção de determinado produto:

O princípio de troca, a redução do trabalho humano ao conceito universal abstrato do tempo médio de trabalho, é originariamente

aparentado com o princípio de identificação. Esse princípio tem na troca o seu modelo social, e a troca não existiria sem esse princípio; por meio da troca, os seres singulares não-idênticos se tornam comensuráveis com o desempenho, idênticos a ele. A difusão do princípio transforma o mundo todo em algo idêntico, em totalidade (ADORNO, 2009, p. 128).

Adorno recorda um elemento importante da teoria marxiana ao atribuir o princípio de identidade da sociedade capitalista ao processo de troca de mercadorias: a degradação da atividade trabalho, a qual é considerada apenas pelo *quantum* do seu dispêndio; assim como a degradação do próprio ser humano, em si não-idêntico a tal modo de produção, mas direcionado a se tornar idêntico a ele, na medida em que precisa se submeter à participação do processo de troca. “Se a estrutura dominante da sociedade reside na forma da troca, então a racionalidade desta constitui os homens [...]” (ADORNO, 1995d, p. 186). Em outras palavras, o modo de produção capitalista, enquanto sistema que se impõe sobre as vidas humanas e até mesmo não humanas, visa a dominar tudo e todos; para tanto, a hegemonia do princípio de identidade é fundamental, isto é, a universalização da medida que torna produtos com qualidades diferentes compatíveis entre si, pois:

Se simplesmente se anulasse a categoria de medida da comparabilidade, no lugar da racionalidade que reside em verdade ideologicamente, mas também enquanto promessa, no princípio de troca, apareceriam a apropriação imediata, a violência, e, hoje em dia, o privilégio nu e cru dos monopólios e dos cliques. A crítica ao princípio de troca enquanto princípio identificador do pensamento quer a realização do ideal de uma troca livre e justa que até os nossos dias não foi senão mero pretexto (ADORNO, 2009, p. 128).

Já discutimos, no capítulo primeiro, que, para haver a troca de produtos qualitativamente diferentes, é necessário abstrair suas qualidades, deve-se considerar apenas a quantidade média de tempo de trabalho socialmente gasto na produção, tal é a medida que ao ser incorporada em cada produto torna a troca justa, segundo a concepção do pensamento identificador burguês (*ratio* burguesa). Assim, do ponto de vista do capitalismo, há equivalência entre os mais diversos produtos, dado que o parâmetro para a equivalência e, por conseguinte, para que a troca seja considerada justa, é o trabalho em seu caráter abstrato. Porém, de acordo com a passagem acima citada, a crítica ao princípio de troca indica que o ideal da troca,

efetivamente justa e livre, não se efetiva no plano dessa realidade concreta; tal princípio identificador serve, na verdade, como pretexto para outra finalidade, a qual invisibiliza a exploração efetiva. Nessa mesma linha de crítica ao princípio de identidade da troca, Pucci e Zuin explicam o problema da equivalência e da noção do que é justo:

A idéia de justiça significa dar a cada um o que é seu. O contrato entre o capitalista e o trabalhador é fundamentado na “justiça”, porque se baseia em um acordo entre dois homens livres, um que dá a matéria prima, os instrumentos de produção, paga o salário e fica com o produto do trabalho. O outro que é dono de sua força de trabalho, aluga-a ao capitalista e em troca recebe seu salário. O justo supõe a equivalência, uma certa identidade, e aí está o não-justo (PUCCI, ZUIN, 1993, p. 51).

O princípio de identidade da troca alega, por meio do discurso pseudoigualitário o qual visa a tornar equivalentes os produtos com valores de uso diferentes, que se trata de permuta justa, na medida em que se abstraem suas qualidades e se levam em consideração apenas o *quantum* de trabalho médio materializado. Quaisquer que sejam as mercadorias, entretanto, não possuem real equivalência justa, se levamos em conta que nascem de um processo produtivo injusto, embora, como dissemos, esse não-justo não seja visível pela ótica da lógica capitalista, já que, neste ângulo, não há rompimento com o princípio da equivalência, portanto, aparentemente, há justiça. Além disso, Schütz esclarece que a crítica ao princípio de troca também reside no problema da equivalência da mercadoria força de trabalho em relação às demais mercadorias:

[...] esta equivalência é questionável: quando se trata da mercadoria trabalho, pois, apesar de a troca ser justa do ponto de vista da equivalência (o patrão paga tanto ao trabalhador quanto ele precisa para repor a força de trabalho dispensada), os custos da reprodução dessa força são menores do que os resultados das horas de trabalho despendidas, gerando, assim, a famosa mais-valia (SCHÜTZ, 2018, p. 450).

Quando a troca envolve a mercadoria força de trabalho, torna-se ainda mais evidente que ela apenas aparenta ser justa, a equivalência entre os produtos trocados — força de trabalho por determinado salário — fica somente no âmbito de uma promessa não cumprida, ou seja, não há troca efetiva entre iguais, quando

unicamente um dos produtos trocados fornece resultados excedentes na forma de valor: “[...] a troca de equivalentes constituiu desde sempre em trocar em seu nome desiguais, em se apropriar da mais valia do trabalho” (ADORNO, 2009, p. 128). Logo, podemos considerar que o princípio da identidade, enquanto dogma burguês da lei da troca, revela uma finalidade ideológica última: a extração de mais-valia.

Sob a perspectiva que esta tese se propõe a construir, a lei da troca não é, de fato, o princípio que identifica, de forma mais precisa, o capitalismo, já que, por trás dela, se oculta um processo, há um propósito final velado: justificar e legitimar a exploração de uns sobre outros. Com base no exposto nos capítulos primeiro e segundo desta pesquisa, é possível compreender que o princípio de identidade do modo de produção capitalista, o princípio que o guia, é seu núcleo fundante e que, por isso, identifica a sua especificidade perante os demais modos de produção, é a extração de mais-valia. O princípio de identidade, como sendo o conjunto da lógica normativa que rege e estrutura a sociedade capitalista, norteia toda a sua organização, a fim de que haja contínua valorização do valor, e que invade todas as esferas e relações sociais, tem, como fundamento e condição de existência a expropriação do produto do trabalho excedente na forma valor. A mais-valia, portanto, constitui o elemento que melhor identifica o modo de produção capitalista.

Como, em termos adornianos, a identidade específica do capitalismo consiste na extração de mais-valia, entendemos, com mais clareza, a razão pela qual esse modo de produção determina, como critério do trabalho produtivo, somente o que resulta em tal produto específico. O trabalho produtivo é, portanto, a base imprescindível para a realização do princípio de identidade capitalista. O capitalismo, ordenado a partir desse princípio, tende a submeter tudo à sua dinâmica, busca se apropriar do que ainda está de fora dela e, quando não consegue, exclui o que diverge da adaptação à sua identidade. Dessa forma, vincula-se a um mecanismo de dominação na medida em que tem aversão àquilo que não se identifica à lógica do mesmo; uma espécie de: “[...] rancor próprio ao ideal de igualdade burguês que não tolera nada qualitativamente diverso” (ADORNO, 2009, p. 128).

A noção capitalista de trabalho produtivo encontra sua justificativa, especificamente, na extração de mais-valia, portanto, em benefício da própria classe dominante, jamais no sentido de ser produtivo de forma a abranger os interesses coletivos da classe dominada. Assim, apesar da crescente riqueza produzida, na

mesma proporção, produz a escassez. A abundância é tanto da riqueza quanto contraditoriamente, da escassez; mas unicamente esta é socializada entre os que são dominados, os quais, em termos quantitativos, correspondem à maioria. Tal constatação significa que, se o princípio de identidade do modo capitalista de produção funda-se na mais-valia, ao mesmo tempo, funda-se num processo gerador de desigualdade estrutural. Por essa razão, Adorno não vislumbrava a viabilidade do conceito de vida justa se efetivar na sociedade vigente:

[...] o conceito de uma vida justa tornou-se problemático hoje. A possibilidade de fazê-lo não existe na sociedade atual, assim como em geral ficou por cumprir até agora, no entanto o esforço do conceito tem induzido a transmitir ao homem a ideia de uma vida justa (ADORNO, 1976, p. 100, tradução nossa)⁴²

A ideia de vida justa fica impedida de materializar-se nessa sociedade, visto que são inevitáveis as contradições que decorrem da idolatria à mais-valia sugada do trabalho. Ao evidenciar o antagonismo de classe gestado na dinâmica capitalista, tendo em vista a acumulação do capital em detrimento da vida humana e não humana, podemos compreender, a partir de Marx e Adorno, que a pauperização generalizada é um dos custos da lógica identificante da extração de mais-valia. Lógica que busca colonizar e adaptar, pelos mais sofisticados instrumentos⁴³ de manipulação, via produtos da indústria cultural⁴⁴, tudo o que toca.

⁴² “[...] el concepto de vida justa se ha hecho hoy problemático. La posibilidad de realizarlo no se da en la sociedad actual, así como también en general permaneció incumplido hasta esta hora, pero, sin embargo, el esfuerzo del concepto ha inducido a transmitir al hombre la idea de una vida justa” (ADORNO, 1976, p. 100).

⁴³ No período em que Adorno viveu (1903-1969), alguns deles eram: “[...] o cinema, as revistas, os jornais ilustrados, rádio, televisão, literatura de *best-seller* dos mais variados tipos, dentro da qual desempenham um papel especial as biografias romanceadas (ADORNO, 1973, p. 201). Em tempos atuais, podemos analisar a internet como um dos principais instrumentos de que a indústria cultural se utiliza para difundir seus produtos.

⁴⁴ Os bens culturais subordinados à lógica capitalista e disseminados pela indústria cultural, se consolidam como culturas reificadas, ou seja, produtos semiculturais padronizados, feitos em série, desprovidos de caráter crítico e destinados ao consumo em massa tanto quanto como qualquer outra mercadoria. A indústria cultural é fruto do modo de produção capitalista e, por isso, reflete seus princípios, tendo, portanto, como motivação, o lucro, na esfera da circulação, e a mais-valia, na esfera produtiva. De “mãos dadas” com a ideologia, a indústria cultural tem poder de deformar a formação cultural (*Bildung*), cuja constituição “[...] necessariamente se postula a situação de uma humanidade sem *status* e sem exploração” (ADORNO, 2010, p. 13). Pela semiformação (*Halbbildung*), integra a classe trabalhadora aos interesses do capital, inclusive as atividades de entretenimento, conforme o exemplo de nosso autor, jamais devem promover esforço intelectual que resulte em juízo crítico questionador da ordem vigente, pois seria perigoso para a continuidade dela: “[...] nenhuma faísca da reflexão pode irromper durante o tempo livre, porque poderia saltar para o mundo do trabalho e pô-lo em chamas” (ADORNO, 2001, p. 122). A semicultura difundida pela indústria cultural, também

Na medida em que o trabalho produtivo é identificante da mais-valia, restringe-se apenas ao capital, o que significa que a produtividade em benefício de seu agente, o trabalhador, é negada. Desse modo, mesmo que haja esforço por parte da *ratio* burguesa de identificar os interesses do capital com os dos trabalhadores, a realidade de crescente pobreza, de desigualdade social e de progressiva destruição das condições de vida no planeta, denunciam o contrário. Fica claro que os interesses são inconciliáveis devido à insaciável busca pela valorização e pela acumulação do capital, que se realizam por meio deletério à vida dos trabalhadores, portanto, jamais preocupada, de fato, com eles: “a lógica do valor do Capital tem uma fome voraz (*Heisshunger*) por trabalho gerador de mais-valia, mas ela é totalmente indiferente em relação aos trabalhadores vivos” (SCHMIED-KOWARZIK, 2021, p. 398).

A contínua expropriação dos meios de vida, realizada pelo capital, priva o acesso da classe trabalhadora aos produtos gerados pelo trabalho produtivo, dessa forma, quanto mais este favorece a classe que o explora, mais contradiz os interesses da própria classe protagonista do trabalho produtivo. “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2004, p. 80). Quanto maior a concentração de capital nas mãos dos capitalistas, maior a privação da classe trabalhadora dos bens produzidos socialmente, em suma, a riqueza do capitalista representa o pauperismo da classe trabalhadora. “Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar” (MARX, 2017, p. 578).

A sociabilidade, cuja forma basilar consiste na valorização do que é do universo das coisas, de maneira inversa e proporcional, desvaloriza o que é do universo dos seres humanos (MARX, 2004). A necessidade insaciável do capitalismo, de ampliar a acumulação do capital torna o trabalhador um mero mecanismo de valorização do valor, fato que colide bruscamente com a satisfação das necessidades humanas. Ainda sobre essa questão, Marx é pontual em afirmar que: [...] a miséria do trabalhador

entendida como semiformação, é “inimiga mortal” da formação cultural enquanto condição para uma sociedade autônoma, uma vez que tem efeito narcotizante sobre seu consumidor: ela mascara, em resumo, as contradições entre capital X trabalho, de modo a levá-lo a um posicionamento conformista frente à realidade, ainda que ela seja intolerável. Para Adorno: “Os dominantes monopolizaram a formação cultural numa sociedade formalmente vazia. A desumanização implantada pelo processo capitalista de produção negou aos trabalhadores todos os pressupostos para a formação e, acima de tudo, o ócio (ADORNO, 2010, p. 14). No próximo capítulo, aprofundamos a reflexão sobre o ócio, elemento fundamental ao acesso à formação cultural. Já adiantamos, porém, que, no capitalismo, o tempo é livre apenas de forma aparente, pois se torna um prolongamento do trabalho, é lazer administrado (ADORNO, 1995e).

põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção (MARX, 2004, p. 79). Com efeito, podemos inferir que a miséria, enquanto carência de ordem material, é apenas uma dentre as inúmeras formas de sofrimento⁴⁵ causadas pelo modo capitalista de produção. Em função do fato de se orientar pela mais-valia, isto é, tendo nela seu princípio de identidade, o capitalismo produz sofrimentos próprios de sua estrutura antagônica, os quais lesam a vida humana e não humana. Contudo a sociabilidade capitalista se exime de ser a sua causa, de tal maneira que, ao negar a verdadeira origem dos sofrimentos, os naturaliza. Nas palavras de Adorno: “[...] é próprio do mecanismo de dominação impedir o conhecimento do sofrimento que provoca (ADORNO, 2001, p. 60)”.

A dinâmica capitalista pauta-se na avidez pelo seu próprio crescimento desenfreado, em virtude disso, as forças produtivas constituem-se como forças altamente destrutivas. Conseqüentemente, o capitalismo não cessa de produzir sofrimentos àqueles que realizam seu propósito, porém, de modo geral, os incontáveis sofrimentos socialmente causados pelas incontroláveis sequelas não afetam apenas os trabalhadores considerados produtivos, já que eles permeiam toda a vida humana e não humana. E, como o modo capitalista de produção é incapaz de dar fim aos sofrimentos que gera, se faz necessário impulsionar forças coletivas para sua superação⁴⁶. À medida que a sociedade for ordenada de outra forma — não mais pela mais-valia como princípio de identidade — a gama de sofrimentos por ela gerada será suprimida. Nesse sentido, o centro da crítica ao capitalismo e seu princípio de identidade tem como pano de fundo o anseio por uma sociedade melhor, na qual a extrema abundância do que é produzido não se torne privação para aqueles que a produzem.

Embora o trabalho produtivo signifique, para o capitalista, abundância unicamente para si, não são raras as vezes que o trabalhador crê se beneficiar com a

⁴⁵ Adorno alega necessidade de uma organização social que: “teria seu *telos* na negação do sofrimento físico ainda do último de seus membros e nas formas de reflexão intrínsecas a esse sofrimento” (ADORNO, 2009, p. 174). Obviamente, o sofrimento físico não exclui o sofrimento psíquico, podemos interpretar que o “físico” mencionado é elemento materialista que deriva do sofrimento psíquico, mas algo interessante a destacar é que, embora o “louco” possa ser considerado, em grande medida, um trabalhador descartável, a “loucura” e o “louco” são mercantilizados na lógica capitalista, por isso não convém pressupor de maneira romantizada que é: “[...] possível modificar radicalmente a forma como compreendemos e nos relacionamos com a loucura, e, portanto, romper com a lógica manicomial, sem a supressão do capitalismo” (COSTA; MENDES, 2020, p. 55).

⁴⁶ Discutiremos, de forma mais detida, no capítulo 4.

produtividade de seu trabalho, ou seja, com ampliação do capital do comprador de sua força de trabalho. E, se tiver migalhas a mais no seu salário, será apenas como forma de demonstrar que acatou a condição de exploração que ocupa. Tais migalhas, contudo, nem de longe, se equiparam à real expansão da riqueza que lhe foi expropriada. Marx afirma que: “A elevação do salário desperta no trabalhador a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista que, contudo, ele apenas pode satisfazer mediante o sacrifício de seu espírito (*Geist*) e de seu corpo” (MARX, 2004, p. 27). Mais uma vez reitera-se: o trabalho considerado produtivo para o capital é, na verdade, improdutivo para o trabalhador.

Nesse sentido, a ideologia é elemento que desempenha importante papel na produção e na reprodução da sociabilidade capitalista, ao passo que mascara as contradições de classe levadas a cabo por esse modo de produção que cinde a sociedade em interesses opostos. E somando à fundamental função de encobrimento, também embute, inclusive via indústria cultural, à classe dominada um conjunto de ideias, normas e valores que é próprio da classe dominante. Essas ideias, normas e valores, embora particulares de uma classe, se apresentam como universais, ganham força material a tal ponto que a classe trabalhadora as incorpora e defende como se fossem as suas próprias, guiando suas vidas a partir delas. A ideologia é:

[...] a tentativa de inculcar nas pessoas uma falsa consciência e um ocultamento da realidade, além de, como se costuma dizer tão bem, procurar-se impor as pessoas um conjunto de valores como se fossem dogmaticamente positivos (ADORNO, 1995a, p. 80).

A ideologia atua não só velando as contradições oriundas da sociedade dividida em classes, como esconde a própria origem da produção de mais-valia, como oculta o real, é sinônimo de justificação da condição social dada. O movimento ideológico justifica como sendo natural e a-histórico um modo de produção que, ao mesmo tempo em que produz intensa acumulação da riqueza na forma social do capital apenas para uma pequena parcela de pessoas, produz pobreza na mesma proporção, e de forma crescente, justamente, àqueles que geram tal riqueza.

A justificação da lógica de funcionamento do modo de produzir vigente como algo natural e válida universalmente sinaliza a conformação em aceitá-la tal como é e, sobretudo, implica que a sua existência seja defendida ainda que não se cumpra a justiça prometida na troca de produtos, pois a troca equivalente dos produtos tem

apenas aparência de equivalência. Nesse sentido, há certa fé na justiça como se ela fosse comprovada pela razão, contudo essa fé entendida como raciocinada é, de fato, irracional, uma vez que a própria maneira como se estrutura o modo de produção capitalista impede a realização efetiva da justiça.

Com efeito, a *Ideologia é justificação*. Ela pressupõe, portanto, quer a experiência de uma condição social que se tornou problemática e como tal reconhecida mas que deve ser defendida, quer, por outra parte, a idéia de justiça sem a qual essa necessidade apologética não subsistiria e que, por sua vez, se baseia no modelo de permuta de equivalentes (ADORNO, 1973, p. 191).

A ideologia age invertendo o real, distorcendo a realidade como se não houvesse contradições e conflitos intrínsecos a ela, de modo que naturaliza e apresenta, como inevitável, o que não é natural e possível de ser diferente de como, por ora, se apresenta. A ideologia pretende eliminar qualquer hipótese de uma realidade não baseada na exploração do ser humano pelo ser humano, opera, portanto, como instrumento do capital para que a classe trabalhadora se identifique com a *ratio* burguesa, mesmo essa tendo como núcleo a extração de mais-valia às suas custas, por isso a “[...] identidade é a forma originária de ideologia” (Adorno, 2009, p. 128). Estando o trabalhador submetido à dominação ideológica da classe que o explora, não percebe que o trabalho que atende às necessidades do capital, ampliando-o, é o mesmo trabalho que não se volta à satisfação de suas próprias necessidades, pelo contrário: “[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna” (MARX, 2004, p. 82).

O trabalho produtivo para o capital é improdutivo para o trabalhador, pois este não desfruta do produto excedente que gera ao ser produtivo, o trabalhador não participa da partilha da riqueza que ele mesmo produz. Não há vantagem alguma em ser produtivo para o capital porque tal atitude, de nenhuma maneira, reflete melhorias nas condições de vida dos trabalhadores; em síntese, estar nessa condição representa, para o trabalhador, oposição aos seus interesses de classe, dado que a riqueza produzida socialmente é apoderada de forma privada e somente a miséria é socializada.

Na contramão, porém, a ideologia também atua fazendo com que o explorado se identifique com o próprio explorador: “Todos têm que mostrar que se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 144). O explorado não vê o comprador de sua força de trabalho como seu explorador, pelo contrário, é alguém em quem se espelha, aliás, a própria ideologia lhe incute de um jeito perverso a falsa ideia de que basta esforço pessoal para enriquecer, visão que expressa o enriquecimento enquanto resultado do mérito individual. Por isso, ideologia não é apenas falsa consciência, são ideias apresentadas como pertencentes a todos indistintamente, como um ideal comum, todavia tais ideias impostas são criadas pela classe dominante, a qual, por meio delas, mantém a classe trabalhadora sob domínio. Com efeito, ideologia é mentira manifesta (HORKHEIMER; ADORNO, 1985), a qual fomenta, cotidianamente, condições exponenciais de barbárie à classe explorada.

A importância de a classe capitalista manter o domínio sobre a classe trabalhadora consiste em continuar se apossando do resultado do trabalho excedente. Portanto, assim como o princípio de identidade do capitalismo consiste na mais-valia, o trabalho produtivo, na perspectiva capitalista, também tem sua identidade na mais-valia, o trabalho produtivo está integrado na identidade do capital. Essa identidade entre conceito e o conceituado se impõe como inalterável, de modo que o conceito é petrificado e se esgota como se essa fosse a única conceituação possível. Nesse sentido, a crítica à identidade no contexto do modo de produção capitalista corresponde à crítica à subsunção do trabalho ao capital, do trabalho que efetiva a determinação inerente do capital: de sua expansão pela valorização do valor.

O trabalho realizado sob a relação do capital, a ele subordinado, tem seu caráter concreto submetido ao caráter abstrato uniformizador de múltiplas e distintas atividades de trabalho que se dão por agentes diferentes. Seja o trabalho produtivo, aquele que cumpre a finalidade capitalista de produzir mais-valia, seja o trabalho improdutivo, aquele que não responde a tal finalidade, ambos são subcategorias que pertencem ao aspecto abstrato do trabalho, tendo em vista que se definem pelo retorno que dão, ou não, à necessidade de expandir o capital.

Ambos, concebidos a partir do ponto de vista capitalista, vão de encontro ao caráter concreto do trabalho, atividade livre e consciente voltada a suprir determinada demanda humana. Estar na contramão do caráter concreto do trabalho significa que

o princípio de identidade enquanto soberano a tudo e a todos, que impera e faz com que a sociabilidade seja assentada na desigualdade cada vez mais intensa, também constitui identidade com a indiferença, um dos componentes necessários para que ocorresse o holocausto nos campos de extermínio nazista. Assim, “[...] podemos equiparar a pura identidade com a morte, porque em Auschwitz se matou em nome do conceito” (PERIUS, 2006, p. 94), isto é, o conceito de supremacia racial serviu de justificativa para as medidas de extermínio de milhares de seres humanos.

O genocídio é a integração absoluta que se prepara por toda parte onde os homens são igualados, apurados, como se costuma dizer em linguagem militar, até que as pessoas literalmente os exterminam, desvios do conceito de sua perfeita nulidade. Auschwitz confirma o filosofema da pura identidade como morte (ADORNO, 2009, p.300).

Como se sabe, Adorno foi contemporâneo ao assassinato em massa praticado em Auschwitz, por isso não são raras as vezes em seus escritos em que ele alerta sobre a possibilidade objetiva da repetição do holocausto. A reprodução do modo capitalista de produzir exige certa frieza por parte dos burgueses frente à barbárie provocada pelo próprio progresso da economia capitalista, o qual está acima de qualquer prioridade de outra ordem, “[...] frieza que é o princípio fundamental da subjetividade burguesa e sem a qual Auschwitz não teria sido possível” (ADORNO, 2009, p. 300). A frieza foi imprescindível não só para a concretização da barbárie nazista, como também é condição *sine qua non* para que a burguesia suporte a barbárie produzida por seus interesses de classe; é elemento conciliador do princípio de identidade dominante, e este, por sua vez, é antagônico à vida.

A racionalidade do pensar capitalisticamente, a *ratio burguesa*, tem relação estreita com a barbárie, é indissociável dela porque considera irrelevantes os meios aos quais se submete para obter seu fim último. Assim, a razão, instrumentalizada pelo capital, faz germinar formas diversas de barbárie, ideia consoante a Adorno e seu companheiro de escritos filosóficos: “Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 43).

Para ter êxito com a riqueza, na forma do capital, é preciso obter vantagem às custas da desvantagem do trabalhador, agir racional do ponto de vista da economia

burguesa; a noção de racionalidade, portanto, condiciona-se às relações sociais de dominação. Com efeito, na mesma proporção em que o trabalho se converte progressivamente em improdutivo e irracional para a classe trabalhadora, é produtivo e racional sob o prisma do capitalista. Dado esse cenário antagônico, fica nítida a necessidade de uma nova forma de estrutura societária, qualitativamente e racionalmente diferente da vigente:

Atualmente o trabalho, enquanto objetivo vital de uma forma de existência, está se tornando explicitamente cada vez mais improdutivo, obsoleto e irracional – racional ele apenas ainda é para a manutenção do status quo. Sob essas condições se tornam mais perceptíveis exigências que indicam para uma organização e divisão social do trabalho radicalmente diferentes [...] (MARCUSE, 2022, p.301).

A *ratio* burguesa impõe a sobreposição do aspecto quantitativo do trabalho ao qualitativo, a substância valor aos valores de uso, ou seja, mesmo conservando a determinação concreta do trabalho por precisar dela, é negada. O que, de fato, interessa à *ratio* é o qualitativo, modelo de prática que esbarra na contradição inerente à ambição: quanto mais mercadorias produz, mais compradores o capitalista terá de encontrar, e, como ampliar a produção nem sempre acompanha a mesma escala de consumo, a crise se instaura. A contradição que violenta a realidade objetiva é consequência da própria *ratio* que a subordina ao seu princípio, de modo que tal razão torna cada vez mais distante aquela realidade que, em tempos remotos, ainda não era subjugada à mais-valia.

A *ratio* que, para se impor como sistema, eliminou virtualmente todas as determinações qualitativas às quais se achava ligada caiu em uma contradição irreconciliável com a objetividade que violentou, pretendendo compreendê-la. Ela se distanciou tanto mais amplamente dessa objetividade quanto mais plenamente a submeteu aos seus axiomas, por fim, ao axioma da identidade (ADORNO, 2009, p. 27).

Nesse contexto, se a racionalidade está orientada para o acúmulo de capital, por meio da expropriação do produto do trabalho excedente, para o trabalhador,

revela-se como irracional por confrontar-se diretamente com seus interesses, ou seja, ocorre uma inversão do que é considerado racional, dado que o aumento do capital contrasta com o aumento da pauperização do trabalhador. “Essa irracionalidade da *ratio* sedimentou-se na astúcia enquanto assimilação da razão burguesa [...]” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 66). A irracionalidade concretiza-se como *ratio* burguesa, a qual vai de encontro com o racional ajustado às perspectivas da classe trabalhadora. A lei pela qual a razão burguesa se guia é a da acumulação capitalista e, para tornar mais clara a compreensão sobre ela, Adorno cita uma passagem em que Marx explica sobre seu funcionamento:

[...] a lei da acumulação capitalista, mistificada e transformada em lei da natureza, expressa efetivamente o fato de a natureza dessa acumulação excluir toda diminuição do grau de exploração do trabalho ou todo aumento do preço do trabalho que poderia colocar seriamente em risco a reprodução constante da relação de capital e a sua reprodução sobre uma escala incessantemente ampliada. As coisas não podem ser diversas em um modo de produção no qual o trabalhador existe para servir às necessidades de valorização dos valores subsistentes, ao invés de, inversamente, a riqueza objetiva existir para servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 1955, p. 652 apud ADORNO, 2009, p. 293-294).

A lei da acumulação que Marx denomina mistificação é a natureza das próprias relações dominantes de produção, assim, torna-se a lei natural do capitalismo; tal modo de produzir tem, em seu interior, o caráter inevitável da acumulação da riqueza na forma do capital. Por conseguinte, a lei da acumulação capitalista consiste em não aumentar o preço da força de trabalho para além da necessidade de subsistência do trabalhador e de sua prole, muito menos reduzir o nível de exploração do trabalho. Caso esses dois elementos não se cumpram, a reprodução do capital — que deve ser continuamente expandida — fica em perigo.

Ademais, do ângulo do capitalismo, é natural que a existência do trabalhador somente tenha sentido se for para servir à valorização do valor; para tanto, é fundamental abstrair que há inúmeros trabalhadores de “carne e osso” por trás da riqueza produzida, cuja abstração também é necessária para a realização do processo de troca. A abstração, segundo Adorno, implica a ilusão social de que o valor é naturalmente coisa em si, como se fosse entidade natural que existisse em qualquer forma de sociabilidade humana; ao mesmo tempo, essa ilusão social é real na medida

em que ganha materialidade via ideologia que se enraíza no âmago de cada sujeito, dando sustentação a toda uma dinâmica.

Essa lei é natural por causa de seu caráter de inevitabilidade sob as relações dominantes de produção. A ideologia não se sobrepõe ao ser social como uma camada destacável, mas mora no ponto mais íntimo do ser social. Ela se funda na abstração que contribui essencialmente com o processo de troca. Sem se abstrair dos homens viventes, não seria possível trocar. Até hoje, no processo real da vida, isso implica necessariamente uma ilusão social. O cerne dessa ilusão é o valor enquanto coisa em si, enquanto "natureza". A bruta naturalidade da sociedade capitalista é real e ao mesmo tempo uma tal ilusão (ADORNO, 2009, p. 294).

Isso posto, podemos compreender que a ilusão social, referente ao valor como coisa em si, o qual Adorno menciona, diz respeito à sua independência do valor de uso, como se algo possuísse valor sem precisar ser, primeiramente, objeto útil. O contrário, porém, não é verdadeiro: o valor de uso independe do valor de troca, mas ainda que assim seja o movimento do real, a sociedade capitalista, articulada pela determinação abstrata do trabalho, apresenta ideologicamente a ilusão como sendo a realidade concreta; o [...] princípio de identidade, segundo o qual tudo o que existe é creditado sem interrupções no pensamento do sujeito, e brota nele (ADORNO, 1976, p. 163, tradução nossa)⁴⁷.

O que de fato é ilusão torna-se a sua natureza e, por isso, do ponto de vista da identidade, uma necessidade. O trabalho concreto criador de valor de uso, embora não possa ser eliminado, é negado. Ao mesmo tempo, a ilusão que se converte na natureza do capital também abarca o processo de troca, ele se assume com caráter de igualdade que, como vimos, nada mais é do que a troca injusta do desigual. Ao questionar a suposta igualdade e, por conseguinte, lançada crítica a desigualdade que envolve o processo de troca, segundo, Adorno, significa que a crítica ao desigual tem, como finalidade, a concretização da igualdade:

⁴⁷ [...] principio de identidad, según el cual todo lo que hay se acredita sin rupturas en el pensamiento del sujeto, y en él brota. (ADORNO, 1976, p. 163).

Se a teoria crítica desvelou a troca enquanto troca do igual e, contudo, desigual, então a crítica da desigualdade na igualdade também tem por meta a igualdade (ADORNO, 2009, p. 128).

A desigualdade é própria da contradição estrutural produzida pelo capitalismo, o qual na fundação da sociedade burguesa, promete a tríade da igualdade, liberdade e fraternidade, ideal impedido de se realizar pela ambiguidade da razão. Enquanto razão instrumentalizada pelo capital, o seu princípio de identidade, a busca incessante pela valorização do valor, não permite a realização desse ideal; a sua verdadeira efetividade representaria o fim da exploração do ser humano pelo ser humano, a extinção do capital. Também não é possível concretizar o ideal prometido, no sentido da razão que acompanha a consciência da classe que tudo produz, pois, enquanto houver a dominação da classe burguesa sobre a trabalhadora, tal razão será sacrificada.

Essa contradição estrutural entre o ideal e sua realização se traduz na filosofia como uma estranha ambivalência em relação à razão, à qual, por um lado, a hipóstase como princípio dominante, enquanto, por outro, é sacrificada (ADORNO, 1976, p. 102, tradução nossa)⁴⁸.

A *ratio* burguesa embutida ideologicamente na classe trabalhadora, faz com que esta conceba, como única realidade possível, a sociedade cindida em classes, norteadas pelo seu princípio de identidade. Nesse quesito, é como se houvesse certo determinismo que estabelecesse, de modo rígido e inalterável, a realidade vigente; por mais que tivessem condições diferentes, nada mudaria o que por ora se faz como sociabilidade dominante e nada pode ser feito para a superar. O determinismo supõe que a realidade é destinada a ser independente das condições históricas, pois ignora o fato de serem produzidas pela ação humana. É referente a esse ponto que Adorno afirma que o determinismo acaba por naturalizar a desumanização, tornando-a constitutiva do gênero humano, ignorando que ela resulta da força de trabalho

⁴⁸ Esta contradicción estructural entre el ideal y su realización se traduce en la filosofía como una extraña ambivalencia frente a la razón, a la que por una parte hipostasía como principio dominante, mientras que por otra queda sacrificada (ADORNO, 1976, p. 102).

transformada em mercadoria e que há, fundamentalmente, o caráter concreto do trabalho, além do abstrato:

O determinismo age como se a desumanização, o caráter de mercadoria da força de trabalho que é desenvolvido até a totalidade, fosse a essência humana pura e simplesmente, sem levar em consideração o fato de o caráter de mercadoria encontrar seus limites na força de trabalho que não possui apenas valor de troca, mas também um valor de uso (ADORNO, 2009, p. 221).

Os limites que a mercadoria encontra no caráter concreto do trabalho se referem à determinação desse que produz valor de uso e que está para além do capital, é universal porque suas qualidades úteis são autônomas do caráter abstrato do trabalho. Quanto à perspectiva determinista, ela aprisiona o valor de uso ao valor de troca, de modo que é considerado inconcebível uma sociedade futura com qualquer outra forma de produção que não esteja pautada pela produção de mercadorias com vistas à mais-valia; exclui alternativas de sociabilidades distintas dessa que se apropria privadamente do que é produzido socialmente, a qual é aclamada como modelo culminante dentre todos os modos de produção. Por isso, o determinismo, disseminado pela *ratio* burguesa, é tão falso quanto a existência da liberdade do trabalhador para decidir pela não venda da sua força de trabalho. O entendimento determinista e sua base de sustentação ideológica não condiz com o movimento do real, tampouco se efetiva tal liberdade.

Se a liberdade da vontade é pura e simplesmente negada, então os homens são reduzidos sem restrição à forma padronizada do caráter de mercadoria de seu trabalho no interior do capitalismo avançado. O determinismo apriorista não é menos falso do que a doutrina da liberdade da vontade que abstrai, em meio à sociedade pautada pela mercadoria, dessa sociedade (ADORNO, 2009, p. 221).

O determinismo vulgar que expusemos anula a liberdade que o ser humano tem para fazer a sua própria história, ainda que não escolha as circunstâncias para fazê-la, uma vez que se defronta com condições herdadas, com o legado daqueles que o precederam (MARX, 2003). Por outro lado, o determinismo coincide com a liberdade prometida na fundação da sociedade burguesa, no sentido de que ambos

não são verdadeiros, mas seus efeitos repercutem na realidade. Anunciam a mesma identidade em comum: “No ponto mais íntimo, a tese do determinismo e a tese da liberdade da vontade coincidem. As duas proclamam a identidade” (ADORNO, 2009, p. 221). A saber, que o capitalismo é entidade essencialmente natural do desenvolvimento da sociabilidade humana e que o trabalho não pago, imposto na forma de mercadoria, é, portanto, forma legítima e única possível. Assim, para a concepção determinista o fim do capitalismo seria como um evento relativo ao apocalipse. Para Adorno, contudo, como o capitalismo constitui a antítese da liberdade do trabalhador, apenas haverá condições concretas de fazer uso efetivo da liberdade em uma sociedade que seja realmente livre: “Com certeza, é somente em uma sociedade livre que os indivíduos seriam livres” (ADORNO, 2009, p. 221).

O autor aponta que: “No interior da realidade moldada segundo o princípio da identidade não há nenhuma liberdade dada positivamente” (ADORNO, 2009, p. 203). Assim como não existe vida verdadeira na falsa (ADORNO, 2001), ou seja, não é possível justiça plena no interior de uma sociedade que é, por essência, injusta; de tal forma que a materialização do anseio de uma vida ética exige a transformação da ordem social vigente. E, se no atual modo de produção não há liberdade e tampouco justiça para a classe trabalhadora, podemos supor que essa sociabilidade promove progresso?

Tendo em vista que o princípio de identidade do capitalismo implica a apropriação de trabalho excedente na forma particular de mais-valia, são irrelevantes as propriedades das mercadorias produzidas, se são livros ou armas; inclusive, a mesma indústria pode ser produtora de venenos e remédios, o importante é que os valores neles contidos se realizem. Dito isso, o controle da natureza por meio do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da ciência e da tecnologia, tem como uma das finalidades elevar a extração de mais-valia absoluta, estratégia racional do instinto burguês para a autoconservação do capital. O que, contraditoriamente, representa um poder com potencial destrutivo à natureza e, conseqüentemente, a autodestruição do sistema econômico do capital:

Com o desenvolvimento do sistema econômico, no qual o domínio do aparelho econômico por grupos privados divide os homens, a autoconservação confirmada pela razão, que é o instinto objetualizado do indivíduo burguês, revelou-se como um poder destrutivo da

natureza, inseparável da autodestruição (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 89).

Ideologicamente, o controle e o uso instrumental da natureza levam o nome de progresso. Adorno (1995c) observa que está equivocada a ingênua noção de progresso associada à fórmula publicitária do sempre melhor. Antes de qualquer afirmação precipitada, é preciso questionar: melhor para quem? Para a humanidade, sobretudo para os que, com a força de trabalho em ação, produzem o desenvolvimento científico e tecnológico, ou, “melhor”, é somente para a pequena parcela que suga essas forças de trabalho e parasita seus resultados? O progresso, para o capital consiste, em síntese, na sua própria expansão, ainda que isso signifique a destruição planetária. O progresso do capital danifica o progresso da humanidade, pois, por exemplo, mesmo havendo o avanço das forças produtivas e abundância de alimentos há, paradoxalmente, fome⁴⁹: “[...] tendo-se em conta o nível alcançado pelas forças produtivas técnicas, ninguém deveria padecer fome sobre a face da terra” (ADORNO, 1995c, p. 38).

O desenvolvimento das forças produtivas serve às necessidades do capital, não às humanas, dado que revela que o progresso do capital levará mais facilmente a humanidade à barbárie do que à redenção futura, aquela: “esperança de que finalmente as coisas melhorem, de que, enfim, as pessoas possam tomar alento” (ADORNO, 1995, p. 38). O progresso do capital, por ser governado pelo princípio da mais-valia, é predatório ao ser humano, é regressão à medida que perpetua a injustiça e a desigualdade social como males necessários à conquista de um futuro promissor, sacrifícios a fazer por uma causa maior: o crescimento econômico, ainda que seja de um pequeno grupo. O que é considerado progresso, na concepção da *ratio* burguesa, contém, paradoxalmente, o gérmen da regressão.

⁴⁹ Uma dentre inúmeras situações emblemáticas que nos remete à problematização desse tema, ocorreu em julho de 2021, em um açougue de Cuiabá - MT. De forma controversa, na cidade considerada a capital do agronegócio brasileiro, pessoas em condição de insegurança alimentar formaram longas filas em busca de doação de ossos como fonte de proteína animal. Vale destacar ainda a pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), a qual aponta que 19 milhões de brasileiros passaram fome em 2020, sendo que, simultaneamente, no mesmo contexto pandêmico da Covid-19, “o agronegócio brasileiro comemora produção histórica de grãos e crescimento de 5,7% do volume produzido nesta safra (2020/21), comparado à anterior” (BORBOREMA, 2021, não paginado).

Por outro lado, embora a noção de progresso se articule com a realidade dada, ela não se esgota na sociedade da valorização do valor, sentido no qual, o progresso também pode ser entendido enquanto ruptura com a identidade desta sociedade. Pode ser posto em outra constelação de significados. Romper com o sempre idêntico das relações capitalistas de produção — abolir o caráter abstrato do trabalho, a força de trabalho tomada como mercadoria e naturalizada como destino ontológico que resta à classe trabalhadora — é o que se concebe progresso à humanidade, pois, de acordo com Adorno: “[...] a afirmação do progresso – antagônica em relação àquele princípio – é tão verdadeira quanto é mentira a doutrina da troca de equivalentes” (ADORNO, 1995c, p. 59). Nesse sentido da troca, a noção de progresso contrária ao princípio de identidade, está mais para o qualitativamente diferente do que para a identidade quantitativa.

O progresso, nos termos do capital, guiado pela mais-valia como princípio de identidade do modo de produção vigente, reivindica o controle absoluto sobre a natureza: “[...] este princípio não é, na parte mais profunda, outra coisa senão a reivindicação absoluta de domínio sobre a natureza intra e extra-humana” (ADORNO, 1976, p. 140)⁵⁰. De maneira que a instrumentalização da natureza conduz à do próprio ser humano, visto que ele também faz parte da natureza. O corpo é reduzido a instrumento de trabalho, a mero prolongamento das ferramentas utilizadas no processo de trabalho que precisa ser dominado assim como a natureza extra-humana. Tal como Ulisses, voltando ao seu reino na ilha de Ítaca, quando teve de dominar a natureza e a sua própria natureza corporal⁵¹, o trabalhador também deve ter o controle

⁵⁰ “[...] este principio no es en lo más profundo otra cosa que la pretensión absoluta de dominio sobre la naturaleza intra y extra-humana” (ADORNO, 1976, p. 140).

⁵¹ Horkheimer e Adorno (1985) recordam a passagem de a Odisseia de Homero em que Ulisses, sabendo que havia sereias que fascinavam aqueles que ouvissem seus cantos, protegeu os ouvidos de seus marinheiros com cera para que não fossem seduzidos pelos belos cantos que os colocariam sob perigo de morte. Ulisses não queria ser enfeitado a ponto de ter a vida ameaçada, mas desejava provar e desfrutar de tal encantamento promovido pelo canto límpido. Assim, para ouvi-lo e ao mesmo tempo sobreviver, agiu com astúcia pedindo para ser amarrado no mastro da embarcação. A natureza é dominada pela razão, a vitória é da racionalidade e, dessa forma, a razão pode usufruir das forças as quais dominou. Ademais, a interpretação dos autores, sobre essa aventura de Ulisses, é que ela ilustra a dialética entre mito e esclarecimento. Ambos originam-se do pavor e da fragilidade do ser humano frente as potências naturais até então incontroladas. Pelo mito, o ser humano reconhece que as forças da natureza imperam sobre ele; por meio do esclarecimento, os encantamentos míticos desfazem-se e a natureza é submetida à dominação do ser humano, o que, todavia acarreta catástrofe para o próprio dominador: “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objectivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 19).

sobre seu corpo e discipliná-lo para que se empenhe ao máximo em saciar o impulso vital do capital, ainda que, para tanto, seja necessário extrapolar seus limites fisiológicos⁵².

É importante observar que os marinheiros de Ulisses não tiveram o privilégio de escutar a beleza do canto sedutor das sereias, pois, a fim de que o capitão pudesse desfrutar do canto, eles precisavam conduzir a embarcação, o que significa que deveriam ficar surdos. Horkheimer e Adorno consideram que se trata de alegoria das relações capitalistas de produção⁵³, a “[...] Odisseia como um dos mais precoces e representativos testemunhos da civilização burguesa ocidental” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 15-16). Ulisses fez seus homens trabalharem em benefício de si próprio, a renúncia foi imposta aos marinheiros para que somente ele pudesse ter fruição na escuta, e por isso “[...] revela-se precisamente como um protótipo do indivíduo burguês” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 53).

Tal é a situação que ocorre com o burguês que adquire vantagem para si em detrimento dos trabalhadores, na medida em que impõe a renúncia à propriedade da riqueza àqueles a que produzem. Portanto: “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 20), por conseguinte, o domínio da natureza intra e extra-humana tem como causa e finalidade, o princípio de identidade do capitalismo: a extração de mais-valia como produto por excelência.

⁵² Como realizar longas jornadas de trabalho, repetir exaustivamente certos movimentos e suportar condições de trabalho insalubres. A tendência imanente pelo acúmulo de capital pode chegar até mesmo ao nível extremo de impedir o trabalhador de sanar suas necessidades fisiológicas básicas. É o caso de algumas multinacionais que, para dar agilidade ao processo produtivo, submetem os trabalhadores ao uso de fraldas geriátricas, impedindo-os de ir ao banheiro (REVISTA FÓRUM, 2006).

⁵³ “Ele conhece apenas duas possibilidades de escapar. Uma é a que ele prescreve aos companheiros. Ele tapa seus ouvidos com cera e obriga-os a remar com todas as forças de seus músculos. Quem quiser vencer a provação não deve prestar ouvidos ao chamado sedutor do irrecuperável e só o conseguirá se conseguir não ouvi-lo. Disso a civilização sempre cuidou. Alertas e concentrados, os trabalhadores têm que olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado. A tendência que impele à distração, eles têm que se encarniçar em sublimá-la num esforço suplementar. [...] A outra possibilidade é a escolhida pelo próprio Ulisses, o senhor de terras que faz os outros trabalharem para ele. Ele escuta, mas amarrado impotente ao mastro, e quanto maior se torna a sedução, tanto mais fortemente ele se deixa atar, exatamente como, muito depois, os burgueses, que recusavam a si mesmos a felicidade com tanto maior obstinação quanto mais acessível ela se tornava com o aumento de seu poderio” (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 45).

3.3 O não-idêntico no contexto do conceito de trabalho (im)produtivo

Vimos que a definição do conceito capitalista de trabalho (im)produtivo revela o princípio de identidade ao qual vincula-se, no caso, o mesmo do modo capitalista de produção. A absolutização em torno desse conceito, aprisionado à mais-valia, é própria da lógica identificadora do capitalismo. Sendo a mais-valia o motor do capitalismo e o principal identificador deste em relação aos outros modos de produção, o conceito de não-idêntico pode ser entendido como aquilo que diverge de tal identidade e, sobretudo, o que a transcende qualitativamente opondo-se a ela.

O não-idêntico não é a nomeação de uma única coisa em específico, isso representaria certa restrição, mas também não se refere a qualquer coisa, a amplitude sem critérios o tornaria algo vago, impreciso. Então, o não-idêntico não se limita a apenas uma determinada coisa, assim como não é tudo que pode ser considerado não-idêntico. Nossa leitura é a de que, enquanto potência crítica, ele se manifesta naquilo com que não compactua, que não se alinha à sociedade de classes e, nesse sentido, aponta para todas as possibilidades de efetivação daquilo que ela não é. Entretanto, do ponto de vista da identidade, o não-idêntico é contradição:

[...] tudo o que não se encaixa nesse princípio, tudo o que é qualitativamente diverso, recebe a marca da contradição. A contradição é o não-idêntico sob o aspecto da identidade (ADORNO, 2009, p. 13).

O não-idêntico é crítica imanente à identidade, é antagônico a ela da mesma forma que o trabalho, sob seu caráter concreto, em relação ao capital. Na medida em que o princípio de identidade é ávido por oprimir a manifestação do não-idêntico, acaba por eternizar o antagonismo que os envolve: “Justamente o princípio de identidade insaciável eterniza o antagonismo em virtude da opressão daquilo que é contraditório” (ADORNO, 2009, p. 125). A relação antagônica entre o princípio de identidade e o não-idêntico é eternizada, posto que o primeiro perpetua a expressão do segundo condicionando-o à opressão e à degradação: “O princípio da identidade absoluta é em si contraditório. Ele perpetua a não-identidade enquanto oprimida e degradada” (ADORNO, 2009, p. 264-265).

Aquilo que o não-idêntico pode proporcionar, enquanto oposição à identidade, ela procura capturar, a fim de continuar se mantendo no domínio. O que o princípio tolera do não-idêntico, só o faz, na verdade, porque é mediatizado e coagido pela própria identidade. Assim, uma vez que aspectos não-idênticos existentes na realidade — isto é, o diverso e incompatível com a identidade vigente — acabam sendo por ela homogeneizados, adaptados à identificação, tornados idênticos ao encanto do princípio que rege a sociabilidade do capital, são transformados em elemento tóxico ao que inicialmente era não-idêntico. Nas palavras do autor:

O que o domínio do princípio de identidade tolera no não-idêntico é por sua vez mediatizado pela coerção à identidade, resto magro depois que a identificação cortou para si sua própria parte. Sob o encanto, aquilo que é diverso e cuja mais mínima adição seria certamente incompatível com esse encanto se transforma ainda em veneno. Enquanto contingente, o resto não-idêntico torna-se por sua vez tão abstrato que se adapta à legalidade da identificação (ADORNO, 2009, p. 287-288).

Expressões do não-idêntico podem deixar de pertencer ao campo de oposição à identidade se cerceadas por ela. O problema reside na possibilidade de algumas dessas expressões serem agregadas pela identidade, e não propriamente o não-idêntico ser absorvido por inteiro. Isso, porque, por mais que expressões do não-idêntico possam ser abarcadas pela lógica vigorante da identidade, tornando-se identitárias a ela — haja vista que essa se vincula a um mecanismo de dominação àquilo que é diametralmente oposto de tal identidade — o não-idêntico não se reduz totalmente ao princípio de identidade. Ademais, embora a identidade tenda a capturar o que ainda se encontra fora dela, se apresenta como universal e visa a homogeneizar o heterogêneo, não há de fato uma identidade plena, no sentido de que é impossível que tudo seja completamente subsumido à pura identidade. Partindo desse pressuposto, portanto, podemos entender que é inviável eliminar em absoluto o não-idêntico; seja de um modo, seja de outro, sempre haverá possíveis formas de não-idêntico que escapam da identificação e que, por isso, se manifestam enquanto fonte de resistência à lógica dominante.

Nesse contexto, ser absorvido pela identidade vigente é naturalizar o domínio do capital sobre o trabalho e resignar-se frente a essa dominação, de modo que se torna mais difícil visualizar possibilidades de subverter a identidade, de vislumbrar ou de construir condições de ruptura com a forma capitalista de produção. A indiferença em relação ao *status quo* é o mesmo que se coadunar com o estabelecido, é entregar-se ao pensamento identificante e ignorar o não-idêntico como alternativa. Já sob outra perspectiva: “A consciência não poderia de modo algum se desesperar quanto ao cinza se ela não cultivasse o conceito de uma cor diferente cujo traço errático não faltasse no todo negativo” (Adorno, 2009, p. 313). Nesses termos, somente aquele que não aceita o princípio, que identifica o funcionamento capitalista, consegue cogitar que a não-identidade a esse modo de produção é possível e, portanto, abrir-se para possíveis experiências formativas⁵⁴ que ultrapassem qualitativamente a lógica instituída em direção ao fomento da ação transformadora. Apenas conseguem se opor “[...] aqueles que esse mundo não modelou completamente (ADORNO, 2009, p. 42), significa, então, que a identidade vigente não lhes causou atrofiamento total na capacidade de pensar criticamente:

Ora, somente quem não se deixou absorver totalmente pela identidade ainda pode reagir. Reagir e criticar significa não permanecer indiferente. Quem é indiferente nem mesmo se importa com as coisas: segue o protocolo previamente definido e resigna. O confronto crítico com a totalidade constituída (enquanto todo negativo) só é possível para quem não se deixa limitar por esta, mas também não a desconsidera (SCHÜTZ, 2014, p.123).

A indiferença em relação à subordinação do princípio que danifica a vida humana e não humana, impede que o não-idêntico seja percebido como opção à identidade, bloqueando, assim, qualquer reação à ela porque, afinal, a resignação toma conta. É por isso que para se opor criticamente ao já estabelecido é necessário, primeiramente, não o ignorar, e por conseguinte, não se contentar com o estado das coisas. Como dissemos, o não-idêntico não pode ser inteiramente identificado, isto é, dominado em absoluto pelo princípio regente do capital, pois ele próprio é contestação ao princípio e carrega, de forma latente, condições para a superá-lo. O não-idêntico aponta para além da identidade dominante, para a efetivação do que ela não é;

⁵⁴ Esse importante conceito adorniano é tematizado no próximo capítulo.

objetiva ultrapassar o conceito e exprimir o que não era exprimido quando dominado pela identidade (BANDEIRA, 2013). Nesses termos, por meio da crítica promovida pela não-identidade, o conceito capitalista de trabalho produtivo, identificante à mais-valia, pode ser confrontado com um conceito de trabalho produtivo qualitativamente diferente deste que por ora vigora; uma concepção que seja não-idêntica ao capitalismo na medida em que se viabilize um modo de produzir e de reproduzir a vida sem que haja a exploração do ser humano pelo ser humano.

A constelação conceitual do trabalho (im)produtivo, organizada conforme a lógica capitalista, enclausura de forma rígida o conceito sobre o conceituado, atribuindo caráter eterno e natural àquilo que é definido exclusivamente segundo o contexto de um determinado modo de produção. Como vimos, a mais-valia é critério imposto ao conceito de trabalho produtivo, reduzido à mera criação do produto excedente na forma valor, o que caracteriza a identidade capitalista. Considerando que as constelações são flexíveis, ainda que sejam tomadas ou apresentadas como se fossem rígidas, o conceito de trabalho produtivo não se esgota à realidade capitalista. Ressaltamos que, de acordo com Adorno, “[...] as palavras não têm um significado permanente e imutável, mas, sim, dependendo do contexto conceitual e linguístico em que aparecem, são modificadas” (ADORNO, 1976, p. 28, tradução nossa)⁵⁵. Isso significa que é possível superar o conceito em questão que, por enquanto, se encontra petrificado pela mais-valia.

Portanto, afirmar que a identidade entre trabalho produtivo e mais-valia é universal e eterna, como se independesse do modo de produção no qual se situa, equivale a naturalizar a relação capital X trabalho, a forma subordinada que aquele imprime a este; por conseguinte, invalida a noção de trabalho produtivo como não-idêntico ao capitalismo. No entanto, se tal identidade é circunstancial, portanto, resulta das condições impostas pelo capital, quando cessar essa forma de produzir, baseada na expropriação do produto criado no tempo de trabalho não remunerado, também não haverá a identidade que equivale trabalho produtivo à mais-valia. Somando a essa perspectiva, Adorno faz uma importante afirmação: “Se não mais se retivesse, de nenhum homem, uma parte de seu trabalho vital, então [...] a sociedade estaria para além do pensamento identificador” (ADORNO, 2009, p. 128). Tal é o desafio para

⁵⁵ “[...] las palabras no tienen una significación permanente, inmodificable, sino que según el contexto conceptual y lingüístico en que aparecen, se modifican” (ADORNO, 1976, p. 28).

que se consolide uma sociedade onde o trabalho produtivo se concretize enquanto não-idêntico.

Colocar em foco as contradições oriundas da identidade, as quais ela encobre, bem como tematizar aquilo que a identidade não permite por ser contrário a ela, é, em outras palavras, evidenciar o não-idêntico, é declarar: “[...] o momento da não identidade, dos conceitos «não serem iguais a si mesmo», algo que não se conseguiria por meio da estática e da identidade da terminologia” (ADORNO, 1976, p. 33, tradução nossa)⁵⁶. O que está fora dessa unidade forçada entre o conceito de trabalho (im)produtivo e a mais-valia, o que está para além da identidade compulsória, é o não-idêntico que, de forma alguma, se equipara a ela. O não-idêntico está fora da subordinação do princípio identificante e de sua pretensa universalidade, embora, como dissemos há pouco, algumas de suas expressões possam ser capturadas por ele.

O não-idêntico é fecundo porque expõe a dinâmica capitalista na qual “a não-verdade de toda identidade obtida é a figura invertida da verdade”. (ADORNO, 2009, p. 131); ou seja, o que a identidade defende como não-verdade representa, porém, a própria verdade velada. A título de exemplificação, a exploração do trabalhador, na forma de roubo do tempo de trabalho não remunerado é, do ponto de vista do capitalista, uma não-verdade. Ocorre, assim, que o conteúdo que, em vias de fato, corresponde à verdade é invertido em não-verdade.

Sob o critério da identidade, o não-idêntico pertence apenas ao plano imaginário, incapaz de se realizar no mundo real, mas: “emancipados de um tal critério, os momentos não-idênticos mostram-se como materiais ou fundidos inseparavelmente com o material” (ADORNO, 2009, p. 165). Portanto, mesmo que o não-idêntico seja apresentado como descolado da realidade, como se não correspondesse à base material, o não-idêntico, tal como indicado por Adorno, tem, contudo, vínculo com a materialidade, posto que dialoga com o concreto ao estabelecer relações com a realidade; tanto é que o ser humano está, de certo modo, absorvido pela dimensão conceitual que, conforme alerta o autor, não se resume à mero compêndio do pensamento:

⁵⁶ “[...] el momento de la no identidad, del «no ser igual a sí mismo» de los conceptos, cosa que no se podría lograr mediante la estática y la identidad de la terminología” (ADORNO, 1976, p. 33).

Pois os conceitos não são apenas abreviações, resumos de unidades de atributos daquilo que pensam. [...] Não podemos nos desligar do aparato conceitual em que estamos de alguma forma imersos (ADORNO, 1976, p. 85, tradução nossa)⁵⁷.

Podemos considerar que a afirmação de Adorno vale tanto para o conceito capitalista de trabalho (im)produtivo, analisado de forma crítica por Marx — bem como a sua constelação conceitual —, quanto para as categorias adornianas de não-idêntico e princípio de identidade, desenvolvidas neste estudo de forma a firmar discussão com o primeiro. Sendo, ou não, agentes do trabalho entendido como produtivo, todos, de modo geral, estão imersos no aparato conceitual enraizado na materialidade de uma socialização, cujo objetivo principal é extrair mais-valia. Na medida em que o não-idêntico se opõe à identidade e põe a nu as contradições decorrentes do processo que a envolve, o próprio princípio de identidade é colocado em xeque. Quando ele é exposto, a existência da mais-valia é contestada pela classe que, contraditoriamente, vive dela e por ela, mas, ao mesmo tempo, um modo de produzir que não se fundamente nesse princípio é completamente descartado, está absolutamente fora de qualquer cogitação. Dito isso, Bandeira comenta que:

[...] a crítica ao modelo de identidade, ainda que diga respeito à relação entre conceito e conceituado, só se estabelece em função do estado de coisas que afirma essa identidade, mas ao mesmo tempo a nega em virtude das contradições expostas socialmente. Por esse motivo Adorno pode falar de um aspecto do conceito que está além de uma teoria do significado, seu momento utópico, aquele que aponta para o cumprimento da promessa do conceito ser uno com a realidade. (BANDEIRA, 2013, p. 5).

O não-idêntico, entendido como um conceito puramente teórico, não ameaça a homogeneidade da identidade, porém o teórico tem base material, a qual antecede as próprias ideias. Por isso, os conceitos são algo a mais que simplesmente terminologias da teoria do significado, para Adorno: “[...] a terminologia, que é

⁵⁷ Pues los conceptos no son solamente abreviaturas, resúmenes de unidades de atributos de aquello que piensan. [...] No podemos desprendernos del aparato conceptual en el que en cierto modo estamos inmersos (ADORNO, 1976, p. 85).

inevitável, deve perder sua dureza por meio de contextos e constelações em que seja capaz de ganhar seu lugar e valor” (ADORNO, 1976, p. 43, tradução nossa)⁵⁸. A partir desse ponto de vista, podemos interpretar que o conceito de trabalho (im)produtivo perderá sua dureza conceitual — por ora atrelada exclusivamente ao produto do trabalho excedente na forma valor — quando situado em um contexto qualitativamente diferente, e por conseguinte, sua constelação será reconfigurada de modo a ganhar o devido lugar e valor de acordo com o caráter concreto do trabalho⁵⁹. Assim, o elemento utópico, presente no conceito de trabalho (im)produtivo, reside na possibilidade real de ele ser não-idêntico à sociedade capitalista: “A utopia seria, sem sacrifício algum, a não-identidade” (ADORNO, 2009, p. 235).

O não-idêntico é esperança sem moderação àquilo que se deseja e que não está preso à identidade que vigora, contrário do igual pelo igual que não contém esperança: “Se não há nenhuma esperança sem que se aplaque o desejo, então esse desejo é preso uma vez mais na infame conexão do igual pelo igual, justamente daquilo que não traz consigo nenhuma esperança” (ADORNO, 2009, p. 313). O trabalho (im)produtivo, como não-idêntico à sociedade capitalista, simboliza, assim, a conservação da esperança, a aposta na possibilidade concreta de superar tal modelo de sociabilidade, cujo princípio de identidade se funda na exploração do ser humano pelo ser humano. Em outras palavras: “É o não-idêntico que pode manter viva a esperança que aponta para além das relações de domínio e exploração pressupostos pela sociedade atual” (SCHÜTZ, 2014, p. 111).

Se o trabalho (im)produtivo, na acepção capitalista, tem como princípio identificador a mais-valia, o trabalho (im)produtivo, numa acepção emancipada desse princípio, conquista o caráter de não-idêntico à mais-valia, pois se na forma da identidade vigente “A” é sempre igual a “A”, na perspectiva assentada na certeza de que é possível uma realidade não identificante à presente: “ ‘A’ deve ser aquilo que ele ainda não é. Uma tal esperança articula-se de maneira contraditória com aquilo em que a forma da identidade predicativa é rompida” (ADORNO, 2009, p. 130). Para mais, é importante ressaltar que essa esperança, isto é, que a não-identidade como

⁵⁸ “[...] la terminología, que es inevitable, debe perder su propia dureza por medio de contextos y constelaciones en los que sea capaz de ganar renovadamente su lugar y valor” (ADORNO, 1976, p. 43).

⁵⁹ Aprofundamos no quarto capítulo.

utopia é calçada em possibilidades reais já existentes no atual contexto, pois ainda que nele a identidade tenda a subsumir tudo e todos à sua lógica, sempre há o que lhe escapa de sua dominação.

Adorno traz como exemplo o valor de uso que, segundo seu entendimento, não se pode subsumir à identidade; entretanto, conforme vimos neste estudo, mesmo que as mercadorias precisem do valor de uso e o conserve, ele é subsumido ao valor de troca, já que a finalidade última é realizar o valor contido nas mercadorias, o que só acontece no âmbito da troca. Ainda assim, podemos compreender que é apropriado conceber o valor de uso um elemento utópico, no sentido de que é imprescindível não só à continuidade das relações capitalistas de produção, como, sobretudo, à preservação da vida.

[...] o fato de se precisar daquilo que não pode ser subsumido à identidade – o valor de uso segundo a terminologia marxista – para que a vida em geral perdure, até mesmo sob as relações de produção dominantes, é o inefável da utopia (ADORNO, 2009, p.18).

É nesse quesito que pretendemos aprofundar a tematização do trabalho (im)produtivo enquanto não-idêntico à sociedade capitalista, como conceito voltado exclusivamente ao valor de uso e não mais pertencente ao aspecto abstrato do trabalho. Para tanto, faz-se necessário libertar o conceito do domínio do já dado, visto que configuração de sua constelação se encontra cristalizada na conjuntura do capital e de seu princípio da identidade. Certo é que a libertação da atrofia conceitual implica a ruptura com aquilo que aprisiona o conceito; posto isso, afirmar que o trabalho (im)produtivo pode ser não-idêntico ao capitalismo é tentar vislumbrar outra realidade social. O novo sentido de tal conceito ganha corpo na medida em que se concretiza essa realidade, onde o trabalho produtivo, enquanto não-idêntico ao capitalismo, refletirá a realidade na qual se inserir. Dessa maneira, seria produtivo para o ser humano, em termos de esse ser a prioridade, em vez de ser colocado de lado em nome do capital, e seria não-idêntico ao capitalismo justamente por ter finalidade oposta às condições da sua reprodução social. Por fim, vale destacar significativa afirmação que vai ao encontro do que dissemos: a mudança dos conceitos ocorre com a mudança do objeto ao qual se voltam, processo em que a própria compreensão

sobre o objeto também se altera e, por conseguinte, podem ser postas à vista outras perspectivas de realidade:

Os conceitos se modificam a partir do objeto e o próprio objeto passa a ser modificado na medida em que o entendimento sobre o mesmo se modificou e, assim, novas dimensões e possibilidades da realidade e do mundo podem se deixar aperceber (SCHÜTZ, 2020, p. 514).

O conceito de trabalho (im)produtivo, situado no modo de produção capitalista, tem sua constelação limitada à realidade na qual se insere, de forma que sua definição é reduzida ao fornecimento daquilo que se idolatra no capitalismo, a mais-valia. O que propomos é a superação de tal enraizamento do conceito, mas não a ponto de o tornar 'livre-flutuante' deixando sua determinação vaga. Assim como: “o pensamento crítico deve ser, pois, simultaneamente imanente e transcendente: deve estar imerso na coisa, mas também ir para além dela” (SCHÜTZ, 2020, p. 516), da mesma maneira, os conceitos estão absorvidos pelo contexto em que se encontram, partem da materialidade à sua volta, dialogam com ela e a refletem, e concomitantemente, com a devida crítica sobre si mesmos, renovam-se e ultrapassam o círculo estabelecido pela realidade dada.

No que diz respeito à imanência dos conceitos, para entendê-los em relação àquilo que se voltam, é preciso partir da realidade em que estão imersos, pois é ela que os determina. Segundo Adorno, “[...] mesmo conceitos idênticos podem ter significados totalmente diferentes na constelação histórica em que aparecem” (ADORNO, 1976, p. 164, tradução nossa)⁶⁰. Acerca da transcendência dos conceitos, deve ser levado em conta que a imanência, numa perspectiva crítica, tem como finalidade, a permanente mobilização dos conceitos contra sua petrificação; para tanto, é necessário, além da compreensão adequada e da problematização da realidade dada, superar seus aspectos nocivos. Esse, segundo Schütz, é o pressuposto da filosofia adorniana: “[...] compreender a realidade de modo imanente e transcendente, possibilitando sua apreensão, mas, também e simultaneamente, sua crítica e superação” (SCHÜTZ, 2020, p. 515-516).

⁶⁰ “[...] incluso conceptos idénticos puedan tener en la constelación histórica en que aparecen significaciones totalmente diferentes” (ADORNO, 1976, p. 164).

Em um paralelo com o pensar filosófico, podemos dizer que os conceitos, quando não absolutizados em constelações fixas, também se movimentam mediante o desassossego frente ao encontro qualitativo com o que eles não são, o que provoca sempre um recomeço do pensar: “Pensar filosoficamente é, assim, como que pensar intermitências, ser perturbado por aquilo que o pensamento não é” (ADORNO, 1995b, p. 21). Mas como o *modus operandi* da *ratio* burguesa não permite que seja perturbada positivamente por aquilo que ela não é, a identidade busca boicotar a manifestação do não-idêntico até mesmo no plano conceitual⁶¹, tirar a voz do não-idêntico e instrumentalizá-lo. No caso do conceito capitalista de trabalho (im)produtivo, o seu conteúdo é fixado arbitrariamente pela forma subordinada que o capital imprime ao trabalho, assim o conceito fica petrificado em uma constelação na qual sua dinamicidade se danifica, fazendo com que diminua a sua vitalidade, tornando-se provisoriamente incapaz de ir além do já atribuído a ele. Contudo tal estado de hipostasia do conceito, causado pela identidade, não pode ser considerado imutável, pois é possível romper tal absolutização; para isso, o conceito pode se espelhar na força que o pensamento detém para refletir em sentido contrário à regra geral, o que representa resistência ao pensamento posto: “A força do pensamento de não nadar a favor da própria corrente é a de resistir contra o previamente pensado” (ADORNO, 1995b, p. 21).

Nesse sentido é fundamental: “[...] um pensar que não esteja coberto pelos mecanismos de controle” (ADORNO, 1995b, p. 22), para que se possa refletir, de forma crítica, sobre esses próprios mecanismos, também é necessário que os conceitos sejam direcionados a enfrentar o tendencial controle sobre eles. Para

⁶¹ Por exemplo, o não-idêntico que há na ideia de trabalhadores emancipados da exploração capitalista é cada vez mais atacado pela ideologia presente em “monstregos” terminológicos que visam a legitimar e a intensificar a exploração, negando, todavia, o próprio trabalho e o reconhecimento de pertencer à classe trabalhadora: o trabalhador passou a ser um “colaborador” ou, então, um “empreendedor”. Este último mascara, por vezes, condições de assalariamento sem o vínculo empregatício e, por conseguinte, sem direitos trabalhistas, como no trabalho “uberizado”. Tavares aborda de forma elucidativa sobre como a promessa de autonomia e de liberdade não se sustenta nos negócios do dito empreendedor: “[...] ironicamente, o empreendedor é chamado a experimentar a mesma lógica que move os capitalistas: ganhar dinheiro com o trabalho alheio. Dados os poucos recursos do empreendedor, é como se lhe fosse oferecida uma ínfima porção de uma poderosa droga que garante prazer imediato e, portanto, vicia, mas ele não dispõe de recursos para manter o vício. Ante a impossibilidade de consumir a droga na medida das sensações desejadas, o empreendedor, numa luta inglória, aplica toda a sua força de trabalho, contrai dívidas e, por vezes, ocupa os membros da família, na tentativa de alcançar o que lhe fora prometido. Contudo, na maioria dos casos, só consegue contribuir para a precarização do trabalho, o seu e o de outros trabalhadores” (TAVARES, 2018, p. 119).

Adorno, o produtivo, em relação ao pensar, vincula-se ao pensamento descobridor, inventivo, o que equivale ao entendimento de que o produtivo é enfrentamento: “onde o pensar é realmente produtivo, onde é criador, ali ele é sempre também um reagir” (ADORNO, 1995b, p. 17). Desse modo, o produtivo, no que se refere ao conceito que norteia nosso estudo, começa a ser ressignificado em termos de se tornar produtivo para o ser humano quando há intencionalidade de reagir ao princípio de identidade; nessa dinâmica, reside a sua qualidade de não-idêntico ao capitalismo.

O não-idêntico, no contexto do conceito de trabalho (im)produtivo, ou seja, do trabalho produtivo para o capital e improdutivo para o ser humano, tem sua razão de ser no propósito de implodi-lo. Assim como, de certa forma, a definição filosófica provoca, no conceito, uma implosão interna e orientada, delimitando a área conceitual a atingir, isto é, na medida em que reconfigura a constelação dos conceitos conforme cada teoria filosófica, a lógica do não-idêntico também é implosiva, em especial, no que se refere à concepção capitalista de trabalho (im)produtivo. Como se fosse uma técnica de demolição conceitual, o objetivo é libertar tal conceito da prisão do princípio de identidade, de modo a situá-lo em uma constelação que o defina de maneira única e qualitativamente diferente da determinada.

O sentido da definição filosófica é, pois, implodir a vida latente dos conceitos [...] libertando-os dos seus invólucros petrificados, levando-os para novos campos de forças a fim de que possam iluminar, de modo inédito, o objeto (SCHÜTZ, 2020, p. 514).

Fazer com que o conceito de trabalho (im)produtivo ultrapasse a definição absolutizada à qual se restringe, é como se revitalizasse um conceito que está perdendo sua vitalidade porque foi imobilizado pelo princípio de identidade, mas também é, sobretudo, romper com a própria dinâmica social em que ele se insere e dar vida a uma outra. Apesar dessa imobilidade, é importante não perder de vista a noção de que a definição é provisória, e que sempre há manifestações do não-idêntico que não se subsumem ao idêntico, mesmo em uma sociabilidade regida pela identidade na forma de mais-valia. Ainda que, no caso do caráter concreto do trabalho, em que é subsumido ao caráter abstrato, os conteúdos presentes nele podem superar os fins a que estão submetidos. Isto é, embora os pressupostos do caráter concreto

do trabalho sejam “sequestrados” e colocados a serviço do trabalho abstrato, de modo que este se sobrepõe àquele, tais pressupostos não estão condenados a permanecer em segundo plano:

[...] conceitos também contêm conteúdos que transcendem [ou que podem transcender] as finalidades instrumentais que historicamente lhes foram atribuídas e, por isso, não se deixam reduzir a estes. Adorno insistentemente chama a atenção para o fato de que todo conceito contém pressupostos pré-reflexivos que foram escamoteados, que, embora ocultos, lhe permanecem latentes. Além disso, todo conceito pode sempre levar para além daquilo que normalmente lhe é atribuído (SCHÜTZ, 2014, p. 119).

Podemos interpretar, a partir das contribuições da filosofia adorniana, que o princípio de identidade abarca o caráter abstrato do trabalho, e conforme discutimos, o trabalho produtivo e o improdutivo constituem subcategorias que pertencem ao trabalho abstrato. Já o trabalho, em seu caráter concreto, pode ser entendido como o não-idêntico que foi solapado pela identidade, sobredeterminado pelo capitalismo, para o qual a produção de riqueza concreta é insuficiente, por isso, é necessário produzir riqueza na forma do capital. Se produtivo é o trabalho que cria a substância de expansão do capital, então, o ser humano não é o foco da produtividade, sim, a própria manutenção desse modo de produzir. Com isso, queremos dizer que é preciso se contrapor à forma deturpada conferida à atividade fundante do ser humano, e se contrapor à coerção da identidade que relega à vida humana, até mesmo à não humana, uma posição subalterna ao capital. Talvez, tal tarefa tenha seu início na medida em que for desmistificada a crença na naturalização da realidade dada e de sua forma de funcionar.

Vimos que o modo de produção capitalista não pode abrir mão do caráter concreto do trabalho, precisa dele, e por isso, o conserva, ainda que em lugar secundário. Como o trabalho concreto é o não-idêntico, podemos entender, com maior clareza, o sentido da afirmação sobre o não-idêntico ser exatamente aquilo que carece de atenção na identidade e que, portanto, tem que ser resgatado dela: “Secretamente, a não-identidade é o *telos* da identificação, aquilo que precisa ser salvo nela; o erro do pensamento tradicional é tomar a identidade por sua finalidade” (ADORNO, 2009, p. 130). Em outras palavras, o fim último de um pensamento que se propõe crítico à

realidade consiste em subverter a identidade pelo não-idêntico, dando voz a ele, o qual já está presente, de maneira contida, na identidade e que deve vir à tona para ocorrer uma mudança significativa.

Assim, se o trabalho concreto é, de certa forma, o não-idêntico que está latente na identidade do modo de produção capitalista, o trabalho (im)produtivo numa concepção não capitalista, no sentido de ser produtivo para o ser humano e por isso não-idêntico ao capital – improdutivo para ele – seria uma subcategoria do trabalho sob seu caráter concreto. Dessa maneira, a latência do não-idêntico, manifesto no trabalho concreto, requer processo imersivo em relação à identidade para, então, haver transformações qualitativas que levem a relações sociais de produção emancipadas do princípio de identidade.

Para encerrar este capítulo, ressaltamos que a definição própria da sociedade burguesa que impõe o trabalho (im)produtivo como só aquele que produz mais-valia, apenas tem sentido e validade nos limites dessa mesma sociedade, o que significa dizer que tal determinação conceitual articula-se, especificamente, com a forma de organização da produção; logo, em outra forma de organização, a definição de trabalho (im)produtivo não será igual à vigente. Considerando esse pressuposto, concebemos o trabalho produtivo para o ser humano e improdutivo para o capital enquanto não-idêntico a este. Segundo Marx: “as categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção” (MARX, 2009, p. 125), portanto, elas não têm vigência eterna:

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (MARX, 2009, p. 126).

Com efeito, defendemos inverter a noção de trabalho produtivo, no sentido de “[...] romper a união fatal de produtividade e destruição” (MARCUSE, 1975, p.13), cuja união é própria do modo capitalista de produção. Reorientá-la, portanto, a outros conteúdos que estejam libertos do domínio burguês. De tal forma que: “Emancipada dessa escravidão [subjugação do homem à sua labuta], a produtividade perde o seu

poder repressivo e impulsiona o livre desenvolvimento das necessidades individuais” (MARCUSE, 1975, p.144), e, simultaneamente, das necessidades sociais.

4. UM OUTRO TRABALHO PRODUTIVO É POSSÍVEL!

Consideramos pertinente, para melhor compreensão de nosso objeto de estudo, iniciar este capítulo com alguns apontamentos sobre a filosofia adorniana, especialmente no que diz respeito à objeção sobre ser uma teoria resignada⁶² e afastada do marxismo. Em seguida, destacamos as principais observações de Adorno sobre a análise crítica de Marx acerca do trabalho (im)produtivo. Desenvolvemos, na sequência, o que consideramos uma constelação conceitual própria do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo, sendo composta, principalmente, pelos seguintes conceitos: a) trabalho somente de caráter concreto, b) reino da liberdade e trabalho associado, c) tempo livre e, por fim, d) experiência formativa. Após, discorrer sobre o não-idêntico presente no modo de produção capitalista, nos questionamos sobre: quais elementos, existentes no contexto do capitalismo, podem contribuir com a sua ruptura? Por que esses elementos se caracterizam enquanto não-idênticos? A título de exemplificação, citamos as lutas travadas pelos movimentos sociais antiopressões que têm, como *telos*, a abolição da sociedade de classes. Por fim, tratamos do agente potencialmente revolucionário, o sujeito capaz de promover o enfrentamento, a derrubada e a superação qualitativa do capitalismo.

4.1 Breves apontamentos sobre a filosofia adorniana

Sabemos que, em grande medida, é atribuído um caráter pessimista e resignado à filosofia adorniana, a qual se afastaria do marxismo. Segundo Duarte, é equivocada a concepção de que Adorno rompe com o marxismo, já que, para ele, há uma “[...] Influência viva do núcleo do pensamento marxiano sobre Adorno” (DUARTE, 1997, p. 110). A fim de reforçar esse ponto de vista, o autor recorre a uma entrevista concedida por Herbert Marcuse:

⁶² György Lukács foi um dos teóricos que fez tal crítica. Para ele: “parte considerável da nata da inteligência alemã, inclusive Adorno”, habitava o “Grande Hotel Abismo”, “um belo hotel, provido de todo conforto, à beira do abismo, do nada, do absurdo. E o espetáculo diário do abismo, entre refeições ou espetáculos comodamente fruídos, só faz elevar o prazer desse requintado conforto” (LUKÁCS, 2000, p. 18, apud FLECK, 2015, p. 468).

Nesse sentido, ele era um marxista ortodoxo: sem uma base de massa nas classes exploradas, a revolução é impensável. E porque essa base de massa na situação dada exatamente nos países capitalistas desenvolvidos não era visível, ele adiou, por assim dizer, a transformação da teoria em práxis. Ele procurou renovadamente uma mediação que, sem trair essa transformação ou dela desistir, pudesse pelo menos preparar a transformação da teoria em prática (MARCUSE, não paginado, 1989 apud DUARTE, 1997, p. 115).

Somando à perspectiva de Marcuse, convém considerar que Adorno não subestimou a funcionalidade social da ideologia, a qual consiste em garantir que a classe trabalhadora se integre às normas e às condições impostas pela classe que a domina. O intuito é que ela seja socialmente condicionada à aceitação e à adaptação das coisas tais como estão postas, de modo a levar a classe explorada a crer como irreversível a situação vigente:

Os indivíduos sentem-se, desde o começo, peças de um jogo e ficam tranqüilos. Mas, como a ideologia já não garante coisa alguma, salvo que as coisas são o que são, até a sua inverdade específica se reduz ao pobre axioma de que não poderiam ser diferentes do que são (ADORNO, 1973, p. 203).

Há uma espécie de cortina que se interpõe entre a classe trabalhadora e a compreensão da natureza do modo de produção à qual se subordina, essa cortina é imanente à própria natureza desse modo de produção (ADORNO, 1973). Posto que a consciência dos seres humanos é marcada pelas relações nas quais se gera, no sentido de encontrar correspondência nas relações concretas, a consciência, operada no terreno ideológico, generaliza-se na medida em que as relações de dominação se generalizam. Então, a própria materialidade é a base que produz a ideologia, a qual, de forma eficiente, compele a classe trabalhadora, até mesmo por uma questão de necessidade de sobrevivência, a suportar um modo de produção que é, efetivamente, insuportável por ser fundado na mais profunda exploração.

Adorno, na tentativa de compreender a realidade social, na sua forma capitalista, e o papel, atrelado a ela, que a ideologia exerce sobre a classe trabalhadora, não errou em sua análise quando disse que: “qualquer voz discordante é objeto de censura e o adestramento para o conformismo estende-se até às

manifestações psíquicas mais sutis” (ADORNO, 1973, p. 202). Mas ainda que a ideologia se instale como adestramento para a mera adaptação, isso não quer dizer que a classe trabalhadora esteja fadada ao conformismo, pelo contrário, para o autor: “o mal está nas relações que condenam os homens à impotência e à apatia, e que, no entanto, teriam de ser alteradas por eles [...]” (ADORNO, 2009, p. 163). Se os trabalhadores estivessem obrigados a permanecer em uma condição de inércia, certamente não seria possível modificar a realidade na qual se inserem, portanto, estariam determinados a fracassar na tarefa de levar, a termo, a superação do modo de produção que se mantém às custas de sua exploração. Todavia esse não é o caso.

Nesse sentido, é importante destacar que: “a teoria crítica de Adorno apreende a sociedade [...] como resultado prático da ação determinada em formas sociais determinadas por indivíduos sociais determinados” (MAAR, 2011, p. 227). Assim, sendo a realidade social, em todas as suas dimensões, autoprodução humana, ou seja, não é natural, nem perene, significa que, por mais que a classe trabalhadora seja por ela determinada, dialeticamente, também a determina, dado que o que é determinado ao mesmo tempo determina e vice-versa. Em outras palavras, o ser humano é produto e produtor da realidade social, está circunscrito nela e expressa as particularidades de sua dinâmica. Logo, se as determinações que afetam a classe trabalhadora se constituem pelas ações dos seres humanos no próprio processo de reprodução social, a realidade e a classe trabalhadora, enquanto ser humano histórico e social que é, não estão engessados, mesmo que a classe trabalhadora esteja submetida à ofuscação ideológica.

Com isso, afirma-se que a filosofia adorniana não é incrédula quanto à tarefa da classe trabalhadora; ocorre que o frankfurtiano não conseguiu visualizar, em seu contexto histórico, as condições de possibilidades para que essa classe tomasse o poder, além disso, ele sabia que não se tratava somente de tomar o poder, mas de dar voz ao não-idêntico, ou seja, de promover uma mudança qualitativa. Mais particularmente nos países em que o capitalismo se encontrava mais avançado, os trabalhadores não estavam suficientemente organizados a ponto de representarem uma ameaça à ordem social. A emancipação dessa classe não estava iminente, e sim provisoriamente bloqueada devido aos trabalhadores terem sido “arreatados” para o capitalismo, diferente da situação da classe trabalhadora no tempo de Marx, começo do século XIX: “Para Adorno, a crença de Marx no potencial revolucionário do

proletariado não era uma quimera. Tratava-se, na época, de um diagnóstico preciso” (FLECK, 2015, p. 30).

Ademais, é preciso levar em conta que o conteúdo filosófico, desenvolvido por Adorno, não deixou de ser marcado por ser contemporâneo ao período nazista, de modo que as determinações objetivas da sociedade de seu tempo refletiram significativamente em seus escritos. Portanto, é de convir que haveria de ser difícil nutrir esperanças num contexto de holocausto praticado pela Alemanha nazista. Em contrapartida, porém, apesar da dimensão histórica na qual Adorno se encontrava, cabe frisar que resistência e inconformismo são elementos que permeiam sua filosofia, seja em relação aos processos de barbárie, seja na forma de denúncia da semiformação e da indústria cultural, entre outros, que, assim como a ideologia, ocupam posição relevante na adequação da classe trabalhadora à reprodução do vigente. Dessa maneira, é possível inferir que, em Adorno, bem como em Horkheimer, não tolerar o intolerável e transgredir o estabelecido pela ordem capitalista — porque, afinal, a sua vitória representaria a vitória da barbárie — consistem em premissas para a melhoria das condições de vida, o que corresponde à vida em uma sociedade na qual as classes se dissolvam:

A esperança de uma melhoria das condições, na medida em que não é uma mera ilusão, funda-se menos na asseveração de que elas seriam as condições garantidas, estáveis e definitivas, do que precisamente na falta de respeito por tudo aquilo que está tão solidamente fundado no sofrimento geral (HORKHEIMER, ADORNO, 1985, p. 209).

Importa sublinhar que o fato de Adorno apontar o quanto a sociedade capitalista é coercitiva e danifica a vida humana, assim como a vida não humana, não torna a classe trabalhadora impotente para a derrocada do capitalismo. Um exemplo é a ênfase conferida à necessária intervenção nas relações de produção, justamente porque nesse modo de produção a vida danifica, a começar pelo fato de não haver a satisfação da principal necessidade básica: às condições mínimas de subsistência. Nem todos têm acesso a elas, há fome no mundo, mesmo havendo forças produtivas capazes de supri-la, pois produzem alimentos em abundância:

Não seria possível, por exemplo, decretar abstratamente que todos os homens precisariam ter o que comer, enquanto as forças produtivas não fossem suficientes para a satisfação das necessidades primitivas de todos. Contudo, quando, numa sociedade em que a fome seria evitável, aqui e agora, em face da abundância de bens existentes e evidentemente possíveis, ainda assim existe a fome, então isso exige a abolição da fome pela intervenção nas relações de produção” (ADORNO, 1983, p. 260).

Como assinalamos, já que a presente sociedade constitui fruto da atividade humana, significa que, sem nenhuma dúvida, pode ser superada. Porém seria um equívoco entender que seu fim se daria por “morte natural”. Dado que a classe trabalhadora não é impotente perante o rumo da realidade social, compete a ela, conforme destacado acima por Adorno, intervir nas relações de produção capitalista com o intuito de findar a sua exploração. Por fim, na nossa perspectiva, assim como Marx analisou a sociedade burguesa desde uma perspectiva crítica, e, de modo magistral, desvendou que a natureza do capitalismo implica imenso antagonismo de classes, podemos concordar com Duarte ao dizer que:

É essa profundidade crítica que Adorno procura conservar na análise da sociedade capitalista tardia, sem, por outro lado, abrir mão da noção fundamental de antagonismo de classe, mas interpretando-o, por outro, à luz dos elementos característicos da estrutura social contemporânea (DUARTE, 1997, p. 110).

Após explanar sobre essas questões em torno da teoria adorniana, as quais consideramos pertinentes para a melhor compreensão de nosso objeto de estudo — uma vez que contribuem para enriquecer o entendimento sobre o antagonismo de classes desde o ponto de vista da noção de trabalho (im)produtivo, bem como para desvendar os pressupostos e significados ideológicos da noção de produtividade e, portanto, das possibilidades de sua superação —, passamos às considerações do frankfurtiano, referentes ao conceito de trabalho (im)produtivo, conforme investigado por Marx.

4.2 Observações de Adorno sobre a análise crítica de Marx acerca do trabalho (im)produtivo

Entre 1962 e 1963, Adorno realizou conferências na Universidade de Frankfurt, sob o título de “Terminologia Filosófica”. Em 1973, já após seu falecimento, foram recuperados manuscritos e gravações dessas conferências e, então, publicadas as *Terminologia Filosófica I e II*. O tomo II apresenta, de forma mais explícita e aprofundada, a tematização do conceito de trabalho (im)produtivo, especialmente nas lições 41 e 42. Adorno discorre acerca do conceito em questão a partir da análise crítica desenvolvida pela teoria marxiana; para ele, Marx examina o que de fato significa (im)produtivo, segundo a lógica da sociedade capitalista, e constata a insensatez que orienta o seu conceito de trabalho (im)produtivo:

Marx, portanto, diz: vocês falam sempre de produtividade; vamos examinar o que é efetivamente produtivo de acordo com as regras do jogo válidas em sua sociedade, e depois (esta é a ideia implícita e não expressa, a qual não é nenhuma conjectura minha, mas que aparece drasticamente no texto marxiano) veremos a que absurdo conduz necessariamente o seu conceito imanente sistemático de trabalho produtivo (ADORNO, 1977, p. 204, tradução nossa)⁶³.

De acordo com frankfurtiano, Marx verifica que a lógica inerente a esse modo de produção consiste no procedimento de troca de mercadorias consideradas compatíveis entre si, as quais têm, como parâmetro de equivalência, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Na concepção marxiana, a sociedade burguesa, por meio das relações de poder entre os que detêm os meios de produção e os despossuídos, opera de modo a promover relações de dominação; contudo a existência de tais relações jamais é admitida pelos defensores da lógica capitalista. Segundo Adorno, Marx evidencia que o capitalismo reduz tudo a somente um preceito, uma lei que governa o conjunto da sociabilidade do capital, no entanto não tem acordo com a validade desse princípio regente:

⁶³ “Marx dice, por tanto: vosotros habláis siempre de productividad; vamos a examinar qué es efectivamente productivo según las reglas de juego válidas en vuestra sociedad, y después (ésta es la idea implícita y no expresa, la cual no es ninguna conjetura mía, sino que aparece drásticamente en el texto marxiano) veremos a qué absurdo conduce necesariamente vuestro concepto imanente sistemático de trabajo productivo” (ADORNO, 1977, p. 204).

Como ocorre que Marx se comporte de acordo com a tradição filosófica, uma vez que deduz a totalidade da sociedade burguesa a partir de um princípio interno, a saber, do processo de troca de mercadorias equivalentes, quer dizer, medidas pelo tempo de trabalho abstrato necessário à fabricação de qualquer mercadoria? Há uma certa contradição entre querer deduzir tudo a partir de um princípio e a visão materialista de que o mundo não procede de acordo com princípios, mas de acordo com relações reais de poder (ADORNO, 1977, p.193, tradução nossa).⁶⁴

Marx, partindo da análise crítica da realidade concreta e utilizando-se do método, constata que a sociedade burguesa reduz tudo a um único princípio, já que, o modo de produção capitalista limita a totalidade social ao seu princípio fundante. Conforme desenvolvemos ao longo desta tese, entendemos que o processo de troca de mercadorias é apenas o meio para que a mais-valia se realize, sentido no qual o processo de troca não se caracteriza como o princípio primordial do capitalismo, o seu fim último é, de fato, a mais-valia. Adorno tem razão em afirmar que trabalho produtivo é um conceito complexo: o seu sentido, do ponto de vista do capitalismo, corresponde a uma série de normas que regem esse modo de produção; ao mesmo tempo, é como se fosse uma imitação irônica, o seu conteúdo vira uma sátira do conceito não hipostasiado na aceção burguesa, condizente com a perspectiva marxiana:

Este conceito de trabalho produtivo é muito complicado em si mesmo, posto que tem sido tomado a partir das regras do jogo da sociedade burguesa, e quase se poderia dizer que é uma paródia do que o próprio Marx pode ter pensado para a produtividade (ADORNO, 1977, p.193, tradução nossa)⁶⁵.

Adiante, em suas observações acerca do conceito de trabalho (im)produtivo investigado por Marx, Adorno capta, com precisão, as ideias apuradas. A teoria marxiana baseia-se no processo de troca de mercadorias, para examinar o modo capitalista de produção, e evidencia que as mercadorias têm valor de uso e valor de

⁶⁴ “¿cómo ocurre que Marx se comporte con arreglo a la tradición filosófica a la vez que deduce la totalidad de la sociedad burguesa a partir de un principio interno, a saber, del proceso del intercambio de mercancías equivalentes, es decir, medidas por el tiempo de trabajo abstracto necesario para la fabricación de cualquier mercancía? Hay una cierta contradicción entre querer deducir todo de un principio y el planteamiento materialista de que en el mundo no se procede según principios, sino según relaciones reales de poder” (ADORNO, 1977, p.193).

⁶⁵ “Este concepto de trabajo productivo es muy complicado en sí mismo, puesto que ha sido tomado de las reglas de juego de la sociedad burguesa, y casi podría decirse que es una parodia de lo que el mismo Marx puede haber pensado por productividad” (ADORNO, 1977, p.193).

troca; decorre que, no ângulo do capital, produtivo é o trabalho governado pelo valor de troca. Já o conceito, entendido pelo prisma não-idêntico ao sistema vigente, tem uma significação absolutamente distinta, pois o núcleo do trabalho produtivo é o valor de uso; entendimento que, portanto, vai ao encontro da tese que defendemos:

O conjunto da análise marxiana da sociedade moderna parte da análise da forma das mercadorias a serem trocadas. De acordo com esta uma mercadoria pode ser considerada sob dois pontos de vista, como valor de uso e como valor de troca. O conceito materialista imediato de produtividade tem como centro o conceito de uso e é voltado para as coisas. No sentido que lhe dá a sociedade burguesa, "produtivo" significa algo muito diferente (ADORNO, 1977, p. 203, tradução nossa)⁶⁶.

O trabalho que gera somente valor de uso, ainda que seja produtivo segundo a definição mais nobre, isto é, a partir do quesito humano e não da voracidade em produzir e em ampliar capital vertiginosamente, não possui nada de produtivo na concepção regida pelo aparato burguês, mesmo que esse difundisse o oposto:

O que não produz valor de troca, por mais que produza valor de uso, por mais produtivo que seja no sentido mais elevado, não é trabalho produtivo segundo as regras do jogo da sociedade, ainda que esta proclame tantos ideais afora (ADORNO, 1977, p. 204, tradução nossa)⁶⁷.

No que se refere aos "ideais proclamados", ou melhor, ao discurso ideológico propagado pela classe dominante, podemos interpretar que, nesse contexto, eles têm a finalidade de encobrir a autêntica noção de trabalho (im)produtivo e, por conseguinte, na medida em que a fazem, ocultam também a essência da ordem capitalista. Esse mecanismo ideológico fortalece a crença de que o trabalhador é produtivo para si, uma vez que o é para seu patrão, por meio da participação nos

⁶⁶ "El conjunto del análisis marxiano de la sociedad moderna parte del análisis de la forma de las mercancías objeto de cambio. Según esto puede una mercancía ser considerada desde dos puntos de vista, como valor de uso y como valor de cambio. El concepto materialista inmediato de productividad tiene como centro el concepto de uso y está orientado hacia las cosas. En el sentido que le da la sociedad burguesa, «productivo» significa algo muy distinto" (ADORNO, 1977, p. 203).

⁶⁷ "Lo que no produce valor de cambio, por más que produzca valor de uso, por productivo que sea en el sentido más elevado, no es trabajo productivo según las reglas de juego de la sociedad, aunque ésta proclame tantos ideales de dientes afuera" (ADORNO, 1977, p. 204).

lucros da empresa, como uma suposta recompensa ao trabalhador pelo seu engajamento e cumprimento da meta estipulada. Assim, o capitalismo enquanto matriz geradora de tal componente ideológico, dissimula sua maneira particular de ser, isto é, sua lógica destrutiva. Esse adjetivo lhe cai bem, visto que a ideologia, disseminada em campos diferentes da vida, pode desencadear sofrimento psíquico e levar até mesmo ao suicídio como resultado extremado. Para termos uma percepção do poder de uma ideologia, citamos a alusão de Adorno ao inominável feito nazista:

[...] o homem não só vive de pão, mas também de ideologias com as quais é embebido e que inclusive em certas circunstâncias lhe induzem a escolher situações, como por exemplo, guerras ou outros períodos históricos heróicos, como o Terceiro Reich, que conduziu imediatamente à privação material física (ADORNO, 1977, p. 207, tradução nossa)⁶⁸.

Em relação ao repertório ideológico que envolve o conceito de trabalho (im)produtivo, uma das funções que desempenha é a de atuar enquanto uma estratégia para aumentar a produtividade⁶⁹, posto que, como dissemos há pouco, incute a convicção no trabalhador de que, ao ser produtivo para o patrão, o é para si mesmo. Fazemos a ressalva de que aumentar a produtividade é cada vez mais necessário ao conjunto do capital à medida que se eleva a compra de força de trabalho que realiza trabalho considerado improdutivo/necessário, pois tal compra, denominada gasto improdutivo, sustenta-se por maior extração de mais-valia. Em suma, é preciso que o trabalho capitalisticamente produtivo tenha sua produtividade aumentada para compensar a crise que advém dos crescentes gastos improdutivos. Isso denota o quanto estão entrelaçados os conceitos dos quais Marx se utiliza no exame da sociedade capitalista.

⁶⁸ “[...] el hombre no sólo vive de pan, sino también de ideologías con las que se le empapuzo y que incluso en ciertas circunstancias le inducen a elegir situaciones, como por ejemplo, guerras u otros períodos históricos heroicos, tal el Tercer Reich, que conducen inmediatamente a la privación material física” (ADORNO, 1977, p. 207).

⁶⁹ “Penso no conceito marxiano de produtividade, que constitui, juntamente com o conceito de relações de produção, um dos invariantes, se é que se pode dizer, do chamado sistema marxiano. Esse conceito de produtividade está necessariamente relacionado, em Marx, à natureza, mas sem que o conceito dela, em que a produtividade é realizada, seja sempre discutido (assim, na famosa expressão “Metabolismo da natureza”) (ADORNO, 1977, p. 200, tradução nossa). “Pienso en el concepto marxiano de productividad, que constituye, junto al concepto de relaciones de producción, uno de los invariantes, si se puede decir, del llamado sistema marxiano. Este concepto de productividad está necesariamente relacionado en Marx con la naturaleza, pero sin que el concepto de ésta en el que se realiza la productividad lleguen a discutirse (así en la famosa expresión «metabolismo de la naturaleza»)” (ADORNO, 1977, p. 200).

Entendemos que, aqui, se faz necessário recapitular a definição de trabalho improdutivo/necessário e o trabalho improdutivo/desnecessário, segundo nossa análise do modo capitalista de produção. O primeiro tem função de manter o capitalismo, ainda que não crie o elemento para sua expansão, a mais-valia; já o trabalho que, sob o ângulo do capitalismo, é improdutivo/desnecessário, sequer contribui com sua manutenção. Este seria o caso do trabalho doméstico que exerce significativo papel na reprodução da força de trabalho, seja a força de trabalho que realiza trabalho produtivo, seja a que exerce o improdutivo/necessário, seja mesmo a que desempenha trabalho improdutivo/desnecessário para o capital. Mas, ainda que o trabalho doméstico tenha grande importância social por ser trabalho reprodutivo da força de trabalho, aos olhos dos capitalistas, é concebido como improdutivo/desnecessário por se tratar de força de trabalho que não é comprada⁷⁰. A trabalhadora do lar proletário — considerando que, em geral, esse trabalho é realizado por mulheres — não está situada na relação social de compra e venda da força de trabalho como mercadoria; além disso, não produz mercadorias, apenas valores de uso. Em outros termos, é um trabalho no qual a lei do valor não atua, portanto, tal trabalho não assume o caráter de trabalho abstrato, o único que constitui a substância do valor.

A nosso ver, aquilo que na produção capitalista é diagnosticado enquanto trabalho improdutivo/desnecessário, pode ser reabilitado numa outra perspectiva constelacional de conceitos a partir da importância do não-idêntico ressaltado na abordagem de Adorno, levando em conta os potenciais críticos que podem ser extraídos dessa não-identidade. O trabalho improdutivo/desnecessário é incompatível com a lógica de funcionamento capitalista, é por esta desprezado e invisibilizado por não gerar mais-valia e sequer contribuir com a realização da mercadoria em valor. Visto por esse lado, já pode ser considerado não-idêntico ao capitalismo na medida em que não se reduz à sua identidade.

O trabalho improdutivo/desnecessário ao capital é extremamente produtivo do ponto de vista humano pelo simples fato de produzir valores de uso: “O conceito de

⁷⁰ Quando nos referimos ao trabalho doméstico é no sentido do trabalho não remunerado realizado no próprio lar, diferente do trabalho da empregada doméstica ou diarista que trabalha nos lares de terceiros e é assalariada. Ambos, porém, são considerados, pelo capitalismo, como improdutivos/desnecessários. Para aprofundar o estudo desse tema recomendamos a leitura do livro de Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, em especial o capítulo 13: *A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora*.

trabalho produtivo que tenho falado aparece em conexão com o conceito de valor de uso e é por isso que destaquei” (ADORNO, 1977, p. 203, tradução nossa)⁷¹. Consoantes com Adorno, podemos afirmar que em uma sociedade emancipada do princípio de identidade capitalista, todo trabalho será produtivo, tendo em vista somente seu aspecto concreto. Nessa definição não-idêntica ao capital, o trabalho produtivo e o improdutivo deixam de ser subcategorias do trabalho abstrato; o primeiro torna-se subcategoria do trabalho concreto e o segundo simplesmente deixa de existir, dado o término do trabalho abstrato. A partir desse panorama, a seguir, expomos os conceitos que elegemos para compor a constelação do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo.

4.3 A constelação conceitual do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo

4.3.1 Trabalho somente de caráter concreto

Com base no que estudamos até o momento, reafirmamos que, para o trabalhador, não é profícuo ser produtivo dentro da lógica capitalista, visto que ele é submetido a um processo de produção que o desumaniza sistemática e constantemente: quanto mais se torna produtivo ao capital, mais ele se anula, de tal maneira que estar submetido ao trabalho produtor de capital é sinônimo de infortúnio. Nessa direção, Marx reitera: “Ser trabalhador produtivo é uma desgraça. Trabalhador produtivo é um trabalhador que produz riqueza *para outrem*. O sentido exclusivo de sua existência é ser instrumento de produzir riqueza alheia” (MARX, 1980, p. 206). Aqui, gostaríamos de ressaltar que a classe dominante é, por excelência, o autêntico parasita social, pois vive dos frutos do trabalho alheio, nesse sentido, o capitalista é o verdadeiro sujeito improdutivo. Essa classe é estéril, nada produz e vive às custas do resultado do trabalho do qual se apodera indevidamente, poupando a si mesma de trabalhar, ao fazer com que outros trabalhem por ela. O setor parasitário da sociedade é possuído pela ânsia de valorizar mais e mais o seu capital, atitude da qual decorre o fato basilar de que as necessidades humanas sofrem submissão às necessidades

⁷¹ “El concepto de trabajo productivo de que he hablado aparece en conexión con el concepto de valor de uso que por eso he puesto de relieve” (ADORNO, 1977, p. 203).

típicas do capitalismo. Prioritariamente, atendem-se as necessidades de reprodução do capital, e assim continuará sendo enquanto houver modo de produção capitalista. Portanto, do ponto de vista humano, improdutivo é o capitalismo.

Conforme analisamos, enquanto a produção for organizada pela lógica capitalista, o trabalho, em seu caráter abstrato, terá primazia sobre o concreto, ou seja, o trabalho, considerado (im)produtivo, continuará sendo expressão de tal lógica. Por conseguinte, para que o trabalho se torne não-idêntico à sociedade articulada pela mais-valia, tornando-se, então, produtivo para o ser humano, é preciso superar seu aspecto abstrato. Nesse quesito, é importante destacar que o seu fim de modo algum significa o fim do trabalho concreto, dado que é condição da existência humana. As determinações próprias do trabalho concreto estão para além do capitalismo, embora o sistema as incorpore, pois precisa do suporte material para o valor de troca, o trabalho concreto independe dessa sociabilidade que lhe impõe a redução à forma mercadoria.

Ao afirmar isto, damos um passo a mais em nosso estudo e passamos a elaborar uma nova constelação conceitual para o conceito que permeia esta tese. A constelação conceitual para o trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo requer, em primeiro lugar, a eliminação do trabalho abstrato, ou seja, a superação qualitativa daquilo que se caracteriza como trabalho (im)produtivo dentro da lógica de produção capitalista, o que podemos traduzir como a eliminação do modo de produção capitalista. O trabalho produtivo para o ser humano e improdutivo para o capital demanda uma constelação conceitual composta pelo trabalho apenas sob seu aspecto concreto, de maneira a transcender os limites do princípio de identidade do atual modo de produção. O trabalho somente pode ser produtivo para o ser humano quando o tipo produtor de mais-valia findar, uma vez que também findarão os problemas engendrados pela sociedade capitalista.

É notório que a constelação conceitual do trabalho (im)produtivo na forma capitalista opõe-se à constelação conceitual do trabalho (im)produtivo não-idêntico a esse modo de produção, já que é a antítese ao capital. Se choca com ele, pois o sentido de (im)produtivo enquanto não-idêntico é restrito ao trabalho concreto, o qual, nesse contexto, é circunscrito somente à sua função própria: de valor de uso sem ser suporte para o valor de troca⁷²; portanto, sem que haja inversão de sua finalidade. Em

⁷² Notemos a explanação de Adorno sobre o valor de uso e o valor de troca: “Qualquer mercadoria é composta de valor de uso e valor de troca. O valor de uso é o valor que tem qualquer objeto com sua

síntese, nessa constelação de trabalho (im)produtivo, não há a homogeneização do trabalho à forma abstrata, constituindo-se uma sociedade sem valor de troca, sem mercadorias, sem produto excedente no formato de mais-valia, enfim, uma sociedade sem classes:

Quando as condições materiais da humanidade chegarem à razão, isto é, quando a reprodução da espécie humana e a satisfação das necessidades dos homens se libertarem finalmente do valor de troca, da motivação do lucro, então a humanidade deixará de existir sob a coerção material (ADORNO, 1977, p. 206, tradução nossa)⁷³.

Em relação à coerção material citada por Adorno, entendemos que se trata da própria lógica da produção de mais-valia que origina diversas formas de violência, como a pobreza. A coerção material atrela-se à primazia do reino da necessidade, cuja conceituação discutiremos na próxima seção. Também abordamos o seu oposto: o reino da liberdade.

4.3.2 Reino da liberdade e trabalho associado

O capitalismo se apresenta enquanto reino da liberdade em razão da igualdade política e jurídica promovida pelo Estado democrático⁷⁴; esse aspecto vela, no entanto, o fato de a liberdade representar “carta branca” para o capital explorar os

forma concreta para os homens que o consomem. Mais à frente verá que este conceito, que talvez possamos designar como o conceito de valor transcendente ao sistema, assume uma reviravolta surpreendente. Frente a ele está o valor de troca que se expressa no tempo de trabalho social utilizado para a fabricação de um objeto; e segundo ele, o produto é trocado no mercado da sociedade burguesa” (ADORNO, 1977, p. 201, tradução nossa). “Una mercancía cualquiera se compone según ello de valor de uso y valor de cambio. El valor de uso es el valor que tiene cualquier objeto con su forma concreta para los hombres que lo consumen. Más adelante verán que este concepto, al que quizá podemos designar como el concepto de valor trascendente al sistema, adopta un giro sorprendente. Frente a él está el valor de cambio que se expresa en el tiempo de trabajo social empleado para la fabricación de un objeto; y según él se intercambia el producto en el mercado en la sociedad burguesa” (ADORNO, 1977, p. 201).

⁷³ “Cuando las condiciones materiales de la humanidad entren en razón, es decir, cuando la reproducción de la especie humana y la satisfacción de las necesidades de los hombres se liberen finalmente del valor de cambio, del móvil del lucro, entonces cesará la humanidad de existir bajo la coacción material” (ADORNO, 1977, p. 206).

⁷⁴ [...] a democracia representa o bloqueio da luta dos trabalhadores mediante formas que não sejam aquelas previstas nos exatos termos jurídicos e políticos dados. Exclui-se, com isso, a possibilidade da luta que extravase o controle e o talhe do mundo estatal e de suas amarras jurídicas. A ação revolucionária é interdita (MASCARO, 2013, p. 87).

trabalhadores de forma cada vez mais intensa. As instituições jurídicas, amparadas pelo Estado burguês, atribuem *status* de sujeito de direito à classe trabalhadora, com o objetivo de garantir a liberdade para assinar o contrato de compra e venda de força de trabalho. Nesse sentido, Adorno faz uma importante observação sobre a verdadeira face do conceito de liberdade, a qual se oculta; para ele, a questão de suprir as necessidades dos seres humanos no capitalismo está intrinsecamente atrelada ao valor de troca e, ao consumo de mercadorias, o que contradiz o significado real de liberdade. O que não é mercantilizado, isto é, concebe-se como primitivo um produto que é apenas valor de uso:

As pessoas manipularam a tal ponto o conceito de liberdade, que ele acabou por se reduzir ao direito dos mais fortes e mais ricos de tirarem dos mais fracos e mais pobres o que estes ainda têm [...]. Não há liberdade enquanto tudo tem um preço e, na sociedade reificada, as coisas isentas do mecanismo de preço só existem como rudimentos lastimáveis (ADORNO, 1996, p.41).

Assim, podemos afirmar que a libertação do valor de troca significa a liberdade real para o ser humano, a quebra dos grilhões do trabalho capitalisticamente (im)produtivo. Na sociedade do trabalho produtivo não-idêntico ao modo de produção capitalista, as necessidades da espécie humana serão supridas apenas por valores de uso; a equivalência terá como medida somente as necessidades da matéria e do espírito. E mesmo o trabalho sendo atividade necessária à existência humana, por isso pertencente à esfera do reino da necessidade, sob outra perspectiva, podemos dizer que o trabalho (im)produtivo desvinculado do princípio de identidade do capital ainda que sendo uma necessidade ao ser humano, situa-se num modo de produção assentado no que Marx (2008b) nomeia de reino da liberdade, uma sociabilidade em que as relações burguesas de produção tenham sido superadas. Nesse reino, a liberdade não mais será atributo da concorrência, nem reduzida a de compra e venda, livre não será o comércio, mas o gênero humano e a natureza em geral.

A classe trabalhadora será realmente livre quando tiver controle coletivo e consciente do processo de produção e de distribuição, cujo desenvolvimento será decidido pelos próprios trabalhadores: o que deve ser produzido, a forma de distribuição e como será a produção, tendo, como base, as reais necessidades do

gênero humano, ou seja, justamente aquilo que é não-idêntico à lógica de produção de mais-valia. É no reino da liberdade que ganhará vida o lema revolucionário: trabalhar menos e todos trabalharem, produzir o necessário e distribuir tudo, de modo que, em tal sociabilidade, a relação do ser humano com o trabalho será completamente oposta da que por ora vigora. Nesse sentido, o reino da necessidade estará positivamente articulado ao reino da liberdade, mas a liberdade transcenderá as questões relativas às necessidades, pois essa “[...] transformação radical dá expressão para possibilidades históricas radicalmente novas” (MARCUSE, 2022, p. 298). Desse jeito, no reino da liberdade, haverá o desenvolvimento de valores negados na sociedade capitalista, inclusive no plano da uma nova moralidade entre as relações dos seres humanos e também destes com a natureza.

A forma de trabalho no reino da liberdade, em que se objetiva atender às necessidades humanas, contudo, sem promover a destruição da natureza, se configura, de acordo com Marx, como trabalho associado, apenas de caráter concreto.

Assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria (MARX, 1956, p. 354-355).

Portanto, ao deixar de incluir o aspecto abstrato do trabalho na constelação conceitual de trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo, estamos, ao mesmo tempo, inserindo, nela, os conceitos de trabalho associado e de reino da liberdade. Desprovido do caráter abstrato, o trabalho associado constitui a forma de trabalho mais livre possível, a associação dos trabalhadores livres, a qual tem como preceito: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012, p. 33). O trabalho associado, por não estar numa relação de exploração, por não ser trabalho escravo, servil e nem assalariado, é capaz de dar livre curso às potencialidades humanas, no sentido da formação de sujeitos pluri-desenvolvidos. As potencialidades serão desenvolvidas de maneira ampla uma vez que o processo produtivo se voltará às finalidades coletivas, não às de cunho privado. O que não significa a dissolução ou a anulação do indivíduo e suas especificidades, mas sim uma relação harmônica entre indivíduo e coletividade, sem que os interesses

sejam antagônicos, ou seja, os interesses individuais irão ao encontro dos interesses coletivos. Também de acordo com essa perspectiva, destacamos que “[...] o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 2008, p. 44-45).

Somente o reino da liberdade pode oferecer o trabalho associado, todavia não dispomos de “receita pronta” para a transição do capitalismo para tal forma de organização societária. O que podemos tecer acerca disso é que as bases objetivas para superar esse modo de produção estão, em certa proporção, encubadas na própria sociedade capitalista; denominamo-las de não-idêntico⁷⁵. Outro ponto que queremos evidenciar é que, apesar de o reino da liberdade e o trabalho associado constituem alternativas concretas, não consistem em desdobramento inevitável do capitalismo; não se trata de determinismo histórico, sim, do resultado possível da ação dos seres humanos, em específico, da classe trabalhadora, a qual pode ou não efetivar aquilo que consiste em sua tarefa por excelência. Por ora, damos continuidade à composição da constelação conceitual do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo.

4.3.3 Tempo livre

O trabalho associado, que contém somente o aspecto concreto, não é *tripallium* - instrumento de tortura. Reiteramos que na sociedade da tirania capitalista, em que o reino da necessidade impera, o trabalho (im)produtivo reduzido ao seu princípio de identidade é martírio para o corpo e o espírito do trabalhador, nem sequer quando este está fora do trabalho se sente consigo mesmo. Nas palavras de Adorno: “[...] o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito” (ADORNO, 1995e, p. 71), isso porque a finalidade do tempo (aparentemente) livre não é o descanso do trabalhador com vistas ao seu bem-estar, mas sim restabelecer a força de trabalho, uma vez que refletirá na destreza da atividade do trabalho e, em última instância, na geração de mais-valia. Outrossim, no tempo dito livre inserem-se ou reforçam-se, de forma camuflada, normas comportamentais próprias do mundo do trabalho:

⁷⁵ Abordaremos no item 4.4

Como, segundo a moral do trabalho vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho - precisamente porque é um mero apêndice do trabalho - vem a ser separado deste com zelo puritano. Aqui nos deparamos com um esquema de conduta do caráter burguês. Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram interiorizadas. Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas (ADORNO, 1995e, p. 73).

A ocupação do tempo, considerado livre do trabalho, torna-se benéfica para a própria atividade de trabalho, pois, ainda que de maneira camuflada, vincula-se à intenção de adestramento para o trabalho. Um exemplo citado por Adorno contempla as atividades esportivas, nas quais a funcionalização do corpo se volta a comportamentos esperados no processo de trabalho. Segundo Adorno (1995e), o objetivo secreto do esporte é o *fitness* para o trabalho. Raciocínio que reforça na seguinte citação: “o tempo livre segue diretamente o trabalho como sua sombra” (ADORNO, 1995e, p. 79). Nesse sentido, quando se busca um lazer, como um acampamento, visa-se, na verdade, a fugir do sempre-igual, a escapar da casa e da família para passar a noite a céu aberto, ou seja, a sensação de liberdade. Contudo o *camping*, tal como qualquer turismo, é mercadoria que tem a função de realizar o valor, assim, mesmo ansiando liberdade, as pessoas não estão livres, ainda que se sintam (1995e), haja vista que continuam inseridas na lógica do princípio de identidade capitalista.

Se, conforme aponta Adorno, no capitalismo, o tempo livre está, em grande medida, comprometido, podemos vislumbrar que, na sociedade do trabalho associado, no reino da liberdade, ele será prerrogativa. Vale salientar que a classe dominante semeia o discurso ideológico de que o trabalho dignifica o ser humano, o enaltece, mas, em linhas gerais, a devoção ao trabalho é em prol do princípio de identidade, o qual condena o trabalhador à exploração⁷⁶, suprimindo suas

⁷⁶ No clássico manifesto *Direito à Preguiça* (1883), Lafargue denuncia o preceito capitalista: “Trabalhem, trabalhem, proletários, para fazer crescer a riqueza social e as suas misérias individuais,

potencialidades enquanto gênero humano. Adorno reconhece que a veneração do capitalismo ao trabalho é, de fato, a veneração à sua própria noção de produtividade, e que Marx desvela a ideologia que há por de trás:

Embora o conceito de produtividade na sociedade burguesa glorifique ideologicamente o trabalho, na realidade a produtividade se limita apenas à sua valorização. Ao contrário, Marx, por outro lado, arranca o trabalho dessa ideologia (ADORNO, 1977, p. 205, tradução nossa)⁷⁷.

Da glorificação ao trabalho deriva a “estranha loucura” que domina a classe trabalhadora: a de reivindicar o direito ao trabalho, que se traduz como direito à exploração (LAFARGUE, 2003). Nesses termos, não são raras as vezes em que usufruir de um possível ócio é considerado momento improdutivo da vida; renunciar ao ócio, por outro lado, pode ser qualidade que se espera de um bom trabalhador. Enquanto houver capitalismo, a classe dos capitalistas estará “condenada à preguiça e ao prazer forçado, à improdutividade e ao superconsumo”. (LAFARGUE, p. 47, 2003). O direito de todos ao ócio, ao tempo realmente livre, somente será possível na medida em que cessar o caráter abstrato do trabalho, o servil ao princípio de identidade capitalista. Quando o trabalho (im)produtivo da sociedade governada pela mais-valia for dessacralizado e, portanto, dado fim ao modo de produção organizado segundo ela, o trabalho associado, próprio do reino da liberdade, levará a cabo o direito à preguiça. O tempo livre será orientado pelas necessidades humanas, não mais pelas necessidades do capital que o preenche com conteúdos relacionados ao trabalho na forma abstrata. Destarte, tempo livre é conceito que compõe a constelação conceitual do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo.

trabalhem, trabalhem, para que, tornando-se mais pobres, tenham mais motivo para trabalhar e para ser miseráveis. Tal é a lei inexorável da produção capitalista” (LAFARGUE, p. 35, 37, 2003).

⁷⁷ “Mientras que el concepto de productividad en la sociedad burguesa glorifica ideológicamente al trabajo, queda en realidad la productividad limitada sólo a su valoración. Por el contrario, Marx arranca por una parte el trabajo a esta ideología” (ADORNO, 1977, p. 205).

4.3.4 Experiência formativa

O que discurremos até aqui revela, em suma, que a constelação do trabalho capitalisticamente produtivo corresponde aos objetivos da classe burguesa; já a constelação do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo consiste em objetivos próprios da classe dos trabalhadores, portanto, constituem constelações antagônicas. Além dos conceitos de trabalho concreto, trabalho associado, reino da liberdade e tempo livre, também incluímos, na constelação do trabalho produtivo para o ser humano e improdutivo para o capital, o conceito de experiência formativa. Cunhado por Benjamin⁷⁸, tal conceito é retomado na filosofia adorniana; vejamos, primeiramente, o seu sentido etimológico explicado por Matos:

Etimologicamente, para experiência, a palavra que Walter Benjamin usa é *Erfahrung*. O seu radical é “*fahr*” que significa viajar. No antigo alemão, “*fahr*” é atravessar uma região, durante uma viagem, por lugares desconhecidos. E a palavra latina para experiência tem como radical “*per*” (experiência): sair de um perímetro, sair da condição do já conhecido, do já vivido, para ampliar vivências, acontecimentos e repercussões desses acontecimentos novos nas nossas vidas. E, de “*per*”, também vem a palavra *periculum*: atravessar uma região, durante uma viagem, onde perigos podem nos assaltar. E, para esses perigos, há a palavra que se associa a *periculum*, que é *oportunus* – originada de *portus*, que quer dizer saída. Então, as experiências que nos acontecem durante uma travessia no desconhecido, numa viagem, são experiências que alargam nossa identidade, nosso conhecimento, nossa sensibilidade, nossa condição no mundo. Ora, no presente, com a contração do tempo, a experiência foi abolida. (Matos, 2007, não paginado).

Experienciar, isto é, realizar experiências genuínas é ir além daquilo que já se conhece, ultrapassar as margens que limitam, por exemplo, o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Trata-se de uma jornada possível de correr grandes riscos, dada a ação de se deslocar de um lugar tido como confortável para outro inserto. A saída do circunscrito exige atravessar algo incógnito, e é nessa travessia que ocorre o advento do novo, de experiências, aquilo que acrescenta a

⁷⁸ Experiência é um dos conceitos centrais na filosofia benjaminiana e tem, como referência, Bérgrson, Proust, Baudelaire e Freud. Os principais elementos que compõem o conceito de experiência são: trabalho, memória, narrativa e tradição (BENJAMIN, 1989).

ponto de modificar em termos qualitativos e em nível coletivo. Assim, o conceito de experiência é apreendido, na filosofia adorniana, a partir do âmbito formativo, a experiência é formativa porque “[...] implica uma transformação do sujeito no curso de seu contato transformador com o objeto na realidade” (MAAR, 1995, p. 25). É formativa, pois consiste no desenvolvimento constitutivo do sujeito, o qual ocorre durante a tensa relação entre ele e o objeto. A experiência é formativa, visto que possibilita ao sujeito obter conhecimento que, com o tempo (*Kairós*)⁷⁹, se consolida e se desdobra em capacidade de intervenção crítica na realidade.

É com base nessa perspectiva que Adorno afirma que a experiência, do ponto de vista positivista, é regulamentada, limitada àquilo que é dado de antemão, aprisionando o objeto e o sujeito a categorias prévias, o que, por sua vez, elimina a possibilidade da experiência genuína: “a experiência regulamentada que o positivismo prescreve anula a própria experiência” (ADORNO, 1996, p. 178). O positivismo compreende que o primado é da experiência sensível, sujeita apenas a leis exteriores ao sujeito, e tende a absolutizar o método, sendo que isso “[...] se torna então uma instância de controle do próprio pensar, não aprovando mais nada a não ser aquilo que o procedimento do método prescrito aceita” (SCHÜTZ, 2012, p. 43).

Em relação ao conceito de experiência, o positivismo tem como princípio fundamental, a seguinte contradição: “por afinidade com a burguesia ele é contraditório em si, na medida em que declara a experiência como o único e exclusivamente importante, e, ao mesmo tempo, a proíbe” (ADORNO, 1996, p. 179). Inviabiliza a experiência ao passo que não aceita a experimentação do qualitativamente distinto, a forma legítima de experiência é unicamente pela via da razão instrumental, servindo apenas para legitimar o estabelecido; além de que o positivismo incapacita os sujeitos para tal experimentação.

⁷⁹ Os filósofos da Grécia antiga tinham duas concepções para o conceito de tempo: *chronos* e *kairós*. De forma sintética, podemos dizer que *chronos* é o tempo quantitativo, que pode ser medido e cronometrado, igualado e controlado. O tempo *kairós* é qualitativo, único, experimentado de maneira irrepitível, é o tempo da diferença. Considerando a significativa distinção entre essas duas formas, concordamos com a perspectiva apontada por Antunes: “Para que o indivíduo possa se realizar como homem e sentir satisfação no trabalho será necessário negar a vida do trabalho fundada na igualdade abstrata, metafísica e genérica de *chronos* e fundar uma vida onde a medida de todos os movimentos do homem, especialmente a vida do trabalho, seja determinada por *kairós*, a medida da boa ou má qualidade sem qualquer relação com *chronos*” (ANTUNES, 2018, p. 91). Assim, é possível relacionarmos *chronos* com o tempo tomado na sociedade capitalista como livre, e *kairós* com o tempo livre no reino da liberdade.

A imanência do sistema que virtualmente se mobiliza não tolera sequer algo qualitativamente outro, que poderia ser experimentado, nem capacita os sujeitos que lhe são adequados a uma experiência não regulamentada. A situação de mediação universal da coisificação de todas as relações entre homens, está sabotando a possibilidade objetiva de uma experiência específica da coisa – este mundo ainda é passível de uma experiência viva? (ADORNO, 1996, p. 177).

Adorno lança esse questionamento após contextualizar o modo como estão postas as relações humanas: elas estão reificadas, há uma inversão entre sujeito e objeto e isso danifica propositalmente as condições de realização de experiência. A imposição da forma mercadoria não somente sob os produtos do trabalho com também sob o próprio ser humano, tem implicações danosas quanto à realização de experiências. Segundo Matos (2007), o encurtamento do tempo ocasiona o fim de experiências, nesse sentido, podemos relacionar o tempo considerado livre no capitalismo com a simples vivência, dado que se trata de tempo efêmero, acelerado, tempo *chronos* no qual o ritmo frenético da produção de mercadorias se estende para além do tempo de trabalho. O tempo livre e a vivência esvaziam-se de significação, tornam-se carentes de sentido, porque o primeiro é prolongamento do trabalho e a segunda ocorre num caráter isolado e privado, o que é vivenciado é assimilado às pressas e tem efeitos imediatos. Na vivência, o sujeito apenas vê, na forma de mero expectador, a vida sendo gasta, sem refletir e sem ser protagonista dela. Por isso, concebemos que a degradação da experiência formativa significa, em síntese, a degradação do próprio trabalhador, posto que é desprovido das condições de efetuar experiências, apenas acumulando vivências. Sobre vivência e experiência, Oliveira destaca a importante diferença entre elas:

É interessante pensarmos um pouco nesses dois termos, quase que sinônimos, pois, grosso modo, podemos traduzir ambos como *vivência* ou *experiência*. No entanto, há diferença e as diferenças é que constroem o conhecimento. *Erlebnis* liga-se etimologicamente ao radical *leb-*, que aparece nos termos relacionados a *Leben*, que em Português corresponde a *vida*. *Erfahrung*, por sua vez remonta ao radical *Fahr-*, em cuja família se inclui o verbo *fahren*, que em nosso idioma se traduz como *conduzir*. Esses dois radicais, ao receberem o afixo *er-*, modificam sua idéia básica: *erleben* é *viver, presenciar, sofrer, ao passo que erfahren* é *chegar, a saber, tornar-se perito em algum setor*. Estão, portanto, traçadas as fronteiras entre duas modalidades de viver: uma de quem passa pela vida como um

expectador, alguém que reage a estímulos; outra de quem vive, alguém que exerce certo grau de reação consciente, pensada, refletida. Tem *Erfahrung* quem é capaz de extrair da vida uma experiência, uma compreensão; trata-se de alguém capaz de sentir e de expressar a si mesmo essa vivência; de alguém que extrai da experiência pessoal seu sumo à luz do legado cultural, que o enriquece e a que ele enriquece. *Erfahrung* modifica, altera, ensina. *Erlebnis* apenas acrescenta passagem do tempo. *Erfahrung* relaciona, também, a possibilidade de rememoração de vínculos coletivos estruturadores da própria individualidade. *Erlebnis* vs. *Erfahrung* - eis aí delineadas a vida como objeto e a vida como sujeito, a vida como reflexo e a vida como reflexão, a vida que se dissipa e a vida que se vive de fato, em extensão e profundidade (OLIVEIRA, 1998, p. 31-32).

A sociabilidade em vigor promove o atrofiamento da realização de experiência formativa e compensa a falta dela na vivência, a qual, portanto, constitui o contraponto da experiência, o seu contraste instalado estruturalmente. A vivência é reflexo do adestramento que o trabalhador sofre, com o objetivo de tentar satisfazer a avidez capitalista pelo seu princípio de identidade; vivência é o que lhe resta, já que o capitalismo deixa o trabalhador quase impermeável à experiência. Nesses termos, compreendemos que a vivência se relaciona ao princípio de identidade, pois se situa na constelação conceitual do trabalho capitalisticamente (im)produtivo; já a experiência formativa vincula-se ao não-idêntico. A experiência formativa é suspendida e a vivência, impulsionada, quando o não-idêntico é contido em benefício do princípio de identidade; em um modo de produção que esconde o processo e o resultado, isto é, a mais-valia, aparece erroneamente como sendo produto independente, conforme interpretamos a partir de Maar: “Para Adorno, o travamento da experiência deve-se à repressão do diferenciado em prol da uniformização da sociedade administrada, e à repressão do processo em prol do resultado, falsamente independente, isolado” (MAAR, 1995, p. 25).

Em vista disso, compreendemos que a fim de ativar a realização de experiências formativas, é necessária uma espécie de desconstrução construtiva, no sentido de *aufheben*, sendo que “[...] *Aufheben* significa, ante de mais nada, a remoção negativa de condições negativas, a negação da negação” (SCHMIED-KOWARZIK, 2012, p. 158). Trata-se de um movimento de recusa do existente que leve, de forma processual, ao seu desmantelamento e, ao mesmo tempo, à edificação de uma nova sociabilidade fecunda à promoção de condições para que experiências formativas possam se efetuar. As experiências formativas têm seu ponto de partida

justamente nesse curso, na medida em que não se aceita, de pronto, o atual estado das coisas; têm seu início a partir da disposição em tentar transcender, coletiva e organizadamente, o presente sistema societário voltado à exploração e à dominação do ser humano em proveito de seu princípio de identidade. Nesse quesito, não podemos desprezar o importante papel exercido pela educação que está comprometida com uma sociedade emancipada do princípio de identidade, que é o de:

[...] se voltar ao resgate da capacidade de fazer experiências formativas, tendo em vista que por meio da experiência formativa, a resistência é fortalecida e, dialeticamente, quando a experiência formativa é danificada, a resistência também enfraquece (OLIVEIRA, 2016, p.82).

A educação que está voltada ao processo formativo de experiências, e não à vivência enquanto semiformação (*Halbbildung*), é aquela que fomenta e potencializa formas de resistência à sociedade do capital. A resistência é no sentido de identificar, negar e transformar tudo aquilo que, ao ser produtivo para o capitalismo, é improdutivo para o trabalhador — considerando que, quanto mais o capital é valorizado, mais o trabalhador e a natureza em geral são desvalorizados — como, por exemplo, o próprio capitalismo e o trabalho estranhado⁸⁰ como sua consequência; Compreendemos que a educação pode ser e, hegemonicamente é, agente propagador da *ratio* burguesa, dito de outro modo, o espaço educativo reproduz as relações sociais de dominação e opressão, em razão de que a escola não é uma ilha à parte da sociedade, mas está imersa na sua lógica estruturante e, em dada medida, por meio das práticas pedagógicas, assegura sua continuidade. Contudo, também “[...] tem potencial para ser uma verdadeira arena de contestação e transformação do vigente” (OLIVEIRA, 2016, p.76), portanto, de promover experiências formativas.

⁸⁰ “Enquanto a exteriorização, a objetivação e o distanciamento são constitutivos da práxis humana, o estranhamento, isto é, aquele momento do processo em que as expressões idealizadas e objetivadas se voltam contra os indivíduos como uma força hostil e estranha que os controlam advém de um tipo determinado de materialidade que os indivíduos produzem; assim, diferente do que pensava Hegel, esse processo não é ontológico/constitutivo da atividade humana enquanto tal. Dessa maneira, tal mediação da atividade humana não é universal, portanto, comum a todas as épocas, mas uma explicitação de sua plenitude na sociedade burguesa, desse modo, passível de superação. Assim, para Marx, é possível superar a forma fetichista de expressão da realidade se ocorrer a superação, igualmente, das contradições materiais que a geram, ou que estão na sua base” (LIMA, 2022, p. 182-183).

Com efeito, ainda que as vivências tenham predomínio, não apenas na esfera educativa, mas na sociedade em geral, as experiências formativas são possíveis mesmo na sociedade da primazia do trabalho abstrato. Porém entendemos que o ápice de experiências formativas se efetivará no contexto da sociedade fundada no trabalho somente de caráter concreto, ou seja, no trabalho associado, quando já consolidado o reino da liberdade, o qual proporcionará o tempo livre, no sentido de *kairós*, o tempo apto a viabilizar tal culminância. Por fim, salientamos que os conceitos, acima referidos, interligam-se de modo a formar um arranjo basilar do trabalho produtivo para o ser humano e improdutivo para o capital, cujo arranjo denominamos constelação conceitual do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo.

4.4 O não-idêntico presente no modo de produção capitalista

Seria contrassenso crer na possibilidade de um capitalismo humanizado, pois ele, guiado pela mais-valia enquanto seu princípio de identidade, produz a desumanidade de forma progressiva, uma vez que o próprio modo capitalista de produzir é desumano em sua essência. A partir dessa compreensão, podemos afirmar que os programas de ordem reformista são incapazes de findar as relações sociais desumanas geradas na sociedade burguesa; isso porque a superação do capitalismo não se pauta na agenda reformista. A leitura política da social-democracia, por exemplo, deposita a resolução das contradições sociais na via institucional amparada pelo Estado burguês, assegurando a conciliação de classes, logo, mantendo a dominação de uma sobre a outra. A defesa, em síntese, é por uma exploração mais equitativa, no sentido de democratizar a exploração, afinal, negros, homossexuais, mulheres, pessoas com deficiência, todos são capazes de produzir mais-valia.

Por outro lado, é preciso mencionar que há expressões do não-idêntico presentes no capitalismo, as quais podem contribuir com a sua ruptura desde que não percam de vista a luta de classes. Nesse sentido, considerando as potências revolucionárias existentes na realidade concreta, ressaltamos que “[...] Marx procurava extrair reais expectativas emancipatórias. Tratava-se de contextos que exigiam uma simultânea superação e conservação (*Aufhebung*)” (SCHÜTZ, 2012, p.190).

Avaliamos, como exemplo de não-idêntico existente no próprio seio capitalista, as diversas lutas travadas por sindicatos combativos que agem com independência de governos, na contramão da burocracia que tem a finalidade de ser pilar de manutenção da ordem burguesa. Sindicatos que atuam realmente como um instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, na defesa de direitos e avanço nas conquistas, como redução na jornada de trabalho. E, para além disso, que visam romper com a sociedade da exploração, de tal forma que consigam se contrapor e orientar sua práxis em direção ao não-idêntico, com o objetivo da superação do princípio de identidade.

Assim como os movimentos sociais de gênero, de orientação sexual, de antirracismo⁸¹, de cunhos ambientais, de anticapacitismo, de estudantes, entre outros, podem ser considerados expressões do não-idêntico supondo que a abolição das classes esteja no horizonte dessas lutas; o que equivale a abolir o princípio de identidade que rege a sociedade capitalista. Do contrário, se a exploração de classe não for levada em conta, apenas as opressões de forma isolada, os movimentos sociais não podem ser entendidos enquanto não-idêntico. Da mesma forma, por mais radical que possa parecer uma luta sindical, se ela não conseguir colocar em questão a dinâmica produtiva guiada pelo princípio de identidade, não levará à superação do capitalismo, pois, como Marx (2004) afirma, o aumento de salário não passa de uma melhor remuneração dos escravos, a qual não repara a dignidade roubada dos trabalhadores. Ou seja, ainda que tenham certa relevância, dado o empenho em tentar assegurar direitos básicos — como de moradia ou buscar combater opressões específicas, ou então, de melhorias de salários no interior do sistema — são lutas limitadas, fadadas a uma resolução parcial por não intencionarem a transformação radical da estrutura da sociedade burguesa. Em outras palavras, há movimentos sociais que conseguem

[...] amenizar os processos mais brutais de empobrecimento dos seres humanos trabalhadores e as piores catástrofes ecológicas. Mas esses movimentos sociais nunca podem [...] suspender a contradição entre a lógica do valor do Capital e os interesses naturais e sociais dos seres

⁸¹ Marx é categórico quanto a opressão racial e a luta por uma sociedade emancipada da exploração do trabalho: “O trabalho não pode se emancipar na pele branca onde na pele negra ele é marcado a ferro” (MARX, 2017, p. 372).

humanos sem romper com a lógica da valorização do valor (SCHMIED-KOWARZIK, 2021, p. 399).

A sociedade, cindida em conflitos relacionados às opressões, é, fundamentalmente, uma sociedade cindida em classes. O capitalista, com efeito, se instrumentaliza de todas as formas de opressão para intensificar a extração da mais-valia, pagando um salário mais inferiorizado, por exemplo, àqueles que historicamente foram oprimidos. Por isso, enquanto houver classes, negros, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, transexuais e tantos outros, continuarão tendo lugares subalternos, inclusive na divisão social do trabalho. Então, para suprimir, de fato, as opressões, é necessário que os movimentos antiopressões se unifiquem à pauta da supressão da exploração de classe, e, de maneira recíproca, tematizem a série de opressões sofridas pelos trabalhadores. Nesse sentido, convém destacar que, a luta contra as opressões e a luta contra a exploração não são antagônicas, portanto, a primeira não deve ser desprezada pela segunda, e sim incorporada de modo crítico. Assim como os movimentos antiopressões não devem cair na armadilha de alimentarem ilusões com o capitalismo, pois é justamente a lógica produtiva que justifica as desigualdades e opressões, sendo imprescindível oporem-se a ele.

A luta por uma sociedade humanamente emancipada do princípio de identidade do capital requer, das lutas populares, a compreensão de que o problema é de ordem estrutural, nesse sentido, para as opressões serem efetivamente combatidas, faz-se necessário ir à raiz classista, àquilo que legitima a lógica excludente e perversa da sociedade vigente. Já que o capitalismo é o que podemos chamar de inimigo comum, o fio condutor consiste na luta coletiva anticapitalista. É necessário, portanto, concatenar as diversas lutas de maneira que o fim do capitalismo seja a mira compartilhada entre elas, tendo em vista que os estreitos marcos desse modo de produção não permitem que as opressões se findem totalmente, pois ele estrutura as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que se estrutura nelas, além de intensificá-las incessantemente, como afirma Adorno: “Marx tenta mostrar que seguindo o passo a passo sistemático da sociedade burguesa, tal como exige seu

próprio cálculo, constata-se que nessa sociedade as desigualdades se formam cada vez maiores [...]”⁸² (ADORNO, 1977, p. 196, tradução nossa).

Cabe enfatizar que as opressões assumem formas variadas e a demanda urgente de cada uma delas não pode esperar o fim do capitalismo para começar a ser combatida. Dito de outra forma, enquanto não ocorre a ruptura desse modo de produção — e considerando que não se pode por ela esperar numa posição cômoda até que tudo se resolva — faz-se necessário o enfrentamento diário a todas as manifestações de discriminação e contra todas as exigências sacrificiais impostas pelo capital à classe trabalhadora. Nesse sentido, são fundamentais as mediações para que se possa avançar sob o capitalismo, destarte, talvez esse seja o papel do não-idêntico presente na sociedade dividida em classes: mediar e impulsionar o processo de transformação social.

Nessa perspectiva, torna-se crucial a união dos oprimidos, também explorados, na luta anticapitalista, pelo fato de que é prática própria da classe dominante semear a divisão entre os diversos grupos pertencentes à classe trabalhadora que sofrem opressão; visto que ao opor um segmento de oprimido a outro, enfraquece-se o conjunto da classe trabalhadora. Assim, quando fragmentados e sem objetivar o fim da sociedade exploradora, os movimentos contra opressões têm significativas limitações e tendem a se diluir à esterilidade, encontrando um eco no princípio de identidade capitalista. Nesse caso, são impotentes quanto à contribuição para transformar a estrutura social. As profundas contradições geradas pelo capitalismo permanecem intactas quando, por exemplo, o movimento feminista ou negro direciona sua luta para o empreendedorismo, encobrindo, ou negando, a existência da luta de classes; ou quando o movimento sindical não pauta bandeiras políticas que ultrapassem a reivindicação por aumento salarial, como mencionamos anteriormente. E, na medida em que a questão central é o empoderamento individual, e não um projeto político coletivo, não a podemos caracterizar enquanto não-idêntico.

O não-idêntico presente na sociedade capitalista que age na luta coletiva de classe contra as diferentes opressões e contra a exploração, promove, ainda que

⁸² “Marx intenta mostrar que siguiendo paso a paso la sistemática de la sociedad burguesa, tal como lo pide su propio cálculo, se encuentra uno con que en esa sociedad se forman desigualdades cada vez mayores [...]” (ADORNO, 1977, p. 196).

algumas vezes de forma embrionária, a preparação do solo para que o processo de derrubada e superação qualitativa do capitalismo floresça. Nesses termos, podemos dizer que tornar a luta comum no que diz respeito ao enfrentamento ao capitalismo e às discriminações marcadas pelo seu princípio de identidade, é qualidade do não-idêntico. Além disso, os elementos existentes nessa sociedade, que podem ser interpretados como não-idênticos, são os que têm, como traço, a solidariedade de classe diante da supremacia do capital sobre o ser humano; solidariedade de classe em relação ao ser humano que é negado na medida em que é afirmada a lógica da valorização do valor.

Por fim, visualizar o não-idêntico, presente no capitalismo, corresponde a vislumbrar possibilidades de resistência incubadas no ventre dessa sociabilidade, as quais contêm as condições necessárias para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade, uma vez que impulsionam para a ruptura das ideias e das condições de vida próprias desse modo de produção: “No interior da velha sociedade se formam os elementos de uma nova, e [...] a abolição das velhas ideias acompanha a supressão das velhas condições de vida” (MARX; ENGELS, 2008, p. 40-41).

Todavia reiteramos, conforme abordamos no capítulo anterior, que sempre há o risco do não-idêntico ser cooptado, isto é, do modo de produção vigente miná-lo e, paulatinamente, corroer suas pautas até ser capturado por inteiro, tornando-se extensão do princípio de identidade. Ademais, dando sequência a nossa discussão acerca do trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo, compreendemos que o desaparecimento do trabalho abstrato e com ele a fundação de uma sociedade liberta do princípio de identidade permitirá que os fenótipos, o gênero, a orientação sexual, as deficiências, entre outros, não se constituam como marcadores sociais com conotação negativa. O que também não significará que os seres humanos serão homogeneizados, pelo contrário, a igualdade social permitirá que as diferenças naturais entre o gênero humano sejam livremente manifestadas e qualitativamente desenvolvidas.

4.5 Quem é o sujeito revolucionário?

Não poderíamos finalizar o presente estudo sem antes tratar a questão sobre o sujeito capaz de derrotar o modo capitalista de produção. Para tanto, é útil recuperar um conceito de grande relevância: os seres humanos que vivem do próprio trabalho, ou seja, a classe despossuída dos meios de produção, que, por isso, é compelida a viver da venda de sua força de trabalho em troca de salário, configurando-se como classe trabalhadora. Seu sinônimo, o proletariado⁸³, incorpora o conjunto dos trabalhadores, seja o exército de reserva, isto é, aqueles trabalhadores desempregados, sejam os considerados produtivos, sejam os improdutivos/necessários e improdutivos/desnecessários do ponto de vista capitalista. Lembrando que:

No mundo da produção hoje, o mesmo trabalho pode ter simultaneamente atividades produtivas e improdutivas, realizadas pelos/as mesmos/as trabalhadores/as –, a classe trabalhadora ampliada inclui, portanto, o vasto leque de assalariados improdutivos, geradores de um antivalor no processo de trabalho capitalista, mas que vivenciam situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos/as trabalhadores/as produtivos/as (ANTUNES, 2018b, p.81).

A classe trabalhadora, portanto, não se restringe a grupos particulares de categorias nas quais os trabalhadores desempenham suas atividades, mas abarca noção ampliada, ela compõe-se por um grupo social que é produto do processo de expropriação e submetido à exploração do grupo que o expropriou. E, para que esse grupo assim permaneça, os capitalistas precisam negar continuamente o acesso direto dele aos meios de produção; a expropriação é criadora da classe trabalhadora e deve ocorrer perpetuamente para que as classes continuem existindo. Somando à

⁸³ “Muito da dificuldade em reconhecer hoje o potencial emancipatório do proletariado como sujeito revolucionário relaciona-se ao uso de uma concepção demasiado estreita do que venha a ser essa classe” (MATTOS, 2019, p. 23). Nesse sentido, consideramos que a expressão “classe operária” tem dimensão limitada para ser empregada como sinônimo de classe trabalhadora, pois seu significado refere-se aos trabalhadores industriais. “Ao tratar da classe trabalhadora, mesmo em seus textos de crítica da economia política, Marx nunca a restringiu ao operariado industrial [...] nem por uma definição que fechasse a classe no “trabalho produtivo” (que, por sua vez, tampouco foi definido como restrito aos trabalhadores fabris)” (MATTOS, 2019, p. 26).

perspectiva da classe trabalhadora enquanto conceito descrito acima, Schütz afirma que é errônea a concepção que atribui somente ao operário industrial a incumbência da revolução:

[...] não há nenhuma necessidade, do ponto de vista da teoria desenvolvida por Marx, de permanecermos fixados ao operário industrial do “chão da fábrica” enquanto único lugar social da negação, uma vez que ele é apenas uma manifestação específica do proletariado e esta uma forma específica de existência dos trabalhadores (que podem, inclusive, estar desempregados ou trabalhando de forma cooperativa) (SCHÜTZ,2012, p.192).

Dito isso, queremos reafirmar que as relações capitalistas são sociais e não dadas naturalmente, por conseguinte, a classe trabalhadora também é histórica e social, sendo capaz de transformar as relações materiais e os rumos da história. Mas, quanto a esse quesito, não é raro surgir o questionamento: dentre a classe trabalhadora, qual trabalhador é o sujeito revolucionário que conduzirá os demais à luta para pôr abaixo a sociedade do capital? É a fração de trabalhadores considerados produtivos, os improdutivos/necessários, os improdutivos/desnecessários ou todos juntos?

Essa pergunta não requer uma resposta simplista, já que para a responder, temos de contemplar toda a constelação conceitual desenvolvida neste estudo, mas em especial, o que apresentamos nas seções 2.2 “Trabalho produtivo do ponto de vista modo de produção capitalista” e 2.3 “Trabalho improdutivo do ponto de vista do modo de produção capitalista”. Em síntese, é certo que a criação do princípio de identidade capitalista depende do trabalhador produtivo, todavia não podemos ignorar que, sem o trabalhador improdutivo/necessário, não há continuidade do ciclo de reprodução do capital. Malgrado não produza riqueza na forma de valor excedente, é peça fundamental na totalidade do mecanismo que multiplica o capital; serve indiretamente à expansão do capital, uma vez que faz parte da esfera da circulação, a qual é indispensável à esfera da produção, já que, é nela que a mercadoria se realiza. Dessa maneira, tanto o trabalhador produtivo quanto o improdutivo/necessário são os que, de forma mais imediata, podem comprometer a reprodução do sistema do capital na medida em que, por exemplo, paralitem suas atividades. Nessa

perspectiva, por tais trabalhadores desempenharem funções no âmbito da produção e da reprodução do capital, o impacto de suas lutas é de maior potência, em termos econômicos, por isso, eles têm posição estratégica na luta para findar a exploração do trabalho.

Por outro lado, se quisermos responder a essa questão, consideravelmente polêmica no debate marxista, sem, porém, desprezar a intenção de unificar as lutas da classe trabalhadora, convém considerar o trabalhador tido como improdutivo/desnecessário. Para não cindir a luta anticapitalista e evitar atribuir o título de único e exclusivo sujeito revolucionário àqueles que participam direta ou indiretamente do circuito de valorização do valor, adotamos a tese de que a centralidade da luta contra o capital está na classe trabalhadora em seu conjunto. Confere-se à ela a potência para impulsionar o projeto do reino da liberdade, é o conjunto da classe dos expropriados que está em campo fértil para avançar rumo à eliminação do capital. Avaliamos, nesse sentido, que a classe trabalhadora, como um todo, detém a capacidade de transformação social, pois somente com a união de todos os trabalhadores a luta anticapitalista terá êxito. Em outras palavras, o movimento processual de superação do capitalismo não dispensa da luta o trabalhador que não consegue vender sua força de trabalho, o improdutivo/necessário e o improdutivo/desnecessário, tampouco o trabalhador produtivo, dado que todos estão em condição de subalternidade perante o capital.

Quando falamos no desafio de superar o capitalismo visamos a luta de classes em escala global, de modo que as lutas de âmbito nacional se articulem às de dimensão internacional, pois: “A ação unificada do proletariado [...] é uma das condições primordiais para sua emancipação” (MARX; ENGELS, 2008, p. 39-40). Sendo a unidade entre os trabalhadores fundamental, compreendemos, por conseguinte, que o sujeito revolucionário é um sujeito coletivo⁸⁴, trata-se de uma classe e não de um sujeito isolado, fragmentado. Levando em conta que as classes sociais têm, como base, uma relação conflituosa entre si, as lutas que se direcionam contra o domínio do capitalismo

⁸⁴ Sujeito esse que mesmo não sendo explicitamente indicado por Adorno, se justifica a partir da teoria marxiana.

Carecem de uma articulação internacional expressiva, de uma forte solidariedade para que suas formas de confrontação possam se tornar vitoriosas. À mundialização dos capitais corresponde, portanto, cada vez mais e de modo intransferível, uma mundialização das lutas sociais e do trabalho (ANTUNES, 2018b, p. 267-268).

Em consonância com o que abordamos na seção anterior, as lutas unificadas configuram como imprescindíveis para dar fim às opressões e à exploração que permeiam a classe trabalhadora, porém queremos ressaltar que a mera existência da classe trabalhadora por si só não garante seu engajamento nas lutas. Não há certeza de que essa classe cumpra a tarefa histórica de findar a sua exploração, ou seja, seu potencial revolucionário não conduz, de forma mecânica e inevitável, à derrota do capitalismo. A classe trabalhadora pode ou não executar sua tarefa; ela é potencialmente revolucionária, a extinção das classes é para o proletariado uma necessidade, mas, a partir do prisma histórico-social, trata-se de uma possibilidade. O reino da liberdade, também denominado de comunismo, tem condições reais de efetivar-se, dados os pressupostos que existem no contexto capitalista, em suma, as lutas que florescem e que podem ganhar força, assim:

O comunismo não é [...] um *estado de coisas* que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [...] resultam dos pressupostos atualmente existentes (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

Dessa maneira, recusamos qualquer compreensão determinista acerca da ruptura da sociedade capitalista. A realização de tal propósito implica um “movimento real”: organização e mobilização da classe trabalhadora e, para isso, consciência de seu lugar social, de seu potencial revolucionário para a transformação social, independentemente de estar na condição de produtora de mais-valia. Ademais, o reconhecimento e pertencimento de classe são desenvolvidos junto à luta de classes, é na luta que a consciência se torna mais apurada, não brotando automaticamente da condição de ser proletariado; de modo que é preciso se constituir em classe para si mesma (MARX, 2009), não apenas uma classe em si enquanto posição sociológica, muito menos classificada pelo seu padrão de consumo.

Se o trabalhador não se torna um revolucionário apenas por pertencer à classe explorada, pois sua existência não implica imediatamente ter consciência de classe — até porque, em linhas gerais, dispõe de uma (não) consciência presa à ideologia burguesa, já que por ela moldada, sendo um ser/produto da ordem do capital —, é preciso avançar da classe em si para a classe para si. No confronto com a outra classe, compreendendo-se enquanto classe trabalhadora, posicionando-se como parte dela, reagindo às injustiças do capitalismo sem perder de vista a construção de um novo patamar societário, o trabalhador constitui-se enquanto classe para si e se dá conta dos aspectos não-idênticos na realidade capitalista, articulando-os e valorizando-os. De tal forma que podemos afirmar que a experiência de classe é quem produz a classe para si, ou, em termos adornianos, a consciência de classe resulta da experiência de classe, não da simples vivência de classe de si. É na experiência de classe, desde aquilo que é não-idêntico ao capitalismo, que a experiência formativa da classe para si vai se constituindo.

A classe trabalhadora guarda a potencialidade de ser revolucionária, de transformar radicalmente a sociedade, na medida em que pode ser a expressão mais significativa e objetiva da não-identidade, do ponto de vista da materialidade e produtividade viva de seu trabalho concreto. Pode fazer resistência ao princípio identificador do capital, contudo, fará uma vez que desenvolver, no dia a dia da luta de classes, a consciência da situação a que está submetida. A classe trabalhadora é a portadora do potencial revolucionário, o sujeito histórico da transformação social, o único sujeito que poderá transcender a ordem do princípio de identidade capitalista e levar a cabo a tarefa histórica de alcançar sua emancipação. Dito de outro modo, a conquista de sua emancipação e da emancipação de toda a humanidade será obra protagonizada por esse sujeito coletivo: a totalidade dos despossuídos de meios de produção, os quais passarão a se orientar por um outro critério de produtividade, que não mais da produção e mais-valia.

Por fim, ponderamos que seja oportuno mencionar que a análise crítica de Marx sobre a sociedade capitalista somada às contribuições de Adorno é indispensável para a compreensão adequada de tal sociedade, haja vista a riqueza teórica presente em ambas as filosofias, que em muito contribui para tornar mais fecunda a problematização da realidade e, a partir da problematização, fornece subsídios que impulsionam um movimento em direção à praxis. Acreditamos que aliar teorias tão

potentes favorece o fortalecimento e ampliação do alcance das mesmas, além de aproximar a filosofia adorniana ao caráter crítico-revolucionário da teoria marxiana.

Quanto aos que as consideram teorias obsoletas, basta questionar se é atual o domínio do capitalismo sobre a classe trabalhadora com vistas a assegurar seu princípio de identidade, se a lógica que o envolve destrói as condições de existência do ser humano e da natureza em geral. Uma vez que a resposta é afirmativa, são, então, cada vez mais atuais as teorias marxiana e adorniana, e com isso, é também urgente a necessidade de a classe trabalhadora libertar-se da condição de explorada e do trabalho (im)produtivo que o capitalismo lhe impõe. Nada mais atual e imprescindível que um projeto político societário que leve à superação do atual modo de produção e junto a ele a abolição das classes. Mas de que forma e em que condições exatamente isso ocorrerá? A(s) tentativa(s) de superar a ordem capitalista terá(ão) a vitória como resultado? A experiência histórica já nos mostrou que não há certeza quanto ao sucesso da atuação da classe trabalhadora na luta pela superação do capital, portanto, saberemos as respostas para tais questões somente a partir do movimento do real, em meio ao próprio processo de atuação organizada da classe trabalhadora na dinâmica das lutas a travar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico de Karl Marx, defendemos, nesta tese, que a dinâmica produtiva capitalista tem, como impulso vital, a extração da mais-valia, o único critério que define, do ponto de vista do capitalismo, trabalho (im)produtivo. Denominamos a mais-valia como princípio de identidade da lógica capitalista, tendo em vista que ela é o fim supremo desse modo de produção. O problema diagnosticado diz respeito ao fato de que o trabalho, produtivo para o capital, é improdutivo ao ser humano, em especial, ao trabalhador, dado que este é submetido a um processo de produção que o desumaniza sistemática e constantemente: quanto mais se torna produtivo para o capital, mais se anula.

Numa perspectiva adorniana — ou seja, tanto no que diz respeito à constelação conceitual, enquanto método filosófico de Adorno, quanto na sua reflexão explícita sobre a questão da produtividade — somada à marxiana, estruturamos uma constelação conceitual que, no nosso entender, expressa de modo mais aproximado possível, os elementos não-idênticos à concepção capitalista de trabalho (im)produtivo, ou seja, que não se coadunam com o princípio de identidade vigente. São eles: trabalho somente de caráter concreto, reino da liberdade, trabalho associado, tempo livre e experiência formativa. Desse modo, evidenciamos as dimensões crítico-subversivas do trabalho não coadunado com a lógica da valorização do valor e elaboramos a concepção de trabalho (im)produtivo qualitativamente distinta da forma capitalista, isto é, não-idêntica à definição que vigora. Reabilitamos, assim, o conceito de trabalho (im)produtivo a uma perspectiva emancipatória, a partir da importância do não-idêntico ressaltado na abordagem de Adorno, considerando os potenciais críticos que podem ser extraídos dessa não-identidade.

A partir dos argumentos de Marx, os quais foram desenvolvidos na análise imanente da dinâmica capitalista, e também a partir de Adorno, através da indicação explícita de que o princípio de identidade da sociedade capitalista, aquilo que a sustenta e legitima, é a produção de mais-valia, demonstramos que tudo o que não se insere nessa identidade passa a ser um possível potencial de resistência, de subversão e de revolução da lógica do Capital. Ganhamos, assim, um referencial crítico qualitativo, um parâmetro indicador: a luta contra o princípio de identidade do

capital, contra a fome voraz e insaciável da valorização do valor, ou seja, contra a estrutura de produção de mais-valia e a exploração imbricada a ela. E desde onde isso seria possível? Desde aquilo que não se enquadrou ou que já se libertou do princípio de identidade do capitalismo, desde o não-idêntico. Desta forma, aquilo que classicamente é chamado de luta de classes, ganha um significado renovado, ampliado e aprofundado. Estão em jogo na luta de classes tudo o que se opõe e não se deixa absorver pelo princípio de identidade.

Por fim, apontamos para a necessidade da superação dessa sociedade cindida em classes que, do ponto de vista humano, sustenta a concepção instrumentalizada e deturpada de trabalho (im)produtivo. Mas a superação não é simplesmente no sentido de substituir uma estrutura e sujeitos de poder por outros, mas de superar qualitativamente o próprio princípio de identidade desta sociedade, nas suas mais diferentes expressões, a partir do não-idêntico, que também pode ser percebido nas mais diversas formas de resistência. Entendemos que a superação do capitalismo não está no âmbito do idealismo, mas da possibilidade de um movimento real que paulatinamente parta das forças destrutivas desencadeadas pelo próprio capitalismo.

Assim, os elementos necessários para construir uma nova organização social, emancipada da exploração do ser humano pelo ser humano, encontram-se encubados no bojo do atual modo de produção, ainda que, em grande medida, de forma germinal. Analisamos, portanto, que o processo de transformação revolucionária se dará desde a raiz e será alavancado pelas irrupções das contradições imanentes do capitalismo. Ademais, ressaltamos que o reino da liberdade se constitui enquanto avesso ao capitalismo, tal como o trabalho produtivo para o ser humano, é o contraponto radical ao trabalho (im)produtivo para o capital. Todavia o trabalho (im)produtivo não-idêntico ao capitalismo somente ganhará materialidade efetiva no reino da liberdade, por conseguinte, a luta pela construção desse reino é o desafio, a tarefa histórica que pertence ao conjunto da classe trabalhadora, e não apenas restrita aos trabalhadores produtivos ao ângulo do capital — cuja acepção limitada pode acarretar o enfraquecimento do potencial de enfrentar a ordem burguesa.

Sabemos que as problematizações e as possibilidades de entendimento entorno da temática do trabalho (im)produtivo não se esgotam nesta pesquisa, ainda assim, esperamos ter contribuído com o debate crítico, tanto ao ampliar e aprofundar

o diagnóstico, quanto na indicação de um horizonte/constelação conceitual não-idêntico(a) ao capitalismo, e, quiçá, com as lutas da classe trabalhadora pela sua emancipação.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Tradução: Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.
- ADORNO, Theodor W. *Ideologia*. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Temas Básicos da Sociologia*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 184-203.
- ADORNO, Theodor W. *Introdução à Controvérsia Sobre o Positivismo na Sociologia Alemã*. In: *Os pensadores. Textos escolhidos: Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno*. São Paulo: Abril, 1983, p. 215-263.
- ADORNO, Theodor W. *Mensagens numa Garrafa*. In: *Um Mapa da Ideologia*. Organizador: Slavoj Žižek. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 39-50.
- ADORNO, Theodor W. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001.
- ADORNO, Theodor W. *Observações Sobre o Pensamento Filosófico*. In: *Palavras e sinais: Modelos Críticos II*. Tradução: Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995b. p.15-25.
- ADORNO, Theodor W. *Progresso*. In: *Palavra e sinais: modelos críticos II*. Tradução: Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995c. p. 37-61.
- ADORNO, Theodor W. *Sobre Sujeito e Objeto*. In: *Palavras e Sinais: modelos críticos II*. Tradução: Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995d. p. 181-201.
- ADORNO, Theodor W. *Tempo Livre*. In: *Palavra e sinais: modelos críticos II*. Tradução: Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995e. p. 70-82
- ADORNO, Theodor W. *Teoria da Semicultura*. In: PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon (orgs). *Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores associados, 2010. p. 7-40.
- ADORNO, Theodor W. *Terminología Filosófica I*. Tradução: Ricardo Sánchez Ortiz de Urbina. Madri, Espanha: Taurus, 1976.
- ADORNO, Theodor W. *Terminología Filosófica II*. Tradução: Ricardo Sánchez Ortiz de Urbina. Madri, Espanha: Taurus, 1977.
- ANTUNES, Jadir. *Marx e o Fetiche da Mercadoria: contribuição à crítica da metafísica*. Jundiaí: Paco, 2018a.
- ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- BANDEIRA, Belkis Souza. *Experiência e Conceito: possibilidades formativas da dialética negativa de Theodor W. Adorno*. Orientador: Avelino da Rosa Oliveira. 2013. 89 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013.

- BANDEIRA, Belkis Souza; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. *Filosofia e Formação Humana: a constelação e o desmoronamento da identidade em Theodor Adorno*. In: *Impulso*. Piracicaba, v. 24, n. 60, maio – agosto, 2014. p. 33-44.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco Alemão*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre Alguns Temas em Baudelaire*. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 103-149.
- BORBOREMA, Helen. *Agronegócio Comemora Enquanto Fome se Agrava*. 2021. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2021/06/07/agronegocio-comemora-enquanto-fome-se-agrava/>>. Acesso em: 10, agosto de 2021.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARCANHOLO, Reinaldo. *A Categoria Marxista de Trabalho Produtivo*. In: *XII Encontro Nacional de Economia Política*, São Paulo, 2007.
- COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. *Contribuição à Crítica da Economia Política da Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira*. In: *Argum.* Vitória, v. 12, n. 2, maio - agosto 2020. p. 44-59.
- COTRIM, Vera. *Trabalho Produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões*. São Paulo: Alameda, 2012.
- CHAGAS, Eduardo. *A Natureza Dúplice do Trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato*. In: *Revista Outubro*, nº 19. 1º semestre 2011. p.61-80.
- DUSSEL, Enrique. *Hacia un Marx Desconocido: un comentario de los Manuscritos del 61-63*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1988.
- DUARTE, Rodrigo. *Adorno Marxista*. In: *Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano*. Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 109-116.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho. Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p.11-28.
- FLECK, Amaro de Oliveira. *Theodor W. Adorno: um crítico na era dourada do capitalismo*. Orientador: Alessandro Pinzani. 2015. 202 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- GRESPLAN, Jorge. *As Formas da Mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III de O capital*. *Crítica Marxista*, n. 33, 2011.p. 9-30.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LAFARGUE, Paul. *O Direito à Preguiça*. Tradução: Otto Lamy de Correa. São Paulo: Claridade, 2003.
- LESSA Sergio. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

LIMA, Gerson Lucas Padilha de. *Ilusão concreta: a função estruturante do fetichismo na sustentação ideológica e material da sociedade capitalista, segundo Karl Marx*. Orientador: Rosalvo Schütz. 2022. 200 f. Tese (doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARCUSE, Herbert. *Uma revolução dos valores*. Tradução: Rosalvo Schütz. In: *Revista Diatectus*. Ano 11. nº 25. 2022 p. 296-304.

MARINI, Ruy Mauro. *O Conceito de Trabalho Produtivo – nota metodológica (1992-1997)*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas vol. 1*. Rio de Janeiro: Vitória, 1956, p. 348- 357.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro II. O Processo de circulação do capital*. Volume III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro III. O Processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARX, Karl. *O Capital. Livro I. Capítulo VI (inédito)*. Tradução: Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, Karl. *Teorias da Mais-valia. História Crítica do Pensamento Econômico. Livro IV de O Capital*. Volume I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Olgária. *Tempo sem experiência*. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pVXI6c_MiAM>. Acesso em: 17, janeiro de 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A Classe Trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAAR, Wolfgang Leo. *Política, Práxis e Pseudo-atividade em Adorno*. In: *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. V. 11, nº 1. Rio de Janeiro. 2011. p. 225-244.

MAAR, Wolfgang Leo. *À Guisa de Introdução: Adorno e a experiência formativa*: In: ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 10-28.

REVISTA FÓRUM, Redação. *Multinacionais Obrigam Trabalhadores a Usar Fralda e vetam banheiro*. 2006. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/multinacionais-obrigam-trabalhadores-a-usar-fralda-e-vetam-banheiro/>>. Acesso em: 02, fevereiro de 2021.

NAPOLEONI, Cláudio. *Lições Sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETO, Arthur Bispo dos Santos. *Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo nas "teorias da mais-valia" de Karl Marx*. In: *Revista Digital em Debate*. Florianópolis, n. 8, julho – dezembro, 2012. p. 5-22

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 4^o edição. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Luana Aparecida de. *A formação emancipatória em Adorno e a primazia provisória da resistência sobre a adaptação no contexto educativo*. Orientador: Rosalvo Schütz. 2016. 96 f. Dissertação (mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

OLIVEIRA, Newton Ramos de. *Reflexões Sobre a Educação Danificada*. In: ZUIN, Antônio Álvaro Soares (org.). *A Educação Danificada: contribuições à Teoria Crítica da educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 13-44.

PERIUS, Oneide. *Esclarecimento e Dialética Negativa: sobre o além-do-conceito em Theodor Adorno*. Orientador: Ricardo Timm de Souza. 2006. 113 f. Dissertação (mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. *Adorno, Horkheimer e Giroux: a ideologia enquanto instrumento pedagógico crítico*. In: *Perspectiva*. Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n.19. 1993. p. 47-65.

RANIERI, Jesus. *Trabalho e Dialética. Hegel, Marx e a Teoria Social do Devir*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. *Desequilíbrio Crítico entre Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo*. Em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/gt1sessao7.html>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

SINGER, Paul. *Trabalho Produtivo e Excedente*. In: *Revista de Economia Política*, Vol. 1, nº 1, janeiro – março. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 101-131.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. *A Contradição Fundamental Entre a Lógica-Valor do Capital [Assim como da Riqueza Advinda do Trabalho Humano] e a Terra*. In: *Dialectus*. Ano 10, n. 21. Janeiro – Abril, 2021. p. 390-403.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. *Aufhebung: Ideias sobre uma categoria fundamental da filosofia dialética*. In: ZIMMERMANN, Rainer E.; SCHÜTZ, Rosalvo (orgs.). *Crítica e Utopia: perspectivas brasileiras e alemãs*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 151-168.

SCHÜTZ, Rosalvo. *A Teoria Crítica de Karl Marx nas Perspectivas de Theodor Adorno e Enrique Dussel*. In: *Dialectus*. Ano 5, n. 12. Janeiro – Julho, 2018. p. 439-461.

SCHÜTZ, Rosalvo. *O Caráter Formativo do Não-Idêntico Segundo T. Adorno*. In: *Dialectus*. Ano 2, n. 5. Agosto – Dezembro, 2014. p. 111-124.

SCHÜTZ, Rosalvo. *O Deslocamento do lugar Social da Negação em Herbert Marcuse*. In: *Argumentos revista de Filosofia*. Ano 4, n.8. 2012. p. 188-198.

SCHÜTZ, Rosalvo. *Para Além das Idolatrias do Pensamento: a dialética materialista de Theodor Adorno*. In: SOUZA, Ricardo Timm de; FREITAS, Isis Hochmann de; PONTEL, Evandro; TAUCHEN, Jair; PERIUS, Oneide (orgs.). *A Tentação Ancestral: a questão histórico-cultural do tema da Idolatria ao longo dos séculos e sua relevância na contemporaneidade*. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020. p. 503-522.

SCHÜTZ, Rosalvo. *Refúgio da Liberdade: sobre o conceito de filosofia em Theodor Adorno*. In: *Veritas*, v. 57, n. 3, setembro-dezembro, 2012. p. 32-52.

TAVARES, Maria Augusta. *O Empreendedorismo à Luz da Tradição Marxista*. In: *Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. n. 41, v. 16. 1º Semestre de 2018, p. 107-121.